

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CONTINENTES

Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de Geociências

Ano 8, N.º 14, Jan./ Jun. 2019

CONTINENTES

**Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação em
Geografia e do Departamento de Geociências
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**- Baixada Fluminense -
- Geografia Regional -
- Geografia Urbana -
- Planejamento Urbano-Ambiental
- Questões Ambientais -**

Ano 8, N.º 14, Jan./ Jun. 2019

CONTINENTES

Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do
Departamento de Geociências
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ano 8, N.º 14, Jan./ Jun. 2019

<http://www.revistacontinentes.com.br>
continentes@ufrj.br

CONTINENTES: Revista de Geografia da UFRRJ

Revista Semestral – Jan. / Jun. 2019, Ano 8, número 14.

ISSN 2317-8825

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Agronomia – Departamento de Geociências

Curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado)

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara

Vice-Reitor: Luiz Carlos de Oliveira Lima

Diretor do IA: Alexis Rosa Nummer

Chefe do DEGEO: Andrews José Lucena

Coordenadora do Curso de Geografia: Andrea Carmo Sampaio

Coordenação Editorial:

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Coordenação Técnico-Executiva:

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Editorial:

Ambrosina H. G. Pascutti (DEGEO-UFRRJ)

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Andréa Carmo Sampaio (DEGEO-UFRRJ)

Andrews José de Lucena (DEGEO-UFRRJ)

Francisco Carlos de Francisco (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Gustavo Mota de Sousa (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Lirian Melchior (DEGEO-UFRRJ)

Marcio Rufino Silva (DEGEO-UFRRJ)

Maria Hilde de Barros Goes (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Pablo Ibañez (DEGEO-UFRRJ)

Regina Cohen Barros (DEGEO-UFRRJ)

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Científico:

Ana Cristina da Silva (UFG)

Ana Maria Lima Daou (UFRJ)

Ana Maria Marques Santos (UFRRJ)

Anita Loureiro de Oliveira (UFRRJ)

Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)

Carlo Eugênio Nogueira (UFMT)

Clarice Cassab (UFJF)

Cleber Marques de Castro (UERJ; PUC-RJ)

Clézio dos Santos (UFRRJ)

Cristiane Cardoso (UFRRJ)

Dante Flávio da Costa Reis Jr. (UnB)

Denizart Fortuna (UFF)

Edu Silvestre de Albuquerque (UFRN)

Eduardo José Marandola Jr. (UNICAMP)

Eduardo Vedor de Paula (UFPR)

Ericson Hayakawa (UNIOESTE)

Eustógio Wanderley C. Dantas (UFC)

Federico Ferretti (Univ. de Genebra)

Florian José Godinho de Oliveira (UERJ)

Gilmar Mascarenhas de Jesus (UERJ)

Hector Mendoza Vargas (UNAM)

Heitor Soares de Farias (DEGEO-UFRRJ)

Helena Pina (Univ. do Porto)

Jader de Oliveira Santos (UFC)

Jean Carlos Rodrigues (UFT)

Jerusa Vilhena de Moraes (UNIFESP)

Jorge Soares Marques (UERJ)

Juliana Menezes (UFF)

Jurandyr Ross (USP)

Laura Delgado Mendes (UFRRJ)

Leonardo Arantes (UFF)

Leonardo Civale (UFV)

Luciano Ximenes Aragão (UERJ/FEBF)

Luís Ângelo dos Santos Aracri (UFJF)

Marco Antonio Sampaio Malagodi (UFF)

Marcos Antônio Silvestre Gomes (UFTM)

Maria do Socorro Bezerra de Lima (UFF)

Marisa Silva Amaral (UFU)

Monika Richter (UFRRJ)

Paul Claval (Paris IV - Sorbonne)

Renato Leone Miranda Léda (UESB)

Roberto Silva de Souza (UNEAL)

Rodrigo Hidalgo Dattwyler (PUC-Chile)

Rodrigo Teixeira (PUC-MG)

Tony Vinicius Moreira Sampaio (UFPR)

William Ribeiro da Silva (UFRJ)

SUMÁRIO

1 EDITORIAL

DOSSIÊ: "TRANSFORMAÇÕES URBANO-AMBIENTAIS CONTEMPORÂNEAS E NOVAS PERSPECTIVAS PARA A BAIXADA FLUMINENSE

6 REESTRUTURAÇÃO URBANA E O “NOVO MERCADO IMOBILIÁRIO” EM NOVA IGUAÇU (RJ) – FORMAS-CONTEÚDO, REPRESENTAÇÕES E ELITIZAÇÃO.

André Santos da Rocha

**30 “EU NOMEIO, TU RENOMEIAS, ELE NOMEIA NOVAMENTE”:
COMO AS TOPONÍMIAS PÚBLICAS EM NILÓPOLIS (RJ)
EXPRESSAM TERRITORIALIDADES POLÍTICAS.**

Enderson Albuquerque

Miguel Ângelo Ribeiro

**51 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-FAR NA BAIXADA
FLUMINENSE: DESARTICULAÇÃO ENTRE A POLÍTICA
HABITACIONAL E A POLÍTICA URBANA EM DUQUE DE CAXIAS E
BELFORD ROXO**

Marcos Henrique de Aguiar.

**71 DIREITO À MORADIA DIGNA NA POLÍTICA HABITACIONAL:
ANÁLISE DO PROGRAMA “MINHA CASA MINHA VIDA” NO
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU-RJ**

Flávia da Silva Souza

Marcio Rufino Silva

**94 ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO:
TRANSFORMAÇÕES E REPRESENTAÇÕES**

Victor Tinoco

**118 ESPAÇO URBANO E INJUSTIÇA AMBIENTAL NO ENTORNO DO
ANTIGO ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO,
DUQUE DE CAXIAS/RJ.**

Natália Burity de Almeida Teixeira;

Fernando Souza Damasco;
Letícia de Carvalho Giannella

139 AS FRATURAS SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI, RJ: UMA ESPACIALIZAÇÃO DA CALAMIDADE.
Diego de Castro Souza

169 RESISTÊNCIA CAMPONESA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ) - UMA PROPOSTA.
Bruno Milan Carneiro de Albuquerque
Jacob Binsztok.

ARTIGOS

178 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E O “MOTE” DA SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES EMPREGADAS NO PARQUE MADUREIRA (RIO DE JANEIRO-RJ)
Marcos Antônio Silvestre Gomes

202 MERCANTILIZAÇÃO DA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO E PRODUÇÃO DE ESPAÇOS ESPETACULARIZADOS
Milena Paula de Melo
Wedson Felipe Cabral Pacheco

232 *A PRODUÇÃO DA NATUREZA NA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL: NOTAS INTRODUTÓRIAS*
Guilherme Chalo

RELATOS

253 A RESSIGNIFICAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: UM RELATO SOBRE O CURSO DE EXTENSÃO “MEIO AMBIENTE E GEOPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.”
Letícia Mello de Mendonça

HOMENAGEM

273 POR UMA GEOGRAFIA URBANA DA RESISTÊNCIA: EM MEMÓRIA DE GILMAR MASCARENHAS.
Leandro Dias de Oliveira

SUMMARY

2 EDITORIAL

DOSSIER: CONTEMPORARY URBAN-ENVIRONMENTAL TRANSFORMATIONS AND NEWS PERSPECTIVES FOR THE BAIXADA FLUMINENSE.

6 *URBAN RESTRUCTURING AND “NEW REAL STATE MARKET” IN NOVA IGUAÇU (RJ) – FORM-CONTENT, REPRESENTATION AND ELITIZATION.*

André Santos da Rocha

30 "I GIVE TO NAME, YOU RENAMING, HE NAMES AGAIN": AS THE PUBLIC TOPONYMS IN NILÓPOLIS(RJ) EXPRESS THE POLITICAL TERRITORIALITIES.

Enderson Albuquerque
Miguel Ângelo Ribeiro

51 *PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-FAR IN THE BAIXADA FLUMINENSE: SEPARATION BETWEEN HOUSING POLICY AND URBAN POLICY IN DUQUE DE CAXIAS AND BELFORD ROXO.*

Marcos Henrique de Aguiar.

71 *RIGHT TO DWELLING IN HOUSING POLICY? ANALYSIS OF THE “PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA” IN THE MUNICIPALITY OF NOVA IGUAÇU-RJ*

Flávia da Silva Souza
Marcio Rufino Silva

94 *METROPOLITAN ARCH OF RIO DE JANEIRO: TRANSFORMATIONS AND REPRESENTATIONS*

Victor Tinoco

118 *URBAN SPACE AND ENVIRONMENTAL JUSTICE IN THE SURROUNDINGS OF THE OLD METROPOLITAN LANDFILL OF JARDIM GRAMACHO, DUQUE DE CAXIAS / RJ*

Natália Burity de Almeida Teixeira;

Fernando Souza Damasco;
Letícia de Carvalho Giannella

- 139** *THE SOCIOENVIRONMENTAL FRACTURES OF SÃO JOÃO DE MERITI, RJ: AN IDENTIFICATION OF THE CRITICAL AREAS*

Diego de Castro Souza

- 169** *CAMPONESE RESISTANCE IN THE AREA OF INFLUENCE OF THE PETROCHEMICAL COMPLEX OF RIO DE JANEIRO (COMPERJ) - A PROPOSAL*

Bruno Milan Carneiro de Albuquerque
Jacob Binsztok.

ARTICLES

- 178** *PUBLIC SPACE PLANNING AND SUSTAINABILITY PRACTICES: AN ANALYSIS OF THE ACTIONS IMPLEMENTED IN THE MADUREIRA PARK (RIO DE JANEIRO-RJ)*

Marcos Antônio Silvestre Gomes

- 202** *COMMODIFICATION OF THE PORT ZONE OF RIO DE JANEIRO AND THE PRODUCTION OF SPETACULAR SPACES.*

Milena Paula de Melo
Wedson Felipe Cabral Pacheco

- 232** *THE PRODUCTION OF NATURE IN THE THEORY OF UNEVEN GEOGRAPHICAL DEVELOPMENT: INTRODUCTORY NOTES.*

Guilherme Chalo.

REPORTS

- 253** *THE SIGNIFICANCE OF THE ENVIRONMENT: A REPORT ON THE EXTENSION COURSE "ENVIRONMENT AND GEOPOLITICS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT"*

Letícia Mello de Mendonça

TRIBUTE

- 273** *FOR AN URBAN GEOGRAPHY OF RESISTANCE: IN MEMORY OF GILMAR MASCARENHAS.*

Leandro Dias de Oliveira

SUMARIO

- 1 EDITORIAL
- DOSSIER: "TRANSFORMACIONES URBAN-AMBIENTALES CONTEMPORÂNEAS Y NUEVAS PARA LA BAIXADA FLUMINENSE**
- 6 REESTRUCTURACIÓN URBANA Y EL "NUEVO" MERCADO INMOBILIARIO EM NOVA IGUAÇU (RJ) – FUERMAS-CONTENIDO, REPRESENTACIONES Y ELITIZACIÓN.
André Santos da Rocha
- 30 YO NOMINO, TÚ LO NOMEA, ÉL LO NOMBRA DE NUEVO": COMO LAS TOMONIMIAS PÚBLICAS EN NILOPOLIS (RJ) EXPRESAN TERRITORIALIDADES POLÍTICAS.
Enderson Albuquerque
Miguel Ângelo Ribeiro
- 51 *PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-FAR EM LA BAIXADA FLUMINENSE: DESARTICULACIÓN ENTRE LA POLÍTICA DE VIVIENDA Y LA POLÍTICA URBANA EN DUQUE DE CAXIAS Y BELFORD ROXO.*
Marcos Henrique de Aguiar.
- 71 *DERECHO A LA VIVIENDA DIGNA EM LA POLÍTICA HABITACIONAL: ANÁLISIS DEL "PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA" EN EL MUNICIPIO DE NUEVA IGUAÇU-RJ*
Flávia da Silva Souza
Marcio Rufino Silva
- 94 *ARCO METROPOLITANO DEL RIO DE JANEIRO: CAMBIOS Y REPRESENTACIONES.*
Victor Tinoco
- 118 *ESPACIO URBANO E JUSTICIA AMBIENTAL EN EL ENTORNO DEL ANTIGUO VERTEDERO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO, DUQUE DE CAXIAS / RJ*
Natália Burity de Almeida Teixeira;
Fernando Souza Damasco;
Letícia de Carvalho Giannella

139 *LAS FRATURAS SOCIOAMBIENTALES DE SÃO JOÃO DE MERITI, RIO DE JANEIRO: UNA IDENTIFICACIÓN DE LAS AREAS DE CALAMIDAD*
Diego de Castro Souza

169 *RESISTENCIA CAMPONESA EN EL ÁREA DE INFLUENCIA DEL COMPLEJO PETROQUÍMICO DEL RIO DE JANEIRO (COMPERJ) - UNA PROPUESTA*
Bruno Milan Carneiro de Albuquerque
Jacob Binsztok.

ARTÍCULOS

178 *LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO PÚBLICO Y EL "LEMA" DE LA SUSTENTABILIDAD: UN ANÁLISIS DE LAS ACCIONES EMPLEADAS EN EL PARQUE MADUREIRA (RIO DE JANEIRO-RJ)*
Marcos Antônio Silvestre Gomes

202 *MERCANTILIZACIÓN DE LA ZONA DEL PUERTO DO RIO DE JANEIRO Y LA PRODUCCIÓN DE ESPACIOS ESPECTACULARIZADOS.*
Milena Paula de Melo
Wedson Felipe Cabral Pacheco

232 *LA PRODUCCIÓN DE LA NATURALEZA EN LA TEORÍA DEL DESARROLLO GEOGRÁFICO DESIGUAL: NOTAS INTRODUCTORIAS.*
Guilherme Chalo.

INFORMES

253 *LA RESIGNIFICACIÓN DEL MEDIO AMBIENTE: UN RELATO SOBRE EL CURSO DE EXTENSIÓN "MEDIO AMBIENTE Y GEOPOLÍTICA DEL DESARROLLO SOSTENIBLE"*
Letícia Mello de Mendonça

TRIBUTOS

273 *PARA UNA GEOGRAFÍA URBANA DE RESISTENCIA: EN MEMORIA DE GILMAR MASCARENHAS*
Leandro Dias de Oliveira

EDITORIAL: PARA PENSAR A ESCALA LOCAL-REGIONAL

Apresentamos o décimo-quarto número de Continentes: Revista do Departamento de Geografia [DGG] e do Programa de Pós-Graduação em Geografia [PPGGEO] da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com o intento de consolidar seu comprometimento não somente científico, mas também político, econômico, social e ambiental, com a espacialidade em que está inserida institucionalmente. Assim, é objetivo central desta edição articular as linhas de pesquisa que alimentam o PPGGEO-UFRR – *Espaço, política e planejamento*” (Linha 1) e *“Território, ambiente e ensino de geografia”* (Linha 2) – de maneira que se ofereça uma profícua leitura crítico-analítica das transformações territoriais em curso, algo que implica no reforço de estudos locais e regionais.

Os cursos de Geografia da UFRRJ estão sediados nas cidades de Seropédica e Nova Iguaçu, pertencentes à região comumente conhecida como Baixada Fluminense, pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esta região é historicamente entendida como periferia metropolitana marcada por profundas contradições, mas atualmente tem sido objeto de inúmeros e importantes estudos, que reverberam uma grande multiplicidade de abordagens e variações temáticas, metodológicas e interpretativas. Em grande parte, tais investigações buscam compreender as vicissitudes locais em constante articulação com o contexto regional, reforçando o papel do espaço geográfico como categoria imprescindível para o entendimento da realidade.

É mediante tal desafio que apresentamos nesta edição o dossiê *“Transformações urbano-ambientais contemporâneas e novas perspectivas para a Baixada Fluminense”*, organizado pelos professores André Santos da Rocha e Leandro Dias de Oliveira, com o objetivo de proporcionar aos leitores tanto contribuições de professores e alunos ligados ao PPGGEO-UFRRJ quanto publicizar *papers* de pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa do estado do Rio de Janeiro, que atualmente se debruçam em investigações acerca dos municípios da Baixada Fluminense. Trata-se de

um desdobramento dos esforços iniciados na proposição do *3º Seminário de estudos contemporâneos sobre Baixada Fluminense*, realizado no campus-sede da UFRRJ nos dias 24 e 25 de abril de 2019, sob nossa organização. Dividido em cinco eixos – Questão Urbana, Questão Ambiental, História e Cultura Regional, Questão Econômica e Educação e Produção do Conhecimento – o seminário envolveu pesquisadores, gestores públicos, estudantes, professores, representantes de movimentos sociais e demais interessados em debater temas caros e urgentes acerca desta área tão necessitada de interpretações, discussões e ações coletivas.

Assim, como relatado, a Baixada Fluminense tem tradicionalmente uma representação hegemônica de lugar de violência e miséria social, mas especialmente nas últimas duas décadas, com as mudanças oriundas da reestruturação territorial-produtiva em curso, redinamização econômica e complexificação dos desafios, passou a receber tratamento analítico das transformações em curso, como: [a] a busca de legitimidade e delimitação de espaços de poder; [b] a construção de novos espaços-mercadoria e as dinâmicas de elitização urbana; [c] e degradação ecológica e ampliação de injustiças ambientais e a constituição de espaços de risco e zonas de sacrifício; [d] a remodelação de formas-conteúdo e a segregação socioespacial, com novas vertentes, caminhos e objetos; e, entre muitos outros pontos que poderiam ser aqui elencado, [e] as novas dimensões da violência, que se corporifica nos espaços destes municípios e amplia o número de vítimas, diuturnamente.

O dossiê *“Transformações urbano-ambientais contemporâneas e novas perspectivas para a Baixada Fluminense”* é composto por oito artigos, a saber: *“Reestruturação urbana e o ‘novo mercado imobiliário’ em Nova Iguaçu (RJ) – formas-conteúdo, representações e elitização”*, do professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ, André Santos da Rocha; *“‘Eu nomeio, tu renomeias, ele nomeia novamente’: como as toponímias públicas em Nilópolis (RJ) expressam territorialidades políticas”*, de Anderson Albuquerque e Miguel Ângelo Ribeiro, respectivamente, doutorando e professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); *“O Programa Minha Casa Minha Vida-FAR na Baixada Fluminense: Desarticulação entre a política habitacional e a política urbana em Duque de Caxias e*

Belford Roxo”, de Marcos Henrique de Aguiar, doutor em geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); *“Direito à moradia digna na política habitacional? Análise do programa ‘Programa Minha Casa Minha Vida’ no município de Nova Iguaçu-RJ”*, de autoria da mestra em geografia pela UFRRJ, Flávia da Silva Souza, e do professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ, Marcio Rufino Silva; *“Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Transformações e Representações”*, de Victor Tinoco, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); *“Espaço urbano e (in)justiça ambiental no entorno do antigo aterro metropolitano de Jardim Gramacho, Duque de Caxias/RJ”*, de Natália Burity, Fernando Damasco e Letícia Giannella, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE-IBGE); *“As fraturas socioambientais de São João de Meriti, RJ: uma espacialização da calamidade”*, do graduando em geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Diego de Castro Souza; e, por fim, *“Resistência camponesa na área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) – uma proposta”*, de autoria de Bruno Milan Carneiro de Albuquerque e Jacob Binsztok, respectivamente, doutorando e professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Ainda nesta edição, são três textos que compõem a seção “Artigos”, referente às submissões em fluxo contínuo de *Continentes*: *“A produção do espaço público e o ‘mote’ da sustentabilidade: uma análise das ações empregadas no Parque Madureira (Rio de Janeiro-RJ)”*, de Marcos Antônio Silvestre Gomes, Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); *“Mercantilização da Zona Portuária do Rio de Janeiro e a produção de espaços espetacularizados”*, de Milena Paula de Melo e Wedson Felipe Cabral Pacheco, respectivamente, alunos do doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); e *“A produção da natureza na teoria do desenvolvimento geográfico desigual: notas introdutórias”*, de Guilherme Chalo, mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de

Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRRJ).

Na seção “Relatos”, Leticia Mello de Mendonça, formanda em Relações Internacionais pela UFRRJ, assina “*A resignificação do meio ambiente: Um relato sobre o Curso de Extensão ‘Meio Ambiente e Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável’*”, que compreende uma leitura das atividades ocorridas no âmbito de um curso de extensão oferecido pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ em dez encontros consecutivos ocorridos no segundo semestre de 2018.

Por último, na seção “Homenagem”, o professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ, Leandro Dias de Oliveira, apresenta “*Por uma geografia urbana da resistência: em memória de Gilmar Mascarenhas*”, com o objetivo central apresentar, ainda que de maneira sintética e preliminar, a obra deste importante professor carioca, que foi vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e tratou de temas diversos da Geografia Urbana, como esportes, turismo e lazer.

Ainda que com pretensões modestas, este artigo-homenagem deve ser lido com um relato de deferência, respeito e admiração dos professores do Departamento de Geografia [DGG] e do Programa de Pós-Graduação em Geografia [PPGGEO] da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ] ao docente que tão precocemente nos deixou. Reforçamos, mais uma vez, nossos bons sentimentos à companheira, aos filhos e demais familiares, aos amigos e aos parceiros de pesquisa que certamente permanecem, em sua memória, lutando cotidianamente por uma cidade mais democrática.

Boa leitura!

Por: **André Santos da Rocha e Leandro Dias de Oliveira**

**DOSSIÊ: *TRANSFORMAÇÕES URBANO-AMBIENTAIS
CONTEMPORÂNEAS E NOVAS PERSPECTIVAS PARA
A BAIXADA FLUMINENSE.***

REESTRUTURAÇÃO URBANA E O “NOVO MERCADO IMOBILIÁRIO” EM NOVA IGUAÇU (RJ) – FORMAS-CONTEÚDO, REPRESENTAÇÕES E ELITIZAÇÃO

André Santos da Rocha¹

6

Resumo: O texto analisa a dinâmica do “novo” mercado imobiliário em Nova Iguaçu, (RJ), entendendo-o como reflexo da dinâmica de reestruturação econômica e urbana no contexto da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana. A cidade tem experimentado transformações na paisagem urbana a partir da instalação de empreendimentos imobiliários vinculados ao ramo hoteleiro e a unidades destinadas às atividades comerciais e de serviços, neste mesmo contexto há a expansão de empreendimentos destinada a moradia mais elitizada, baseada em novos perfis condominiais. Assim, apontamos que a construção dos empreendimentos implica em novas formas-conteúdo e nas práticas de elitização no espaço periféricos, por fomentar transformações na dimensão do valor da terra e dos imóveis, e também influenciar no perfil dos “novos” moradores e da emergência de serviços especializados.

Palavras-Chaves: Novo Mercado Imobiliário; Reestruturação Urbana; Nova Iguaçu.

URBAN RESTRUCTURING AND “NEW REAL STATE MARKET” IN NOVA IGUAÇU (RJ) – FORM-CONTENT, REPRESENTATION AND ELITIZATION.

Abstract: The text examines the dynamics of the "new" real estate market in Nova Iguaçu (RJ), understanding it as reflection of the dynamics of economic and urban restructuring in the context of the Baixada Fluminense and the Metropolitan Region. The City has experienced changes in the urban landscape with to the installation of real estate developments linked to the hotel Division and units for commercial and service activities, in this same context there is the expansion of projects aimed at more elite housing, based on new condominium profiles. So, We indicate that the construction of enterprises implies new forms-content and the practices of elitization in the peripheral area, by promoting changes in the extent of the value of the land and real estate, and also influence the profile of the "new" residents and the emergence of specialized services.

Keywords: New Real Estate Market; Urban Restructuring; Nova Iguaçu.

¹ Doutor em Geografia pela UFRJ, Docente do Departamento de Geografia da UFRRJ e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-UFRRJ).  <http://orcid.org/0000-0003-0547-5550> . E-mail: asrgeo@gmail.com / asrgeo@ufrj.br

REESTRUTURACIÓN URBANA Y EL “NUEVO” MERCADO INMOBILIARIO EM NOVA IGUAÇU (RJ) – FUERMAS-CONTENIDO, REPRESENTACIONES Y ELITIZACIÓN.

Resumen: El texto examina la dinámica del “nuevo” mercado inmobiliario en Nova Iguaçu (RJ), entendiendo como reflejo de la dinámica de la reestructuración económica y urbana en el contexto de la Baixada Fluminense y de la región metropolitana. La ciudad ha experimentado cambios en el paisaje urbano desde la instalación de bienes inmobiliarios vinculados a la división hotelera y unidades para las actividades comerciales y de servicios, en este mismo contexto de que existe la expansión proyectos dirigidos a la vivienda de una elite económica, basado en nuevos perfiles de condominio. Por lo tanto, señalamos que la construcción de estos implica en nuevas formas-contenido y en las prácticas de elitização en el área periférica, promoviendo cambios en el valor de los terrenos y bienes Inmobiliarios y también influyen en el perfil de los "nuevos" residentes y en el surgimiento de servicios especializados.

Palabras clave: Nuevo Mercado Inmobiliário; Reestructuración Urbana; Nova Iguaçu



Introdução – Algumas questões teóricas e conceituais.

As transformações sociais e políticas em curso no âmbito de uma economia capitalista têm promovido intensas modificações espaciais. Tais modificações se consolidam diante da trama da globalização que traz como algoz a dimensão econômica, que por sua vez têm na estrutura espacial pilares essenciais de sua base, sobretudo, no que tange a produção, circulação e consumo.

Essa estrutura espacial acaba sendo dotada de uma materialidade e de uma imaterialidade que é construída por práticas sociais e representações (LEFEBVRE, 1972). Dentro desta estrutura espacial, o urbano pode ser entendido como reflexo e condicionante dessa sociedade capitalista (CORREA, 1993). Por sua vez, o urbano é construído dessa materialidade onde os artífices da logística produtiva e do consumo se forjam associados à combinação de ideologias desenvolvimentistas e de suas representações do progresso, onde inclusive ele próprio, o urbano, se torna uma mercadoria (CARLOS, 2002; CASTELLS, 1980).

Lembramos que, como uma produção social do espaço, ele é construído de uma historicidade, e que as lógicas de transformações se desenvolvem a cada novo período, informando uma nova estrutura a ser construída. Essas modificações se inserem em dinâmicas de mudanças e persistências de estruturas, onde o velho e o novo coexistem, isso não marca uma repetição, mas constitui uma nova realidade onde as relações sociais se concretizam. Edward Soja (1993) chama essas mudanças de “reestruturação” que é oriunda tanto das novas demandas produtivas e novas técnicas - reestruturação econômica – (ANTUNES, 1999); e é relacionada a uma dimensão territorial marcando novos usos dos espaços, consolidando novas realidades regionais e urbanas (ROCHA,2015; OLIVEIRA,2015).

Essas novas dinâmicas que envolve a reestruturação urbana são para Maria Encarnação Sposito (2004) expressas no contexto onde é possível perceber mudanças profundas e sensíveis na realidade urbana. Essa dinâmica tende a produzir uma nova “paisagem econômica” (PIRES,2001) capaz de se expressar como forma, mas também como conteúdo. No tocante a Baixada Fluminense e seus municípios, reafirmamos aqui que a reestruturação econômica e urbana nesta área envolve um “novo perfil de construções imobiliárias” além de que alimentam “novos usos e fomentam as transformações e especulações” (ROCHA,2015).

Neste sentido para além de uma cristalização de sua representação hegemônica de pobreza, miséria e violência (ROCHA,2013; ENNE,2002) indicamos que está área passa por um complexo processo de modificações de suas estruturas territoriais. Ou seja ela se concretiza também como lugar de trabalho (LAGO,2007), e cujas demandas de reestruturação urbana sedimenta-se numa nova feição sobre os novos empreendimentos imobiliários, que não se destinam apenas ao perfil residencial, mas também aqueles vinculados aos ramos da hotelaria e da atividades de serviços (prédios comerciais) que alicerçam uma dinâmica de reestruturação urbana, que passa diretamente pela lógica de especulação e valorização do solo.

A valorização do espaço urbano, e da transformação dele em mercadoria envolve a ação de seus agentes produtores, que revela modificações em suas formas-conteúdo (SANTOS,2002). As modificações nas feições das paisagens urbanas, o que inclui as

alterações arquitetônicas e urbanísticas de ruas, praças, prédios e até mesmo a inserção de novos serviços especializados, podem sugerir uma mudança dos conteúdos sociais do urbano, que na realidade já estão embutidos em sua transformação em mercadoria, via especulação, o que marcaria uma dimensão da reestruturação urbana.

A construção de uma especulação do solo urbano reverberada na supervalorização no novo perfil de imóveis tem sua origem na própria síntese da economia capitalista, onde ampliação de crédito e a dimensão do hiperconsumo são ideias chaves deste novo momento (HARVEY, 2009). Outrossim, não podemos deixar de pensar que as ações coordenadas de agentes promotores do espaço urbano são essenciais para entendermos uma conjuntura política da reestruturação.

Corrêa (1993) nos lembra que o Estado, os agentes imobiliários e os agentes fundiários estão entre os personagens significantes na preparação da venda do solo urbano. Contudo, não se pode ignorar a estrutura econômica representada pelos agentes financeiros compostas pelas grandes agências de crédito que tornam possíveis a venda e aquisição de imóveis via o financiamento dos mesmos (HARVEY, 2006).

A ação do Estado é marcada pela regulação do próprio solo urbano além de possibilitar a infraestrutura básica para a construção do mesmo. Essa ação do Estado é, muitas vezes, consonante com a ação dos agentes imobiliários e dos agentes fundiários que tem a função de transformar o solo em mercadoria. Cabe destacar uma especial menção aos agentes imobiliários pelo fato de que as suas ações no campo da aquisição do terreno, construção e venda de imóveis estão associadas à venda categórica do ambiente urbano.

Esse urbano, quando posto à venda, não é colocado apenas sua realização como matéria, mas também como representação. Neste caso, estamos pensando na atmosférica simbólica que esse urbano carrega para que se torne uma mercadoria capaz de ser vendida. Onde ele é imbuído, na maioria das vezes, de uma representação de mudança social e econômica contida nos serviços e no imaginário que aquela parcela do urbano pode oferecer.

A ideia de representação pode ser entendida como uma forma de conhecimento do mundo e das coisas que ele compõe (BAILLY, 1995). As representações estão,

inclusive, presentes como partes da produção do espaço (LEFEBVRE, 2006; 1972). Essas formas de conhecimento são expressas através de diferentes modos. Seja pela linguagem, seja pelas imagens mentais, ou mesmo pelas formas (i)materiais que qualificam a relação entre o sujeito e objeto (ROCHA, 2010).

Neste sentido, a dinâmica da reestruturação urbana na Baixada Fluminense e em Nova Iguaçu, não está balizado apenas nas transformações materiais, mas também na difusão de “novas representações”. Ao passo que a especulação imobiliária e os novos perfis de empreendimentos associados aos apart-hotéis, aos *Shoppings Centeres* e as atividades comerciais e de serviços, destacam mudanças materiais na estrutura urbano-econômica. Assim, podemos apontar que as novas representações sobre essas áreas e esses imóveis, contidas em propagandas e no marketing são parte de uma dimensão imaterial, que reforça as transformações de forma-conteúdo.

No sentido de tentar contribuir para análise desta temática, o presente texto tenta responder a seguinte questão: em que medida o novo perfil imobiliário de Nova Iguaçu, tanto material (transformações físicas no espaço urbano) quanto imaterial (transmissão e difusão de representações), permite-nos perceber as modificações de formas-conteúdos nesta parcela do urbano como parte de um processo de reestruturação?

Entretanto, se faz necessário uma breve exposição sobre Nova Iguaçu no contexto da reestruturação econômico produtiva da Baixada Fluminense para, assim, pensarmos a recente dinâmica do “novo” perfil imobiliário neste município.

Nova Iguaçu e seu contexto na Baixada e na dinâmica da Reestruturação.

O Município de Nova Iguaçu, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), está situado a 29,6 Km do Município do Rio de Janeiro, núcleo metropolitano e capital do Estado (ver figura 1). Segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população de Nova Iguaçu em 2018 era de 818.875 mil habitantes para um território de 520,807 Km², se constituindo no quarto município da região metropolitana do Rio de Janeiro em tamanho da população e

segundo em extensão, tendo uma densidade de 1.527,60 habitantes por Km², Segundo dados do censo de 2010.²

Nova Iguaçu é considerada por muitos pesquisadores o município mãe do que hoje se chama Baixada Fluminense (SIMÕES, 2007, ROCHA, 2009, ENNE, 2002, BARRETO, 2006). A Baixada é, em suma, formada pelos municípios localizados na porção oeste da Baía de Guanabara (ROCHA, 2011), e que foram incorporados pela expansão urbana da metrópole carioca (SEGADA SOARES, 1962). Áreas que, sobretudo, foram marcadas pelas representações de violência, miséria e pobreza construídas durante anos de 1970 e 1980 a partir de práticas sociais e difusão de notícias na mídia carioca.

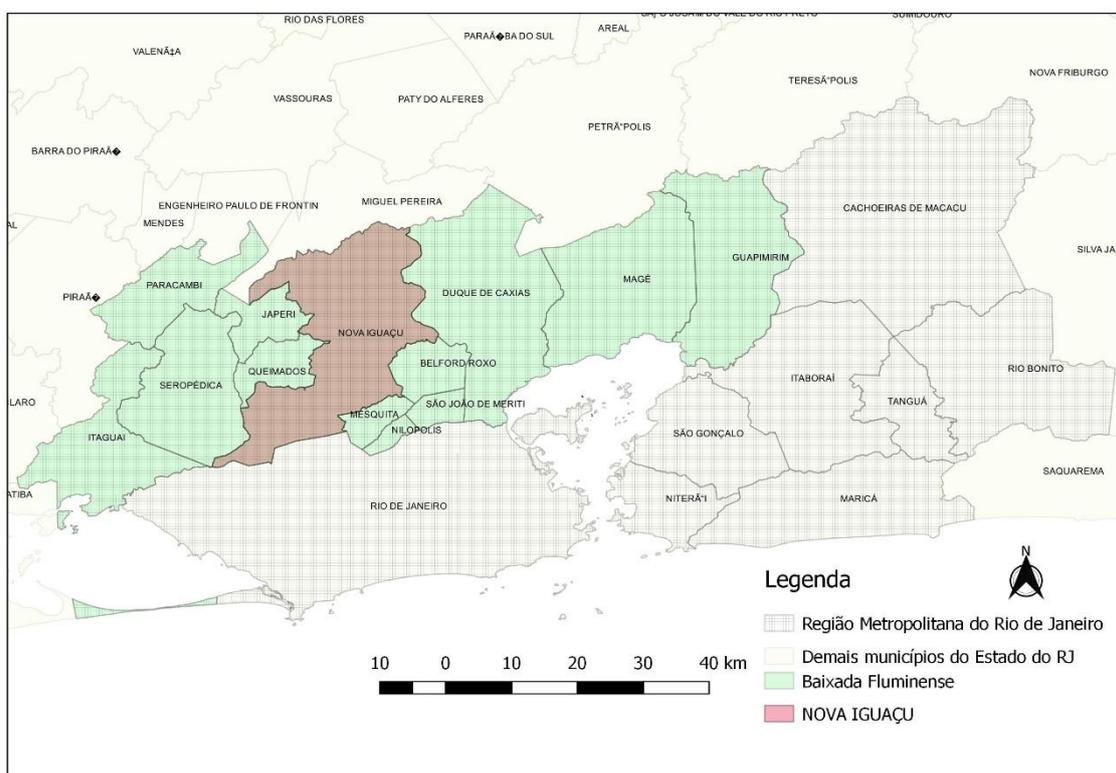


Figura 1 – Mapa de Localização do município de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Elaboração do Autor.

Nova Iguaçu é uma importante centralidade econômica no contexto da região metropolitana, em especial para alguns municípios da Baixada Fluminense (Japeri,

² Informações estão disponíveis em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>> data do Acesso: 18 de jun,2019.

Paracambi, Queimados, Belford Roxo, Mesquita e Nilópolis). Esse município exerce tanto função de polo comercial atraindo populações destes municípios pelas dinâmicas dos serviços instalados quanto pelo potencial de trabalho, sendo considerado um lugar de destino de trabalhadores na periferia da Metrópole (LAGO, 2007). É o segundo maior PIB (R\$ 3.816.154,00) e o segundo maior orçamento (R\$ 581.996.817,05) da Baixada, concentrando significativa parcela das atividades de comércio e indústria. Sua estrutura econômica é complexa e revela uma grande quantidade de atividades econômicas, sendo que obtém maior destaque o setor de aluguéis, construção civil, serviços, indústrias de transformação, transportes e comércio varejista (TCE-RJ, 2005).

Segundo Segada Soares (1962), a expansão urbana de Nova Iguaçu e sua correspondente incorporação a célula urbana da metrópole carioca se dá no meado do século XX, numa complementaridade pautada na construção de vias de circulação e expansão loteamentos de áreas próximas, em especial aquelas cuja produção agrícola já estava em declínio. No caso de Nova Iguaçu podemos indicar o caso da citricultura (ver figura 2).

Segundo Simões (2007), os loteamentos se iniciaram no entorno das estações mais próximas do Distrito Federal, como as do subúrbio carioca e da Baixada Fluminense, onde já se localizavam alguns aglomerados urbanos, cujas facilidades de interligação levaram a uma grande expansão e ocupação do urbano. A expansão urbana de Nova Iguaçu seguiu em consonância às margens da estação ferroviária, estendendo-se harmonicamente de ambos os lados da ferrovia, alcançando de um lado a montanha, chegando até a Rodovia Presidente Dutra.

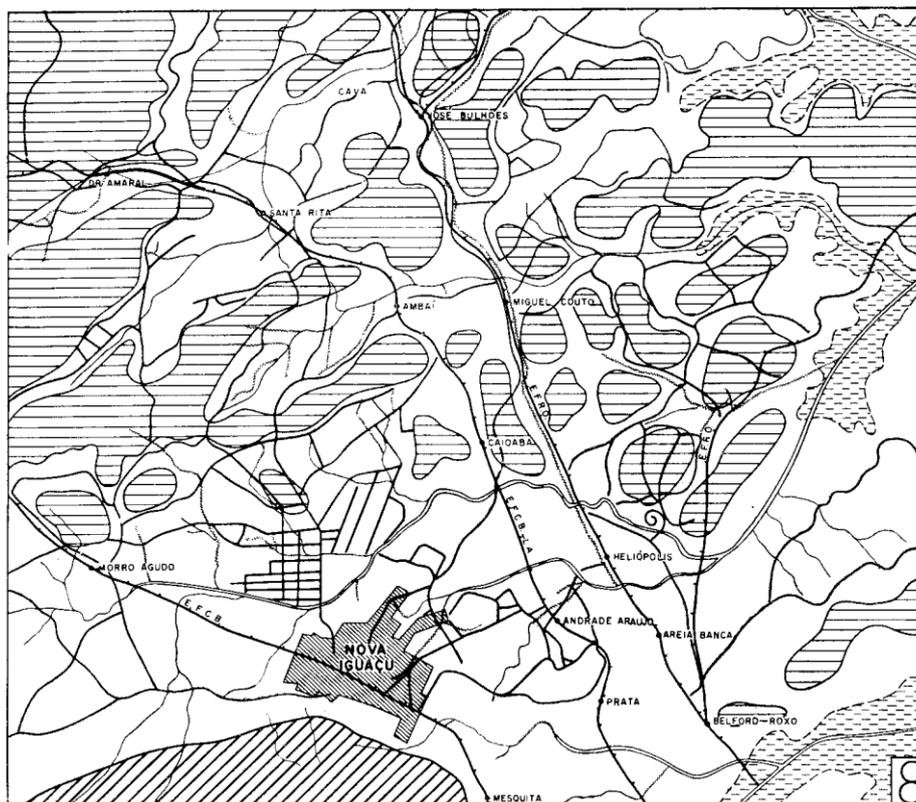


Figura 2 – Rede de transporte da área citrícola iguaçuana.

Fonte: (SOARES,1962)

A área central de Nova Iguaçu indicada em destaque na figura 2 que é recortada pela via férrea, constituiu uma diferenciação no uso do solo. Onde no lado direito da ferrovia, em direção a rodovia Presidente Dutra, mostrava-se o uso mais comercial e industrial, e do lado esquerdo, em direção a encosta da “Serra de Madureira” já se consolidava um uso residencial, em especial de antigos comerciantes e produtores da laranja, e que hoje acaba se tornando um espaço privilegiado para especulação imobiliária.

É também com a abertura da RJ-081 (Via Light), que perpassa a área central de Nova Iguaçu, que se intensifica a integração de transportes intra e intermunicipais na cidade que, assim, possibilitam novos fluxos, contribuindo para a dinamização econômica produtiva na cidade, principalmente no que se refere às atividades do setor terciário. É nesse contexto que se percebe instalação de Shoppings, edifícios, além de estruturas de circulação como vias e terminais de passageiros e uma revitalização de sua

área central em torno de um “Shopping a Céu Aberto”, trazendo ares de representação de uma “nova” Nova Iguaçu.

Assim, entre os anos de 1990 e 2010, o crescimento econômico de Nova Iguaçu e dos demais municípios da Baixada, bem com a inserção da Baixada no cenário da política nacional, vide a disputa de Lindbergh Farias a prefeitura de Nova Iguaçu, somados aos investimentos públicos na construção vias de circulação e no incremento de um potencial logístico (ROCHA,2015) e os investimentos privados no setor de comércio e varejo e construção civil, apontaram uma possibilidade de se redefinir as práticas comerciais dos imóveis em Nova Iguaçu. Caracterizando, portanto, uma faceta da reestruturação urbana. Uma vez que há a permanência das atividades comerciais básicas com centralidade do varejo popular e da presença e uso de antigas formas, mas também há uma nova dinâmica imobiliária que se reinventa através de uma nova arquitetura de prédios e de serviços, também, por um novo conteúdo social e simbólico, produzindo “novas representações” para essa periferia urbana. A presença de empreendimentos de médio e alto padrão, vem apontando modificações na paisagem e nos tipos de serviços em parte de sua área central, indicando, assim, uma redefinição de conteúdo sociais e formas espaciais no urbano em Nova Iguaçu.

O “novo” mercado Imobiliário na Área Central de Nova Iguaçu e suas Novas Formas-Conteúdo.

O processo que insita um “novo” mercado imobiliário em Nova Iguaçu, em especial em parte em sua área central, ganha maior fôlego após os anos 2000, se intensificando entre 2007-2014, passando por um período de pausa [seja na construção, seja na dinâmica de vendas e alugueis] diante da crise econômica no estado do Rio de Janeiro entre 2014 e 2016, e vem retomando sua dinâmicas nos últimos dois anos com lançamentos e instalações de uma série de empreendimentos, sendo eles para usos diversificados.

No que tange os empreendimentos residenciais já indicamos em outros textos que muitos empreendimentos obtiveram valorizações expressivas e que inauguraram

um novo estilo de morar em Nova Iguaçu. Tendência reforçada por Frade e Ribeiro (2018) que alicerçar-se no perfil socioeconômico dos moradores destes empreendimentos, que buscam além do conforto, um “novo” estilo que é desconectado com a maneira de morar da periferia. Estamos tratando dos “condomínios clubes”.

Por exemplo, os empreendimentos lançados entre 2007 e 2010, como o Acqua Residencial, o Florae Nova Iguaçu e o Prime representam bem essa dinâmica, em 2011 imóveis nestes empreendimentos já eram comercializados respectivamente por R\$280.000,00, R\$ 200.000,00 e R\$ 400.000,00³ e atualmente em 2019 correspondem a preços médios de R\$ 415.000,00, R\$ 370.000,00 e 575.000,00⁴. É salutar lembrar que a instalação desses empreendimentos chamou atenção de diversos jornais no período, vide o conteúdo da reportagem jornal O Globo de 16/03/2008 no “Caderno Baixada” que retrata a configuração e organicidade desses novos imóveis:

“O município de Nova Iguaçu, com 830 mil habitantes, receberá pelo menos três condomínios de alto padrão, grandes áreas de lazer e todo o sistema de segurança. A Gafisa, por exemplo, marca sua chegada na Baixada com um empreendimento de alto padrão em Nova Iguaçu. É o Acqua Residencial, todo projetado e idealizado com o conceito de lazer aquático, com uma grande área de piscina, proporcionando conforto, bem-estar e certo ar de férias aos moradores. Outro condomínio-clubes instalado em Nova Iguaçu é o Florae, do grupo RJZ Cyrela. Nele, boa parte da área de lazer ficará na cobertura com piscinas, sauna a vapor, bar na piscina, espelho d'água, fitness, ambiente de repouso, churrasqueiras e forno de pizza. Há ainda brinquedoteca, quadra infantil e lounge externo. O Florae oferece 216 unidades com dois e três quartos e uma suíte. Os apartamentos terão de 64 a 80 metros quadrados. Detalhe: os moradores podem escolher se a cozinha será integrada à sala, estilo americana, ou fechada. A localização também é ótima, apenas oito minutos do shopping e da área comercial”.

A proposta destes novos empreendimentos também despertou o comentário jornal Valor Econômico de 29/03/2007 que coloca que Nova Iguaçu tem “Porte de

³ tais valores foram obtidos através de entrevistas junto a corretores das imobiliárias Lopes Imobiliária e Orion Imobiliária no mesmo ano.

⁴ Os dados foram obtidos a partir de pesquisa sobre preços de venda de imóveis nos referidos empreendimentos disponíveis no www.zap.imoveis.com.br e www.trovit.com.br. Informamos que consideramos os imóveis de preço médio com metragem quadrada que variava entre 60 à 80 m².

condomínios da Barra da Tijuca, estilo nobre”, onde o título da reportagem inicia com a ideia de a “ *Baixada deixa de ser ‘Baixada’*, fazendo alusão a representação de pobreza e miséria que marcou a Baixada (ROCHA, 2009) e que por conta desses novos empreendimentos deixa tal representação e pode ser, então, comercializada dando ao mercado uma possibilidade de transformar o solo urbano de Nova Iguaçu e sua nova representação em mercadoria [ver figura 3]

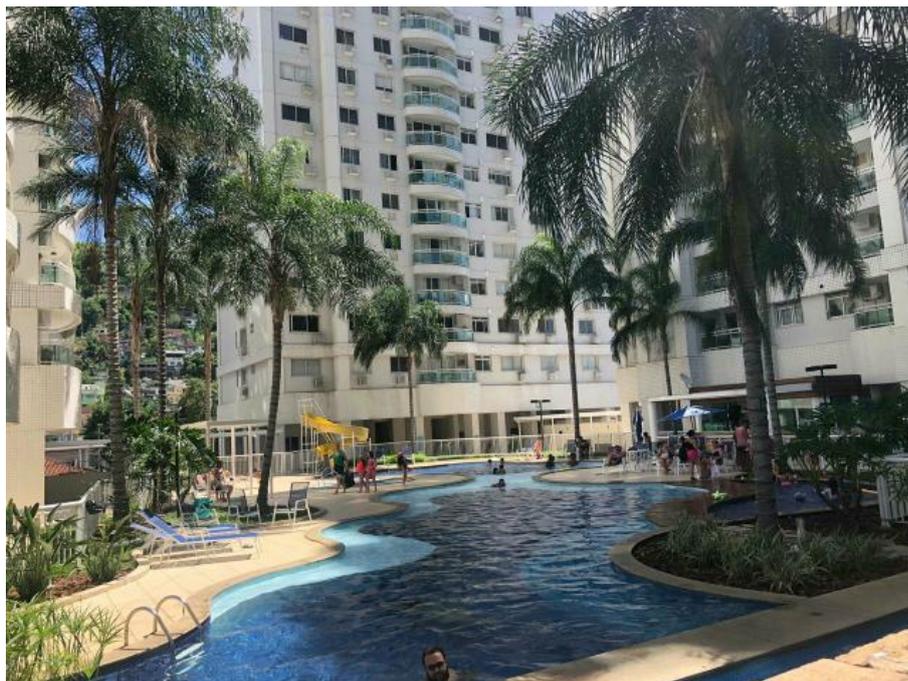


Figura 3 – Área de lazer do Condomínio Aqqua em Nova Iguaçu. – um perfil de condomínios “estilo Barra da Tijuca na Baixada”. Fonte: Site OLX, 2019

Assim, com a instalação desses novos empreendimentos imobiliários, se verifica a emergência de serviços especializados apontando-se uma mudança no conteúdo social que são indicativos de uma real mudança ou ampliação de uma possível “elitização” em parte da área central de Nova Iguaçu (NASCIMENTO, 2009). Como exemplo desses novos serviços podemos citar a presença do Itaú Personalité (figura 4), segmento do banco Itaú destinado aos clientes de alto poder aquisitivo e que demonstram forte tendência nos investimentos de capitais privados. Podemos citar, também, os serviços diferenciados na área de entretenimento e lazer como cafeterias, bares e restaurantes temáticos, serviços médicos de alta complexidade que em sua

composição reflete um caráter mais “elitista” seja em sua paisagem seja no preço dos serviços prestados.



Figura 4 – foto do Itaú Personalité localizado na “área nobre” em Nova Iguaçu.
Fonte: Autor, 2011

Outro empreendimento que marcou bem uma nova expressão de conteúdo social foi o “Rossi Exclusivo” - que no pré-lançamento, realizado no final do mês de setembro de 2011, teve suas unidades mais baratas variando entre 350 e 400 mil reais. Esse empreendimento vendia em sua apresentação um caráter elitista e sofisticado, marcado em seu nome como “exclusivo”. O que surge é que muitos outros empreendimentos imobiliários destinados para alto padrão foram lançados entre 2014-2017 (FRADE & RIBEIRO, 2018) obedecendo a mesma perspectiva, de uma mercadoria exclusiva para um grupo social de alto poder aquisitivo. Esse empreendimento também é relevante, pois em suas propagandas e folders de divulgação constavam a divulgação

da dinâmica econômica de Nova Iguaçu no contexto da Baixada Fluminense, que se beneficiava de uma condição logística favorável aos negócios da Região.

O Rossi exclusivo não é apenas uma simbologia de uma nova forma-conteúdo que elitiza espaços na cidade de Nova Iguaçu. Ele é a materialização da dinâmica da reestruturação econômico-produtiva na escala regional, que cria diferenciações territoriais a partir da seletividade histórica das ondas de especulação e uso da terra urbana. Ele é a marca de como a reestruturação urbana de Nova Iguaçu está atrelada a dinâmica produtiva de sua região (ROCHA,2015)

É neste contexto, que urge a necessidade de pensar que o “novo” mercado imobiliário da Baixada Fluminense e de Nova Iguaçu não representa apenas novas formas, mas conteúdos sociais intrínsecos a reestruturação econômico-urbana de sua região. Logo, o “novo” não se restringe ao uso sofisticado de um modelo residencial, mas na expansão de “formas-conteúdo” que retroalimentam toda uma dinâmica econômico produtiva que alicerça a cidade de Nova Iguaçu com uma importante centralidade da geografia econômica da periferia fluminense. É por isso, que se torna relevante observar a materialização de empreendimentos voltados para os ramos comerciais e hoteleiros que instalaram em Nova Iguaçu.

Neste sentido, apresentaremos dados relativos aos empreendimentos levantados em trabalhos de campo realizados na cidade de nova Iguaçu em 2016 e 2018, onde foram identificados os seguintes empreendimentos [Quadro 1].

Quadro 1 - Novos Empreendimento de Usos Comercial e Hoteleiro em Nova Iguaçu.

Empreendimento	Ramo – destino	Ano de entrega
Mercure – Grupo Accor	Hoteleiro – possibilidade de uso misto.	2012
Mont Blanc Diamond Flat	Hoteleiro	2016
Mont Blanc Hotel	Hoteleiro	2003
Mont Blanc Suites	Hoteleiro	2017
Via lighth Metropolitan	Salas comerciais	2006

Lumina Corporate	Salas Comerciais	2014
Rossi Via Office	Lojas e Salas Comerciais	2016
Vitality Center	Salas Comerciais	2015
Le Monde Office	Salas Comerciais	2012
Iguaçu Top Commerce	Lojas e Salas Comerciais	2017
Shopping Iguaçu	Lojas para varejo e entretenimento	2016
Edifício Metropolis	Lojas e salas comerciais	2014

Fonte: Atividades de Campo REC-LAGEPPE em 2016 e 2018; Imobiliárias Locais.

Organizado pelo Autor.

Destacamos que destes empreendimentos, 4 são destinados ao uso hoteleiro e 8 de uso comercial e varejista (lojas). Estes buscam atender a demanda tanto especulativa quanto operacional da dinâmica produtiva de Nova Iguaçu no contexto da Baixada Fluminense. Uma vez que oferecem espaços para realização de reuniões, palestras comerciais, lojas para prestação de serviços. Além da dinâmica direta das atividades comerciais, essas propriedades servem a dinâmica rentistas de aluguéis e outras ações de renda imobiliária como a gestão das unidades de apart-hotéis com o *Pool hoteleiro*⁵.

Tais empreendimentos se localizam em maior parte em dois trechos: [a] O “outro lado de Nova Iguaçu”, que compreende a porção da área central entre a linha férrea e a Serra de Madureira e onde se concentra o solo mais valorizado da cidade, e das construções residenciais de alto padrão. Destacamos que nesta área estão a maior parte dos empreendimentos identificados nos trabalhos de campo.; e [b] na porção do “centro expandido”⁶, que compreende a área urbana que ultrapassa, o centro de serviços

⁵ "Pool hoteleiro" compreende a gestão das locações de unidades em um hotel, que corresponde à associação de vários proprietários que em conjunto com uma empresa de administração hoteleira, disponibilizam sua unidade para locação como se fosse um apartamento de hotel, através de um contrato de adesão com a administradora do edifício. No caso dos hotéis de Nova Iguaçu a gestão é feita hoje pelo Grupo Mont Blanc com três unidades e pelo grupo internacional Accor – Rede Mercure.

⁶ Autores como Simões (2013) e Frade e Ribeiro (2018) utilizam essa terminologia para referir-se a expansão das atividades terciárias que ligam áreas de uso misto (residencial e serviços) e alcançam zonas de coesão de atividades, como a famosa “rua das autopeças” (Avenida Nilo Peçanha).

tradicionais, e se expande pela Via Light chegando as proximidades do Top Shopping em Nova Iguaçu e a Avenida Nilo Peçanha. Esta área tem agregado a expansão de atividades terciárias e de serviços e acaba reverberando uma área de projeção de novos empreendimentos. [ver figura 5]

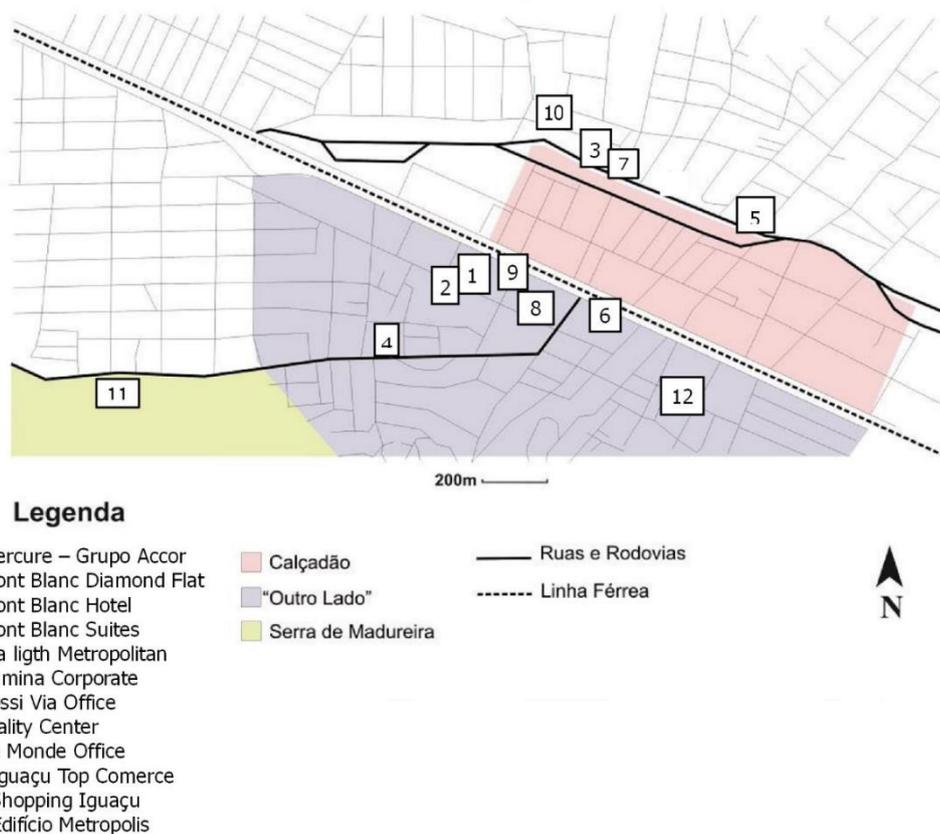


Figura 5 - Localização dos empreendimentos de uso comercial e hoteleiro na área central de Nova Iguaçu.

Fonte: LIMA,2016 – Adaptado pelo Autor.

De forma geral, na dinâmica da instalação de novos empreendimentos imobiliários de uso não residencial, destacamos a presença expressiva de hotéis e apart-hotéis, sendo três deles localizados na área mais nobre da cidade. Esses estão alicerçados ao uso produtivo de locação de unidade que se destinam a estadia temporária com objetivo de atender uma “demanda reprimida”. Essa se caracteriza por um público de empresários ou profissionais de empresas que estavam na região da Baixada Fluminense à trabalho ou negócios, mas não possuía locais para hospedagem de alto nível ou de *middle class*. Neste sentido, é importante citarmos os investimentos

do grupo Accor através o apart-hotel Mercure, que obteve o maior investimento do grupo na América Latina, estimado no valor de vinte e três milhões de reais, demonstrando o aquecimento do setor imobiliário em Nova Iguaçu. [ver figura 6]



Figura 6 – Folder de divulgação do Mercure Nova Iguaçu.

Fonte: Página oficial do Mercure Nova Iguaçu

O Mercure, é símbolo por sua estética na paisagem da cidade de nova Iguaçu, mas também por ancorar a reverberação da reestruturação produtiva, uma vez que ela adquiriu potencial para seu projeto e instalação em virtude da dinâmica econômica e produtiva do entorno.

Cabe destaque na análise os empreendimentos, lançados pela ROSSI: O Diamond Flat que é empreendimento misto com 23 lojas e 156 apartamentos, e o Rossi Via Office, um empreendimento comercial com 198 salas e 19 lojas. Esses se localizam na zona do “centro expandido” e compreende unidades localizadas uma ao lado da outra, que adotam a possibilidade do uso hoteleiro – marcando uma demanda expressiva da dinâmica da reestruturação da Baixada- em uma área sem essa tradição, apostando na dinamização econômica a partir de uma oferta mista com lojas comerciais que serve como uma pequena galeria comercial que abriga serviços que possibilitariam atender a demanda da hospedagem local com restaurantes, serviços de estética e beleza, entre outros.

Outro empreendimento econômico que se destaca é o Lumina Corporate, localizado no “outro lado”, e segundo Lima (2016, p. 170) esse empreendimento foi:

(...)construído e inaugurado em 2014, lançado pela construtora Calper...O prédio possui 22 andares, sendo quatro deles de estacionamento. O térreo com 12 lojas (o aluguel das lojas varia de R\$3.000 a R\$7.000); 171 salas comerciais (o valor de uma sala comercial varia de R\$160.000 a R\$180.000 pela construtora); uma sala de convenção com capacidade para 100 pessoas.

O Lumina é claramente uma expressão estética do padrão de negócio dos novos empreendimentos em Nova Iguaçu, marcando uma arquitetura globalizada com tendências pós-modernas, onde o conceito e estilo foi inspirado em empreendimentos de Abu Dhabi⁷e Dubai. Nesse contexto, a sua simbologia na paisagem exprime tanto uma elitização com uma nova forma de apresentação na periferia quanto no que tange ao seu conteúdo que se adequando ao novo perfil de moradores da região. [ver figura 7]

⁷ Informação contida no site da construtora Calper (<https://www.calper.com.br/empreendimento/lumina-corporate/>). Abu Dhabi compreende como uma porção dos Emirados Árabes, assim como Dubai, é caracterizada por uma forte especulação imobiliária de alto luxo, marcando sua paisagem com prédios excêntricos e luxuosos, de arquitetura altamente sofisticada.

LUMINA CORPORATE



O Design e Sofisticação
de **DUBAI**,
agora em
NOVA IGUAÇU

Lojas e salas comerciais
no melhor ponto do
Centro de Nova Iguaçu

- 10 lojas (c/jirau)
- 4 andares de estacionamento (rotativo)
- 1 Centro de Convenções (uso comum)
- Coffee shop (uso comum)
- 131 salas
- 3 salas de reunião (uso comum)
- Sala de Shiatsu (uso comum)
- 4 elevadores

**Antecipe-se ao lançamento
e aproveite as melhores oportunidades!**

Figura 7 – Folder de divulgação do empreendimento Lumina Cooperate.

Fonte: Calper.

Por fim, a construção do Shopping Iguaçu, que é administrado pelo grupo Ancar Ivanhoe - que possui capital misto desde 2006 com a empresa canadense *Ivanhoe*

ROCHA, Reestruturação Urbana e o “Novo Mercado Imobiliário” em Nova Iguaçu, RJ – formas-conteúdo, representações e elitização.

Cambridge - também merece destaque no contexto de uma reestruturação urbana e de projeção deste novo mercado imobiliário. Uma vez que marca o investimento de capitais imobiliário nacionais e internacionais em Nova Iguaçu, como uma tendência participe da reestruturação econômica produtiva da Baixada. E em segundo, porque a localização de instalação do empreendimento, localizado nos limites do Bairro da Luz, construído no espaço de uma antiga pedreira, traz consigo indicativos de expansão das atividades comerciais que se concentravam no centro [ver figura 8]



Figura 8 – Imagem de localização do Shopping Iguazu e o eixo de expansão da valorização e especulação imobiliária.

Fonte: <https://www.shoppingnovaiguacu.com.br/card/seja-bem-vindo-ao-shopping-nova-iguacu>. Adaptado pelo Autor.2019

Portanto, além das tendência de desconcentração de atividades - com oferta de serviços no próprio shopping que envolve desde atividades de ensino superior, curso de idiomas, academia, cinema, serviços médicos e clínicos, e uma área Gourmet com a presença de redes de restaurante que dinamizam e atende à demanda destes serviços com conteúdo de classe média -, a instalação do Shopping Iguazu implicou em todo um reordenamento territorial local, com a projeção de novos empreendimentos

residenciais nas proximidades, organização do fluxo das vias de circulação alterando dinâmicas de mobilidade, e reforçando uma nova centralidade na dinâmica intraurbana, sobretudo no fluxo que envolve a Avenida Augusto Abílio Távora (Estrada de Madureira).

Considerações Finais.

Conforme apontado no início do artigo, o contexto da reestruturação econômica que envolve novas atividades produtivas na dinâmica regional, está implicando em redefinições nas escalas locais dos municípios. Nova Iguaçu guarda nos elementos de sua paisagem urbana os signos de uma reestruturação que se materializa nas transformações de suas formas-conteúdo. A reestruturação urbana neste município aponta as transformações materiais quanto às imateriais em curso. As relações entre espaço, economia e o urbano representados via nova dinâmica do capital imobiliário na área central iguaçuana reverbera a redefinição de conteúdos sociais que influenciam na construção de paisagens que refletem os novos usos no espaço. Assim, as transformações de forma não são distintas das transformações de conteúdo (SANTOS, 2002).

No caso de Nova Iguaçu, os serviços especializados não são apenas, novos tipos de serviços, a localização e a forma onde esses serviços são vendidos possuem uma composição de paisagem que reflete uma representação da “nova” Nova Iguaçu. A estética contida nas formas dos serviços de entretenimento e lazer refletem, também um pouco da personalidade dos seus “novos” clientes. Reforça-se uma espacialidade de elitização, que no mesmo passo imputa dinâmicas segregadoras.

A dinâmica do “novo” capital imobiliário em Nova Iguaçu, ligado aos apart-hotéis e prédios comerciais não estão desconexos da estrutura dos imóveis residenciais, uma vez que a lógicas de elitização e sofisticação dos serviços a eles atrelados estão compondo um novo signo de representação. Assim o Conteúdo é essência da Forma. “Da Barra para a Baixada” ou de “Dubai para Nova Iguaçu”. O novo estilo de morar e

investir na cidade é na prática uma estratégia de compor uma diferenciação no território.

Assim, a partir dos exemplos apresentados sobre os novos serviços que surgem em consonância a especulação imobiliária em Nova Iguaçu, percebe-se que a emergência de novas formas-conteúdos na área central deste município representa bem a íntima relação da interação entre espaço e economia. Interação esta que se produz no urbano e nele também se reproduz (HARVEY, 2006) é capaz de indicar sobre a paisagem elementos para uma possível leitura, que não se restringe apenas as formas, mas as intencionalidades das representações destas (DUNCAN & LEY, 1993). Podemos assim afirmar contornos geográficos claros expressos na paisagem via a emergência de um “espaço elitista” em Nova Iguaçu, que reforça quadros desigualdades no território Iguaçuano.

O presente estudo em questão buscou apontar como as interações entre espaço e economia poderiam ser interpretadas via contextualização da reestruturação territorial produtiva na qual passa a Baixada Fluminense, com ênfase em Nova Iguaçu. Neste sentido, devemos primar por observar o perfil interno das cidades através de uma reestruturação urbana que fomenta transformações na dimensão do valor da terra e de imóveis e na estética dos empreendimentos. Outrossim, devemos pensar que essa dimensão da reestruturação está contida: [a] nas estratégias e ações de agentes imobiliários e instituições financeiras; [b] no conteúdo social, perfil dos “novos” moradores e investidores, [c] emergência de serviços especializados, como bancos destinados ao público com maior poder aquisitivo; e [d] na construção de espaços de segregação.

Assim, insistimos ao finalizar este artigo lançando algumas questões para futuras reflexões.

- Como poderíamos pensar a ideia de elitização da paisagem urbana como elemento para pensar relações entre espaço e economia?
- Quais são as outras implicações espaciais oriundas da interação espaço e economia poderiam ser indicativos da reestruturação urbana-econômica em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense?

Assim, não gostaríamos que este trabalho fosse à finalização de uma discussão, mas que possa abrir novas questões para o debate, em especial para pensar as relações entre espaço e economia de formas urbanas. Que possamos pensar as transformações espaciais em curso no urbano, em especial da Baixada Fluminense e de Nova Iguaçu.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Boitempo, 1999.
- BAILLY, A. Les représentations en géographie. In: BAILLY, A. et al (dir.) *Encyclopédie de géographie*. Paris: Economica, 1995.
- BARRETO, Alessandra Siqueira. *Cartografia Política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRRJ (Tese de Doutorado), 2006
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do Espaço. In: CARLOS, A.F.A (org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CORREA, Roberto L. *Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1993.
- DUNCAN, J.; LEY, D.(ed's.). *Place, culture, representation*. London: Routledge, 1993.
- ENNE, Ana Lúcia Silva. *"Lugar, meu amigo, é minha Baixada": Memória, representações sociais e identidades*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRRJ (Tese de Doutorado), 2002.
- FRADE, Gabrielle de Souza; DA SILVA, William Ribeiro. Mudanças socioespaciais na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Continentes*, n. 12, dez. 2018. ISSN 2317-8825. Disponível em: <<http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/186>>. Acesso em: 16 maio. 2019.
- HARVEY, David. O novo imperialismo. 3ªed. São paulo:Loyola, 2009
- _____. A produção Capitalista do Espaço. 2ª Ed. Annablume: São Paulo, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Maspero, 1972.

_____. *La Presencia y La Ausencia*. Contribucion a La teoria de las representaciones. México:FCE, 2006.

NASCIMENTO, Julio C. D. *Processos e Formas espaciais no Espaço Urbano de Nova Iguaçu*. Especialização em Geografia do Brasil. FEUDUC (Monografia de Especialização), 2009.

OLIVEIRA, Leandro Dias. A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-productiva, *Espaço e Economia*, 7 | 2015. Disponível em <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/1814>; DOI : 10.4000/espacoeconomia.1814

LAGO, Luciana Corrêa. A "periferia" metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. In: *Cadernos IPPUR/UFRRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Ano XXI, nº 2, p. 9 – 28, ago-dez 2007

LIMA, Otavio Linhares. Nova Iguaçu diante de um novo perfil de investimento imobiliário — Um relato de campo sobre os apart-hotéis e prédios comerciais. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, Volume 6, Número 11, p. 159-177, Julho-Dezembro de 2016. Disponível em <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/2662/pdf> > Acesso 10 de jun, 2018.

PIRES DO RIO, Gisela A. Espaço Economia e Cultura: uma possível agenda de pesquisa. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (org's). *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

ROCHA, André Santos da. Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: Apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano 3, nº 6, Janeiro / Junho de 2015. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/1677>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015. DOI : [10.4000/espacoeconomia.1677](https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.1677)

_____. “Nós não temos nada a ver com a Baixada” - problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*. Ano 3 Número 4, pp. 1-22 Janeiro – Julho, 2013.

_____. A representação "Ideal" de um território - exemplificando a Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*. v. 10, p. 7-25, 2011.

_____. Algumas considerações sobre espaço e representação: subsídios para uma análise geográfica. In: *Anais do I congresso Brasileiro sobre Organização do Espaço*. UNESP: Rio Claro, 2010. (p.427-447)

_____. *Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal*. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF (Dissertação de Mestrado), 2009.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.

SEGADA SOARES, Maria Teresinha. “Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, vol2, n24, 1962.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade Estilhaçada – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Entorno, 2007.

SPOSITO, M. E. B. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*, 2004. 504f. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP-Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2004.

SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Hucitec,1993.

TCE – *Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro*. Relatório de Situação Fiscal 2005.

Disponível em: < www.tce.rj.gov.br.> Data do acesso: 25/07/2009.

Data da Submissão: 24/04/2019

Data do Aceite: 30/06/2019

“EU NOMEIO, TU RENOMEIAS, ELE NOMEIA NOVAMENTE”: COMO AS TOPONÍMIAS PÚBLICAS EM NILÓPOLIS (RJ) EXPRESSAM TERRITORIALIDADES POLÍTICAS

Anderson Alceu Alves Albuquerque¹

Miguel Ângelo Ribeiro²

30

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir o uso político partidário das toponímias no município fluminense de Nilópolis. A cidade em questão, componente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e conhecida na escala nacional e internacional por sediar a Escola de Samba Beija Flor de Nilópolis, presencia um intenso processo de modificações de nomes de equipamentos públicos pautados por interferências políticas. Como a etimologia sugere, toponímia diz respeito ao estudo dos nomes dos lugares, contudo, para a análise em questão selecionamos apenas os espaços públicos que sofreram alteração de nomenclatura recentemente como forma de expressar o poder de um determinado segmento político, demarcando um território. A análise dessa questão no cenário nilopolitano aponta para a predominância de dois grupos políticos os quais influenciam fortemente na decisão de nomear tais espaços: o clã Abraão-Sessim e os Calazans, os quais demarcam no espaço um poder territorial.

Palavras-chave: Nilópolis; Grupos políticos; Poder; Toponímia.

**"I GIVE TO NAME, YOU RENAMING, HE NAMES AGAIN": AS THE
PUBLIC TOPONYMS IN NILÓPOLIS(RJ) EXPRESS THE POLITICAL
TERRITORIALITIES.**

Abstract: this article aims to discuss the political partisan use of toponyms in the municipality of Nilopolis (RJ). The city in question, part of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro and known in national and international scale for hosting the Samba School Beija Flor from Nilópolis, witnessed an intense process of changes of names of public facilities based by political interference. As the etymology suggests, the name relates to the study of the names of places, however, for the analysis in question we have selected only the public spaces that have undergone changes recently naming as a way to express the power of

¹Doutorando pelo PPGEU-UERJ.
enderonalbuquerque@yahoo.com.br.

 <https://orcid.org/0000-0001-7807-1851> E-mail:

² Professor adjunto do Instituto de Geografia da UERJ.
mamikisi@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7118-1510> E-mail:

a particular political segment, staking out a territory. The analysis of this question in the nilopolitano scenario points to the predominance of two political groups which strongly influence on decision to appoint such spaces: the clan Abraham-Sessim and the frame in which Cabral space territorial power.

Keywords: Nilópolis; Political groups; Power; Toponymy.

“YO NOMINO, TÚ LO NOMEA, ÉL LO NOMBRA DE NUEVO”: COMO LAS TOMONIMIAS PÚBLICAS EN NILOPOLIS (RJ) EXPRESAN TERRITORIALIDADES POLÍTICAS.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir el uso político partidista de las toponimias en la ciudad de Nilópolis. La ciudad en cuestión, componente de la región metropolitana de Río de Janeiro y conocida a escala nacional e internacional para albergar la escuela de samba Beija Flor de Nilópolis, tiene un intenso proceso de modificaciones de los nombres de equipos públicos basados en la injerencia política. Como sugiere la etimología, la toponimia se relaciona con el estudio de los nombres de los lugares, sin embargo, para el análisis en cuestión seleccionamos sólo los espacios públicos que habían cambiado recientemente la nomenclatura como una forma de expresar el poder de un particular Segmento político, demarcando un territorio. El análisis de esta cuestión en el escenario nilopolitano apunta al predominio de dos grupos políticos que influyen fuertemente en la decisión de nombrar tales espacios: el Clan Abraham-Sessim y los Calazan, que demarcan en el espacio un poder territorial.

Palabras clave: Nilópolis; Grupos políticos; Poder Toponimia

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar as manifestações de poder no município de Nilópolis contemplando a análise das suas toponímias. O recorte temporal utilizado para essa análise abrange o período compreendido entre os anos de 1947 – ano da instalação do município - até o período atual, no qual se verifica uma tensão entre os grupos políticos locais no sentido de renomear espaços públicos. Embora as produções acadêmicas referentes à discussão toponímica sejam abundantes no âmbito geográfico, ainda não existem trabalhos que contemplem a essa temática na escala aqui proposta.

Quanto à operacionalização referente à metodologia da pesquisa, recorreremos a obras acadêmicas que trataram da discussão a respeito das categorias poder, toponímia e território. O caminho de investigação escolhido visa analisar como se dá a correlação de forças no espaço nilopolitano por meio do poder de nomear e o interesse político em renomear espaços públicos. Utilizamos, também, fotografias como forma de expressar visualmente a os territórios políticos. No intuito de responder a esse questionamento, o artigo se divide em três partes. Na primeira, ambicionamos contextualizar nosso recorte espacial no bojo da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) considerando da sua inserção socioeconômica. A segunda parte analisará a dimensão política do município em tela, enquanto a terceira parte discutirá o processo toponímico e sua dimensão política. A fim de apontar esse processo no contexto municipal, analisaremos alguns equipamentos públicos que tiveram seus nomes alterados para atender aos interesses políticos vigentes em determinado período, tais como os postos de saúde, as praças e estabelecimentos educacionais.

Nilópolis no contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Nilópolis, nosso recorte espacial, localiza-se na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, juntamente com os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Japeri, Queimados, Magé, Guapimirim, Itaguaí, Paracambi e Seropédica, compõem a Baixada Fluminense, conforme registra o Figura 1.



Figura 1: Localização do município de Nilópolis na RMRJ

Fonte: CEPERJ, 2014.

Embora ocupe oficialmente uma área de 19,157 km², segundo o IBGE, mais de 10 km² de sua área pertence ao Campo de Instrução Militar do Gericinó (Exército do Brasil) e apenas 9 km² são ocupados por sua população de 157.425 residentes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Essa configuração territorial confere ao município uma densidade demográfica superior a 8.000 hab./km², uma das maiores do país, materializando um processo de conurbação com bairros da cidade do Rio de Janeiro e com os municípios limítrofes.

Sobre as intervenções realizadas pelo governo de Nilo Peçanha entre os anos de 1909 e 1910, Lago (2000, p. 67) assinala que as

obras de saneamento e drenagem executadas na Baixada Fluminense nesse período, em vez de impulsionar a produção agrícola para o abastecimento da cidade, abriram novas fronteiras para a expansão imobiliária. Surgia nesse momento um novo padrão de produção do espaço construído urbano, os chamados “loteamentos periféricos”, que mudaria, doravante, a forma e o conteúdo não apenas do Rio de Janeiro, mas das demais grandes cidades brasileiras.

A alteração da forma e conteúdo aludida por Lago se manifestou através do adensamento demográfico dos municípios vizinhos ao Rio de Janeiro. Por consequência, houve a expansão da mancha urbana, até então limitada à cidade do Rio de Janeiro. No

contexto fluminense tal processo se materializou juridicamente com a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1973. Essa RM foi criada com 17 municípios, dentre eles Nilópolis e, tendo como seu núcleo o então município da Guanabara, atualmente constituindo o município do Rio de Janeiro e sediando a capital do Estado do Rio de Janeiro desde 1975, quando da fusão imposta pelo governo federal. O último Censo demográfico do IBGE (2010) registra o caráter altamente concentrador do ponto de vista populacional do núcleo da RMRJ, quando comparado aos demais municípios. Essa área concentra 74,1% da população residente no estado, perfazendo um total populacional de 11.823.752 habitantes. Entretanto, 6.323.037 desses indivíduos residem no município do Rio de Janeiro. Dessa forma, o núcleo da RMRJ abriga população superior à soma dos outros 20 municípios que a compõem atualmente, ratificando a forte concentração populacional metropolitana.

Nesse contexto, Nilópolis se inscreve como integrante de sua periferia (RIBEIRO & O'NEILL, 2012) - a Baixada Fluminense. O município em tela apresenta índices econômicos pífios quando comparado aos de outros municípios da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana. As receitas tributárias dos municípios da Região Metropolitana, em 2007, por exemplo, foram de R\$ 208.713.877 (em mil reais). O município nilopolitano, nesse mesmo ano, contribuiu para a RMRJ com uma arrecadação tributária de R\$ 1.198.642, correspondendo a apenas 0,57% do PIB total dessa região (IBGE, 2007). Para o ano de 2012 o PIB total da Região Metropolitana, na qual Nilópolis está inserida, foi de R\$ 261.090.608 (em mil reais). O município nilopolitano contribuiu com apenas 0,74% desse valor, com um PIB de R\$ 1.935.707.

Internamente, a participação dos setores econômicos indica o destaque das atividades de serviços na composição econômica municipal, correspondendo a cerca de 90% do PIB do município. Uma explicação para essa concentração pode ser formulada a partir da área urbana de Nilópolis, a qual inviabiliza a existência das atividades primárias e compromete o rendimento do setor secundário.

O espaço nilopolitano, conforme exposto, apresenta pouca expressividade quanto ao desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, é altamente dependente dos repasses federais para sua gestão. Por sua vez, a gestão municipal utiliza do poder

para nomear espaços públicos como forma de demarcar o domínio territorial de seu grupo, pois o território se configura a partir de relação de poder, a qual controla o espaço do ponto de vista material e simbólico. Nesse sentido, se por um lado nomear os espaços públicos simboliza a territorialização desse local, por outro é um indicativo do grau de poder do grupo beneficiado.

O poder sem pudor: atuação dos grupos políticos no espaço nilopolitano.

Nomear espaços públicos, ao mesmo tempo em que sugere a legitimidade do homenageado, expõe a força política daquele que homenageia. Por outro lado, grifar os espaços públicos em benefício político de um determinado grupo suscita uma discussão referente à necessária separação entre os interesses públicos e privados dos gestores municipais. Com efeito, discutir o sentido das toponímias para o caso em questão enseja considerar a noção de poder e do território - o qual consiste em sua manifestação espacial - e a relação entre as esferas pública e privada.

O topônimo, objeto de estudo da toponímia, diz respeito ao nome dos lugares. Nomear os lugares, por sua vez, cumpre uma dupla função, conforme sustenta Claval (2001, p. 189) ao afirmar que “o batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço”. Desse modo, além do referencial espacial, batizar os lugares serve, em alguma medida, como uma manifestação de poder daquele que o nomeia ou da parte de quem impõe a homenagem.

Já o poder ao se efetivar sobre um espaço cria uma demanda de reflexão geográfica, pois faz emergir um território. O território, simbólico ou funcional, é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, conforme aponta Souza (2010, p. 78). Afinado a essa preposição, a discussão do território suscita, indubitavelmente, o debate referente às relações de poder e, por extensão, aos grupos de poder atuantes em um determinado espaço e aos sujeitos imbricados. Convém acrescentar que o poder é sempre relacional devido a sua natureza de ser propriedade

de um grupo como defende Arendt (2016), por estar presente em todos os espaços, conforme expõe Foucault (2016) e por isso se insere em todas as relações, como esmiúça Raffestin (1993). Deste modo, o poder está presente para além da dimensão política. Contudo, neste artigo almejamos “compreender o poder como um problema político e como uma possibilidade de fundar um espaço político” (CASTRO, 2013, p. 102).

Essa análise é empreendida por Castro (2013) a partir das formulações de Arendt (2016), Foucault (2016) e Weber (1968). Baseado nesses pensadores, a autora classificou o poder como fundados em três dimensões: a despótica, a autoridade e a política. Na primeira forma de poder, o elemento que o caracteriza é a coerção pela força, ou seja, pelo emprego da violência. A essa modalidade de poder, Weber conceitua como dominação.

O poder fundado na autoridade, por sua vez, é “exercido como uma concessão, o que o torna uma forma legítima pela aceitação e pelo reconhecimento daqueles que a ele se submetem” (CASTRO, 2013, p. 103). A autora alude, mais uma vez, que, para Weber a autoridade pode se ancorar em aspectos tradicionais ou no carisma de quem exerce a liderança e, nesse sentido, essa forma de poder possui maior legitimidade quando comparada ao poder despótico, isso porque essa forma de poder se ampara em um consentimento social. Nesse ponto, a análise de Castro encontra o pensamento arendtiano (2016), uma vez que a autora alemã lembra que poder e violência apresentam graus proporcionais: quanto mais violência se usa, menos poder se tem.

A terceira forma de poder aludida por Castro diz respeito ao poder político. De acordo com a autora, essa tipologia se caracteriza por utilizar as ferramentas da coerção baseada no uso da força, oriunda do poder despótico, e por se utilizar, em grande medida, da legitimidade, oriunda do poder ancorado na autoridade. Nesse ponto, as contribuições de Castro ganham relevância na análise pretendida por este artigo. A adoção da categoria de poder político, tal qual delimitada pela autora, coaduna com nosso propósito de investigar a natureza do poder do grupo familiar Abraão-Sessim.

Descendentes de sírio-libaneses, os membros dessa família chegaram ao município na década de 1930. Aos poucos a família foi se enriquecendo e, ao contrário dos imigrantes judeus que ao se capitalizarem deixaram a cidade, os sírio-libaneses se

mantiveram e passaram a atuar na política local (SIMÕES, 2008). Com a emancipação de Nilópolis em 1947, então 4º Distrito de Nova Iguaçu, esse grupo, que atuava como suporte político de Getúlio de Moura, passou a comandar e gerenciar o referido Distrito elevado à categoria de município (ALVES, 2003).

Com o Golpe Militar de 1964 os integrantes da família Abraão-Sessim filiaram-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio político ao regime militar. Devido à proximidade com o governo, a família se beneficiou das intervenções na estrutura política da Baixada Fluminense. Em fevereiro de 1970 o prefeito de Nilópolis, João Cardoso, eleito para o cargo pela terceira vez, foi cassado sob suspeita de boicotar o regime vigente. Seu delator, e primeiro secretário da Câmara Municipal, era Miguel Abraão. Aniz Abraão (popularmente conhecido como Anísio) ocupava o cargo de vereador. “A partir desse momento teve início a conjunção entre poder militar, poder familiar e contravenção em Nilópolis” (ALVES, 2003, p. 104). Tal conjuntura refletiu na agremiação carnavalesca gerida por Anísio Abraão, a Beija-Flor de Nilópolis. Na condição de presidente, e dessa forma exercendo poder sobre a escolha dos enredos, nos anos de 1973, 1974 e 1975, a escola de samba de Nilópolis apresentou enredos enaltecendo o regime militar e suas realizações.

A cronologia das gestões municipal e da agremiação indica parte dessa estrutura. Em 1972 Nelson Abraão foi o primeiro membro do clã a assumir a Escola de Samba sem ser interino – depois dele apenas um presidente eleito não tinha Abraão como sobrenome. Em 1973 Simão Sessim tornou-se o primeiro do clã a assumir a prefeitura de Nilópolis- depois dele apenas dois prefeitos eleitos não pertenciam ao grupo ou não haviam sido lançados politicamente por eles.

Embora um membro do clã já fosse prefeito de Nilópolis em 1973, a projeção nacional alcançada pela Beija-Flor permitiu a esse grupo um espaço de exposição de seus feitos gerenciais não possível a nenhum outro adversário político da cidade. A partir desse processo, o grupo passou a usar o prestígio da instituição para uso político eleitoral próprio, vinculando o nome dos membros do clã aos projetos sociais realizados pela instituição carnavalesca. Convém ainda salientar a proeza do clã Abraão-Sessim nos legislativos municipal, estadual e federal. Desde o ano de 1972 o clã mantém ao menos

um representante direto na Câmara Municipal de Nilópolis. Na esfera estadual os sírio-libaneses em questão só não tiveram representantes na legislatura de 2007-2010. Desde 1978, Simão Sessim representa o grupo na Câmara Federal, sendo um dos deputados mais antigos da referida Casa com dez mandatos consecutivos.

O poder exercido pelos membros desse grupo possui uma base legalista, uma vez que se utilizam dos mecanismos formais da democracia (como eleições) e também se alicerça sobre o carisma e a tradição, como sugere Weber (1968). Dessa forma, os representantes políticos libaneses se beneficiam da tradição emanada pela agremiação carnavalesca e do carisma conferido a seu patrono por parte da população local para angariar votos nas eleições políticas. Nesse sentido, sua atuação estaria fundada na autoridade. Contudo, em paralelo a esse processo legalista, há o uso da coerção pela força. O uso da violência acompanha a biografia do carismático patrono beijafloriano, como expuseram Cavalcanti (2009), Bezerra (2010) e Jupiara & Otávio (2016).

A análise do poder político no supracitado município aponta para existência de movimentos distintos no tocante às hegemonias das forças políticas. Essas distinções temporais, por sua vez, nos permitem dividir o processo de construção dessas territorialidades em dois períodos. O primeiro se inicia a partir de sua emancipação em 1947 e se estende até o início da década de 1970, o qual aponta para a fragmentação e para a alternância de nomes no poder executivo municipal. O segundo período é caracterizado pelo surgimento e posterior consolidação do grupo hegemônico na política local: o clã Abraão-Sessim.

Nas eleições municipais de 2012, a oposição ao clã libanês se uniu em torno da candidatura de Alessandro Calazans. Apesar dessa união e do baixo índice de aprovação do mandato de Sérgio Sessim que tentava a reeleição, Calazans venceu o pleito por uma diferença de apenas 1,85% dos votos válidos e tornou-se o segundo prefeito eleito da cidade não vinculado ao clã Abraão-Sessim desde que estes assumiram a prefeitura nilopolitana, conforme aponta o Quadro 1. Nessa condição, antes dele, só havia João Batista da Silva (1977-1981).

Quadro 1: Prefeitos de Nilópolis – 1973-2020

Nome	Período	Condição
Simão Sessim*	1973 a 1977	Eleito
João Batista da Silva	1977 a 1981	Eleito
Zélio Sabino Barbosa	1981 a 1982	Vice Interino
Miguel Abraão *	1983 a 1988	Eleito
Jorge David *	1988 a 1992	Eleito
Manoel da Silva Rosa **	1992 a 1996	Eleito
José Carlos Cunha**	1996 a 2000	Eleito
Farid Abraão *	2001 a 2008	Eleito
Sérgio Sessim*	2009 a 2012	Eleito
Osvaldo Costa **	2012	Vice Interino
Alessandro Calazans	2013 a 2016	Eleito
Farid Abraão *	2017 a 2020	Eleito

(*) Familiares do clã Abraão-Sessim (**) Iniciaram-se na política por intermédio do clã.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Como exposto no Quadro 1, Alessandro Calazans rompeu a hegemonia do grupo libanês nas eleições municipais de 2012. Antes de assumir a prefeitura em 2013, Calazans foi vereador na cidade uma vez e deputado estadual em três mandatos consecutivos a partir das eleições de 1998. Além de Alessandro Calazans, seu irmão, Vander Calazans também foi vereador no mandato de 2008 a 2012. A família Calazans atua na cidade no ramo imobiliário e o pai de ambos, Alcebíades Calazans, preside uma instituição social na cidade. Desse modo, no atual contexto político nilopolitano, os Calazans constituem o principal grupo rival dos Abraão-Sessim.

Esses dois grupos se destacam ao utilizarem o espaço público de maneira privativa ao impor o nome de seus pares a esses espaços, nomeando equipamentos públicos como uma forma de manifestação de poder, marcando territórios a partir do uso político mesclando, assim, as esferas pública e privada.

O poder de nomear e o interesse político em renomear: conflitos toponímicos em Nilópolis

A discussão referente à delimitação do que seria espaço público pode ser feita a partir de dois níveis de análise não excludentes. O primeiro diz respeito à gestão desses espaços públicos e o segundo ao seu acesso. Dessa forma, Gomes (2002) nos lembra da existência de espaços públicos quanto sua gestão, porém de acesso restrito como hospitais e áreas militares e de espaços privados no tocante a gestão, porém de acesso público como os shopping centers. Nesse sentido, as limitações impostas pela forma de gestão ou pelo acesso ao espaço tornam-se insuficientes para classificá-lo como público ou privado. Entretanto, os espaços apropriados simbolicamente por meio de toponímias em Nilópolis, foco desta análise, se caracterizam por serem públicos tanto no acesso quanto na gestão.

Por outro viés, a distinção entre público e privado é, aparentemente, de mais simples delimitação. Para Dupas (2003, p. 23-24), o entendimento dos limites dessas categorias passaria necessariamente pela articulação dialética de “no mínimo dois níveis na análise: a ação do indivíduo e a estrutura coletiva na qual essa ação se inscreve. Trata-se de explorar as distinções entre as razões do indivíduo e das empresas e razões do Estado [...]”. Temos assim em Dupas, a separação da esfera pública de um lado, entendida como a razão do Estado na qual há também a ação do indivíduo, entretanto diluída entre os demais representantes da sociedade, e a razão individual e das empresas de outro lado.

Os cargos públicos por vezes são ocupados por indivíduos que priorizam projetos políticos pessoais e do grupo político ao qual pertencem. Tais grupos lançam mão de estratégias que atendam a esses intuitos e que lhes permitam apropriar-se da máquina pública pelo maior tempo possível. Contudo, para Gomes (2002, p. 184),

hoje no Brasil, a ideia de coisa pública se confunde, em grande medida, com algo de baixa qualidade ou de uso exclusivo das camadas populares, como no caso de hospitais, escolas, parques, centros de lazer etc. De certa forma, a mesma desvalorização ocorre com o espaço público, uma vez que o acesso é livre, e a frequência majoritária é composta, em geral, de elementos oriundos dessas camadas populares.

Gomes alude a respeito de duas características relativas aos serviços públicos: sua baixa qualidade e o fato deles serem usados por pessoas das camadas populares. Devido à segunda característica e, em que pese a pouca qualidade desses serviços, ainda assim sua apropriação é importante do ponto de vista político. O fato de esses serviços serem usados em sua maioria por pessoas pobres possibilita a alguns grupos se beneficiarem politicamente com os votos dessa camada mais numerosa da população que utiliza o serviço, exercendo um poder sobre os mesmos. Assim, há um esforço em grifar os espaços públicos populares com o nome de algum membro do clã político, constituindo-se, desse modo, em uma apropriação subjetiva do referido espaço, pois

a toponímia não é apenas um traço identitário, mas também um importante meio pelo qual se articula linguagem, poder e território. Nomear a natureza e lugares é um exercício de autoridade e evidência de poder, sendo ainda instrumento de identidade de um grupo ou instituição e autenticação da apropriação territorial (CORRÊA, 2018, p. 193)

Em nosso recorte espacial, o principal grupo político da cidade, os Abraão-Sessim, batizaram nove equipamentos públicos com seu sobrenome: três postos de saúde, duas praças e quatro espaços educacionais (Quadro 2) - fixos justamente caracterizados pela baixa qualidade dos serviços prestados às camadas mais populares, conforme Gomes assevera.

Quadro 2: Toponímias referentes a equipamentos públicos batizados por e para a família Abraão-Sessim.

Tipo de Fixo	Bairro	Homenageado	Vínculo político-familiar
Educativa	Nova Cidade	Regina Sessim	Mãe do deputado federal Simão Sessim
	Manoel Reis	Nelson Abraão David	Patrono da Beija-Flor
	Manoel Reis	Aniz Abraão David	Vereador e patrono da Beija-Flor
	Centro	Miguel Abraão	Prefeito de Nilópolis
Saúde	Centro	Jorge David (complexo)	Deputado estadual e prefeito de Nilópolis
	Cabral	Jacob Sessim	Irmão de Simão Sessim.
	Centro	Jorge David (posto central)	Deputado estadual e prefeito de Nilópolis
Lazer	Frigorífico	Jacob Abrão David	Irmão do prefeito Farid Abraão
Praça	Centro	Miguel Abraão	Prefeito de Nilópolis

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Localizado até então na Avenida Getúlio Vargas, principal via de acesso à cidade do Rio de Janeiro e área central de Nilópolis, o maior posto de saúde do município em tamanho físico, número de funcionários e especialidades, recebeu o nome de Jorge David em homenagem ao ex-prefeito e membro do clã libanês. No último ano da gestão municipal do prefeito Calazans (2016), o espaço que abrigava o posto de Saúde foi vendido à iniciativa privada. Os serviços médicos prestados por esse posto foram transferidos para uma unidade nova batizada de Melchiades Calazans Filho. Assim, não obstante retirar o nome do grupo político rival de uma área de grande circulação de pessoas na cidade, Alessandro Calazans rebatizou o posto de saúde com o nome de seu familiar.

Os Abraão-Sessim selecionaram também a principal praça pública da cidade para homenagear outro membro de seu grupo. A então praça, Paulo de Frontin, foi renomeada para Miguel Abraão. A alteração ocorreu durante a primeira gestão do prefeito Farid Abraão e, tendo como representante na Câmara Municipal, o vereador Abraõzinho. Os políticos citados são, respectivamente, irmão e filho do homenageado. Historicamente a praça representa o marco inicial da urbanização do município. A homenagem em Nilópolis a Paulo de Frontin se deveu ao fato dele ter sido

“responsável pela construção da primeira estação ferroviária do então povoado de São Matheus, inaugurada em 1914, pela construção das pontes ligando Nilópolis ao então Distrito Federal em 1919” (AZEVEDO & MONTEIRO, 2012, p. 83).

Apesar da oficialidade da troca do nome da referida praça, a gestão Calazans confeccionou placas com o nome anterior do logradouro como uma forma de não reforçar os interesses políticos do grupo rival. O esforço em aferir ganho político com a mudança do nome da praça ocorrida em 2007 não prosperou. Ainda hoje a homenagem ao membro do clã libanês não foi assimilada pela maior parte da população nilopolitana que desconhece a alteração da nomenclatura da referida praça. Até hoje ela é conhecida simplesmente “Praça do Chafariz”, após a obra que a dotou de tal equipamento em 2001. Essa postura exemplifica a rejeição de parte da população frente à imposição das toponímias oficiais, pois, conforme argumenta Mello (2007, p. 9),

as toponímias oficiais são, evidentemente, reconhecidas pela população de um modo geral. Mas, as pessoas, igualmente contestam o aparelho de Estado no que tange às toponímias oficiais com sentimento, criatividade, entendimento e uma linguagem que transforma à sua maneira e perdura no tempo. As camadas populares cultivam símbolos que lhes são transmitidos, mas elegem ou propalam a memória simbólica dos lugares.

A referida praça sediou a primeira escola local, construída entre os anos de 1914 e 1915 e a qual “ainda conserva [va] em sua fachada o monograma do nome de João Alves Mirandella, seu primeiro proprietário” (AZEVEDO & MONTEIRO, 2012, p. 90). João Alves Mirandella adquiriu em 1900 a parte restante da fazenda São Matheus, juntamente com as suas edificações. Mais que um simples proprietário, Mirandella é de grande importância para a história nilopolitana. Sua relevância é de tal monta que um dos principais logradouros da Área Central nilopolitana tem por nome Avenida Mirandella, isso porque ele foi o responsável pela gênese da cidade de Nilópolis ao fazer o levantamento da planta da fazenda e lotear as terras. Apesar da importância histórica atribuída ao prédio, a “força da grana que ergue e destrói coisas belas” foi mais forte que o apelo da edificação e assim, em julho de 2017, o que restava da fachada foi demolida para a construção de um prédio residencial, conforme atesta a Figura 2.

Figura 2: Fachada da primeira escola da cidade inaugurada em 1922



Fotografia: Enderson Albuquerque (2017)

Na parte superior da Figura 2, podemos observar o estilo eclético que caracterizava a fachada da escola, retratando o período no qual o prédio foi construído. Ao centro da foto, podemos observar um cartaz publicitário alusivo ao futuro residencial. Contudo, se por um lado essa mudança aponta para a refuncionalização do espaço, sugerindo uma alteração da dinâmica econômica atual na cidade, por outro lado o tombamento da fachada histórica para a construção residencial indica, mais uma vez, uma explícita manifestação de poder por parte do clã Abraão-Sessim, isso porque o futuro residencial se chamará Julia Abraão e ficará ao lado de outro fixo chamado Abraão David.

Ainda referentes à nomeação das praças públicas, Jupiara & Otávio (2016, p. 61) apontam outro feito do grupo sírio-libanês para beneficiar a memória de pessoas ligadas ao clã ao revelar o exemplo de um agente de segurança que “depois de morto, [...] viraria nome de Praça em Nilópolis. Em 6 de outubro de 2006, inaugurou-se, pelas mãos do prefeito Farid Abraão David, irmão de Anísio, a praça Luiz Cláudio de Azeredo Vianna,

‘renomado cidadão nilopolitano’”. O homenageado fora torturador na época da ditadura militar e ao final do regime de exceção passou a trabalhar, também, para a contravenção e, “atuando como lugar-tenente do bicheiro [Anísio], garantia salvo-conduto na construção da rede de influência e poder na região” (JUPIARA & OTÁVIO, 2016, p.55).

Quanto aos fixos educacionais, duas escolas foram nomeadas com o sobrenome libanês. A primeira homenagem foi a Regina Sessim, a qual batiza uma creche no bairro de Nova Cidade. A homenageada é avó do ex-prefeito de Nilópolis, Sergio Sessim, e mãe do Deputado Federal Simão Sessim. Com a segunda homenagem em uma escola pública, o grupo foi mais audacioso, pois enquanto os demais agraciados pertencentes ao clã eram pessoas já falecidas, em 2010 o contemplado foi um integrante vivo, Aniz Abraão David. A Figura 3 representa visualmente como a administração de Sergio Sessim (2009-2012) preocupou-se em imprimir a “marca política” dos Abraão-Sessim nos equipamentos públicos.

O símbolo de seu mandato era um beija-flor, remetendo à instituição carnavalesca gerida pelo grupo. No entanto, em razão das mudanças políticas no cenário municipal, a escola foi rebatizada, dois anos após sua inauguração, para Paul Harris, conforme atesta a referida figura. Porém, como no mesmo espaço funciona ainda o Centro de Educação Integral (CEI), a identidade do grupo sírio-libanês não foi totalmente apagada desse espaço educacional. Esse CEI foi batizado com o nome de Nelson Abraão David.

A análise da Figura 3 é emblemática, pois simboliza a disputa política pelo poder atualmente no município. A substituição do nome do membro do clã Abraão-Sessim e a troca da logomarca de um beija-flor para “Uma Nova Nilópolis”, demonstram a tentativa da gestão Calazans para enfraquecer o sobrenome do grupo rival. Entretanto, para alcançar esse intento, o prefeito se utiliza do mesmo expediente. Ainda no exemplo da escola em questão, embora aparentemente a troca do nome não remeta de forma direta aos membros de sua família, tal escolha não se deveu apenas à notabilidade do novo homenageado; considerou-se, também, uma estratégia política, o que reafirma a disputa de poder dos Calazans diante dos Abraão-Sessim.

Figura 3: Escola municipal homenageando um membro da família Abraão e depois rebatizada na gestão Calazans



Fotografias: GOOGLE STREET (2010)

Enderson Albuquerque (2016).

O estadunidense Paul Harris é fundador do Clube Rotary. Essa instituição, composta por empresários dedicados a práticas de caridade, é presidida atualmente no município por Alcebíades Calazans, pai de Alessandro Calazans, o qual já presidiu o Clube Rotary de Nilópolis por quatro vezes. Dessa forma, guardadas as devidas proporções, a instituição assistencialista está associada ao referido grupo político Calazans, do mesmo modo que a escola de samba Beija-Flor ao clã sírio-libanês.

Quando ainda era deputado estadual, Alessandro Calazans usou seu poder político na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) para nomear o hospital de referência em partos e cirurgias de varizes, inaugurado em julho de 2006 em Nilópolis, com o nome de seu avô: hospital Vereador Melchiades Calazans. Ao se tornar prefeito, Calazans homenageou ainda sua avó com o nome de uma creche: a creche Isaura Calazans inaugurada em agosto de 2013.

Do mesmo modo que a escola municipal, o posto de saúde que passou a compor o complexo Melchiades Calazans Filho durante a gestão de Alessandro Calazans, foi renomeado para Jorge David na atual gestão municipal. O homenageado é irmão do atual prefeito. A única creche municipal que homenageava a avó de Calazans também

foi rebatizada em homenagem a um ex-vereador ligado ao clã Abraão-Sessim. Sobre esse processo em Nilópolis, Corrêa (2018, p. 237) entende que “a consciência do sentido político e de comunicação da toponímia é antiga, implicando a alteração de nome de rios, montanhas, cidades e logradouros públicos à medida que se alteram aqueles que detêm o poder de criar e modificar significados”. Assim sendo, novas modificações toponímicas poderão ocorrer em Nilópolis evidenciando não necessariamente a importância dos homenageados, mas sim a força política do homenageador.

Considerações finais

A discussão estabelecida neste artigo suscita um debate referente ao público e ao privado na esfera nilopolitana, contudo, a prática desses grupos políticos cria um modelo gerencial no qual o privado se sobrepõe ao público, as individualidades se impõem sobre as políticas públicas mais amplas. A democracia representativa, que a priori sugere a ampliação das representativas nos debates públicos em razão da possibilidade de todos terem o mesmo direito em eleger representantes, é violentamente apropriada por grupos específicos, os quais elegem seus representantes quando ocupam a máquina pública, imprimindo um poder que reafirma suas identidades políticas.

Uma das manifestações da apropriação do espaço público para fins privados diz respeito à capacidade legítima de nomear os equipamentos e logradouros de uma cidade. O poder de nomear, por sua vez, está ancorado numa legitimação daquele que sugere a homenagem e/ou daquele que a recebe. A prática política atual no contexto nilopolitano demonstra que “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Como esse poder é passageiro, alguns espaços públicos nilopolitanos ficam à mercê de transformações toponímicas impostas por tais agentes públicos. A fim de criar um espaço de fato identitário entre os munícipes é preciso que esses espaços homenageiem personalidades desvinculadas da política partidária atual, ícones formadores da história

municipal desconexos com os políticos “profissionais” do momento, entretanto, percebemos em Nilópolis o processo oposto.

Nomear espaços públicos sugere uma determinada imposição territorial sobre esses espaços e essa imposição, por sua vez, compromete a plenitude do caráter público desses locais por conta de sua apropriação particular. Desse modo, os agentes públicos privatizam simbolicamente tais espaços por meio do seu poder de nomear e as forças políticas vencedoras do momento utilizam a mesma estratégia para renomear, assim, nesse contexto, “aos vencedores, as toponímias”.

Referências bibliográficas

ALVES, José Claudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense*. Duque da Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AZEVEDO, Jorge Baptista de; MONTEIRO, Marcus. *Inventário dos Bens Culturais de Nilópolis*. Nilópolis (RJ): Prefeitura de Nilópolis, 2012.

BEZERRA, Luiz Anselmo. *A família Beija-Flor*. 2010, 243 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Festa e contravenção: os bicheiros no carnaval do Rio de Janeiro*. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; GONÇALVES, Renata (orgs.). *Carnaval em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: Faperj, 2009. p. 91-123.

CEPERJ (2014). *Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Acesso em 28/08/2018.

Disponível

em

http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Caminhos paralelos e entrecruzados*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CRUZ, Cíntia. Cinturão para combater a criminalidade. *Jornal Extra*, Rio de Janeiro, 7 nov. 2016, Caderno Mais Baixada, p. 4 e 5.

DUPAS, G. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

IBGE. *Censo Demográfico*. 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010.

_____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2007* (disponível em www.ibge.gov.br).

JUPIARA, Aloy; OTAVIO, Chico. *Os Porões da Contravenção: jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e Segregação na Metrôpole: o Rio de Janeiro em Tempo de Crise*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

MELLO, João Baptista Ferreira. *A criatividade toponímica do povo carioca*. In: Colóquio Nacional do ANNER, II, 2007, Curitiba.

NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro. *Memorial Nilopolitano*. Nilópolis: Prefeitura de Nilópolis, 2009.

PERES, Guilherme. Nilópolis, Seu Povo, Sua História. *Diário Fluminense*, Nilópolis, Nov-2010/mar-2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Miguel Angelo; O' NEILL, Maria Mônica Vieira Caetano. Considerações sobre a dinâmica populacional fluminense: contrastes entre a metrópole e o interior. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo. (orgs). *Revisitando o território fluminense IV*. Rio de Janeiro: Gramma, 2012.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense*. 1 ed. Mesquita-RJ: Entorno, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. O Território Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.p 77-116.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Rio de Janeiro: Editora Cultrix, 1968.

Data da Submissão: 24/05/2019

Data do Aceite: 13/07/2019

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-FAR NA BAIXADA FLUMINENSE: DESARTICULAÇÃO ENTRE A POLÍTICA HABITACIONAL E A POLÍTICA URBANA EM DUQUE DE CAXIAS E BELFORD ROXO.

51

Marcos Henrique de Aguiar¹

RESUMO: O presente artigo investiga a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida-PMMV em Duque de Caxias e Belford Roxo, municípios integrantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O PMCMV vem promovendo a produção massiva de novas unidades habitacionais de forma desvinculada da cidade. É possível afirmar que o Programa se operacionaliza a partir da desarticulação entre a política habitacional e a política urbana, entrando em choque com a legislação que o disciplina e com a abordagem de integração entre as políticas setoriais do Ministério das Cidades. A metodologia se apoiou na literatura especializada na questão urbana, na utilização de dados do Ministério das Cidades, das prefeituras de Duque de Caxias e Belford Roxo e na aplicação de questionários aos síndicos de complexos residenciais situados nos referidos municípios, tendo por objetivo verificar as condições de acesso aos equipamentos sociais e serviços públicos por parte dos beneficiários.

Palavras-Chave: Habitação Social, Estado, Produção Do Espaço

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-FAR IN THE BAIXADA FLUMINENSE: SEPARATION BETWEEN HOUSING POLICY AND URBAN POLICY IN DUQUE DE CAXIAS AND BELFORD ROXO

Abstract: This article investigates the implementation PROGRAMA Minha Casa Minha Vida (PMCMV) in Duque de Caxias and Belford Roxo, municipalities that are part of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. The PMCMV has been promoting the massive production of new housing units in a way that is not linked to the city. It is possible to affirm that the Program is operationalized from the separation between the housing policy and the urban policy, clashing with the law that disciplines and with the integration approach between the sectoral policies of the Ministry of Cities. The methodology was based on specialized literature on urban issues, using information and data from the Ministry, from the prefectures of Duque de Caxias and Belford Roxo and in the questionnaires application to

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia de Universidade Federal Fluminense.

 <https://orcid.org/0000-0003-4730-2770> E-mail: mhaggeo@yahoo.com.br

administrators of residential complexes located in the said municipalities, in order to verify the conditions of access to social facilities and public services by the beneficiaries.

Key words: Social Habitation, State, Production of Space,

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-FAR EM LA BAIXADA FLUMINENSE: DESARTICULACIÓN ENTRE LA POLÍTICA DE VIVIENDA Y LA POLÍTICA URBANA EN DUQUE DE CAXIAS Y BELFORD ROXO.

RESUMEN: El presente artículo investiga la implantación del Programa minha CASA Minha Vida-FAR en Duque de Caxias y Belford Roxo, municipios de la Región Metropolitana do Rio de Janeiro. El PMCMV gera la producción masiva de nuevas unidades habitacionales de forma desvinculada de la ciudad. Podemos afirmar que el Programa funciona a partir de la desarticulación entre la política de vivienda y la política urbana, entrando en choque con la propia ley y con el enfoque de integración entre las políticas sectoriales del Ministerio de las Ciudades. La metodología se apoyó en la literatura especializada en la cuestión urbana, en la utilización de datos del Ministerio de las Ciudades, de las alcaldías de Duque de Caxias y Belford Roxo y en la aplicación de cuestionarios a los síndicos de complejos residenciales situados en los referidos municipios, con el objetivo de verificar las condiciones de acceso a los equipos sociales y servicios públicos por parte de los beneficiarios.

Palabras Clave: Vivienda Social, Estado, Producción Del Espacio

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida-FAR² em sua fase II³ em Duque de Caxias e Belford Roxo, municípios integrantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nessa modalidade do Programa a produção habitacional está a cargo das empresas do ramo da construção civil, que se viabiliza a partir dos fundos públicos repassados pela União à Caixa Econômica Federal, agente gestor do Fundo de Arrendamento Residencial, formado por um conjunto de recursos da União.

² Trata-se de uma modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida que se destina à produção de novas unidades habitacionais - no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana-PNHU – para atender as famílias com renda de até R\$ 1.600,00 (faixa 1) conforme o cadastramento dos beneficiários realizado pelo poder público local.

³ A fase II do PMCMV foi iniciada em meados de 2011, se estendendo até o final de 2014. Comparativamente à fase I, iniciada em 2009, na fase II foram estabelecidas metas de produção bem mais ambiciosas, com um quantitativo de 2 milhões de novas unidades habitacionais.

O foco na faixa 1 do Programa MCMV-FAR se justifica tendo em vista que este segmento do Programa atende fundamentalmente aos grupos sociais que não representam uma demanda solvável que permita acessar o bem moradia pela via do mercado residencial, que opera através do financiamento, correspondendo justamente as camadas sociais que engrossam o déficit habitacional brasileiro, alcançando o patamar próximo de 90% nesse segmento de acordo com dados da Fundação João Pinheiro (2018).

O presente artigo é parte das conclusões da pesquisa de doutorado em que se discutiu a articulação entre a política habitacional e a política urbana considerando a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV que esteve a cargo da equipe técnica da Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo da Prefeitura de Duque de Caxias durante a gestão do Prefeito Alexandre Cardoso que teve início em 2013.

Para o propósito do presente artigo pretende-se fundamentalmente apresentar alguns resultados referentes à implantação de grandes empreendimentos do PMCMV nos municípios de Duque de Caxias e Belford Roxo. Por meio das visitas realizadas a campo em áreas periféricas⁴ consolidadas dos referidos municípios foi possível verificar que a implantação de empreendimentos de grande porte - produzidos para abrigar milhares de novas famílias – ocorreu sem que houvesse uma adequada inserção urbana e/ou provimento dos equipamentos sociais e serviços públicos, tal como previsto na legislação que rege e disciplina o PMCMV-FAR⁵.

Propõe-se, portanto, uma abordagem a partir de uma perspectiva local o que possibilita revelar aspectos pouco explorados a respeito das condições em que se dão os embates, conflitos ou acomodações em torno da implantação do Programa Minha Casa Minha Vida-FAR na realidade local.

⁴ Bairro de Vila São José e Cangulo, respectivamente situados no primeiro e segundo distritos de Duque de Caxias e Jardim Redentor e Vila Santa Teresa, situados respectivamente nos distritos de Jardim Redentor e Vila São José em Belford Roxo.

⁵ Nos referimos aqui à Portaria Normativa de número 168, editada pelo Ministério das Cidades em 2013 e que dispõe sobre as diretrizes para a construção e localização dos empreendimentos além da contratação dos equipamentos sociais e serviços públicos complementares à habitação (Portaria 168/2013, Ministério das Cidades).

É importante ressaltar que na segunda fase do Programa MCMV se verificou um deslocamento geográfico das contratações em direção aos municípios da Baixada Fluminense, antes concentradas no núcleo metropolitano. A título de exemplo, depois da cidade do Rio de Janeiro, apenas Queimados⁶ contratou obras em volume expressivo na fase I do PMCMV. Tal dinâmica imobiliária em direção à Baixada Fluminense se deu a partir de um padrão de inserção urbana dos novos empreendimentos que a nosso ver reforçaram velhas políticas de segregação e de exclusão aos bens urbanos de consumo coletivo.

RECORTE TEORICO-CONCEITUAL

Por se tratar de um processo que envolve a produção imobiliária em larga escala, no caso a produção residencial, julgamos pertinente a adoção da perspectiva da produção do espaço (LEFEBVRE, 2008; 2013; HARVEY, 2013) e sua conexão com os processos de valorização e acumulação do capital como instrumental analítico para a compreensão da dinâmica de funcionamento da modalidade do Programa MCMV-FAR, a cargo do setor da construção civil.

Associada à produção do espaço recorre-se ainda à teoria da renda da terra (MARX, 1981) por se entender que os mecanismos que envolvem a valorização da terra exercem influência decisiva nos processos de estruturação urbana, na dinâmica do mercado imobiliário, além de sua interferência na obstaculização das políticas de promoção da habitação social. Ainda que controverso, conforme o entendimento de diferentes autores (SINGER, 1982; LOJKINE, 1997; RIBEIRO, 1997; VILLAÇA, 2001; HARVEY, 2005; 2013; CARLOS, 2009; 2015; JAMARILLO, 2017), o recurso a essa categoria da economia política aplicada ao caso urbano, entendida como o preço pago pelo uso

⁶ Considerando o contexto da Baixada Fluminense, na fase I do PMCMV-FAR Queimados foi o município de maior número de contratações, com 2.126 unidades, enquanto os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu contrataram respectivamente 1.152, 388 e 812 unidades. Na fase II a situação se inverte, pois enquanto Queimados teve apenas 3386 unidades contratadas, Belford Roxo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu tiveram respectivamente 7.489, 6.983 e 11.928 unidades contratadas, ainda que em alguns casos não efetivamente entregues.

da terra, permite identificar os mecanismos pelos quais se reiteram as formas de exclusão e os processos de reprodução e de reforço da segregação espacial.

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ALGUNS RESULTADOS

As visitas realizadas a campo em grandes empreendimentos do PMCMV tiveram por objetivo verificar o padrão de inserção urbana bem como o acesso dos beneficiários do Programa MCMV-FAR aos bens de consumo coletivo e aos serviços públicos, serviços complementares à habitação, conforme previsto nas diretrizes da Portaria 168 editada pelo Ministério das Cidades em 2013.

A metodologia consistiu basicamente na aplicação de questionário estruturado com perguntas objetivas – com espaço reservado à eventuais observações – aos síndicos dos residenciais do PMCMV nos bairros já citados de Vila São José e Cangulo (Duque de Caxias) e Santa Teresa (Belford Roxo).

Em trabalho anterior já havíamos sinalizado para o fato de que os municípios, através da análise do caso de Duque de Caxias, enfrentam dificuldades e constrangimentos diante do PMCMV tendo em vista a dinâmica verticalizada das decisões que envolvem a implantação do Programa. O resultado é um claro desencontro entre o que é definido nas diretrizes oficiais do Programa e seus rebatimentos institucionais e espaciais em âmbito local, o que se verificou da mesma forma para o município de Belford Roxo, cujo padrão de inserção urbana dos empreendimentos chama a atenção pelas precárias condições urbanas.

Foi possível verificar através das visitas realizadas a campo que o PMCMV-FAR opera a partir de um “descolamento” entre a política habitacional e a política urbana, fato que expressa uma afronta à própria legislação que disciplina o Programa, referenciada nos princípios e instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade.

De forma concreta é possível dizer que o PMCMV, em virtude de seu formato institucional – que se choca com a legislação urbana contemporânea - reforça e reitera um velho padrão de cidade, marcado pela segregação e pela exclusão aos bens e

serviços urbanos. A pesquisa de campo realizada nos empreendimentos em questão permitiu verificar que, embora o acesso à moradia tenha sido alcançado por milhares de famílias - o que sem dúvida alguma é um fato que não deve ser desconsiderado, tendo em vista o déficit e a precariedade habitacional em Duque de Caxias e em Belford Roxo – as intervenções não se desdobraram na ampliação do acesso à cidade ou na extensão dos equipamentos de uso coletivo e serviços urbanos.

A fala dos moradores-beneficiários do PMCMV dos empreendimentos visitados retrata as dificuldades cotidianas que precisam ser contornadas em virtude de uma política que tem como propósito primordial assegurar a continuidade do processo de acumulação mediante a produção do espaço. Nos termos de Lefebvre (2004), tal fato expressa a negação do direito à cidade, noção que se traduz em acesso à cidade em seu sentido mais amplo e político, em acesso à vida social e ao espaço como valor de uso.

PROGRAMA MCMV-FAR EM DUQUE DE CAXIAS

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias o município contratou na segunda fase do PMCMV um quantitativo de 7.443 unidades habitacionais na faixa 1 do Programa, das quais 65% do total correspondem a apenas dois empreendimentos, tendo em vista o grande porte de ambos⁷. Os empreendimentos Calundu e Cangulo estão localizados respectivamente no bairro de Vila São José e no bairro homônimo do Cangulo, ambos pertencentes ao segundo distrito de Duque de Caxias (figura 1). Ambos são formados por diversos módulos de condomínios contíguos⁸, contrastando com seus entornos imediatos, formados de moradias uni familiares de aspecto modesto.

⁷ O empreendimentos em questão são chamados de Calundu e Cangulo, e são compostos respectivamente por 2.448 e 2.440 unidades habitacionais (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 2018).

⁸ O complexo do Calundu é composto pelos residenciais Parma, Volterra, Rotonda, Bolzano e Padua, O empreendimento Cangulo é formado pelos residenciais Catânia, Riviera, Veneza, San Marino, Piemonte, Mônaco, Ancona, Bari e Catânia.

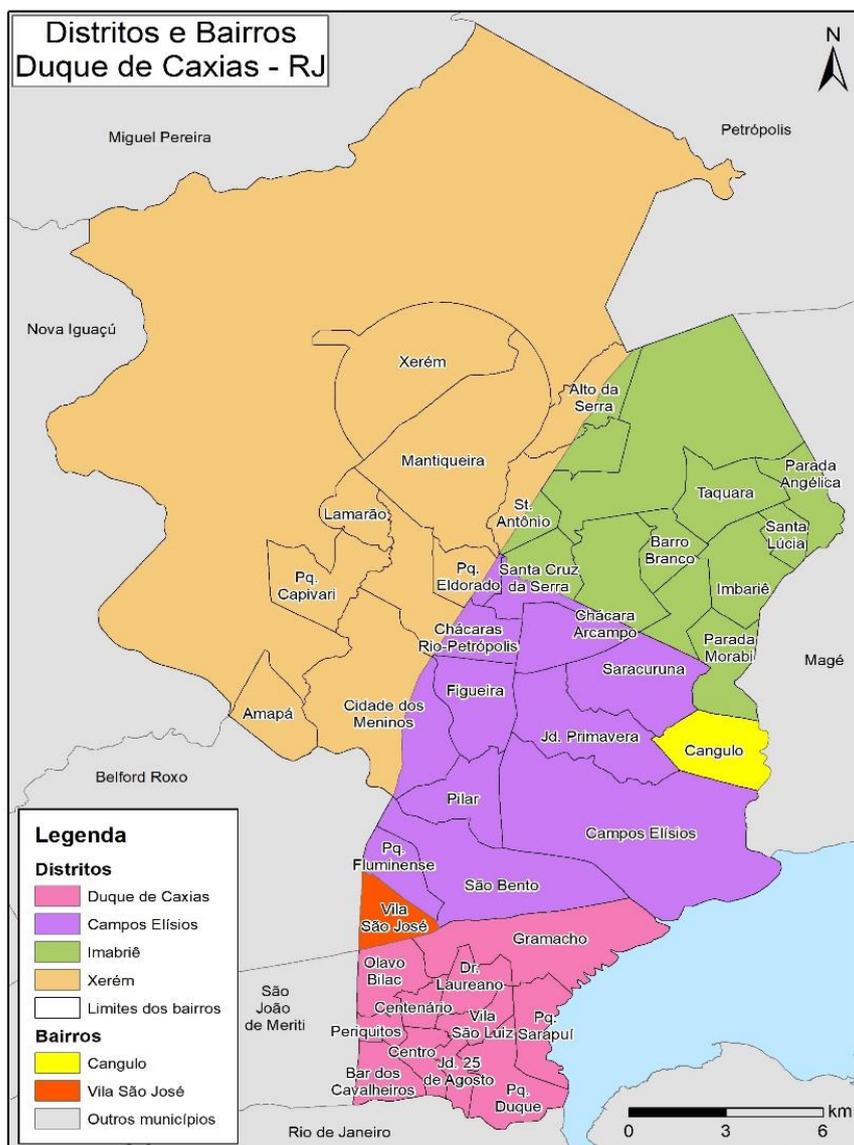


Figura 1: Distritos e bairros de Duque de Caxias
 Fonte: PMDC/IBGE

As impressões iniciais das visitas realizadas a campo aos bairros de Vila São José e Cangulo, posteriormente confirmadas pelos depoimentos dos beneficiários do PMCMV, apontaram para uma situação marcada pela precariedade dos recursos

AGUIAR, O Programa Minha Casa Minha Vida-Far na Baixada Fluminense: desarticulação entre a política habitacional e a política urbana em Duque de Caxias e Belford Roxo

urbanísticos em tais localidades. Tal fato se revela problemático tendo em vista os impactos trazidos pelos novos empreendimentos, produzidos para abrigar milhares de novas famílias - verdadeiras pequenas cidades - demandantes de equipamentos sociais e serviços públicos.

Apenas para se ter uma ideia do que está sendo exposto, dados fornecidos pela Subsecretaria de Habitação de Duque de Caxias dão conta de que os empreendimentos do Calundu e do Cangulo abrigam, em números aproximados, 9.792 e 8.720 moradores respectivamente, capazes portanto de pressionar a oferta já escassa dos recursos urbanísticos nos bairros de Vila São José e do Cangulo⁹.

A aplicação de questionário aos síndicos entre o mês de março e maio de 2018, bem como conversas informais travadas com moradores dos residenciais que compõem o Calundu e o Cangulo permitiram revelar as dificuldades cotidianas vivenciadas pelos beneficiários do Programa MCMV-FAR, tendo em vista a indisponibilidade ou a dificuldade em acessar os equipamentos e serviços básicos essenciais, tais como creches, escolas de ensino fundamental, unidades de saúde e sistema de transporte.

A carência dos equipamentos sociais e serviços públicos foi amplamente confirmada através das entrevistas realizadas em ambos os empreendimentos. Em virtude da carência dos serviços locais, os moradores acabam tendo que percorrer distâncias mais longas para conseguirem, por exemplo, ter acesso às escolas públicas, às unidades de saúde e hospital, situação que implica em custos mais elevados com as passagens necessárias para alcançar outras localidades.

O síndico do residencial Rotonda do Calundu, por exemplo, foi taxativo ao dizer que a localidade onde está implantado o empreendimento é muito carente em termos da oferta dos referidos bens e serviços urbanos, situação agravada, segundo sua opinião, com a chegada de milhares de novos moradores ao local. De acordo com suas observações, a região já era muito pobre e sem oportunidades de acesso aos serviços públicos, mas que os condomínios de grande porte agravaram os problemas já

⁹ Os bairros Vila São José e Cangulo contam respectivamente com população total de 30.291 e 12.751 habitantes (IBGE, Censo 2010).

existentes. Referindo-se ao problema da falta de vagas na rede pública de ensino, o entrevistado afirmou que “muitas crianças estão sem estudar por falta de vagas nas escolas que tem aqui”. Com um tom de insatisfação, por conta da falta de oportunidades de acesso aos equipamentos sociais, declarou que “fomos jogados aqui nesse lugar”. Ainda conforme suas palavras, “fui nascido e criado aqui e já era uma área muito carente, mas com a chegada das muitas famílias vindas de outros lugares a situação piorou”.

Realmente, de forma recorrente, houve-se dos moradores locais a fala de que “não tem nada aqui.” Conforme relato de um jovem morador do local, “não tem nenhum tipo de serviço público que pudesse atender as necessidades dos moradores desses conjuntos habitacionais, que, aliás, são muitas” (morador do residencial Volterra – Calundu).

A figura seguinte permite visualizar a densidade reduzida dos equipamentos sociais no entorno do empreendimento Calundu, e mesmo até 2.500 metros, conforme estabelecido na Portaria 168 do Ministério das Cidades.

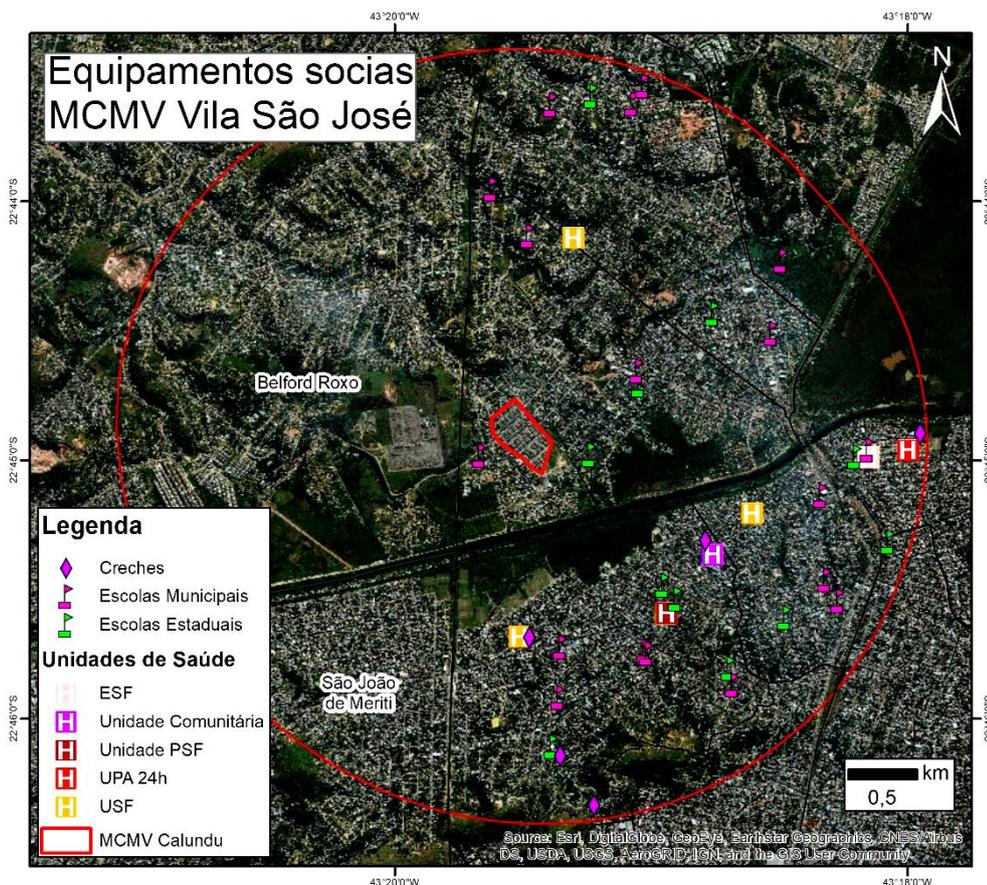


Figura 2: Equipamentos sociais Vila São José.
 Fonte: IBGE; PMDC; SEEDUC (2018).

A localidade onde se situa o residencial Cangulo é uma área mais isolada, de acesso mais difícil, se comparada ao Calundu, pois ainda que este não conte com os equipamentos sociais, conforme estabelecido pela legislação do PMCMV-FAR, estaria mais próximo dos centros de bairro do que aquele. De forma geral, a opinião dos síndicos dos condomínios que formam o complexo residencial do Cangulo é convergente no que diz respeito às dificuldades de acesso aos serviços públicos, na medida em que afirmam que tudo é distante da localidade onde se situa o empreendimento. O mesmo se pode dizer quanto às oportunidades de emprego e renda, que são também reduzidas, opinião compartilhada por vários moradores.

Em comentário feito sobre a disponibilidade dos equipamentos sociais e serviços públicos na localidade, o síndico do condomínio Ancona do Cangulo fez a seguinte declaração: “O Cangulo em meu ponto de vista é um lugar carente e precisa muito

desses serviços”. Em relação especificamente ao sistema público de ensino completou suas observações registrando que “Temos poucas escolas, e muita demanda de alunos. Muitos sem estudar por falta de vagas na rede pública”.

Considerando as impressões das visitas realizadas a campo e reiteradas com os depoimentos dos síndicos e moradores locais, é possível afirmar que os empreendimentos em questão não apresentam uma adequada inserção urbana, em particular o complexo do Cangulo, situado numa localidade bastante carente em termos de equipamentos comunitários (figura 3).

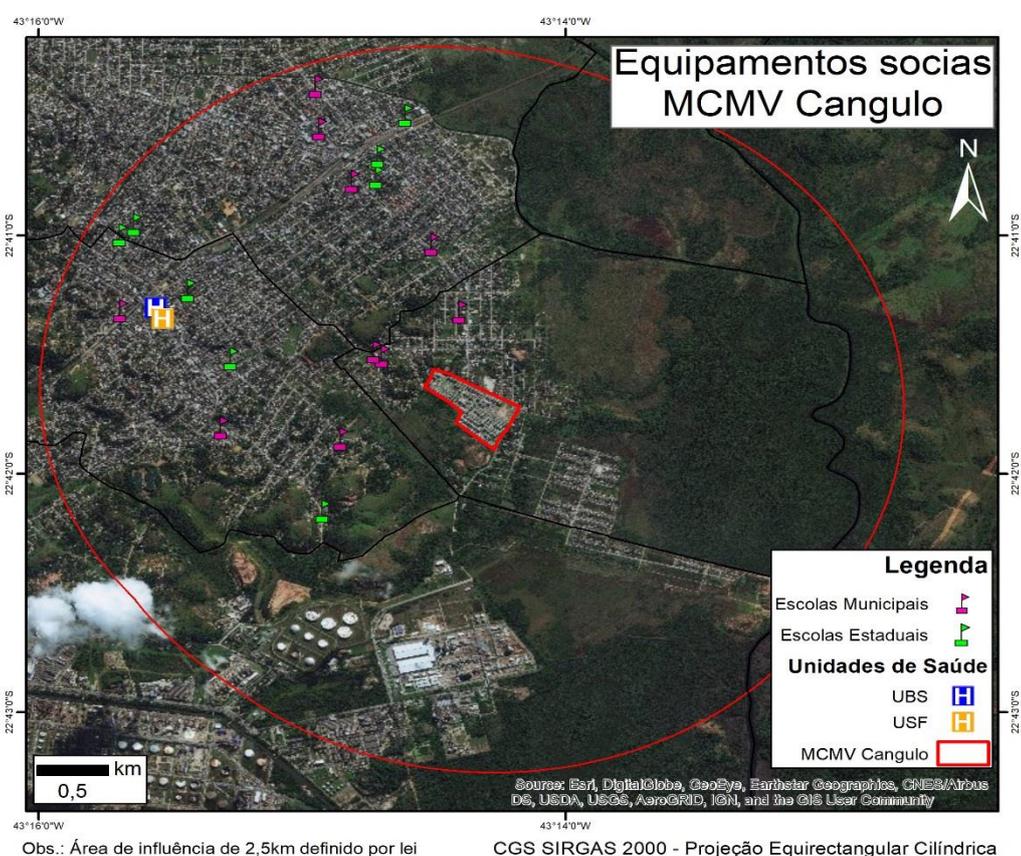


Figura 3: Equipamentos sociais Cangulo.
Fonte: IBGE; PMDC; SEEDUC (2018).

PROGRAMA MCMV-FAR EM BELFORD ROXO

AGUIAR, O Programa Minha Casa Minha Vida-Far na Baixada Fluminense: desarticulação entre a política habitacional e a política urbana em Duque de Caxias e Belford Roxo

Tal como Duque de Caxias, Belford Roxo teve importante participação nas contratações do MCMV-FAR na segunda fase do Programa, iniciada em 2011. A grande maioria das contratações efetivadas em Belford Roxo deram origem a grandes empreendimentos localizados em áreas de periferias consolidadas do município, a exemplo da localidade de Santa Teresa (figura 4).

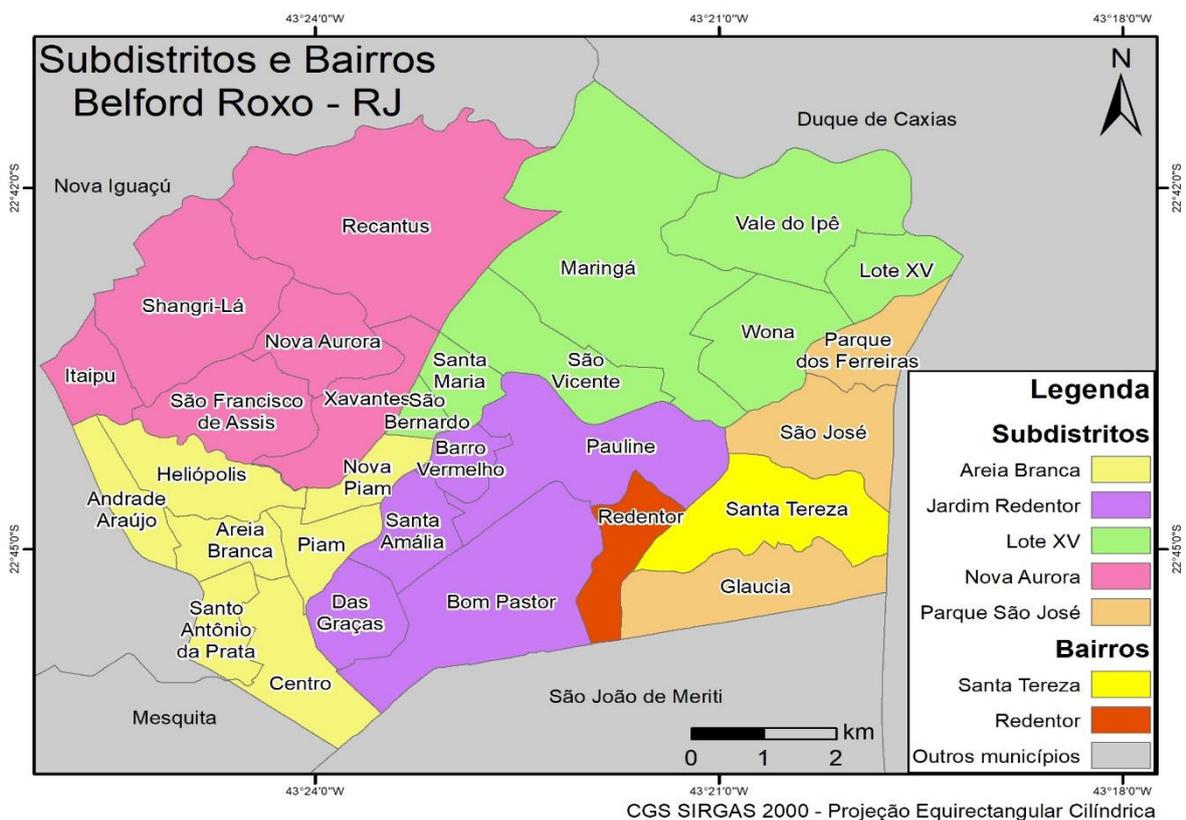


Figura 4: Subdistritos e bairros de Belford Roxo.
Fonte: IBGE (2019).

No presente trabalho focamos nos empreendimentos construídos no bairro de Santa Teresa¹⁰ - em confluência com o bairro de Jardim Gláucia - localidade que chamou a atenção pela extrema precariedade urbanística, pela dificuldade de acesso e pela violência que assola o bairro. Lamentavelmente tivemos oportunidade de visitar apenas por duas vezes a região onde está localizado o bairro de Santa Teresa e adjacentes, sobretudo devido às precárias condições de conservação da principal via de acesso à localidade e à violência local praticamente constante. Apesar dessa limitação, por conta das referidas dificuldades, foi possível constatar a extrema precariedade em termos da oferta de serviços públicos, equipamentos urbanos e sistema de transporte.

O acesso aos empreendimentos do PMCMV de Santa Teresa e bairros adjacentes é feito pela Estrada de Belford Roxo, uma longa via em péssimo estado de conservação, o que torna o percurso extremamente demorado e arriscado, tendo em vista a constante atividade do tráfico de drogas instalada nas partes mais elevadas do terreno em relação ao plano dos edifícios do Minha Casa Minha Vida.

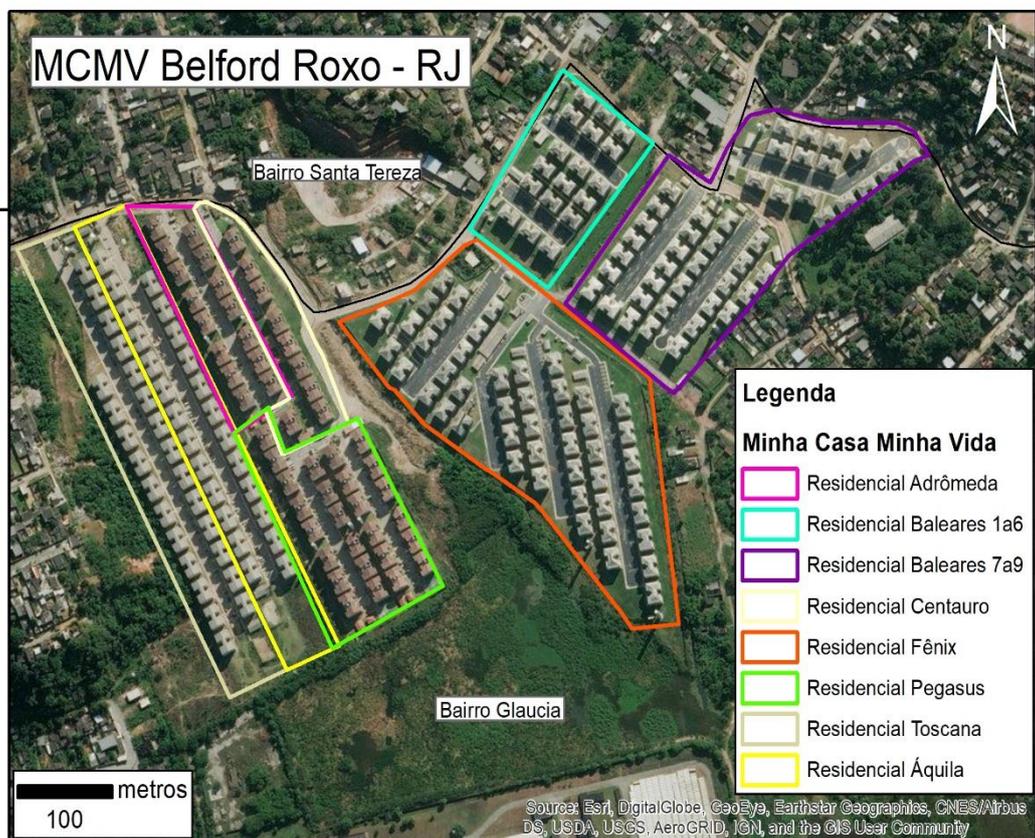
As condições de precariedade na oferta dos equipamentos sociais e serviços públicos se repetem de forma até mais dramática que em Duque de Caxias, como exposto acima. Nos depoimentos dos síndicos e moradores dos residenciais do Minha Casa Minha Vida em Belford Roxo é recorrente a menção à falta de acesso às creches, escolas de ensino fundamental e unidades básicas de saúde, além da restrição à mobilidade em virtude da baixa oferta de linhas de ônibus, operadas apenas pela empresa Transportes Flores.

Conforme a fala de uma moradora estudante de serviço social do residencial Andromeda, o bairro de Santa Teresa e localidades vizinhas se encontram em total estado de abandono pelo poder público local, submetidos à violência diária e à carência de serviços públicos, situações expressas no comentário “Isso aqui é favela moço”.

No mapa seguinte (figura 5) é possível ter uma ideia da dimensão dos empreendimentos do PMCMV-FAR implantados na região em foco, abrigando perto de cinco mil famílias, fato que inegavelmente aponta para uma situação de agravamento das dificuldades de acesso e de exclusão às escolas, creches, unidades básicas de saúde

¹⁰ Os residenciais do Minha Casa Minha Vida batizados de Andromeda, Centauro, Fenix, Pegasus, Aquila, Baleares I-VI, Baleares VII-IX e Toscana formam um quantitativo de 4.220 UHs (dados da Secretaria de Habitação e Urbanismo de Belford Roxo, 2019).

– que operam já no limite de saturação e de precariedade - além do comprometimento da mobilidade urbana.



CGS SIRGAS 2000 - Projeção Equirectangular Cilíndrica

Figura 5: Empreendimentos PMCMV-FAR
Fonte: Google Earth (2019)

Os depoimentos dos síndicos e moradores dos residenciais do Minha Casa Minha Vida em Duque de Caxias e em Belford Roxo revelam as dificuldades com as quais se deparam diariamente e que precisam de alguma forma ser contornadas, fato que aponta para uma desarticulação entre a política habitacional e a política urbana, numa clara afronta à própria legislação que rege o PMCMC-FAR. A Portaria 168, editada pelo Ministério das Cidades, é clara quanto às providências que devem ser tomadas pelos agentes envolvidos na promoção da política habitacional de forma a permitir uma adequada inserção urbana e/ou o acesso aos equipamentos sociais e serviços públicos¹¹.

¹¹ A legislação do Programa Minha Casa Minha Vida - FAR menciona um conjunto de bens e serviços complementares à habitação, entre os quais, aqueles destinados aos serviços de saúde, educação,

Empreendimentos de grande porte, arquitetonicamente padronizados e produzidos em curto espaço de tempo em locais onde o preço da terra é menor certamente estão de acordo com as estratégias das empresas construtoras em aumentar a rentabilização de suas atividades. Isso se torna possível através da escolha de terrenos muito extensos e mais baratos, bem como a produção em larga escala das unidades habitacionais, tendo por objetivo a redução dos custos por operação.

A cada novo ciclo de produção das empresas construtoras, estas se deslocam para um novo canteiro de obras, reiniciando o processo. Nas visitas feitas a campo foi possível observar a dimensão assumida pela produção do espaço por meio das intervenções do Programa MCMV, considerando-se o elevado quantitativo de unidades produzidas por empreendimento. Trata-se de uma espacialidade produzida como forma de atender aos imperativos de valorização do capital das empresas do ramo da construção participantes do PMCMV.

Conforme já apontado com base em Lefebvre e em Harvey, tal processo de acumulação se realiza no chamado circuito secundário do capital mediante a produção do espaço urbano. Para Lefebvre a produção do espaço é geradora de mais-valia, parte da qual é apropriada na forma de renda fundiária. Assim, a produção do espaço se constitui como um mecanismo que permite a acumulação do capital, através da circulação do valor, participando, portanto, do mundo da mercadoria.

Há poucos anos não se podia imaginar outra “produção” que não fosse a de um objeto, localizado, aqui ou ali, no espaço: um objeto usual, uma máquina, um livro, um quadro. Hoje, o espaço inteiro entra na produção como produto através da compra, da venda, da troca de parcelas do espaço. (LEFEBVRE, 2008, p. 140).

Da mesma forma Harvey (2013) expõe a importância dos diferentes circuitos de valorização do capital, pondo em relevo a importância assumida pela produção do espaço como estratégia que permite dar continuidade ao processo de acumulação e a consequente geração de mais-valia.

assistência social, segurança, entre outros, a critério da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, portanto em conformidade com o Estatuto da Cidade (Portaria nº 168 de 12 de abril de 2013).

AGUIAR, O Programa Minha Casa Minha Vida-Far na Baixada Fluminense: desarticulação entre a política habitacional e a política urbana em Duque de Caxias e Belford Roxo

Harvey considera a cidade como *locus* privilegiado para a absorção dos capitais excedentes de forma lucrativa, uma saída sobretudo nos momentos de crise do capitalismo. O autor se refere aos processos mais gerais que envolvem a urbanização e a produção da materialidade construída, a exemplo do conjunto dos valores de uso, base para a formação do valor e geração da mais-valia, aos processos especulativos e a produção dos produtos imobiliários propriamente ditos, a exemplo da produção residencial e dos edifícios corporativos, destinados à troca e ao consumo.

Associada à produção do espaço, a renda fundiária, entendida como o preço pago pelo acesso à terra, se constitui como mecanismo decisivo no processo de estruturação e de estratificação social do espaço urbano.

A categoria renda fundiária quando transposta para o caso urbano divide opiniões quanto à sua pertinência como instrumental analítico para o entendimento dos processos de estruturação urbana. Autores como Singer (1982), Lojkine (1997), Ribeiro (1997) e Jamarillo (2017), por exemplo, fazem menção à categoria renda fundiária, que conforme o entendimento de Marx pressupõe que a terra embora adquira um preço – como resultado de sua capitalização - é algo desprovido de valor. Nas palavras de Marx,

A renda fundiária assim capitalizada, constituindo o preço de compra ou o valor do solo, é uma categoria que à primeira vista se revela irracional, como o preço do trabalho, pois a terra não é produto do trabalho, não tendo portanto valor algum. Mas, atrás dessa forma irracional oculta-se uma relação real de produção. (MARX, 1981, p. 715)

Em outra perspectiva autores como Villaça (2001) e Carlos (2009) argumentam que diferente das áreas agrícolas, em meio urbano o preço da terra estaria associado ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, com o processo mesmo de produção da cidade. Ana Fani Carlos adverte que a questão que envolve a definição do preço do solo urbano impõe um “dilema”, uma vez que não há consenso quanto ao seu entendimento. A autora questiona se haveria de fato uma renda fundiária na cidade.

O mesmo entendimento é defendido por Villaça (2001), para quem o solo urbano - diferente da terra, um mero suporte natural das atividades econômicas – tem valor,

uma vez que resulta de trabalho social incorporado, ou seja, o solo urbano obtém valor na medida em que é produzido, resultando, portanto, de tempo de trabalho socialmente necessário. Aqui, o solo urbano é considerado enquanto “produto”, e seu preço deverá refletir a quantidade de trabalho socialmente necessário à sua produção.

Assim, ainda que controverso, segundo o entendimento de diferentes autores, entendemos que o preço da terra em meio urbano impõe limites à produção habitacional de interesse social, tendo em vista a formação de um gradiente de preço da terra que é função de sua localização. Os programas habitacionais, tal como tem sido a regra do Minha Casa Minha Vida, não tem lugar senão nas áreas mais afastadas e periféricas, normalmente desprovidas de infraestrutura, equipamentos sociais e serviços públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme anunciado, nos propusemos no presente artigo oferecer uma contribuição a partir de uma perspectiva local com foco na (des) articulação entre a política habitacional e a política urbana considerando a implantação de grandes empreendimentos do PMCMV-FAR fase II nos municípios de Duque de Caxias e Belford Roxo.

Concretamente foi possível verificar que a implantação dos empreendimentos em questão obedeceu a um formato institucional que ao mesmo tempo em que permite uma grande autonomia de ação às empresas do ramo da construção civil, oferece pouca ou nenhuma margem de manobra aos municípios na definição dos rumos do Programa. O resultado é a produção massiva de novas unidades habitacionais em localidades cujo preço da terra atende aos interesses de acumulação do setor privado, reforçando velhos processos de segregação e de exclusão aos bens e serviços urbanos.

Consideramos que não resta dúvida de que a operacionalidade e a implantação da política habitacional, uma vez desarticuladas da política urbana, configura uma afronta à própria legislação que disciplina o Programa MCMV, conforme a já citada Portaria 168 do Ministério das Cidades.

Tomando por referência as impressões das visitas realizadas a campo e reiteradas com os depoimentos dos síndicos e moradores locais, é possível afirmar que os empreendimentos visitados não apresentam uma adequada inserção urbana, em particular o caso de Belford Roxo.

O PMCMV assumiu o papel central na promoção da política habitacional no Brasil, jogando para escanteio os sistemas anteriores de promoção da política, tal como o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social-SNHIS que juntamente com o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social-FNHIS ofereciam um papel mais atuante desempenhado pelo poder público local. Ainda que o momento atual seja marcado por uma conjuntura de incertezas e de possível esvaziamento do MCMV, seria desejável repensar o Programa a favor de outras formas alternativas de promoção pública da moradia social realçando o papel proponente do município, a quem cabe o desenvolvimento da política de desenvolvimento urbano, conforme previsto no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

A reflexão a respeito da produção da cidade como se discutiu ao longo do presente artigo, e como ela vem se realizando através de uma política do Estado em dois municípios da Baixada Fluminense - região historicamente marcada pela conformação dos loteamentos populares carentes em infraestrutura e serviços públicos – permite reportar ao pensamento de Lefebvre (2004), quando o autor afirma referindo-se ao caso francês, que não foi o pensamento urbanístico que guiou as iniciativas do Estado na produção habitacional, mas sim o imperativo de produzir o maior número possível de casas a um custo baixo mediante a promoção do habitat. Tal afirmação de Lefebvre nos parece bem familiar e atual, considerando o processo de produção habitacional que se efetivou e se efetiva através do Programa Minha Casa Minha Vida, também como uma proposta apenas quantitativista, apartada do direito à cidade no sentido amplo do termo, tal como entendido por Lefebvre.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, O Programa Minha Casa Minha Vida-Far na Baixada Fluminense: desarticulação entre a política habitacional e a política urbana em Duque de Caxias e Belford Roxo

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Presidência da República. Casa Civil Subsecretaria para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre as diretrizes gerais da política urbana. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03/06/2018.

BRASIL/Ministério das Cidades. Portaria nº 168 de 12 de abril de 2013. Dispõe sobre as diretrizes gerais sobre a aquisição e alienação de bens imóveis com recursos do FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em: 22/02/2018.

BRASIL/Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Dados Programa Minha Casa Minha Vida – faixa 1, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em: 10/07/2018.

CARLOS, A. F. Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____, A. F. Alessandri. *A tragédia urbana*. In: CARLOS, A. F. Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

David. Harvey. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014*. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 21/05/2018.

JAMARILLO, Samuel. Los fundamentos económicos de la “participación en plusvalías”. Disponível em: <http://www.institutodeestudiosurbanos.info>. Acesso em: 27/10/2017.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *La producción del espacio*. Madri: Capitán Swing, 2013.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Marins Fontes, 1997.

MARQUES, Eduardo. *De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas*.

Dossiê capitais do urbano. Novos Estudos Cebrap, nº 105, 2016. Disponível em: <http://web.fflch.usp.br>. Acesso em: 18/11/2018.

MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, livro 3, vol. 6, 3ª edição.

DUQUE DE CAXIAS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo. Disponível em: <http://seaerj.org.br>. Acesso em 22/05/2018.

AGUIAR, *O Programa Minha Casa Minha Vida-Far na Baixada Fluminense: desarticulação entre a política habitacional e a política urbana em Duque de Caxias e Belford Roxo*

BELFORD ROXO, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo – SEHURB.

RIBEIRO, Luiz C. Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SINGER, Paul. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1982, p. 21-36.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

Data da Submissão: 14/06/2019.

Data do Aceite: 13/07/2019

DIREITO À MORADIA DIGNA NA POLÍTICA HABITACIONAL? ANÁLISE DO PROGRAMA “MINHA CASA MINHA VIDA” NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU-RJ

Flávia da Silva Souza ¹

Marcio Rufino Silva ²

71

Resumo. Em vista da questão da moradia que a cada vez mais vem se consolidando como uma grande problemática para a população pobre, buscamos analisar, de maneira geral, a efetividade da garantia do direito à moradia digna a partir do PMCMV no Município de Nova Iguaçu. Por primeiro objetivo específico, buscamos compreender os diferentes tipos de direitos que estão envolvidos com à moradia; por segundo objetivo, desvendar as contradições do processo de produção de moradias em massa do PMCMV em Nova Iguaçu; por terceiro objetivo específico, compreender as negações sofridas partir da moradia, revelando assim os desafios do processo de aquisição da “casa própria” pelas vias da política habitacional. O desenvolvimento metodológico da pesquisa se realizará com base em levantamento teórico sobre o tema e análise de elementos empíricos na realidade cotidiana, podendo, assim, apresentar breve contribuição, a partir da Geografia, ao debate das questões que circundam à moradia digna.

Palavras-chave: Moradia; Política Habitacional; Periferia; Habitação; Cotidiano.

RIGHT TO DWELLING IN HOUSING POLICY? ANALYSIS OF THE “PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA” IN THE MUNICIPALITY OF NOVA IGUAÇU-RJ

Abstract. In view of the housing issue that has been consolidating as a major problem for the poor population, we seek to analyze in a general way the effectiveness of the guarantee of the right to decent housing from the PMCMV in the Municipality of Nova Iguaçu. For the first specific objective, we seek to understand the different types of rights that are involved with housing; for the second objective, to unravel the contradictions of the process of production of mass housing of the PMCMV in Nova Iguaçu; for the third specific objective, to understand

¹ Bolsista CAPES de mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: flaviasouza1993@gmail.com

² Professor adjunto do Departamento de Geografia (DGG/IA/Seropédica) e professor do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ).  <https://orcid.org/0000-0002-0301-1325>. E-mail: marciorufis@gmail.com

the denials suffered from the home, thus revealing the challenges of the process of acquiring "home ownership" through housing policy. The methodological development of the research will be carried out based on a theoretical survey on the theme and analysis of empirical elements in the daily reality, being able, therefore, to present a brief contribution, from the Geography, to the debate of the issues that surround the decent dwelling.

Keywords: Home; Housing Policy; Periphery; Housing; Daily.

**DERECHO A LA VIVIENDA DIGNA EM LA POLÍTICA HABITACIONAL:
ANÁLISIS DEL “PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA” EN EL
MUNICIPIO DE NUEVA IGUAÇU-RJ**

Resume. En vista de la cuestión de la vivienda que cada vez más se viene consolidando como una gran problemática para la población pobre, buscamos analizar de manera general la efectividad de la garantía del derecho a la vivienda digna a partir del PMCMV en el Municipio de Nova Iguaçu. Por primer objetivo específico, buscamos comprender los diferentes tipos de derechos que están involucrados con la vivienda; por segundo objetivo, desvendar las contradicciones del proceso de producción de viviendas en masa del PMCMV en Nova Iguaçu; por tercer objetivo específico, comprender las negaciones sufridas desde la vivienda, revelando así los desafíos del proceso de adquisición de la "casa propia" por las vías de la política habitacional. El desarrollo metodológico de la investigación se realizará con base en levantamiento teórico sobre el tema y análisis de elementos empíricos en la realidad cotidiana, pudiendo así presentar una breve contribución, a partir de la Geografía, al debate de las cuestiones que circundan a la vivienda digna.

Palabras Clave: Casa; Política de Vivienda; Periferia; Alojamiento, Diario.

Introdução

A dinâmica de (re)produção do espaço dá novas formas, funções e cria estruturas (LEFEBVRE, 2000 [1974]) para os lugares, e a questão da moradia cada vez mais vem se consolidando como uma grande problemática para as cidades brasileiras e, principalmente, para a população pobre. Mediante isso, associado a outros fatores, o direito à moradia foi sendo convertido ao “sonho da casa própria” – valendo-se do valor de uso pelo valor de troca (MARX, 2017 [1867], pp. 113-125) no mercado habitacional e no mercado social de habitações (SHIMBO, 2010) ofertado pelas políticas habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A Constituição Federal de 1988 elevou a moradia ao *status* de um princípio e a tornou uma exigência básica para a vida cidadã, onde tal direito é um dos principais direitos sociais listados no art. 6º da Constituição, e é dever do Estado promovê-la de forma digna³. Entendemos por “garantia de direitos” que “o simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana” (SANTOS, 2014).

Dentre os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, o direito à habitação é um dos principais para a manutenção da vida de forma digna e humana. Será ela a intermediária que possibilitará a obtenção de outros direitos sociais, como: saúde, educação, segurança, lazer, entre outros. A moradia ainda não é plenamente encarada como direito, e é inviabilizada a cada vez mais pelo modo de produção capitalista, que reconhece a habitação como produto rentável e passível de ser comercializado.

A problemática da pesquisa assenta-se na necessidade do morar e a falta pela provisão de condições sociais de acesso, que é um dos principais fomentadores para a existência de um forte mercado imobiliário, onde a política neoliberal é um dos alicerces que mantém essa sólida estrutura nas sociedades contemporâneas (inseridas no modelo de produção capitalista), fazendo com que o privado incorpore obrigações de caráter público – naturalizando condições de acesso pela via privada e impondo novos (e outros) ritmos às cidades, como é o que acontece com a implementação das políticas realizadas pelo Governo Federal.

Em vista de evidenciar as nuances presentes na concepção de política habitacional enquanto direito, e a possibilidade de garantia ou negação de outros direitos pela mesma, nos debruçamos para compreender a dinâmica em questão.

Temos por objetivo maior, nessa pesquisa, compreender a efetividade da garantia do direito à moradia digna a partir da política habitacional do PMCMV no Município de Nova Iguaçu. Por primeiro objetivo específico, compreender os diferentes tipos de direitos que estão envolvidos com a garantia do direito à moradia; por segundo

³ Nossa abordagem foge de uma lógica moral de dignidade, mas está intrínseca nas condições humanas e mínimas dos meios e mecanismos necessários para a realização da vida forma plena a todo cidadão.

objetivo específico, desvendar as contradições do processo de produção de moradias em massa que foram destinadas para a população mais pobre, considerando a questão do financiamento e da casa enquanto abrigo a partir dos significados dos conjuntos habitacionais em Nova Iguaçu; por terceiro objetivo específico e último, compreender as negações sofridas partir da moradia e de outros direitos advindos com a localização da casa, revelando os desafios do processo de aquisição da “casa própria” pelas vias do PMCMV.

A pesquisa se realiza a partir de levantamento e leitura da bibliografia sobre os temas e assuntos que perpassam a questão da moradia. A discussão se fará basicamente a partir da legislação que regulamenta o programa (e dá outras providências); contribuições de Bonduki (2014), Shimbo (2010) e Rolnik (2015) para compreender as dinâmicas das políticas habitacionais; e ideia de Direito à cidade a partir de Lefebvre (2001) e reflexões acerca do espaço do cidadão a partir de Santos (2014); visando compreender os avanços, retrocessos, permanência das políticas habitacionais para a garantia do direito: à moradia e à cidade.

O trabalho também se realiza com base em elementos empíricos levantados no processo de escrita da dissertação sobre a realidade apresentada e vivenciada nos projetos habitacionais do PMCMV no Município de Nova Iguaçu.

É a partir de uma contribuição geográfica que buscaremos compreender a problemática do direito à moradia enquanto um direito que deve ser realizado de modo digno para todos aqueles que necessitam da mesma pelo valor de uso, ao invés das vias financeiras do mercado social de habitações (SHIMBO, 2010).

Referencial Bibliográfico

No processo de ocupação do município de Nova Iguaçu, assim como também de outros municípios que compõem a região da Baixada Fluminense, o desenvolvimento histórico, econômico e social está muito atrelado à concepção ou noção dessa região que em vários momentos é visto e tido como uma representação social ou política.

Compreendemos a Baixada Fluminense, aqui, sendo representada pela dinâmica dos municípios da grande Iguazu⁴ segundo Silva (2017), e como um espaço heterogêneo e central para aqueles que nele residem e realizam sua vida, onde a negação (e/ou ausência) do planejamento, criou diversos desafios (como o do morar), que ainda não foram superados no espaço e tempo presente.

IMAGEM 1: Território ocupado pelo município de Iguazu-RJ (1840/1940)



Fonte: Oliveira Junior (1926).

Elaboração: Lúcia Helena Silva (2017).

Este mesmo espaço que é visto e tido como periférico (na esfera social, cultural e política) para os agentes que comandam as políticas públicas e foi por muito tempo para o capital, mas está passando por novas e outras dinâmicas a partir da reestruturação econômica, principalmente, de caráter imobiliário e financeiro.

Segundo Rocha (2015, p. 21) há, de maneira geral, um mercado que pode ser apontado como “novo” porque está inserido na Baixada Fluminense⁵, e pode ser caracterizado por novos padrões e tipologias de imóveis à venda, algo diferente para

⁴ A noção de Baixada Fluminense aqui utilizada – da Grande Iguaçu criada em 1833, até 1943 era apenas um -, é hoje formada pelos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, São João de Meriti e Mesquita, segundo Silva (2017, p. 2).

⁵ É importante ressaltar que a composição dos Municípios da Baixada Fluminense segundo Rocha (2015) é diferente da Silva (2017), mas de maneira geral os sentido e significados são os mesmos.

uma região tradicionalmente marcada pela venda de terrenos (lotes) ou imóveis habitacionais de baixo valor - “[...] a Baixada passa a ser uma nova mercadoria – seu solo – tendo em vista o potencial logístico que confere a esta área no bojo de novas dinâmicas e estruturas criadas” (ibidem, p. 20).

Mas, o pretérito processo de urbanização e industrialização experimentado pelo Município de Nova Iguaçu, segundo Rodrigues (2006, p. 80), não foi acompanhado por efetiva ação governamental no que se refere à aplicação de investimentos em equipamentos e serviços urbanos; da mesma maneira, esse processo fez com que houvesse a diminuição das oportunidades de lazer e recreação nesta localidade (e de acessos de maneira mais ampla).

Ao contrário da expectativa criada por muitos, o universo urbano brasileiro não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terras, renda e poder, onde foi realizado pelo exercício do colonialismo ou das políticas de “favores”, e pela aplicação arbitrária da lei (MARICATO, 2003b, p. 151).

A cidade de Nova Iguaçu, passou por um caótico processo histórico de ocupação que negou a elaboração de planejamento urbano desde sua formação, e o desenvolvimento de questões sociais, que atendessem esse espaço, contribuiu para o agravamento das condições de acesso à moradia digna e de sobrevivência da classe trabalhadora.

Mas, atualmente, o Município de Nova Iguaçu – como em outros espaços tidos como periféricos – passa por novos e outros processos econômicos de reestruturação que, por muito tempo, foi apenas conhecido de maneira pejorativa, mas que agora também faz parte do espaço de (re)produção do capital imobiliário, financeiro e incorporador.

A mesma também passou por dois grandes processos de investimento do setor imobiliário, ambos processos estiveram ligados aos períodos de forte atuação das políticas habitacionais – Banco Nacional de Habitação (BNH) e PMCMV.

O primeiro, na década de 1980 com o BNH, onde contava-se com 29 firmas construtoras, inclusive, firmas que trabalhavam exclusivamente para o setor público,

segundo Furlanetto, Cruz e Almeida (1987, p. 29). E, no atual momento, o PMCMV que conta com atuação de várias empresas⁶ que utilizam como fomento os recursos da política habitacional. Em ambos períodos, recorriam à alternativa de endividamento da classe trabalhadora em busca da realização do “sonho da casa própria”, e mesmo assim, continuaram a negar a moradia digna para atender as necessidades cotidianas.

A partir de Shimbo (2010, pp.135-136), podemos perceber que todo o discurso criado pelos empresários divulgados nas mídias e nos relatórios das empresas, que procurava reforçar a atuação do agente imobiliário como algo fundamental nas políticas habitacionais, com o objetivo de atender a faixa da população que – teoricamente – corresponderia ao *déficit* habitacional. E ainda afirma que o mercado imobiliário criou o braço “econômico” ou “popular”, instituindo aquilo que se convencionou a chamar genericamente de “segmento econômico” – e analiticamente segundo a autora esse termo é denominado como “habitação social de mercado”.

Mas, a implementação da política habitacional como direito foi convertida como produto no mercado social de habitações (SHIMBO, 2010), no Brasil contemporâneo, e a possibilidade de garantia pelas vias sociais são quase que ínfimas, e a maior parte da oferta de casa pelo programa é realizado pelas vias financeiras para aqueles que podem pagar através do uso da renda e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Porém, a mesma não pode ser naturalizada e encarada como mercadoria, e sim como direito inalienável⁷.

Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna (SANTOS, 2014, p, 19)

⁶ Como: EMCCAMP, Tenda SA, Construtora Cury, entre outras.

⁷ Entendemos aqui o “direito” no campo subjetivo, a partir de Nader (2012, p. 8), compreendemos que o direito subjetivo é a possibilidades ou poderes de agir, que a ordem jurídica garante a alguém, é o direito personalizado em que a norma perdendo o seu caráter teórico, projeta-se na relação jurídica concreta, para permitir uma conduta ou estabelecer consequências jurídicas. Mas, é válido ressaltar que os direitos subjetivos são conduzidos a partir do direito objetivo – norma de organização social – de cada parte dentro de uma relação jurídica (SANTOS, 2014, p. 19).

Para Rolnik (2016)⁸, o modelo de produção de moradias foi afetado ainda mais com a formulação e o início da implantação do projeto neoliberal a partir dos anos 1970, momento no qual se propaga o ideário de que a moradia não precisa ser provida pelo Estado, mas deve ser encarada como uma mercadoria, produzida e ofertada pelo setor privado, um bem que em última instância passa inclusive a ser visto como um ativo financeiro.

Na década de 1970 surgiu um *boom* da onda do neoliberalismo nos países periféricos, onde no centro das reformas empreendidas e implementadas estavam figuras políticas como Margaret Thatcher e Ronald Reagan, entre tantos outros, levando a política habitacional a um novo paradigma para além do social. Segundo Rolnik (2015, pp. 44-45), políticas e instituições financeiras foram criadas para desregular os sistemas financeiros da casa, e privatizar as *council housing* (Habitação social) e reduzir os gastos públicos, exceto os que estavam relacionados aos benefícios fiscais e outras formas de subsídios à propriedade individual da casa.

As maiores políticas habitacionais do Governo Federal nas últimas décadas – tanto as políticas desenvolvidas no âmbito do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH) quanto o vigente PMCMV -, passaram por esse processo de financeirização da casa, e se valeram do uso do FGTS como garantia para estabelecimento de crédito. Atribuíram em grande parte ao setor privado a realização da política, e em troca concedeu enormes margens de lucros para as construtoras, incorporadoras e empreiteiras, além de contribuir também no fomento de construtoras menores de atuação local (como ocorreu no em Nova Iguaçu, em outros Municípios da Baixada Fluminense e em outras periferias brasileiras).

Podemos afirmar, segundo Rolnik (2015), Bonduki (2014) e outros autores que discutem a questão habitacional a partir do PMCMV, que o objetivo inicial do programa era o atendimento prioritário para as famílias de menor renda, através dos subsídios por renda que era subdividido pelas faixas: 1; 1,5; 2; e 3. E com o passar do tempo, a manutenção e o aumento das faixas que abarcam as famílias de menor renda não foram

⁸ Entrevista “**Nosso grande problema não é o déficit de moradia, mas sim o déficit de cidade**”, realizada pela revista Sul21; feita por Marco Weissheimer e publicada no dia 20 Jul. 2016 às 7h49.

prioridades no programa (e, agora, encontram-se praticamente extintas e em vias de modificações no tipo de oferta pela via do “aluguel social”⁹).

TABELA 1: Valores dos subsídios¹⁰ ofertados pelo PMCMV de acordo com cada faixa

TIPOS DE FAIXAS	VALORES DE RENDA FAMILIAR MENSAL	DESCRIÇÃO	TAXAS DE JUROS
Faixa 1	Famílias com renda de até R\$ 1.800,00	Financiamento de até 120 meses, com prestações mensais de R\$ 270,00, conforme a renda bruta familiar.	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Sem juros.
Faixa 1,5	Famílias com renda de até R\$ 2.350,00	Aquisição de um imóvel novo com até 30 anos para pagar.	Até R\$ 45 mil de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Faixa 2 [*]	Famílias com renda de até R\$ 3.600,00	Renda bruta de até R\$ 3.600,00, você se encaixa nesta faixa do PMCMV e pode ter subsídios de até R\$ 27.500,00.	5,5% a 7% de juros ao ano.
Faixa 3 [*]	Famílias com renda de até R\$ 6.500,00	Também possibilita o acesso à moradia por meio de financiamento com recursos do FGTS, com condições especiais.	8,16% de juros ao ano.

[*] Nas FAIXAS 2 e 3 os mutuários que tem até 30 anos para pagar e podem comprar um imóvel novo ou na planta, comprar terreno e construir sua casa do jeito que sempre quis ou ainda construir em um terreno que já é seu.

Fonte: Disponível em: **Minha Casa Minha vida - Habitação Urbana**. <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso: 03 Jun. de 2018.

Elaboração: Própria (2018).

De acordo com Royer (2009) podemos perceber como o desenho habitacional será feito, principalmente, reconhecendo os elementos da conversão de uma política habitacional como política pública social instituída pela Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para uma política pública com característica no campo da prática – marcadamente – econômica.

Art. 2º Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de:

⁹ **Novo Minha Casa Minha Vida deve ter aluguel em vez de posse na faixa de menor renda.** Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,novo-minha-casa-deve-ter-aluguel-em-vez-de-posse-na-faixa-de-menor-renda,70002841426>>. Acesso em: 6 Jun. 2019.

¹⁰ Principais tipos de subsídios (ROLNIK, 2015, p. 111): (1) pagamentos diretos, seja na entrada ou valor reduzido dos empréstimos, seja nas prestações; (2) vinculados ao pagamento de poupanças; (3) embutidos em taxas de juros ou pagamento de taxas de juros; (4) isenções fiscais vinculadas ao pagamento de hipotecas ou a impostos imobiliários.

I – Viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável.

II – Implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e

III – articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

O almejado “sonho da casa própria” acaba condicionando o cotidiano das famílias a partir da forma da casa. A métrica, acústica, isolamento térmico, espaços de lazer, qualidade da estrutura, entre outros elementos que fazem parte da casa e os condomínios, podem “aprimorar” os corpos dos trabalhadores que a cessam a política habitacional em um ambiente onde a prática do habitar seja quase que inviável. Ou seja, o que poderia ser a realização do “sonho da casa própria” pode se tornar um pesadelo para os moradores das casas do PMCMV.

Podemos constatar que as moradias ofertadas segundo o modelo do PMCMV não podem ser consideradas como moradias dignas que cumpram as funções necessárias para a realização da vida de forma plena, pois realizam-se os seguintes passivos: falta de meios de sociabilidade com o entorno, já que, frequentemente, são projetos dissociados da realidade local; métrica restrita nos apartamentos, que possuem em média 45m² nas moradias com dois quartos (e possuem regulamento que permite até 39m²)¹¹; a maior parte localiza-se em áreas que não possuem infraestrutura básica para os antigos moradores e tem se agravado com a chegada dos moradores advindos das habitações do PMCMV; entre outros fatores.

É no campo da homogeneização das necessidades em massa, mesmo que ainda estratificadas entre si por níveis de faixas de renda não articuladas¹² que os projetos

¹¹ A Portaria nº 269, do extinto Ministério das Cidades, publicada em 24/04/2017, que estabelece diretrizes e especificações para projeto, também é apresentada como instrumento para se buscar projetos e obras de melhor qualidade. Mas, em vários e importantes aspectos, significa um retrocesso em relação à Portaria nº 146, de 26/04/2016, que por ela foi revogada. Uma das mudanças mais importantes foi a redução da área mínima dos apartamentos de 41 m², como era definida em abril de 2016, para 39 m², como está definida em abril de 2017 (WHITAKER, 2017, p. 11).

¹² Ao contrário do que acontece no PMCMV Entidades que são tipologias padronizadas, mas são formados por grupos e movimentos sociais articulados entre si.

foram/são implementados, independentemente da localidade, elementos climáticos e questões culturais. De acordo com Shimbo (2010 apud ROLNIK, 2015, p. 308), a padronização das tipologias habitacionais está em estreita relação com a padronização do processo de produção habitacional, que envolve desde a uniformização das medidas até formas de execução e gestão de componentes.

Imagem 2: Fotografias internas do apartamento de três quartos (65m²) do condomínio Bela Vista em Nova Iguaçu-RJ



[a] sala [b] entrada [c] corredor [d] sacada [e] quarto principal [f] banheiro [g] segundo quarto
[h] cozinha/área de serviço

Fonte: OLX, 2019.

A grande maioria dos empreendimentos do PMCMV está localizada na periferia das cidades, distante dos empregos, desarticulado da malha urbana já existente e de

planos de expansão urbana, com projetos de moradia sem qualidade arquitetônica e sem identidade com as comunidades que estavam antes da implementação dos condomínios (BONDUKI, 2014).

E, esses mesmos conjuntos habitacionais que estão deslocados da realidade do seu entorno, promovem sua própria “habitabilidade” fragmentada e exclusiva para os moradores dos empreendimentos.

A tipologia da habitação social de mercado (SHIMBO, 2010), que é organizada a partir da concepção de uma construção de sociedade e de projetos que visam quantitativos (ao invés de qualitativos), impõem novas (e outras) regras e realidades para aqueles que são “contemplados” por ela. Pois, para os pobres que acessam a política habitacional pelo PMCMV, encontram-se em condições adversas e enfrentam os desafios advindos da política ofertada pelo programa. E, o almejado “sonho da casa própria” acaba condicionando e restringindo o cotidiano das famílias a partir da casa.

Imagem 3: Espaços externos de recreação e lazer no condomínio Bela Vista do PMCMV em Nova Iguaçu-RJ



[a] churrasqueiras [b] piscinas [c]quadra esportiva

Fonte: OLX, 2019.

Desse modo, podemos ver que os conjuntos constroem uma medida paliativa para a falta de infraestrutura de lazer e recreação no entorno para a promoção da sociabilidade, mas as construídas pelos conjuntos só se aplicam aos próprios moradores dos empreendimentos, e que acontece de modo estratificado pela renda dos mesmos

que podem comprar e financiar a casa própria. Sendo assim, podemos perceber que a segregação se dá de diferentes formas nestes espaços: segregação realizada pela a localização do conjunto e a realizada pela maior parte dos conjuntos que criam esferas sociais restritas (para as classes pobres e classe média).

A partir da compreensão de Lefebvre (2001, p. 118), podemos entender que o direito à cidade como o direito à vida urbana é o direito que não pode ser concebido como um simples direito de vista e de retorno às cidades tradicionais, mas formulado como o direito à vida urbana transformada e renovada para todos.

Parte da ideia de direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) pode ser dada ou iniciada pelo a garantia do direito ao entorno (SANTOS, 2014, pp. 63-65). Que é diferente do que acontece atualmente nos lugares, no qual as mudanças bruscas operam na paisagem, sem a menor consideração com as pessoas que já residiam anteriormente; a lei é a do processo produtivo, cujos os resultados acabam desenraizam as pessoas, e não é a mesma lei que assegure o direito à cidade ou o direito ao entorno (Ibidem, p. 64).

Segundo Maricato (2003b, p. 154), uma das características do mercado residencial privado legal no Brasil é, portanto, sua pouca abrangência, onde consolida-se como um mercado para poucos de modo restrito. Será em vistas das necessidades habitacionais apresentadas e vivenciadas no Município de Nova Iguaçu, que se torna de suma importância refletir acerca do espaço que foi constituindo-se e consolidando-se a partir da grande problemática da moradia que ainda está enfrentando os desafios do morar devido a não garantia de moradia digna pelo PMCMV.

O PMCMV, em termos infraestruturas, se apega na produção da estética a partir da forma da casa e de reprodução de um estilo de vida (ou a suposição do que seja). A partir de Heller (2016, p. 126) podemos compreender que a “imitação” se manifesta sobretudo como imitação dos usos, pois em todos os estágios do desenvolvimento social o homem nasce num mundo já “feito”, numa estrutura consuetudinária já “feita”. O “imitar” do estilo de vida da classe média a partir das tipologias habitacionais para a população de menor renda, é inferior e incompatível ao ofertado para as classes que se enquadram – pelo fator renda – como classe média.

No curso da produção habitacional, novos e outros ritmos de reprodução e formas de produção da casa são incorporadas. Dentre as incorporações destas formas e ritmos que são impostos pela produção habitacional financeirizada, destacamos o condicionamento social e do corpo pela forma da casa (relativo a questão da moradia como abrigo) e a incorporação do “estilo de vida mediano” que corresponde a tentativa de implementação da lógica reproduzida pela Classe média¹³, mas sem determinados padrões ofertados para a mesma (devido a diferença de renda que não é compatível).

Segundo Marx (1965, p. 33 apud Harvey 2015), podemos compreender que embora os prazeres do trabalhador tenham se ampliado, a gratificação social que esses prazeres proporcionam caiu em comparação com o aumento das satisfações dos capitalistas. Onde, que ainda segundo Marx, esses desejos e prazeres tem reflexo na sociedade que a engendra.

São estes mesmos desejos que criam o universo do endividamento para os que acessam a política habitacional, e induz aos moradores a acreditarem que os conjuntos ofertados pelo PMCMV é a materialização da casa como bem e da “dignidade habitacional” em uma esfera social.

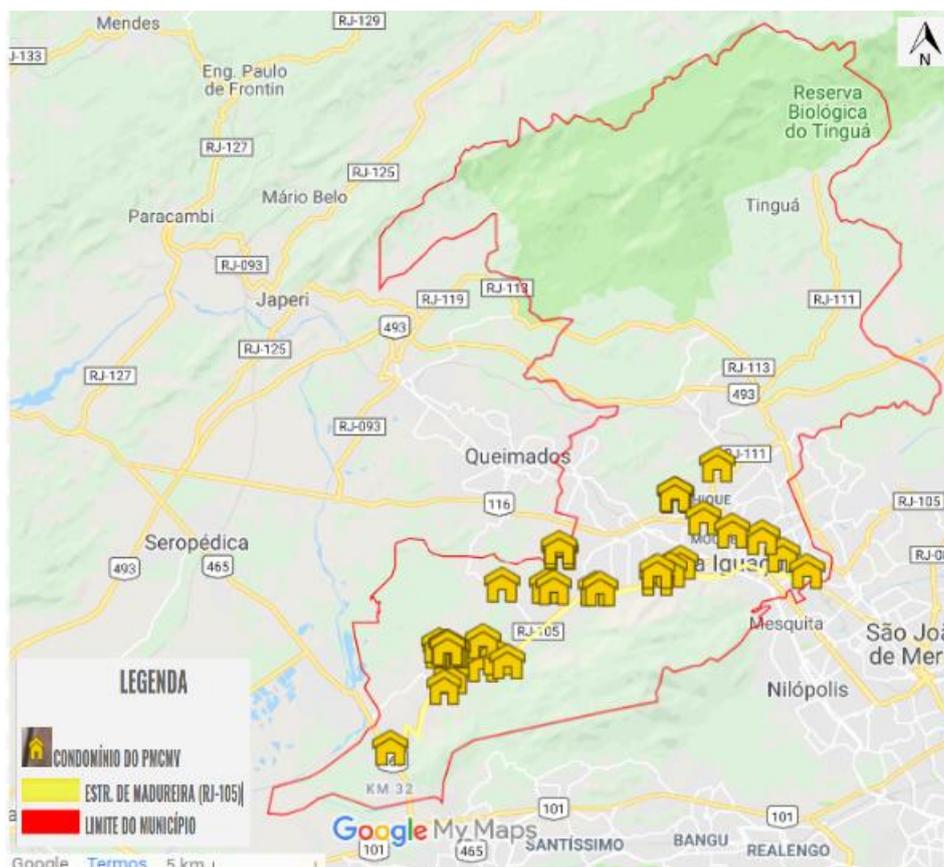
Em grande parte, os melhores conjuntos nos critérios de estrutura física da casa e de proximidade com a localização dos serviços e oportunidades podem ser observados nos espaços considerados centrais (destinado para as faixas 2 e 3 do programa) na cidade de Nova Iguaçu. Com o passar do tempo, os empreendimentos das faixas 2 e 3 foram amentando consideravelmente em relação a criação e consolidação do PMCMV, e os conjuntos da faixa 1 encontram-se quase que inexistentes na cidade de Nova Iguaçu.

E, em contra partida, podemos quantificar e qualificar que boa parcela da população mais pobre que acessa as casas através do programa, encontram-se localizados nas franjas (bordas) da cidade que podem ser considerados os espaços mais

¹³ “Numa sociologia de estilo marxista, o critério ocupacional é pensado por exclusão: a classe média é o conjunto formado pelos *não* proprietários do capital ou dos meios de produção e pelos *não* vendedores da. força de trabalho no trabalho produtivo, isto é, de produção de valor ou de mais valia. As classes médias são, pois, a não-burguesia e o não-proletariado” (CHAUÍ, 1985, p. 71).

carentes de infraestrutura preteritamente consolidada, oportunidades e de serviços públicos básicos.

MAPA 1: Espacialização dos empreendimentos¹⁴ do PMCMV na cidade de Nova Iguaçu-RJ



Base: Google My Maps (2019).
Elaboração: Própria (2018-2019).

Desafios foram impostos a partir do PMCMV, onde a localização e a casa enquanto estrutura (física e social) torna-se parte do cotidiano dos que acessaram a política do programa. Os limites devem ser estabelecidos para a realização de uma produção habitacional social – ao invés de econômica -, para que haja moradia digna para a população pobre nas áreas tidas como centrais e/ou periféricas (sejam considerados ou não como consumidores no mercado social de habitações).

¹⁴ Dentre os empreendimentos espacializados no mapa, encontram-se de diversas tipologias de acordo com as diferentes faixas de renda.

Com efeito, se é verdade que as pessoas não estão mais em casebres de zinco e madeira reutilizada, como nos primórdios das favelas, vilas, barriadas etc., hoje elas moram em casas insalubres e totalmente inaptas à função de sustentação de uma vida digna (RIBEIRO, 2004, p. 43).

É válido ressaltar que estamos considerando moradias dignas as casas que possuem habitabilidade nos espaços que são dotados de serviços públicos, como: saúde, segurança, lazer, educação, entre outros. Onde, é possível a realização da vida de modo pleno para todos – independente de poder de consumo-, e as condições de acesso aos serviços e oportunidades se dão de maneira igualitária espacialmente e socialmente.

Compreendemos e afirmamos a partir de Rocha e Vitte (2009, p. 5) que “para a população mais pobre, o acesso à moradia digna é uma utopia ainda”, pois nos é posto como uma realidade distante a realização de políticas habitacionais que cumpra plenamente a ideia do “ser cidadão” e de igualdade para os que fazem parte da cidade. E ainda segundo dos autores (Idem), podemos afirmar que a política implementada pelo PMCMV em Nova Iguaçu acaba promovendo desigualdades espaciais e sociais.

A partir de Rocha e Vitte (2009, p. 10) podemos compreender que para a população pobre, o acesso à moradia digna ainda é considerada um sonho onde a irregularidade, portanto, não se restringe à questão jurídica do registro, mas também à adequação das casas, às normas urbanísticas e ambientais e às questões sociais. Mas, os autores também acreditam que feitas essas considerações, analisar as políticas de regularização fundiária remete a pensar em moradia, no uso da terra urbana e na garantia de reprodução da vida (ROCHA e VITTE, 2009, p. 10).

Mediante isso, também podemos compreender que a partir do momento que a política territorial, denominada de habitacional, não cumpre aquilo que ela mesma apregoa, ela não está realizando a promoção de habitação (casa-moradia-vizinhança). E, se a mesma política também não fornece os subsídios necessários para o estabelecimento de elementos de conforto para os que acessam a política, ela também não está promovendo a produção de moradias, mas a produção de casas em massa.

Pois, de acordo com a pesquisa de formação dos beneficiários do PMCMV (BRASIL, 2014, p. 23), o conceito de casa encontra-se associado diretamente aos

aspectos físicos do local habitado; moradia está relacionado ao habitar (viver) nessa casa física, ou seja, às qualidades físicas que permitem (ou não) o habitar adequado – em termos de conforto e local de abrigo-; e já a percepção de habitação irá englobar as visões com relação ao entorno da casa – vizinhança e suas características – e a sua inserção urbana, considerando o acesso a equipamentos públicos essenciais, como: saúde, educação e transportes.

A relação da cidade enquanto direito com moradia digna é intrínseca, onde não há pensar em moradias dignas que não forneçam um substrato cidadão para todos de modo fragmentado e deslocado da realidade social da população – principalmente para os mais pobres, que não podem arcar com conforto necessário e os elementos básicos para a realização da vida devido a sua renda limitada.

É válido ressaltar que não devemos conceber a falta de moradia digna apenas como a questão de não se ter casa, mas a falta de moradia que se encontram nas lacunas e ausências que permitem ainda a existência de moradias insalubres, que não são suficientes para a realização da vida de modo pleno para todos e que não ofereça a garantia do direito à cidade.

Aportes adicionais: pensando uma dialética negativa do espaço e do urbano pela moradia

Esta pesquisa demonstra, de certo modo, uma contradição inerente à produção do espaço. Afinal de contas, o que fazer com os pobres? Onde e como alocá-los?

Essas são questões que se colocam em um momento em que o avanço global das forças produtivas engendrou uma concentração de capitais, investimentos, morfologias, invenções, obras, ambientes construídos, infraestruturas, redes e tramas técnicas e, além de tudo isso, massas populacionais. Embora o termo “massas” diga respeito a certa indistinção de uma concentração demográfica, algo como uma “geleia humana” indiferenciada e classificada como passível de categorizações ou classificações estatísticas de várias ordens, é certo dizer que a urbanização e a decorrente metropolização conduzem a uma reunião, concentração, convergência, encontro e mesmo uma síntese das múltiplas diferenças. Ao que parece, o ambiente urbano a tudo

reúne, segundo acepção largamente conhecida na obra de Henri Lefebvre. E esse “ambiente construído” proposto por David Harvey, composto de uma concentração de pobres, segundo certa acepção da obra de Milton Santos, traz uma problemática que aproxima a questão da habitação a uma questão de gestão das massas populacionais depauperadas no contexto urbano e metropolitano atual.

Desse modo, o termo “gestão” só pode definir o seu qualificativo. Como não tomarmos por exemplo a “gestão do social”, conforme apontado em alguns momentos deste texto? Ou ainda, a “gestão” partilhada pela promoção de “políticas públicas”, como, por exemplo, a promoção habitacional para as classes populares? Ou, ainda, e muito mais frequentemente em um contexto histórico pautado pelo neoliberalismo e a afamada financeirização da economia, como não nos atentarmos à extensão de lógicas comerciais e mercadológicas típicas da promoção imobiliária convencional, envolvendo a articulação entre organismos e instituições estatais e agentes privados, operando a incorporação e a construção civil? E, ainda mais, nessa quadra da história contemporânea do capitalismo, como não considerar a “democratização” da dívida, no sentido de uma crua *vulgarização*, como o motor fundamental dessa regulação do “social” via ancoragem econômica de mecanismos cruzados de financiamento, promoção e circulação da mercadoria “casa”?

Os questionamentos a essa ordem podem ser alocados em uma visada espacial, por exemplo. Em que termos tratamos dessa visada? Em um primeiro momento, a partir de uma análise das morfologias espaciais postas pelas formas da paisagem. Esses conjuntos habitacionais, tão distintos e simultaneamente indistintos entre si, nunca abdicaram o seu caráter fordista e taylorista clássico da produção em série e larga escala do século XX. Sua arquitetura denota essa aridez e essa forma enfadonha de prédios-caixote pintados de bege, às vezes com micro-varandas quase imitando de modo pobre as (pobres) “varandas gourmet” da classe média e com dimensões reduzidas que, inclusive, podem ser justificadas pelo argumento *hype* de “cidades compactas” e “inteligentes”. Afinal de contas, uma lava-e-seca, um “cooktop” (igualmente *hypes* e muito dentro das novas “tendências” de decoração) e uma cama retrátil vinculada a um armário ou a um guarda-roupa nos dizem ser “perfeitamente” possível viver em

ambientes com 20, 10 ou mesmo 5m². Os exemplos asiáticos, referentes a lugares economicamente “dinâmicos”, essas zonas de rentabilidade (grandes metrópoles da Coreia do Sul, do Japão, da China etc.) demonstram a inevitabilidade de uma casa reduzida metricamente ao corpo individual de um ser humano. E, além disso, demonstram que o sucesso econômico (que, afinal de contas, aparece como redutor das finalidades e propósitos da vida humana no mundo contemporâneo) é representado pela quantidade de “studios” (uma espécie de “quitinete gourmet”) por metro quadrado em determinados bairros ou quadras “da moda”, convenientemente encarecidos pelo custo de sua localização. A vida individualizada representada por uma “economia do compartilhamento” original ou simulada (visível nas lavanderias e lugares de leitura e estudos compartilhados nesses empreendimentos *cool*) demonstra a ultra-programação da vida cotidiana.

Em um segundo momento, reclama um certo “bom urbanismo” dos “impactos ambientais” negativos referentes à extensão desmesurada da mancha urbana (compreendidos, aí, tanto os loteamentos quanto os conjuntos habitacionais horizontais e verticais e os condomínios etc.), o que é visceralmente vivido de modo mais duro pela população “alvo” desses empreendimentos estatais de promoção da habitação popular. O Brasil, como foi demonstrado em vários momentos deste texto, parece concentrar de modo espetacular a conjunção de interesses espoliativos do grande capital e seus caracteres pautados em rentismos, acumulações primitivas (como, por exemplo, as remoções de fato ou remoções “brancas” causadas pelo encarecimento da vida nas áreas centrais das metrópoles e algumas cidades “médias”) e uma permanente gestão da barbárie, consubstanciadas pela ação de grupos paramilitares “milicianos” vendedores de segurança, promotores imobiliários, garantidores de “serviços” e “administradores” de condomínios. Esse caldo sociopolítico serve muito bem a uma economia política da não-moradia, já que é bem capaz de perpetuar a produção de sua raridade. As incontáveis moradias em situações “subnormais”, bem como a crescente população que só tem o relento das ruas, praças, avenidas e outros logradouros públicos para exercerem a sua existência demonstram essa situação crítica em âmbito global, e cruamente presente no Brasil contemporâneo.

Henri Lefebvre, mais uma vez, é prodigo em descrever as novas raridades: além do ar, da água e da luz, temos a raridade do espaço. É essa raridade específica, para o filósofo, que marca a verdadeira estratégia do espaço: de esteio ou base fundamental à sobrevida do capitalismo até a garantia do lastro de uma economia fictícia, pautada em bolhas de produtividade e aparente prosperidade material. Assim, os pobres que embarcam na canoa das políticas públicas de promoção da habitação de interesse social só podem acorrer ao endividamento e/ou a lugares distantes e desprovidos de entorno, de cidade e de urbano para conseguirem ter o teto para não viverem ao relento.

Por essas razões, conforme indicado no movimento deste texto, o direito à cidade aparece em um sentido alargado, incorporando signos dos direitos fundamentais da pessoa humana. Desse modo, urge discutir a pertinência desses direitos, inclusive como pautas a movimentarem as necessárias e justas reivindicações para uma cidade, uma metrópole e uma vida verdadeiramente diferentes. A construção de outros possíveis não passaria por uma crítica radical da vida cotidiana? Em nossas concepções, não é possível separar tal crítica de uma crítica radical do valor, manifesta em uma crítica da economia política do espaço.

Considerações Finais

É mediante o complexo processo habitacional, que ganha os atributos de desigual, da cidade de Nova Iguaçu, que os mais pobres vão enfrentando os desafios do morar. Não apenas por intermédio das ausências de infraestrutura de qualidade e dos meios necessários para a realização da vida de maneira digna, mas também a partir do jogo especulativo que é realizado pelo capital financeiro e incorporador.

Há uma enormidade de fatores que nos traz para atual situação habitacional do país, para que possamos enfrentá-las ou até supera-las, devemos pensar em outros tipos de provisão da casa e de habitação que temos na sociedade. Pois, a terra e a casa (e a própria política habitacional como política de acesso) pelos mecanismos de acesso postos ainda restringem e excluí todos aqueles que mais necessitam de moradia digna.

E, as políticas de habitação, como a realizada pelo PMCMV na cidade de Nova Iguaçu, também não conseguem suprir a falta de casas e muito menos de moradia

digna. E, a partir do que foi exposto ao longo desta pesquisa, podemos notar que a mesma está mais longe ainda de promover habitação para os que mais necessitam do acesso à moradia pela provisão do Estado.

A questão da moradia e da habitação deve ser pensada de modo aberto, plural e social que não se limite ao terreno e a estrutura física da casa. Pois, o habitar está nas práticas e ações de existência dos cidadãos em seu cotidiano.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Constituição 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. *Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida*. Ministério das Cidades/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Editado por Fernando Garcia de Freitas e Érica Negreiros de Camargo – Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014. 120 p.

_____. Presidência da República. Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l111124.htm> . Acesso: 5 Jun. 2018.

BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social no Brasil*. – 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 387p.

CHAUÍ, Marilena. *Um retrato sem retoques da classe média brasileira*. Revista Ecologia e Cultura. v. ?. n. 9 - Ano II - Nov /Dez/85. Pp. 65-79.

FURLANETTO, Diva; CRUZ, Jana; ALMEIDA, Roberto. *Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Geografia. v. 49, n 2. 1987. p. 27-56.

HARVEY, David. *Espaço da esperança*. – 7ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2015

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Editora Paz e Terra. 2ª Edição. São Paulo. 2016 [1970].

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 2000 [1774].

_____. *Direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: Leonardo Basci Castriota (org.). *Urbanização Brasileira – Redescobertas*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003a, p. 1-15.

_____. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Revista ESTUDOS AVANÇADOS*. 17 (48), 2003b. pp: 151-167.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. [tradução de Rubens Enderle]. - 2ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2017 [1867].

Minha Casa Minha Vida - Habitação Urbana.

Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-ida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso: 03 Jun. de 2018.

NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do direito*. – 34ª ed. Rio de Janeiro: Florence, 2012.

Novo Minha Casa Minha Vida deve ter aluguel em vez de posse na faixa de menor renda.

Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,novo-minha-casa-deve-ter-aluguel-em-vez-de-posse-na-faixa-de-menor-renda,70002841426>>. Acesso em: 6 Jun. 2019.

OLX. Disponível em: <<https://rj.olx.com.br/rio-de-janeiro-e-regiao/imoveis/condominio-bela-vista-jardim-jasmin-nova-iguacu-610220460>>. Acesso em: 05 Abr. 2019.

RIBEIRO. Luiz Cesar de Queiroz. CIDADE E CIDADANIA: Inclusão urbana e justiça social.

Revista de Ciência e Cultura. vol.56 no.2 São Paulo Apr./June 2004. pp. 43-44. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200020>. Acesso: 03 Mai. 2019.

ROCHA, André Santos da. Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: Apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região. Espaço e economia: *Revista Brasileira de Geografia Econômica*, v. 3, n. 6, 2015. 17p. Disponível: <<http://espacoeconomia.revues.org/1677>> . Acesso: 10 Mai. 2019 às 1h55.

ROCHA, Cristiano; VITTE, Claudete. O espaço dos pobres e a regularização fundiária: A segregação em favelas de países da América do Sul. In: *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina*, 2009, Montevideo. *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina "Caminando en una América Latina en transformación"*. Montevideo: EGAL, 2009. v. 1. pp. 1-15.

RODRIGUES, Adriano. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833, 90.5): economia e território em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2006 (dissertação em Planejamento Urbano e Regional).

ROYER, Luciana de O. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. 2009.194f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

ROLNIK, Raquel. *A Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. ROLNIK, Raquel. Nosso grande problema não é o déficit de moradia, mas sim o déficit de cidade. [Entrevista concedida a Marcos Weissheimer]. *Jornal Sul 21*, local ?, V. ?, Ex. ?, 2016. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/nosso-grande-problema-nao-e-o-deficit-de-moradia-mas-sim-o-deficit-de-cidade/>. Acesso em: 11 de Abr. 2019.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. - 7. Ed., 2. reimpr, 2014.

SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação social, Habitação de mercado*. a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. 361f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. *Baixada Fluminense como vazão demográfico*. R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.2, p.415-425, maio/ago. 2017. pp. 416-425.

Data de Submissão: 12/06/2019

Data da Avaliação: 13/07/2019

Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Transformações e Representações

Victor Tinoco¹

Resumo. O presente trabalho busca analisar o Arco Metropolitano em suas diferentes dimensões e escalas de atuação nas transformações espaciais da dinâmica metropolitana fluminense, especificamente da região da Baixada Fluminense, tendo como exemplificações os municípios de Japeri e Seropédica. Busca ainda refletir sobre suas representações como imaginário de desenvolvimento para o estado do Rio de Janeiro. Observaremos o Arco em seus diferentes momentos: como um equipamento técnico que tem como objetivo ser um eixo de integração de rodovias federais, promovendo o deslocamento de mercadorias, pessoas e serviços; como parte de um plano de desenvolvimento nacional conhecido como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e como parte do movimento contemporâneo do capital em uma base geográfica, trabalhando com os mecanismos de acumulação como elementos de transformações espaciais desiguais que geram conflitos territoriais.

Palavras-chave: Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, conflitos territoriais, economia fluminense

METROPOLITAN ARCH OF RIO DE JANEIRO: TRANSFORMATIONS AND REPRESENTATIONS

Abstract. This paper intends to analyze the Metropolitan Arch in its different dimensions and scales of action in the spatial transformations of the metropolitan dynamics of Rio de Janeiro, specifically in Baixada Fluminense region, with the municipalities of Japeri and Seropédica as examples. It also reflects on its representations as an imaginary of development for the state of Rio de Janeiro. We will observe the Arch in its different moments: as a technical equipment that aims to be an axis of integration of federal highways, promoting the circulation of goods, people and services; as part of a national development plan known as the Growth Acceleration Program (PAC); and as part of the contemporary movement of capital on a geographic basis, working with mechanisms of accumulation as elements of unequal spatial transformations that lead to territorial conflicts.

Keywords: Metropolitan Arch of Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, territorial conflicts, Rio de Janeiro economy

¹ Doutorando PPGEU PUC-RIO, pesquisador do Grupo de estudos urbanos e rurais (URAIIS PUC-RIO) e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).  <https://orcid.org/0000-0002-9750-1199>. E-mail: victortinoco85@gmail.com

ARCO METROPOLITANO DEL RIO DE JANEIRO: CAMBIOS Y REPRESENTACIONES.

Resumen. Este artículo pretende analizar el arco metropolitano en sus diferentes dimensiones y escalas de la actividad en la dinámica metropolitana de las transformaciones espaciales, específicamente la región de Baixada Fluminense, con contexto tiene la municipios de Japeri y Seropédica. La búsqueda todavía reflejan en sus representaciones como imaginación de desarrollo para el estado de Río de Janeiro. Echemos un vistazo al arco en sus diferentes momentos: como un equipo técnico que pretende ser un eje de integración de las carreteras federales, proporcionando el cambio de mercancías, personas y servicios; como parte de un plan nacional de desarrollo conocido como el programa de aceleración del crecimiento (PAC); y como parte del movimiento contemporáneo de la capital sobre una base geográfica, trabajando con los mecanismos de acumulación como elementos de desiguales transformaciones espaciales que generan conflictos territoriales.

Palabras clave: Arco Metropolitano Rio de Janeiro, la Baixada Fluminense, conflictos territoriales, economía Fluminense.

Introdução

O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro é um projeto de intervenção no espaço com intencionalidades multiescalares. Sob o aspecto econômico e social, ele representou, e ainda representa, um projeto de desenvolvimento nacional que partia das premissas do chamado novo desenvolvimentismo, como matriz macroeconômica da escala governamental federal. Já nas escalas estaduais e municipais, esse equipamento ganhou outros significados de desenvolvimento econômico e social, muito mais atrelados ideologicamente à ordem neoliberal e articulados com as forças conservadoras locais.

Analisar o Arco Metropolitano significa refletir sobre o movimento dos mecanismos de acumulação do capital em suas diferentes percepções ideológicas, em suas contradições e, especialmente, nos conflitos promovidos por esse movimento em relação ao desenvolvimento geográfico desigual.

O presente trabalho busca analisar o Arco Metropolitano em suas diferentes dimensões e escalas de atuação nas transformações espaciais da dinâmica metropolitana fluminense, especificamente da região da Baixada Fluminense, tendo como exemplificações os municípios de Japeri e Seropédica. Busca ainda refletir sobre

Vitor Tinoco, Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Transformações e Representações

suas representações como imaginário de desenvolvimento para o estado do Rio de Janeiro. Observaremos o Arco em seus diferentes momentos: como um equipamento técnico que tem como objetivo ser um eixo de integração de rodovias federais, promovendo o deslocamento de mercadorias, pessoas e serviços; como parte de um plano de desenvolvimento nacional conhecido como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e como parte do movimento contemporâneo do capital em uma base geográfica, trabalhando com os mecanismos de acumulação como elementos de transformações espaciais desiguais que levam à geração de conflitos territoriais.

O momento contemporâneo está centrado em um capitalismo globalizado. Cada vez mais, o ideário do neoliberalismo adquire predomínio mundial, como “ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder político, concepção do público e privado, ordenação da sociedade e visão do mundo” (IANNI, 1993, p. 59). Analisar o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro significa pensar os efeitos econômicos, sociais e geográficos desse momento nas áreas de sua abrangência, especialmente na Baixada Fluminense.

Desenvolvimento

O Arco Metropolitano é uma obra infraestrutural inaugurada em 2014, que corta oito municípios da região metropolitana. Suas obras foram iniciadas em 2007, mas ele já vinha sendo desenhado desde os anos 1970, com o objetivo de facilitar o deslocamento de cargas, de modo a que não passassem por dentro da cidade do Rio de Janeiro.

O projeto do Arco Metropolitano foi efetivado no governo Lula (2003-2010) como parte das obras infraestruturais em todo o território nacional, integrantes do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e inaugurado no final do primeiro mandato do Governo Dilma (2011-2014). A efetivação do Arco Metropolitano teve como objetivo central aumentar a competitividade do estado e diminuir o tempo do transporte e seu custo, buscando a integração entre dois polos econômicos localizados no espaço metropolitano, o Porto de Itaguaí e o Complexo Petroquímico, o COMPERJ, em Itaboraí, ao mesmo tempo que adquire a função de conectar a Br-101/Norte e a Br-101/Sul.

Em uma escala regional, ele é um projeto que fomenta a abertura de novos espaços imobiliários, especificamente industriais e logísticos, em suas adjacências, articulando eixos como a rodovia Presidente Dutra e a Washington Luiz. Essa conexão abre uma integração do espaço metropolitano de modo significativo para o mercado imobiliário do setor logístico-industrial, especificamente na vertente oeste da região metropolitana fluminense, como parte do plano logístico do Porto de Itaguaí, como podemos ver nas figuras 1, 2 e 3 abaixo:

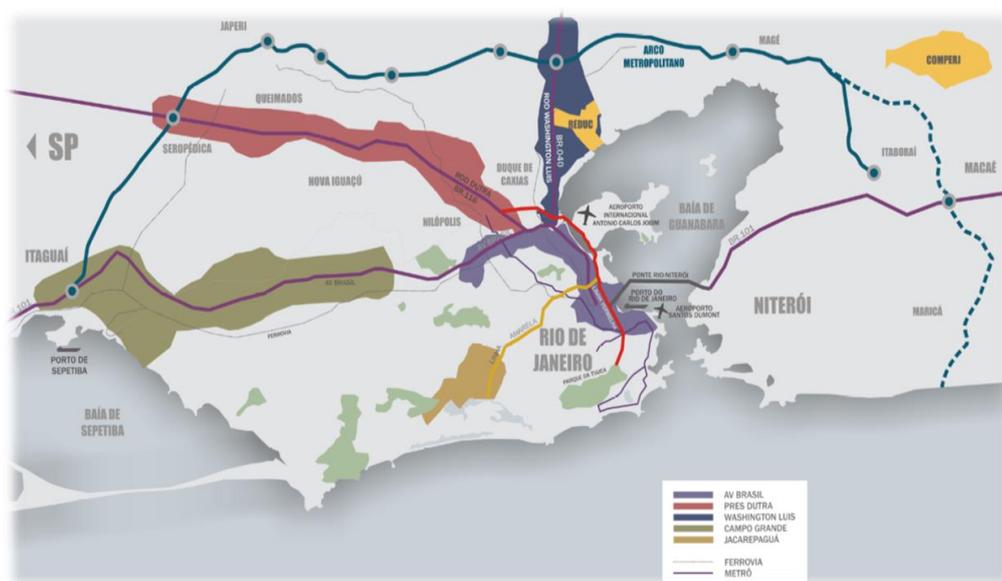


Figura 1: Principais eixos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Fonte: LOPES (2018)

Esses projetos, na Baixada Fluminense², nas vertentes norte e oeste da área metropolitana do Rio de Janeiro, incentivam a chegada de novos capitais nessas localidades, que têm como fixos dois eixos dos fluxos, o COMPERJ e o Porto de Itaguaí, conforme podemos ver na figura 2:

² A Baixada Fluminense se configura como periferia da cidade do Rio de Janeiro, atualmente constituída por treze municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica. Historicamente, é uma região de altos índices de conflitos sociais, urbanos e rurais.



Figura 2: Integração entre os extremos da região metropolitana

Fonte: Secretaria de Obras do estado do Rio de Janeiro (2007).

EMPREENDIMENTOS PREVISTOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA:

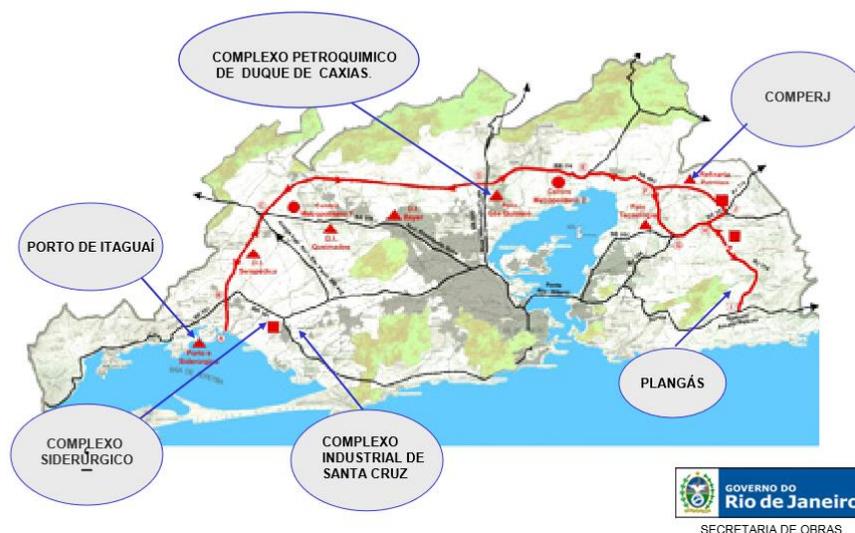


Figura 3: Empreendimento na área de Influência do Arco Metropolitano

Fonte: EI-RIMA do Arco Metropolitano (2007), Secretaria de Obras do estado do Rio de Janeiro

Através dos eixos apresentados na figura 3, podemos contextualizar a divisão regional do trabalho a partir tanto do projeto “Visões do Futuro” da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), quanto do plano diretor do Arco. Em ambos, há a delimitação de uma parte metal-mecânica e outra químico-fármaco. Está organizado da seguinte forma: no leste metropolitano, ficam os investimentos químico-fármacos, tendo como destaque os municípios de Itaboraí, estendendo-se ao norte no município de Duque de Caxias; já na parte oeste, há a delimitação de uma região voltada para receber as bases logísticas que agregam os municípios de Japeri-Seropédica, localidades, segundo os analistas da FIRJAN e do estado, que apresentam ainda muitos “espaços livres” e “baixa ocupação” do interior de seus territórios. O município de Nova Iguaçu, dentro dessa delimitação, por mais próximo que esteja desses municípios e tenha maior influência sobre eles, ficou atrelado ao plano químico-fármaco pela demanda e localização de uma série de indústrias desse ramo em seu território, por falta de áreas para a expansão dos mercados de terras devido à proximidade de áreas de preservação por onde passa o Arco.

Com esse projeto, a região da Baixada Fluminense se tornou uma área de suma importância para novos empreendimentos no caráter logístico, devido aos baixos preços da terra dentro do que seriam os espaços vazios da região metropolitana, e também devido à presença do Porto de Itaguaí e do complexo petroquímico da Petrobrás no município de Duque de Caxias, a REDUC.

Com a emergência da crise político-econômica nacional e estadual, muitos dos possíveis investimentos e investidores não efetivaram as projeções de viabilidade econômica vislumbradas no projeto do Arco Metropolitano, produzindo um cenário de abandono e esvaziamento econômico do que antes era projetado como principal eixo de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro e da região da Baixada Fluminense.

A região também apresenta um forte índice de ocupações irregulares, com famílias de diferentes partes da Baixada Fluminense e do estado ocupando as margens da via, como consequência da crise urbana da região e da falta de moradia associada

aos altos preços dos imóveis, dos aluguéis e do desemprego. A Câmara Metropolitana³, órgão responsável pela gestão metropolitana no estado do Rio de Janeiro, produz uma série de dados sobre as ocupações das margens do Arco, assessorando as prefeituras que ficam responsáveis pela contenção do crescimento urbano nos arredores da via que corta os seus territórios municipais. O que mais dificulta o processo de gestão dessa área, segundo alguns levantamentos junto a técnicos da Câmara Metropolitana, é a indefinição, diante de um quadro de crise política, acerca de quem é o real gestor do Arco, a esfera federal ou estadual, o que dificulta o planejamento a longo e médio prazos. Para os gestores entrevistados, a série de impasses sobre esse processo dificulta a implementação da iniciativa privada, especialmente na proposição de medidas de concessão da rodovia.

A descrição desenvolvida nesta seção nos leva a tentar compreender outras dimensões do projeto do Arco Metropolitano na dinâmica do atual metabolismo do capital, cuja forma financeira, globalizada e urbana tem sido um dos principais traços do que se coloca como intencionalidades do projeto do Arco. Ele é uma das expressões do movimento geral da acumulação através do desenvolvimento geográfico desigual e seu conjunto de contradições e dinâmicas.

O Arco e o Espaço Metropolitano Fluminense

Com a implantação do Arco na região metropolitana do Rio de Janeiro, há a formação de um projeto de desenvolvimento regional e de integração estadual em uma nova dinâmica econômica, destacadamente pelos setores de logística, petróleo e siderurgia. O Arco é a peça fundamental desse projeto, que podemos chamar de “desenvolvimento” econômico da região metropolitana do Rio de Janeiro, pois integra territorialmente esses projetos.

³ A Câmara Metropolitana é um órgão fundado em 2014 com a responsabilidade de promover a gestão metropolitana no estado do Rio de Janeiro. Ela revive, mas com os novos desafios do espaço metropolitano, o FUDREM, extinta na gestão Marcelo Alencar (1995-1998).

Essa região é o principal centro econômico do estado. Nela está concentrada 70% da população fluminense, os principais parques industriais e tecnológicos, tendo como principal polo a cidade do Rio de Janeiro. A construção do Arco possibilita a expansão de outros setores para áreas com baixo adensamento urbano e vazios demográficos, abrindo uma nova fronteira de acumulação dentro do espaço metropolitano do Rio de Janeiro.

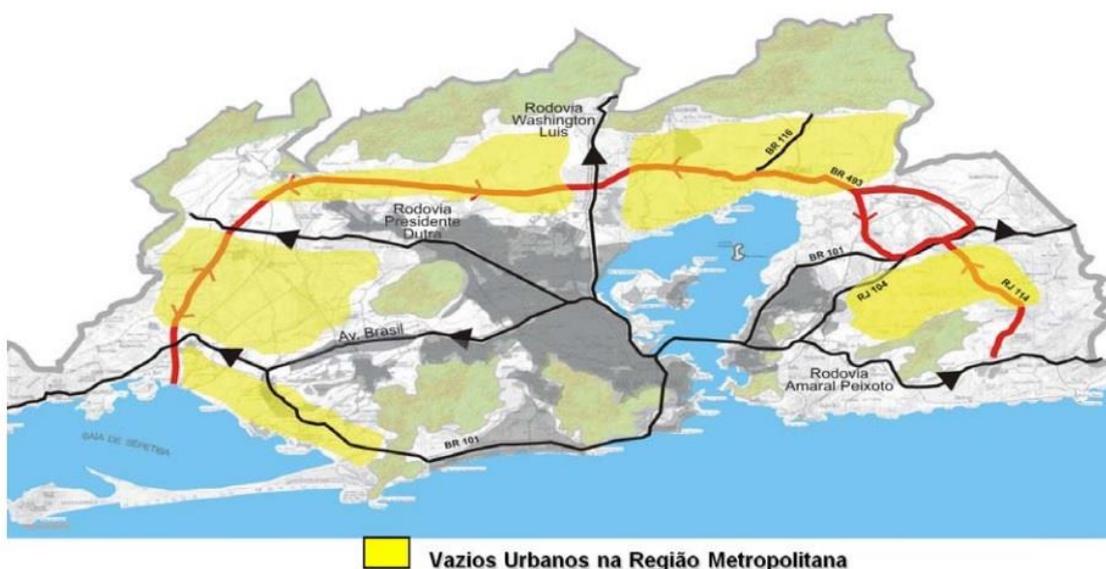


Figura 4: vazios urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Fonte: Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, 2011.

A figura acima representa as áreas de adensamento urbano e populacional e os “espaços vazios” da região metropolitana. Em sua maioria, esses espaços estão localizados na vertente noroeste da região, onde podemos encontrar um maior número de “espaços livres”. Contudo, é preciso observar que esses espaços foram delimitados de acordo com suas áreas de influência. A vertente norte e leste metropolitana estão sob a abrangência das zonas químico-fármaco, devido à presença do COMPERJ e da REDUC, já a parte oeste e noroeste ficam sob a abrangência dos polos metalomecânicos devido à CSA e ao Porto de Itaguaí.

Esse arranjo espacial pode ser melhor compreendido através da figura abaixo, que expressa a distribuição dos investimentos territorializados na região metropolitana:



Fonte: Plano Diretor do Arco Metropolitano (PdAm).

Figura 5: Investimentos Recentes no Arco Metropolitano. Fonte: PDAM.

O documento “Visões do Futuro”, da FIRJAN, propõe uma série de projetos ao poder público estadual e à iniciativa privada, que fazem com que o Arco seja um direcionador da lógica de cidade que se impõe aos municípios que se encontram por ele cortados ou em suas adjacências. O poder local, o poder estatal em sua esfera local, assume uma proposta em conjunção a uma visão neoliberal nesse caso, como um

dinamizador da economia, ao colocar condições básicas para a atração de investimentos que promovam o crescimento econômico, ou melhor, o discurso de desenvolvimento local, pois os municípios estão localizados em áreas que facilitam a mobilidade de mercadorias, serviços e mão de obra.

Para isso, o estado construiu o órgão responsável para promover a articulação institucional de políticas para o espaço metropolitano, integrando proposições de mobilidade urbana, planejamento e gestão do território, a Câmara Metropolitana, que tem essa função. Criada em 2014 pelo então governador Fernando Pezão, ela busca como objetivo a articulação das instituições governamentais localizadas dentro do espaço metropolitana de maneira a constituir um ordenamento integrado e sustentável para a promoção do desenvolvimento econômico.

Toda essa proposição de desenvolvimento nas adjacências do Arco visa explorar a potencialidade logística produzida pelo Porto de Itaguaí, onde a Baixada Fluminense se torna o grande espaço logístico da região, devido aos “espaços vazios” disponíveis nas bordas do espaço metropolitano. O município de Duque de Caxias se configura como um outro polo de fomento da indústria farmo-química, articulado à REDUC com o COMPERJ em Itaboraí.

Nesse sentido, é importante observar que a Baixada Fluminense foi dividida pela FIRJAN em duas áreas de interesse estratégico, em que se detalham os tipos de investimentos que cada uma poderá vir a receber. A área I é composta pelos municípios de Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis, Paracambi, Queimados e Seropédica, conforme demonstra a figura:

Figura 6: Baixada Fluminense – Área I



Fonte: www.firjan.com.br

Essa área é vista como espaço de ocupação de empreendimentos industriais e, principalmente, logísticos. Uma das propostas é a inserção dos condomínios industriais/logísticos, que são projetos imobiliários para atender a uma demanda das empresas de logística que buscam áreas flexíveis, com baixo custo de ocupação, localizadas estrategicamente, que lhe ofereçam segurança e infraestrutura.

Já a área da Baixada Fluminense II (figura 7) é composta pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Miguel Pereira, Paty do Alferes e São João de Meriti. Nessa área, a proposta principal se volta para sua transformação no maior polo petroquímico e gás-químico do país:

Figura 7: Baixada Fluminense – Área II



Fonte: www.firjan.com.br

As duas áreas são vistas de maneira integrada nas propostas da FIRJAN apresentadas no referido documento. Nele, também ganha destaque a integração metropolitana, que guiou o Plano Diretor do Arco Metropolitano, na orientação dos investimentos em infraestrutura de insumos para a indústria, como água, energia, banda larga etc.

Toda essa sistematização pode ser analisada dentro do campo da logística, que se divide em duas dimensões, uma corporativa e outra territorial. Na base corporativa, a estruturação de propostas feitas por agentes como o BID, Instituto Millenium e FIRJAN tem por objetivo a elaboração de um ordenamento para a chegada de empresas à região metropolitana em nível local e a implantação de uma série de medidas burocráticas e modelos de gestão público-privada nas prefeituras. Já na base territorial, o Estado é o principal agente ordenador das condições estruturais de circulação de transportes e armazenamento.

Ao analisarmos o Arco sob o prisma do PAC e, especialmente, do novo desenvolvimentismo, temos que retomar a compreensão de duas escalas: a nacional e

a estadual. O Arco é parte do programa logístico de escoamento da produção do Porto de Itaguaí, integrando todo um conjunto de eixos da região Sudeste e de outros sete estados de diferentes regiões. Na escala estadual, é um meio de atrair investimentos infraestruturais e capitais privados para atuar nesse ramo de distribuição, transporte, armazenamento, em que a “logística é importante, especialmente quando falamos da integração da cadeia de abastecimentos” (SILVEIRA, 2011, p. 54).

Nesse sentido, a logística do Arco abrange um conjunto de estratégias integradas de cadeias produtivas, transporte e armazenamentos para todo o país e um espaço de atração de investimentos diversos para a economia fluminense. As prefeituras da região metropolitana têm se enquadrado para oferecer melhores condições de infraestruturas e atração para investimentos, incentivos fiscais e doações de terrenos para que as empresas se instalem em seus municípios. Para atrair investimentos, essas localidades oferecem condições de um bom “ambiente de negócios”. A esse respeito, Oliveira (2015) observa que:

também são implementados condomínios logísticos inseridos na lógica industrial, com valorização do solo urbano; esta valorização da terra urbana reverbera tanto na comercialização de áreas com fins de loteamento habitacional e conseqüente emergência de condomínios residenciais voltados para os altos extratos da classe média quanto para venda de grandes espaços para implementação de áreas que sirvam ao setor secundário (p. 5).

A implantação de condomínios logísticos industriais tem na Baixada Fluminense a principal região de sua promoção, apoiada pela abertura de terras que se obteve com a construção do Arco e a proximidade com o Porto de Itaguaí. O plano logístico e industrial se consolidou nessa região, abrindo um mercado de terras significativo e uma série de investimentos que transformaram em um primeiro momento, antes da crise, seu espaço.

Há diferenças estruturais entre distritos industriais e condomínios logístico-industriais. Finatti (2017) analisa as diferentes abordagens que essas denominações assumem no território brasileiro. Em seu estudo, destaca que distrito industrial é uma política de uso do solo feita pelo poder público para reserva de áreas para o uso industrial. É uma política utilizada principalmente pelo poder local, que promove um zoneamento do espaço municipal, essencialmente para a “divisão da área urbana a fim

de estabelecer regulamentação adequada às determinadas áreas e propriedades existentes em cada uma delas” (FINATTI, 2017, p. 51).

Já os condomínios logísticos, na discussão de Finatti (2017), se enquadram em formas de aglomerações de maior diversidade de termos empregados para sua identificação. Ele os classifica dentro da denominação de condomínios empresariais, que agregam não somente a logística, mas também os condomínios industriais, condomínios de galpões, condomínios de escritórios, centros logísticos, parques industriais, *business centers* e *business parks*.

Trata-se de empreendimentos de natureza imobiliária, destinados a receber atividades econômicas, cujos terrenos são vendidos para empresas, podendo apresentar uma infraestrutura pronta. Um exemplo desses empreendimentos são os galpões para serem alugados por um determinado tempo, que se constituem em espaços de controle, acesso e sistemas de segurança reforçados e de todos os equipamentos técnicos que possam facilitar à empresa se alocar nele. Os condomínios, nesse sentido, são “expressão das estratégias dos promotores imobiliários, que inovam e diversificam sua mercadoria saindo dos nichos apenas residencial ou comercial” (FINATTI, 2017, p. 67).

Com os condomínios, as empresas deixam de ter necessidade de comprar terrenos e construir estruturas físicas, ao mesmo tempo em que os condomínios passam a garantir de possuírem boa localização, segurança, licença ambiental e infraestrutura urbana de qualidade, que facilitam a desoneração, a implantação ou a realocação de empresas.

Os condomínios estão associados diretamente à questão da renda fundiária decorrente do custo da terra, quando esta é incorporada ao mercado urbano, em que

a essência do empreendimento imobiliário é o seu valor de troca, a renda obtida pelos promotores imobiliários. Por isso, estes empreendimentos apresentam uma dinâmica de implantação associada diretamente ao capital particular, e o contexto é justamente da incorporação imobiliária ligada à mercantilização do espaço por meio da venda ou do aluguel (FINATTI, 2017, p. 67).

Rodovia Presidente Dutra etc. Trata-se da parte mais oeste da região metropolitana, composta pelos municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Queimados e Japeri.

Oliveira (2017) indica que a quantidade de condomínios empresariais tem maior relevância nos municípios de Seropédica e Queimados. Essas são as localizações que são favorecidas para receber esse tipo de investimento, pela disponibilidade de terras baratas e próximas de vias de escoamentos de grandes fluxos. Queimados tem como destaque o distrito industrial próximo à Rodovia Presidente Dutra, com proximidade de Seropédica, onde se encontra o entroncamento do Arco, a antiga Rio-São Paulo e a Presidente Dutra. O gráfico a seguir, desenvolvido por Patrícia Oliveira (2017), lista os condomínios industriais e logísticos localizados no extremo oeste metropolitano:

Seropédica	VBL LOG Seropédica
	Seropédica Park
	Prologis CCP Seropédica
	Multimodal Seropédica
	Golgi Seropédica
Queimados	Distrito Industrial
	Condomínio industrial e logístico GLP Queimados
	Condomínio Logístico Queimados
	ENAAAX Queimados
	Prologis CCP Queimados
Paracambi	AQ ³ Log Queimados- Condomínio Logístico / RJ
	Condomínio Industrial I (CI I)
Japeri	Condomínio Industrial II (CI II)
	Condomínio Industrial Marajoara

Figura 9: Lista de Condomínios empresariais do Extremo Oeste Metropolitano

Fonte: Oliveira (2017)

Dos municípios listados acima, Seropédica tem o maior número de empreendimentos. Há ainda uma série deles para serem executados no município em futuros próximos. Dentro do plano diretor do Arco Metropolitano, Seropédica tem destaque por ser área mais próxima ao Porto de Itaguaí e por ter potencial para ser o concentrador da atividade logística por causa da instalação de centros de distribuição

atacadista e varejista. Japeri é classificado no plano diretor como área de expansão futura do capital, que se instala em Seropédica devido à potencialidade de “espaços vazios” a serem explorados.

No município de Japeri, o desenvolvimento do condomínio industrial tem sido a grande proposta política de desenvolvimento das últimas gestões, que trabalham, segundo o plano diretor, para oferecer condições de bom ambiente para a permanência das empresas em seus territórios. A vantagem logística apresentada em Japeri é o fato de ser um dos municípios cortados pelo Arco Metropolitano, ter acesso também à Rodovia Presidente Dutra e, como Seropédica, ser cortado pela linha ferroviária da MRS, que tem ligação direta com o Porto de Itaguaí. A figura a seguir demonstra o preço médio de locação por metro quadrado em alguns dos municípios do estado do Rio de Janeiro:

Preços médios pedido de locação (m²/mês)	
Estado (RJ)	RS 23,00 m²/mês
Avenida Brasil	RS 35,00 m²/mês
Belford Roxo	RS 25,00 m²/mês
Nova Iguaçu	RS 25,00 m²/mês
Queimados	RS 18,60 m²/mês
Seropédica	RS 18,60 m²/mês
Campos	RS 15,00 m²/mês

Figura 10 – Quadro dos preços médios de locação

Fonte: Elaborado por Oliveira, 2017.

Analisando o quadro que sinaliza que a média estadual é de 23 (vinte três) reais o metro quadrado, Seropédica só perde para Campos dos Goytacazes no preço da terra, que custa 15 reais o metro quadrado. As áreas do oeste metropolitano têm uma diferença de preço da terra bastante significativa, quando comparadas a locais mais valorizados, como Nova Iguaçu, cujo preço médio do metro quadrado é 25 (vinte e cinco) reais, em comparação a Queimados e Seropédica, em que o metro quadrado vale 18 (dezoito) reais e 60 (sessenta) centavos.

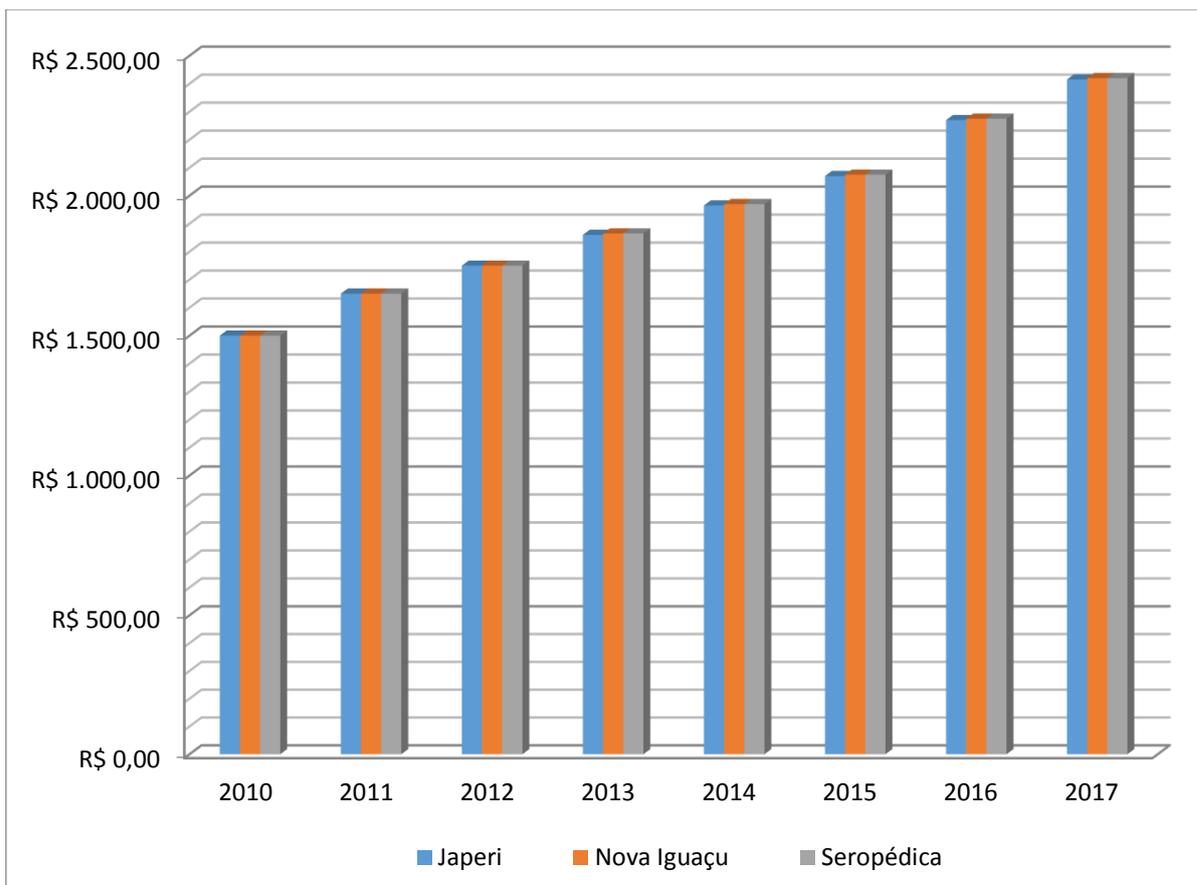
Quando observamos esse processo em uma trajetória histórica a partir dos preços das terras nuas nos municípios de Nova Iguaçu, Japeri e Seropédica, recorte de nosso estudo, verifica-se um aumento significativo de, aproximadamente, 50% do preço da terra nua no espaço amostral analisado nos três municípios, computados 7 anos de amostras do preço médio da terra no período de 2010 a 2017, como pode ser visto abaixo:

Quadro 1: Tabela Preço da Terra Nua

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Japeri	1.500,00		1.750,00	1.860,00	1.965,00	2.070,00	2.270,00	2.415,00
Nova Iguaçu	1.500,00	1.650,00	1.750,00	1.865,00	1.970,00		2.275,00	
Seropédica	1.500,00	1.650,00		1.865,00		2.075,00		2.420,00
		1.650,00	1.750,00		1.970,00	2.075,00	2.275,00	2.420,00

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, dados da Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca e Abastecimento.

Tabela 2: Gráfico do Preço da Terra Nua



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, dados da Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca e Abastecimento.

A curva de aumento do preço da terra é mais acentuada principalmente no ano de 2010, por causa do início das obras do Arco Metropolitano. Isso demonstra como a Baixada representou uma área de interesse para investimentos no mercado imobiliário, especialmente para implementação dos condomínios empresariais (FINATTI, 2017), nos quais a questão imobiliária tem grande foco.

Por mais que a crise econômica do estado tenha afastado investimentos, é perceptível que a região do extremo oeste metropolitano é um espaço de valorização imobiliária. Talvez o ritmo de valorização do preço da terra tenha diminuído, porém os baixos preços podem ser fatores que, se levados em consideração, fazem com que a região se configure como uma área estratégica no projeto de desenvolvimento regional do estado.

Quando analisamos a questão da terra, temos que compreender também a posse dela. A Baixada Fluminense é marcada historicamente por ser a região do estado com um dos maiores índices de conflitos fundiários. Há uma concentração de

assentamentos de reforma agrária, acampamentos e pré-assentamentos que ali se colocam desde os anos 1980, além do conjunto de loteamentos ilegais e irregulares que surgiram nos últimos anos. Quando compreendemos a história dos conflitos fundiários na Baixada Fluminense, o sujeito central é o posseiro, que, nos anos 1950 e 1960, foi central na luta contra os despejos promovidos pela justiça nas medidas de reintegração de posse da terra devido ao movimento de crescimento imobiliário que marcou a região nesse momento. Os mesmos posseiros, anos depois, foram os cerne do movimento de ocupações de terra nos anos 1980, que deram origem a assentamentos rurais como Campo Alegre entre Nova Iguaçu e Queimados.

A luta dos posseiros se repete agora no limiar do século XXI através das remoções e expulsões brancas dos atingidos pelas políticas de implementação do Arco Metropolitano, como também pelo avanço dos investimentos logístico-industriais na Baixada, conforme analisamos acima na região do extremo oeste metropolitano (OLIVEIRA, 2015). A luta pela permanência na terra é a busca por uma vida digna, elementos que perpassam os sujeitos aqui estudados sobre o movimento de territorialização do capital e as transformações territoriais a eles impostas.

O preço da terra ganha evidência neste trabalho por ser ele um dos fatores de desterritorialização em nossa análise, sendo um dos efeitos mais graves para a maior parte da população que vive nas adjacências do Arco Metropolitano. A Câmara Metropolitana tem feito um acompanhamento dessas ocupações; porém, segundo os técnicos entrevistados, não há uma ação efetiva por parte das prefeituras em fazer um controle sobre o solo urbano nessas localidades.

Esse processo de expulsão branca pode ser visto pelo exemplo da prefeitura de Seropédica que criou mecanismos em seu plano diretor, segundo Souza (2015), para a modificação do uso do solo caso seja de interesse da cidade. Com esses mecanismos, as zonas rurais, especialmente a do assentamento Sol da Manhã, foram afetadas diretamente, pois deixam de ser cotadas pelo preço da terra nua, para uso agrícola, e passam a ser cotadas de acordo com o preço do metro quadrado. A área do condomínio vista na foto foi vendida pelo preço de 16 (dezesesseis) reais o metro quadrado.

O baixo preço da terra e o fator locacional atraem uma série de investidores imobiliários para a região. Contudo, a questão da infraestrutura ainda é um dos elementos limitadores.

Já o Condomínio Industrial de Japeri hoje conta com indústrias do ramo da construção civil e de reciclagem. Muitos relatos retratam os impactos ambientais como poluição atmosférica e contaminação do solo. Há outros problemas elencados como a falta de saneamento básico, o fornecimento de água apenas para as empresas e o baixo investimento em saúde e educação.

A atual gestão municipal de Japeri tem mantido uma linha de busca por investimentos industriais e logísticos, para promover a chegada de novas empresas. A gestão de Carlos Moraes tem feito investimentos em infraestrutura e buscado melhorar as condições burocráticas do município para facilitar a inserção de empresas no condomínio Marajoara (AZEVEDO, 2018). Alguns exemplos são as parcerias com o estado junto à CEG para a chegada do gás, a fim de atender a indústria local, residentes e postos de GNV que queiram se instalar ao longo da avenida Tancredo Neves, que corta o município. Uma das ações da prefeitura para produzir incentivos foi a criação de um órgão municipal para controle e licenciamento ambiental, tendo como justificativa a demora para a liberação de licenças e laudos por parte dos órgãos estaduais, como o INEA.

Carlos Moraes é um dos principais políticos do município, tendo sido o primeiro prefeito após a emancipação de Nova Iguaçu, em 1993. Desde então, ele vem participando das gestões do município. Foi em sua gestão que os conflitos que estamos estudando se acentuaram em associação com o empresariado local, tendo em vista a valorização imobiliária produzida pela obra do Arco e o fator locacional que o mesmo produzia.

Considerações Finais

O Arco representava, como hoje ainda representa, um projeto mais complexo na política nacional e estadual, não só de escoamento da produção, e sim como ação que agrega

um conjunto de iniciativas multiescalares. Ele é um dos projetos de integração nacional, criados para superar os chamados gargalos infraestruturais que marcam o território brasileiro, por meio do PAC, o principal projeto do segundo governo Lula (2007-2010), que visava a uma intervenção direta do estado na economia a partir de uma série de obras infraestruturais e de urbanização por todo o território.

Em uma outra escala, a estadual, significou um projeto de atração de investimentos e formação de um eixo de desenvolvimento para o estado, que agrega não mais o escoamento, mas todo um mercado logístico-industrial para o espaço metropolitano fluminense, abrindo novas fronteiras mercantis e de serviço. E, por extensão, também teve significação para as prefeituras cujos territórios municipais são cortados pelo Arco e estão em sua área de influência, que receberam investimentos e atraíram uma série de obras que fomentaram o mercado de trabalho local.

O histórico da implementação do Arco expressa não apenas um projeto de intervenção técnica para circulação mercantil. Consiste em uma nova lógica de acumulação que marca o atual metabolismo do capital, que compreende também o espaço como uma mercadoria, ou seja, a produção do espaço do Arco Metropolitano e de seu entorno é tomada como mercadoria.

A Baixada Fluminense, conhecida historicamente como uma região marcada pela segregação e por altos índices de violência, foi vista por parte dos investidores imobiliários como um El Dorado da especulação, incentivada pelas prefeituras, e como parte da estratégia elaborada pelo Governo do estado do Rio de Janeiro do Plano Estratégico do Arco Metropolitano, em que havia uma projeção de se alcançar, segundo a Firjan (2012), uma série de investimentos diretos e indiretos para a economia fluminense.

Esse crescimento de investimentos imobiliários na Baixada Fluminense, que se mantém até o atual momento de crise econômica e social nacional e estadual, se dá pelo potencial logístico do Porto de Itaguaí, região que, pela disponibilidade de espaços livres, é uma área de forte interesse para a implantação de projetos como os dos condomínios logísticos-industriais presentes em Seropédica e Japeri.

Em suma, Arco Metropolitano é um eixo econômico do estado do Rio de Janeiro e de um projeto de desenvolvimento infraestrutural nacional, integra uma política que articula as diferentes escalas das dimensões federativas e os diversos agentes e sujeitos envolvidos nesse projeto, que atinge as populações que se estabeleceram e constituíram suas vidas nos lugares que hoje são alvos de intervenções ou são vistos como áreas de interesse logístico para diferentes setores da economia.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Nathalia Figueiredo de. *As desigualdades territoriais no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense: um estudo de caso sobre o Município de Japeri*, 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

BINSZTOK, Jacob. Crise e construção de uma nova ordem territorial no estado do Rio de Janeiro. *GEOgraphia*. Ano 1, nº. 2, 1999.

FERREIRA, Álvaro; RUA, João (Org.); MATTOS, Regina Célia de (Org.). *O espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

FINATTI, Rodolfo. *Aglomerações industriais no Brasil: uso do território e transformações recentes*, 2017. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana) - Universidade de São Paulo.

LOPES, Gabriel Oliveira. *"Novos" espaços: os condomínios logísticos e a expansão capitalista no município de Seropédica (RJ)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A emergência da região logístico-industrial do extremo Oeste Metropolitano Fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva. *Revista Espaço e Economia*, Ano IV, nº. 7, 2015.

OLIVEIRA, Patrícia Matias de. *Empreendedorismo urbano periférico: um estudo sobre os municípios da Borda Oeste Metropolitana Fluminense*, 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Patrícia Matias de; SILVA, Robson Dias. Baixada Fluminense? RJ: Notas sobre os Impactos Iniciais do Arco Metropolitano. *Revista Continentes*, v. 6, p. 75-94, 2017.

SISTEMA FIRJAN. *Visões para o futuro: potencialidades para o estado do Rio de Janeiro*. Setembro de 2012.

SILVEIRA, Márcio Rogério. *Circulação, Transportes e Logística: Diferentes Perspectivas*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVEIRA, M. R. ; JULIO, A. S. . *Os Investimentos em Transportes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Efeito Multiplicador Brasileiro a partir do Governo Lula da Silva*. *Revista de Literatura dos Transportes*, v. 7, p. 199-224, 2013.

SOUZA, Ticianne Ribeiro de. *O papel da ideologia na expansão urbana: a questão econômica e os impactos socioambientais do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo.

TÂNGERI, Vera Regina; REGO, Andrea Queiroz; MONTEZUMA, Rita de Cássia Martins (Orgs.). *O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação*. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU, 2012.

Webgrafia:

<http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/PlanoDiretor.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2018.

<http://www.der.rj.gov.br>. Acesso em 13 de maio de 2018.

<http://www.fetranscarga.org.br/inicio.php>. Acesso em 14 de abril de 2018.

<http://www.rj.gov.br/web/setrans>. Acesso em 17 de abril de 2018.

<http://www.sistemafaerj.com.br/vtn-valor-de-terra-nua/>. Acesso em 18 de maio de 2018.

Data de Submissão: 15/05/2019

Data da Avaliação: 13/07/2019

ESPAÇO URBANO E (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL NO ENTORNO DO ANTIGO ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO, DUQUE DE CAXIAS/RJ

Natália Burity¹

Fernando Damasco²

Letícia Giannella³

118

Resumo. Ao passo em que notoriedade mundial foi conferida ao antigo Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho e às atividades de catação de resíduos por ele viabilizadas, a postergação do entendimento do seu entorno precisa ser superada, sobretudo devido à complexa dinamicidade territorial ali consolidada. Logo, partindo do entorno como o espaço de reflexões, buscamos submeter à análise as dimensões abarcadas pelo gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos em cenários de injustiça ambiental no cerne da produção do espaço, identificando as contradições internas de um território produzido para as excreções de uma sociedade que, destarte, apontam para a necessidade de abordagens teóricas que contribuam com a compreensão dos espaços conflagrados nesses contextos.

Palavras-chave: justiça ambiental; espaço urbano; aterro metropolitano; Jardim Gramacho; resíduos sólidos.

URBAN SPACE AND ENVIRONMENTAL JUSTICE IN THE SURROUNDINGS OF THE OLD METROPOLITAN LANDFILL OF JARDIM GRAMACHO, DUQUE DE CAXIAS / RJ

Abstract. While world renown was conferred on the former metropolitan landfill of Jardim Gramacho and the waste picker activities that it has made possible, the postponement of the understanding of its surrounding needs to be overcome, especially because it has consolidated a complex territorial dynamics. Therefore, having the environment as an empirical reference, we seek to analyze the dimensions of inadequate management of solid waste in environmental injustice conjunctures on the process of production of the space, identifying internal contradictions to a territory produced

¹ Especialista em Análise Ambiental e Gestão do Território, Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE). Email: n.burity@yahoo.com.

² Pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Professor Colaborador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE).  <https://orcid.org/0000-0001-7097-6752> E-mail: fernando.damasco@ibge.gov.br.

³ Pesquisadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE).  <https://orcid.org/0000-0002-1105-0121>. E-mail: leticiagiannella@gmail.com

for the excretions of a society, which point to the need for new theoretical approaches to the understanding of the spaces formed in this contexts.

Keywords: environmental justice; urban space; metropolitan landfill; Jardim Gramacho; solid waste.

ESPACIO URBANO E JUSTICIA AMBIENTAL EN EL ENTORNO DEL ANTIGUO VERTEDERO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO, DUQUE DE CAXIAS / RJ

Resumen. En la medida que verificamos que fue otorgada notoriedad mundial al antiguo vertedero metropolitano de Jardim Gramacho, bien como a las actividades de selección de residuos por él viabilizados, analizamos que la demora em cuanto al entendimiento del alrededor de este debe ser superada, principalmente por la compleja dinamicidad territorial allí aseguradas. Luego, partiendo de los alrededores como siendo el espacio de reflexiones, procuramos someter a análisis las dimensiones englobadas por el gerenciamiento inadecuado de los residuos sólidos en escenarios de injusticia ambiental en el ámbito de la producción del espacio, identificando las contradicciones internas de un territorio hecho para las excreciones de una sociedad que, por esa forma, indican la necesidad de abordajes teóricas que contribuyan con la comprensión de los espacios conformados en esos contextos.

Palabras clave: justicia ambiental; espacio urbano; vertedero metropolitano; Jardim Gramacho; residuos sólidos.

Introdução

O entorno do antigo Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG) representa uma contradição fundamental: se por um lado expressa a sobreposição de diversas formas de desigualdade, por outro viabiliza a (re)invenção da luta pela sobrevivência. Isso porque à medida que a área receptora de resíduos sólidos, uma das maiores da América Latina, foi tolhida do devido gerenciamento e monitoramento, proporcionou condições favoráveis para, em meio à insalubridade, se produzir um território consolidado por uma economia interna e dinâmica de comercialização de resíduos.

Este artigo é uma síntese de um dos desdobramentos de uma pesquisa mais ampla (BURITY, 2018) que intencionou dialogar com tal paradoxo - tendo como referência empírica o território de Jardim Gramacho - a fim de compreender as tensões engendradas pelo gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos nos processos de

formação sócio-espacial de ambientes inscritos em contextos metropolitanos, mapeando ainda as experiências locais institucionalizadas de enfrentamento às violações de direitos provocadas por essa dinâmica.

Inventamos responder às seguintes indagações: (i) A conjuntura vivida pelas comunidades locais evidencia um cenário de injustiça ambiental?; (ii) Quais dinâmicas inscritas na multiterritorialidade impõem e consolidam os efeitos negativos do gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos?; (iii) Que rebatimentos se irrompem em um espaço produzido no seio da problemática dos resíduos?

As reflexões aqui propostas derivam, num primeiro momento, da observação participativa junto a ONG Casa Semente (desde 2014) e ao Movimento Nosso Jardim (2017), que atuam na área na denúncia das violações dos direitos das populações e na articulação interinstitucional para a defesa destes, sendo essa experiência o eixo central da metodologia de pesquisa. Em um segundo momento, recorreremos à fontes históricas, documentais, bibliografia e dados sociodemográficos⁴. Para tanto, foram fundamentais as contribuições trazidas por Maria do Carmo Galvão (1992), Henri Acselrad (2004; *et al.*, 2009), Milton Santos (1994), entre outros.

Enfatizaremos, neste texto, o diálogo entre as dimensões das territorializações dominantes e resistentes para melhor apreensão das intencionalidades por trás dos atores que interferem no recorte. Contudo destacamos que confrontá-las não implica no esgotamento das possibilidades de apreensão do recorte, mas no avanço da discussão sobre um espaço produzido a partir de uma atividade poluidora e, portanto, ser esse o lugar aonde conflui algumas das mais importantes fraturas que atravessam as sociedades contemporâneas. Em resumo, com base no entorno do antigo AMJG, buscamos evidenciar a necessidade de construção de abordagens teóricas mediante a

⁴ Os dados oficiais trazidos no artigo são do levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o questionário do universo do Censo Demográfico 2010. Informamos que os dados da amostra foram desconsiderados, dado que a demasiada amplitude da área de ponderação a qual a área de estudo está inserida comprometeria a representatividade dos dados devido à distinção abrupta das condições de vida em áreas a ela adjacentes. Faz-se também necessário destacar que, embora a última operação censitária preceda o encerramento do AMJG, os dados cabem à pesquisa, pois desde então não houveram intervenções significativas em infraestrutura e serviços públicos na área.

formação de, no termo proposto por Haesbaert (2004), aglomerados humanos de “exclusão” (inclusão precária) viabilizados por atividades poluidoras.

Nas seções seguintes, iniciaremos com a contextualização do que havia sido previsto e do que se concretizou do projeto metropolitano de destinação final de resíduos lançado à Jardim Gramacho. Posteriormente, nos debruçaremos sobre as referências expressadas pela configuração territorial de Jardim Gramacho à luz do seu processo de formação sócio-espacial. Por fim, confrontaremos os meandros da relação local-global ligada a área de interesse para vislumbrar se esta sobrevive à um cenário de injustiça.

O descarte (d) de uma história

A Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), em meio aos desafios sanitários inerentes às conurbações sentidos na metrópole que se esboçava, firma um convênio com as prefeituras do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e Nova Iguaçu, para materializar um projeto de aterro sanitário⁵ metropolitano, delegando à Prefeitura do Rio de Janeiro via Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (COMLURB) o gerenciamento e desenvolvimento das operações.

Ano de 1976. O projeto é inaugurado sobre antiga área de lazer do atual território de Jardim Gramacho, abrangendo cerca de 1,3 milhão de m², às margens da Baía de Guanabara, no 1º Distrito do município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro (Figura 1). A controvérsia do projeto consiste no fato da área receptora nunca ter se constituído como aterro sanitário metropolitano, materializando-se como um lixão e, posteriormente, como aterro controlado que atendeu em especial a cidade do Rio de Janeiro. As incongruências na implementação e gestão, bem como a precariedade estrutural da área culminaram (i) na consolidação de uma economia interna, (ii) na expansão urbana, (iii) em acidentes recorrentes devido à periculosidade do aterro e do entorno e (iv) na acentuação do comprometimento da qualidade ambiental, sobretudo

⁵ O aterro sanitário é a forma compatível com a proteção socioambiental, diferente das modalidades de aterro controlado e lixão, pois o primeiro é marcado pela precariedade estrutural, enquanto o segundo pela ausência estrutural.

devido ao aumento de vazadouros e depósitos clandestinos no entorno, à disposição de resíduos hospitalares e industriais, à proliferação de vetores e à eventos frequentes de rupturas do solo e vazamentos de chorume.

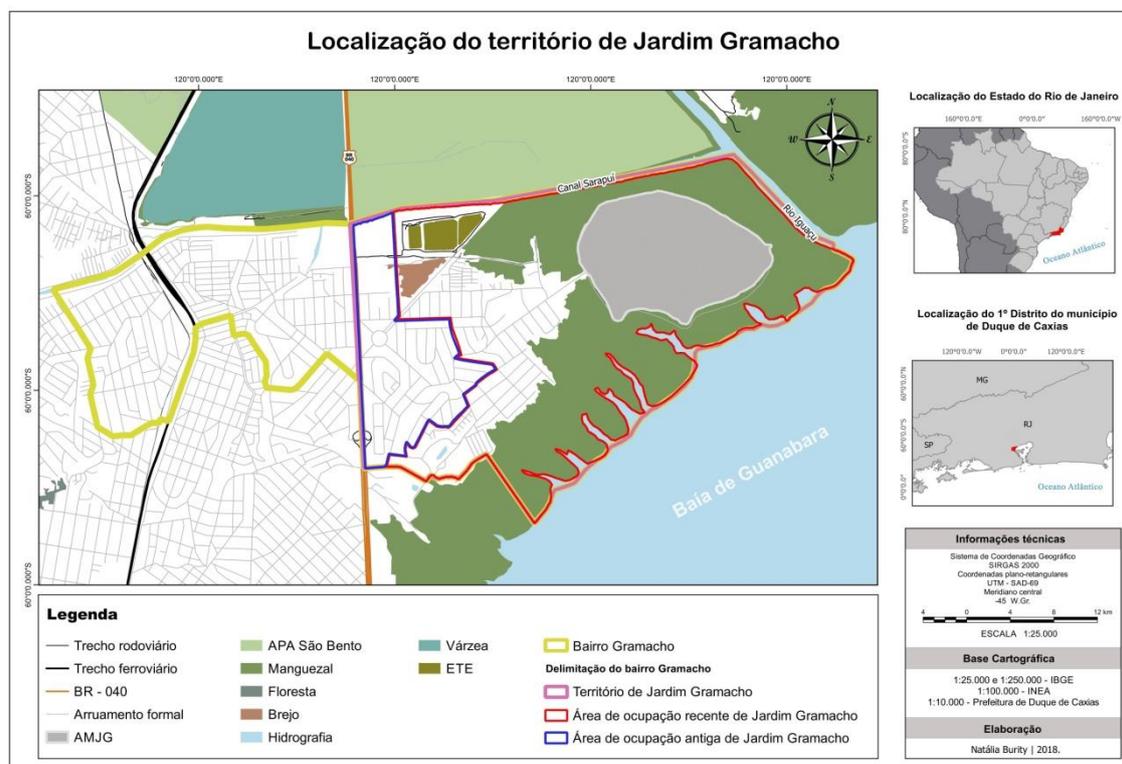


Figura 4 - Localização da área de interesse.

Fonte: Elaborado por Natália Burity, 2018.

Na década de 1990, em meio à pressões potencializadas pelas discussões ambientalistas, especialmente na ECO-92, novos compromissos socioambientais foram assumidos pela cidade sede do megaevento (Rio de Janeiro), dentre eles a prefeitura terceiriza a administração⁶ do lixão para transformá-lo em aterro controlado, quando oficialmente é tido como Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.

Durante toda a sua existência com a presença efetiva de catadores, a área receptora alcançou o recebimento de 8 mil toneladas/dia de resíduos e, dentre elas, cerca de 200 toneladas eram extraídas por catadores, movimentando a principal cadeia produtiva do bairro: a economia da reciclagem que chegou a produzir cerca de R\$1,5 milhão/mês que, sem qualquer interferência do Poder Público, se concentrava na rede local que era capaz

⁶ Empresas responsáveis pelo AMJG: (1) Queiroz Galvão S.A. (1996–2001); (2) S.A. Paulista (2001–2006); (3) CAENGE Ambiental (2006–2008); (4) Novo Gramacho Energia Ambiental S.A. (a partir de 2008).

de cogitar um horizonte economicamente atraente para tal economia, a qual não incluía o catador, isto é, aquele que viabiliza a cadeia da reciclagem. Logo, não há como desconsiderar a influência significativa dessa economia na estrutura e dinâmica territorial local, já que parte representativa do contingente populacional residente estava inserido nas atividades diretas de catação⁷, bem como na rede local de comércio e serviços que atendia a população e a mão de obra do aterro.

Ano de 2012. Período de intensa (re)organização da cidade carioca para megaeventos. Após pressões feitas por lideranças locais para a construção de um sólido plano de transição para o encerramento do AMJG, ameaçado para ocorrer desde 2005, o aterro tem suas atividades oficialmente encerradas. O paradoxo da sua existência pode ser representado pela cerimônia de encerramento, pois em torno dela se formaram dois cenários. O primeiro, protagonizado por lideranças de catadores, se colocou favorável por reconhecer a necessidade de romper com a cadeia de exploração e insalubridade que o aterro consolidara. O segundo, constituído por catadores, se fez através de manifestação em repúdio à ação. Como resultado da cúpula teatral promovida pelo Poder Público, surge um plano de transição marcado por profundas contradições, pois embora tenha sido construído com a dita participação efetiva das populações nos processos decisórios, culminou em projetos utópicos ou inconsistentes⁸.

O lugar que falamos: área de ocupação recente de Jardim Gramacho

O território de Jardim Gramacho, pertencente à divisão político-administrativa do bairro Gramacho, conforma em seu interior uma delimitação entre duas grandes áreas: a área de ocupação antiga (Figura 1), situada próxima à BR-040, é constituída por localidades com baixa ou nenhuma dependência econômica do AMJG já que teve como vetor de expansão a industrialização e a expansão da metrópole. A área de ocupação recente (Figura 1), que se refere à área de interesse do artigo, concentra localidades marcadas

⁷ A catação não se fez representar só por indivíduos que a tiveram como cultura familiar e nem como o caminho encontrado por indivíduos de outras regiões do país, mas também por indivíduos expulsos do mercado formal de trabalho, pois junto aos catadores estruturais atuavam os conjunturais, oriundos do Estado do Rio de Janeiro (65%), seguida do Estado de Minas Gerais, com 17%, acompanhado de um percentual de 11% oriundos da Região Nordeste (BASTOS, 2008).

⁸ Ler BURITY (2018) para detalhes sobre as negociações de encerramento do AMJG.

pela pobreza/indigência e pela precariedade de infraestrutura que possuíam moderada/alta dependência das atividades de reciclagem, estando sua expansão atrelada a instalação do aterro, bem como aos processos de periferação do município de Duque de Caxias e da RMRJ. Tal área foi produzida de modo hierarquizado, uma vez que os sujeitos dominantes da cadeia produtiva da reciclagem⁹ estabeleceram uma função e controle sobre os catadores e sobre o espaço. Justamente na existência de duas territorialidades pronunciadas, onde não há interação social entre ambas, aonde se revelam as microescalas de poder.

Propomos iniciar a contextualização das condições de vida na área de interesse, tendo como ponto crucial para se pensar em inclusão precária a irregularidade do uso e ocupação do solo ali experimentada, em especial, no entorno imediato do AMJG (MAIA *et al.*, 2017). Paradoxalmente, a redução de custos inerentes à formalidade imobiliária que materializa o direito à moradia, faz com que as distintas escalas de poder se apoiem no aspecto informal para, dentre outras coisas, justificar ações e conjunturas. À título de exemplo, citamos as expulsões arbitrárias tanto sob comando local do narcotráfico quanto do poder público, fator este que também explica a predominância de construções feitas majoritariamente de telhados de fibrocimento, paredes de madeira e chão de terra (Figura 2). Por consequência, os domicílios são abafados, úmidos e sujeitos a infiltrações e alagamentos (TETO, 2013). As condições de pobreza sob esta variável são percebidas pelos materiais das construções, especialmente o chão, bem como por suas condições de conservação comprometidas.

⁹ Para fins de esclarecimento a cadeia produtiva da reciclagem é composta por três agentes: os catadores (base da pirâmide hierárquica), os intermediários e as indústrias (topo da pirâmide). A pirâmide consiste basicamente na exploração do trabalho do agente inferior a custos mínimos.



Figura 5 - Moradias improvisadas na área de ocupação recente de Jardim Gramacho, Duque de Caxias/RJ.

Fonte: Arquivo fotográfico dos autores registrado em 10/04/2018.

Outra justificativa utilizada com base na irregularidade fundiária que também explica a precariedade dos domicílios é a insuficiência de serviços públicos, pois, segundo a experiência em campo, são comuns deslocamentos dentro da área de interesse movidos pela busca por melhor acesso. A fim de melhor contextualizar o contraste no acesso à bens e serviços em que vivem as populações do ambiente de estudo, traremos adiante o mapeamento do 1º Distrito do município de Duque de Caxias, tendo em vista que essa área concentra investimento em planejamento urbano e abrange as quatro áreas selecionadas para fins de comparação aqui adotadas: as áreas de ocupação recente e antiga de Jardim Gramacho, o território de Gramacho e o bairro Jardim 25 de Agosto. A relevância de contrapor as três primeiras áreas se deu por serem delimitações que compõem a divisão político-administrativa do bairro Gramacho, enquanto a última área por se tratar do bairro com maior rendimento do município.

A Figura 3 representa o mapeamento do 1º Distrito segundo o esgotamento sanitário via rede geral. É possível verificar que Jardim Gramacho concentra os setores com pior acesso à rede, sobretudo no entorno imediato do AMJG, o oposto do observado no bairro Jardim 25 de Agosto. Maia *et al* (2017) e Teto (2013), em pesquisas recentes, verificam percentuais ínfimos de domicílios com acesso à rede com valores de 8% e 5%, respectivamente. Ainda que a rede geral não seja a única forma de tratamento adequada, podendo ainda ser promovido por fossa séptica, modalidade também verificada na área de ocupação recente (IBGE, 2010; TETO, 2013), é razoável inferir que esta possivelmente venha ser também um tratamento inadequado para os

domicílios que recorrem a ela, já que a fossa exige manutenções regulares para garantir a operação do seu sistema e, como veremos adiante, a questão financeira das populações da área de interesse impedem esse investimento. Os dados alarmantes levantados por Teto (2013) e notório em campo apontam que 35% dos domicílios possuem banheiro a céu aberto e 26% sequer o têm. Tal aspecto associado às más condições da estrutura dos domicílios favorecem, especialmente em épocas de chuva, que os domicílios sejam invadidos pelo esgoto. Em decorrência disso, juntamente com presença incisiva de depósitos clandestinos, vazadouros e indústrias no território, há propagação de vetores.

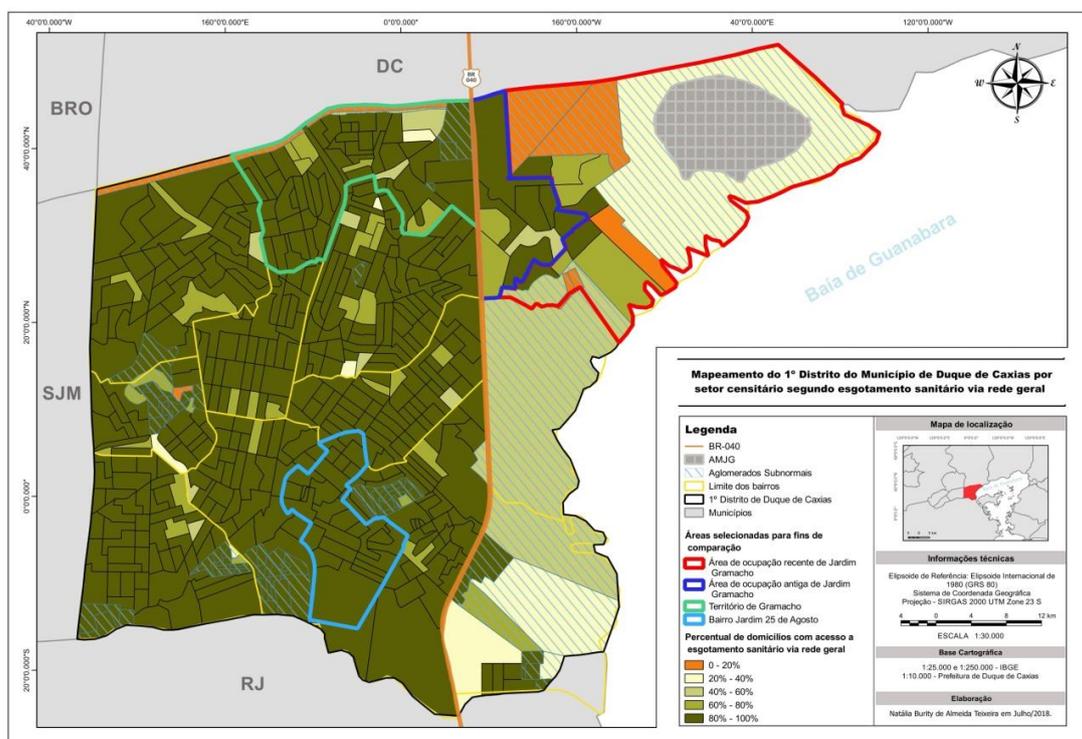


Figura 6 - Esgotamento sanitário por rede geral, por setor censitário, no 1º Distrito do município de Duque de Caxias por setor censitário segundo esgotamento sanitário por rede geral, com identificação das áreas selecionadas para fins de comparação.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração: Natália Burity, 2018.

Associado a isso, a insalubridade a qual os domicílios estão inseridos também é sinalizada pela precariedade do serviço de coleta de lixo. Apesar da área de ocupação recente ser apontada pela Figura 4 como a região do 1º Distrito que concentra os setores

com pior acesso ao serviço, tais dados podem ser considerados praticamente não representativos já que há alta esporadicidade do serviço e, em certas áreas, inexistência.

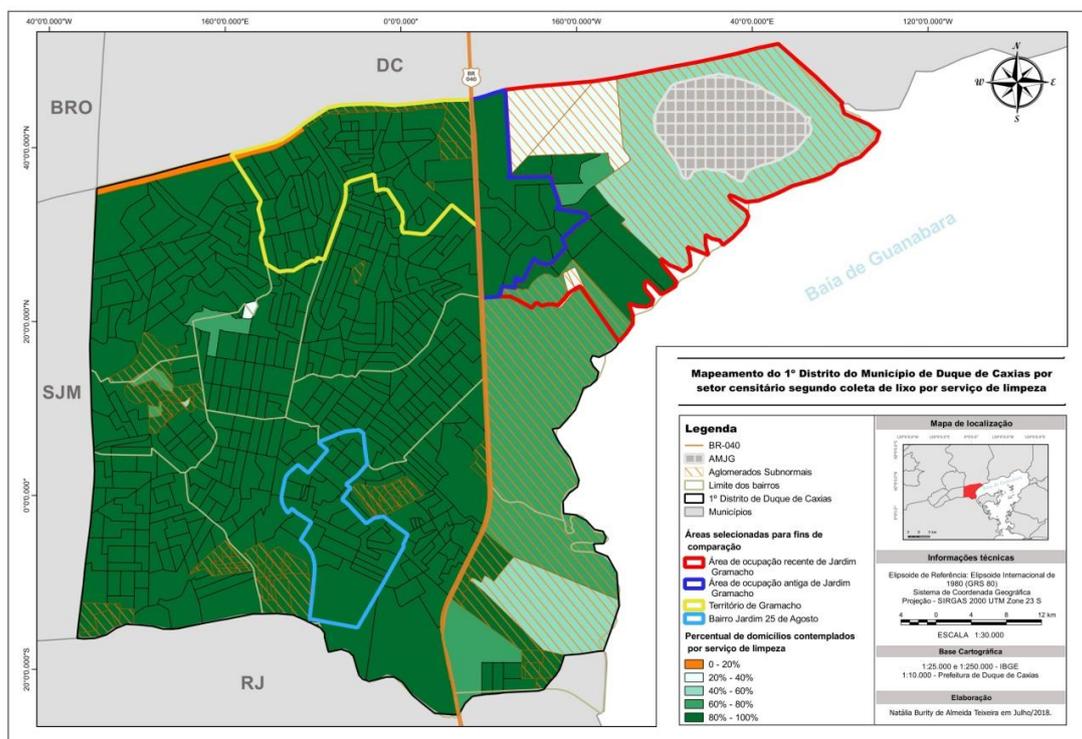


Figura 7 - Coleta de lixo por serviço de limpeza, por setores censitários, no 1º Distrito do município de Duque de Caxias por setor censitário segundo coleta de lixo por serviço de limpeza, com identificação das áreas selecionadas para fins de comparação.

Fonte: Censo 2010. Elaboração: Natália Burity, 2018.

Partindo para a problemática do (in)acesso ao serviço essencial de água, característico da Baixada Fluminense, o 1º Distrito tem seu abastecimento através do Sistema Guandu, sob responsabilidade da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). Ainda que se encontre geograficamente próximo ao principal manancial, a qualidade do abastecimento é inferior a outras áreas mais distantes que também se utilizam do sistema, como os bairros da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. A Figura 5 evidencia a discrepância de acesso à rede geral dentro do próprio distrito, sendo o território de Jardim Gramacho o mais atingido. Mesmo no interior do território existem distinções no acesso entre a área de ocupação antiga, considerada a região central, e a área de ocupação recente, periférica. Cabe salientar que a área de ocupação antiga, região com melhor infraestrutura urbana do território, mostra-se com menor cobertura

por rede do que a área de interesse, não pela indisponibilidade do serviço, mas sim pela resposta social dos moradores à ineficiência deste, que por se tratar de uma área economicamente mais favorecida, torna-se mais viável recorrer à outros meios.

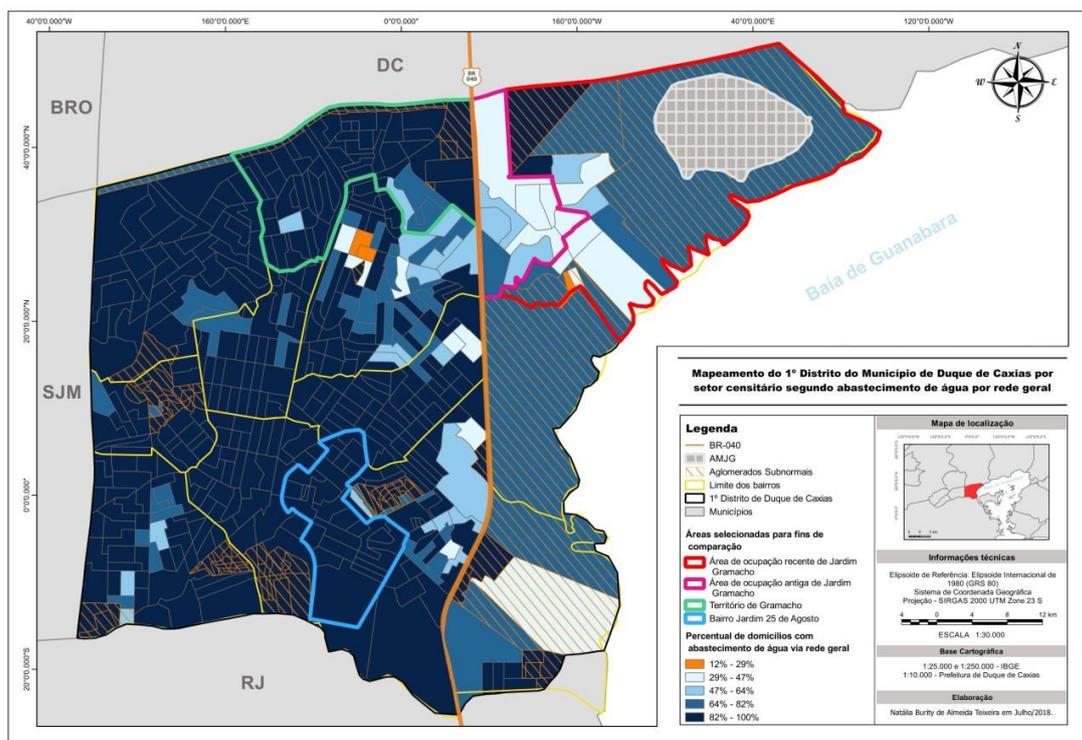


Figura 8 - Abastecimento de água via rede geral, por setores censitários, no 1º Distrito do município de Duque de Caxias por setor censitário segundo abastecimento de água via rede geral, com identificação das áreas selecionadas para fins de comparação.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração: Natália Burity, 2018.

Existem dois pontos sobre a precariedade do serviço que não são detalhados pelo IBGE (2010). O primeiro diz respeito à intermitência no abastecimento que pode ocorrer durante dias. O segundo à irregularidade das ligações à rede, pois apesar de existirem tubulações da rede geral em algumas ruas da área de interesse, na maioria dos casos os domicílios possuem ligação feita de modo improvisado através de mangueiras (Figura 6). Esse procedimento aumenta o risco de contaminação da água da rede, especialmente devido aos longos caminhos percorridos pelas mangueiras ao longo da comunidade até chegarem aos domicílios, sujeitas a rompimentos, principalmente devido ao fluxo de caminhões, passando ainda por áreas de esgoto a céu aberto. Teto (2013) verifica ainda que 75% do seu universo de pesquisa não possui água encanada.

Portanto, a insuficiência do serviço de abastecimento de água vem a ser a principal demanda local. Segundo relato em campo que expressa tal constatação parte de uma moradora que residia em um domicílio feito com partes em alvenaria na comunidade Maruim, a mais precária em infraestrutura, que se deslocou para um domicílio precário construído por ela e seus filhos com materiais não duráveis para outra localidade que, ao menos, possibilita o acesso irregular à água.



Figura 9 - a) Mangueiras direcionando a água da rede geral aos domicílios. Destaca-se que não houve chuva na semana da captura da foto, logo o estado da via de acesso se dá pelas mangueiras de água e pelo constante fluxo de caminhões de lixo. b) Mangueira de água sobre vala de esgoto.

Fonte: Arquivo fotográfico dos autores registrado em 10/04/2018.

A geografia do dissenso a qual estamos debruçados, na expressão cunhada por Acselrad (2005), onde o ambiente em foco expressa pronunciada inclusão precária, incita incursões históricas ao início dos controversos processos de expansão de Duque de Caxias. As formas de ocupação instauradas no final do século XIX ainda hoje são experimentadas no município e, em especial, no entorno do antigo AMJG, já que este é caracterizado por práticas de autoconstrução¹⁰, insalubridade, insuficiência dos aparatos urbanos, madonismo e clientelismo. Cenário acentuado durante a industrialização, pois o primeiro mecanismo produtor de injustiça ambiental percebido no ambiente de estudo é a influência do advento do padrão de ação conjunta entre Estado e capital imobiliário lançado para produzir as intervenções urbanísticas na cidade

¹⁰ Embora grande parte das famílias não possuam terrenos, os diversos casos observados apontam que estas possuem as construções em que vivem, possivelmente devido à autoconstrução ou pelos domicílios que são construídos pelas entidades do terceiro setor.

do Rio orientadas pelo higienismo, que termina por expulsar direta ou indiretamente para fora dos limites de áreas economicamente valorizadas aquilo (lixo) e aqueles (pobres), favorecendo um fluxo migratório de grupos e empreendimentos potencialmente poluidores para espaços mais distantes, embora insalubres e inóspitos. Vale ressaltar ainda as intervenções urbanísticas voltadas à Duque de Caxias como estratégia de superação da crise econômica na década de 90, que conforme apontamos, não favoreceram a equidade sócio-espacial, ponto incongruente ao que está previsto no Plano Diretor do município.

O registro que aponta para a perpetuação dessas formas de habitar em localidade próxima ao território de Jardim Gramacho, também situada no bairro Gramacho, foi registrado pelo Jornal O Globo, em 02 de junho de 1979. Segundo a notícia, haviam conflitos decorrentes da ocupação habitacional de famílias em terras de uma indústria frigorífica, onde os moradores da área há cerca de dez anos corriam risco de despejo por terem-na ocupado, contraditoriamente, de forma irregular, pois ao passo em que não detinham qualquer documentação que comprovasse a posse do terreno em que viviam, pagavam o Imposto Territorial e Predial cobrado pela Prefeitura. O registro elucida ainda os esforços empreendidos pelos próprios moradores para conseguirem acesso à serviços, evidenciando as contradições enfrentadas na expansão do município dado seu planejamento ter se construído unicamente no valor de troca do espaço, tendo a ação do Estado sido determinante na consolidação dessa dinâmica territorial.

Após tal constatação, retomamos ao debate sobre serviços públicos através da deficiência do ensino público que pode ser conjecturado a partir do percentual de analfabetos com pelo menos 10 anos no 1º Distrito (Figura 7). Assim como as demais variáveis tratadas, a área de interesse alcança percentuais alarmantes, em especial, no entorno imediato do AMJG. Reconhecendo a desinformação como um aspecto essencial na produção de um cenário de injustiça, compreendemos ser essa variável o ponto crucial na manutenção da desigualdade das populações locais por tornar incerta a formação de um horizonte pautado em reflexões críticas ao *status quo*, especialmente em relação às (i) práticas de dominação do espaço via chantagem locacional, justificada por discursos amplamente difundidos que preconizam, por exemplo, que o “necessário”

sacrifício de “alguns” pelo bem comum “de todos”, (ii) aos obstáculos impostos para atrapalhar a organização dos catadores e moradores feitos pelo setor público e privado e (iii) ao processo de encerramento do AMJG que o sugeriu como sinônimo do fim das formas de inclusão precária dos moradores.

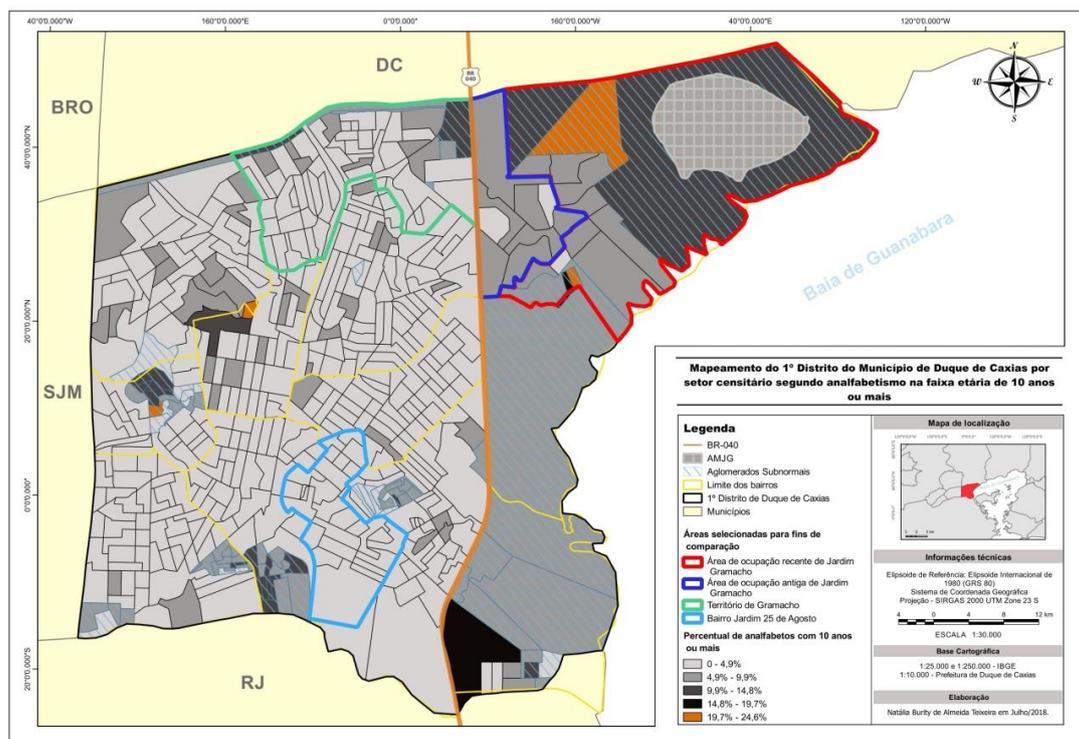


Figura 10 - Analfabetismo na faixa de 10 anos ou mais, por setores censitários, no 1º Distrito do Município de Duque de Caxias por setor censitário segundo alfabetismo na faixa de 10 anos ou mais, com identificação das áreas selecionadas para fins de comparação.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração: Natália Burity, 2018.

Segundo Teto (2013) e Maia *et al.* (2017), tanto a estrutura quanto a qualidade do serviço ofertado são frágeis, o que associado com (i) a falta de referência de indivíduos na família com ensino primário completo, (ii) a necessidade de contribuir com o rendimento domiciliar, (iii) a alta incidência de gravidez na adolescência, (iv) a falta de oportunidades/possibilidades e, (v) a inserção dos jovens no narcotráfico, podem explicar as altas taxas de evasão escolar. Quanto aos grupos inseridos na escola, Maia *et al.* (2017) verificam que 80% das crianças entre 11 e 17 anos ainda não concluíram a educação primária e, ainda, a experiência em campo evidencia dificuldade na fluência na escrita e leitura. Sendo assim, o ensino fundamental é ainda o primeiro estágio a ser

alcançado, pois segundo Teto (2013), apenas 10,3% de indivíduos com idade superior a 25 anos concluíram o ensino fundamental e 2,4% o ensino médio, não tendo sido encontrados indivíduos que alcançassem a educação superior.

Ocorre que a tarefa de tratar do meio ambiente na cidade demanda a compreensão de que nela, em especial, este se manifesta como causa e produto de forma mais pronunciada, pois compactuando com Galvão (1992), ao longo da história o meio ambiente incorporou em sua essência e dinâmica a ação humana e, portanto, abarca dimensões funcionais, espaciais, temporais, tecnológicas, culturais, sociais e políticas. Logo, considerando que o espaço é também produção social, assim como proposto por Santos (1996), as disputas formadas nas relações sociais delineiam campos de forças que transformam o espaço em um território em disputa. Portanto, dada a amplitude do conceito de justiça ambiental que abrigam múltiplas e distintas faces, destacamos que os conflitos eclodem quando segmentos sociais subalternizados têm suas formas de apropriação e organização espaciais violadas para a consolidação de outras formas impostas por outros segmentos sociais dominantes, de modo que apenas possam ser apreendidos sob a perspectiva do universo cultural em questão. Dessa forma, a noção de injustiça ambiental no estudo parte dos conflitos expressados na produção do território em torno do lixo que, como vimos, foram contraditoriamente reforçados pelo encerramento do aterro.

Portanto, concluiremos a apresentação do território a partir de variáveis que melhor retratarão de que grupos sociais estamos tratando. A Figura 8 aponta o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, por setor censitário, do 1º Distrito. Novamente, os dados apontam para a área de interesse como a que possui setores com menores rendimentos. Enquanto o AMJG ainda operava, alcançava-se rendimento mensal de até R\$ 510 (salário mínimo em 2010). Considerando que o maior percentual de catadores de Jardim Gramacho possuía, em média, 2/3 filhos, os dados apontados pelo IBGE (2010) se assemelham ao levantamento realizado por Bastos (2008), onde 95% dos catadores declararam alcançar valores de rendimento mensais entre R\$ 250,00 e R\$ 1.500,00. O maior percentual encontrado nas faixas de rendimento estipuladas pela autora é representado por 21% dos catadores com rendimento mensal no valor de R\$ 460 a R\$

600. No entanto, destacamos que mesmo os indivíduos que alcançavam renda superior à R\$ 1.500,00 não tinham garantidos os seus direitos trabalhistas.

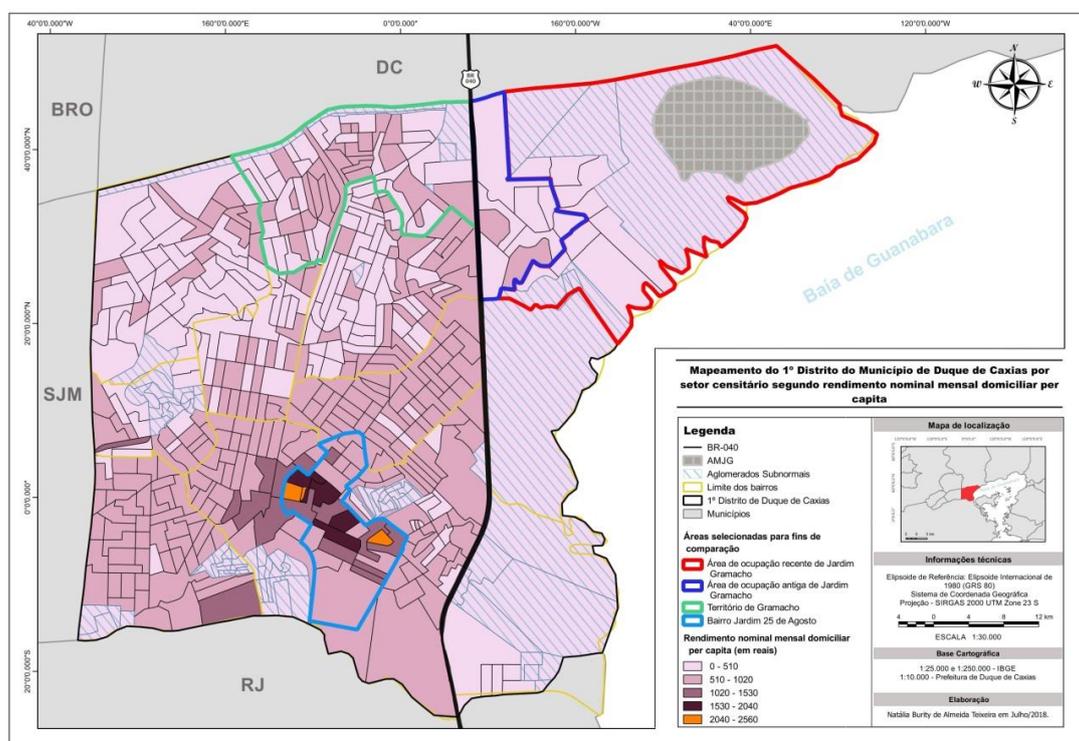


Figura 11 - Rendimento nominal mensal domiciliar per capita, por setores censitários, no 1º Distrito do Município de Duque de Caxias por setor censitário segundo rendimento nominal mensal domiciliar per capita, com identificação das áreas selecionadas para fins de comparação.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração: Natália Burity, 2018.

A abrupta estagnação da economia local após o encerramento do AMJG comprometeu o sustento de inúmeras famílias. O ambiente do estudo apresenta altas taxas de desemprego e subemprego e, além disso, somente os indivíduos com trabalho fixo e/ou no mínimo o ensino fundamental completo alcançam rendimentos mensais superiores ao salário mínimo, sendo identificada renda máxima de R\$ 849,90¹¹, realidade esta que se aplica a poucos moradores, especialmente devido à baixa escolaridade (TETO, 2013). Maia *et al.* (2017) verificam que, em 2016, 41% dos entrevistados se encontravam desempregados, seguido de 21% de indivíduos que atuavam no setor informal. Quanto ao rendimento, 26% dos entrevistados que afirmam ter renda informam ser esta inferior

¹¹ Informações sobre a pesquisa realizada por Teto (2013) - **Número de enquetes domiciliares:** 204; **Período de entrevistas:** Julho a setembro de 2013; **População abrangida:** 652 pessoas; **Valor do salário mínimo no momento da pesquisa:** R\$ 678.

ao salário mínimo. Logo, os benefícios sociais tornam-se parcela significativa do rendimento domiciliar e, conforme observado em campo, existem famílias que vivem apenas desse auxílio, o que é preocupante devido às sucessivas reduções ou bloqueios dos auxílios, seja pelo não cumprimento de condicionantes ou por reduções injustificadas¹².

A complexa dinâmica territorial da área consolidou dois aspectos que aqui são considerados como o eixo cultural, pois têm relação direta com o cotidiano dos atores envolvidos no território. O primeiro, conforme verifica Bastos (2008), se refere à atividade de catação exercida de modo “independente”, individual e com ilusão de liberdade de imposições patronais que juntamente com a baixa qualificação profissional e baixa escolaridade, evidencia a dificuldade do catador de se inserir no mercado formal de trabalho após o encerramento do AMJG. O segundo aspecto se refere às respostas sociais para as diversas demandas locais que comumente ocorrem no âmbito da solidariedade, especialmente através da rede de atores em especial, do terceiro setor. Embora a sua importância para sanar demandas imediatas seja incontestável, a expressiva atuação de entidades unicamente assistencialistas estabelece uma relação de dependência, comprometendo o protagonismo das comunidades, ponto este que provoca forte tensão no território.

Por fim, concluímos as análises com o diagnóstico do pertencimento étnico-racial das populações. A Figura 9 mostra o mapeamento da população negra do 1º Distrito, captada pelas categorias de cor ou raça “preta” e “parda” do IBGE. É possível verificar uma fratura delimitada pela BR-040 no espaço urbano, visto que a leste da rodovia se concentra o maior percentual de indivíduos pretos e pardos. Mesmo em Jardim Gramacho, há um aumento da população preta e parda conforme a proximidade com o AMJG, se concentrando predominantemente no entorno imediato do antigo aterro. Em contrapartida, o bairro Jardim 25 de Agosto se destaca por apresentar os setores com menores percentuais de pretos e pardos. Logo, apontamos nesse momento da pesquisa que a desigualdade ambiental não se reduz às assimetrias espaciais, mas resulta de uma

¹² Um fator recorrente no território que contribui para que as famílias não tenham acesso aos benefícios é a falta de documentação.

lógica de sobreposição de diversas outras formas de desigualdade. O entorno do antigo AMJG nos apresenta que, mesmo inserido em sociedades marcadas por aparente cordialidade nas interações inter-raciais e por sucessivos esforços em silenciar ou subjugar o papel que o componente étnico-racial têm na estrutura de classe, é imperativo notar que sua organização espacial se dá forjada à práticas de inclusão precária de grupos bem definidos, (re)produzindo relações estruturalmente estabelecidas. Esse mecanismo de produção de injustiça favorece que as populações da área de interesse sigam confinadas a um espaço invisibilizado porque foi este o arranjo que se viu obrigada a conformar. Portanto, habitar nesse espaço significa mais do que ter vedação no acesso à cidade e destituição de bens e serviços, mas ainda na violação do direito à exposição à possibilidades, na medida em que naturaliza e institucionaliza a discriminação étnico racial.

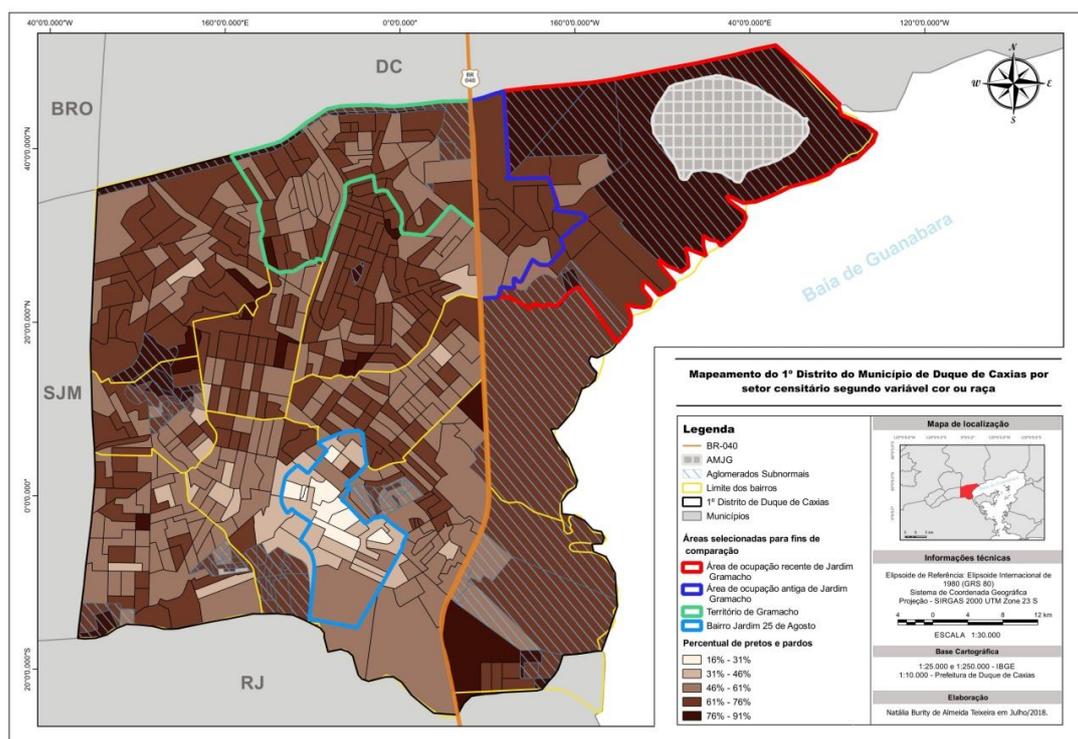


Figura 12 - Distribuição dos moradores por cor ou raça, por setores censitários, no 1º Distrito do Município de Duque de Caxias por setor censitário segundo a variável cor ou raça, com identificação das áreas selecionadas para fins de comparação.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração: Natália Burity, 2018.

Por fim, à fim de elucidar o caso exemplar de desigualdade em que o ambiente de estudo se encontra, a Tabela 1 evidencia as variáveis tratadas no artigo através da comparação com as escalas municipal, metropolitana, estadual e nacional.

Tabela 1 - Variáveis do estudo nas áreas selecionadas para fins de comparação e demais escalas geográficas.

	Brasil	Rio de Janeiro	RMRJ	Duque de Caxias	Jardim 25 de Agosto	Território de Gramacho	A.O. Antiga de JG	A.O. Recente de JG
População								
População total	190.755.799	15.989.929	12.241.449	855.048	13.815	38.384	7.307	10.475
População negra	96.795.294 50,7%	8.266.776 51,7%	6.460.785 52,8%	543.180 63,5%	5.346 38,7%	24.690 64,3%	4.700 64,3%	7.374 70,4%
Renda nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> (em reais)	642,34	826,59	890,28	470,14	1.185,37	489,01	454,88	328,04
Analfabetos com 10 anos ou mais	14.604.685 9,0%	566.941 4,1%	372.132 3,5%	34.477 4,7%	185 1,5%	1.220 3,7%	337 5,4%	874 10,2%
Saneamento Básico								
Domicílios particulares permanentes	57.324.167	5.243.011	4.037.233	269.353	4.798	12.569	2.298	3.083
Esgotamento sanitário inadequado	18.883.884 32,9%	724.186 13,8%	430658 10,7%	37.477 13,9%	26 0,5%	1.007 8,0%	31 -	991 32,1%
Sem coleta de lixo	7.218.079 12,6%	164.249 3,1%	108910 2,7%	11.085 4,1%	0	125 1,1%	6 -	767 24,9%
Sem rede geral de abastecimento de água	9.830.142 17,1%	808.734 15,4%	537.856 13,3%	100.817 37,4%	106 2,2%	1.231 9,8%	1.188 51,7%	1.188 38,5%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração: Natália Burity, 2019.

Atentamos que a história de formação do espaço de Jardim Gramacho convertido em território revolveu diversas intencionalidades perpassadas por dimensões políticas, econômicas, sociais, ecológicas e culturais manifestadas em diferentes escalas. Os mecanismos de produção de injustiça ambiental à nível global, pode ser entendido através do modelo econômico que imputou aquisição de poder a “necessidades inventadas”. À nível nacional, pois além das contradições percebidas na espacialidade dos resíduos, há ainda aquelas expressas pela reciclagem que é orquestrada por uma (dita) cadeia sustentável, mas que na realidade reforça uma economia que extrai riqueza da pobreza através da difusão de discursos que a leem como benéfica por possibilitar formas de geração de renda supostamente digna, o que vem a ser um mecanismo de produção de injustiça na medida em que, juntamente com os esforços da desinformação das populações, neutraliza a crítica potencial.

Logo, concluímos que as populações da área de interesse condições desiguais e injustas que foram reiteradas pelo encerramento do aterro desprovido de ações efetivas de inclusão integral. Por fim, reforçamos que não intentamos aqui reduzir a multidimensionalidade da vida vivida ao nível de análise. Nossa busca pelo entendimento do que vem a ser o entorno do antigo AMJG e como este se refaz permanece em processo uma vez que as dinâmicas sócio-espaciais são fluidas, múltiplas, contraditórias e heterogêneas.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13 - 34.
- _____; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental? Rio de Janeiro: Garamond. 2008.
- BASTOS, Valéria Pereira. *CATADOR: PROFISSÃO: Um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador*. Jardim Gramacho, de 1996 aos dias atuais. 2008. 196 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BURITY, Natália. *Espaço urbano, injustiça ambiental e lutas emancipatórias no entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, Duque de Caxias/RJ*. 2018. 139 f. Monografia (Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2018.
- GALVÃO, Maria do Carmo. Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro. In: ABREU, Maurício de Almeida (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentos e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. p. 13-26.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- MAIA, Adriane; KRAFT, Kathryn; ARAÚJO, Ana Beatriz; PECHIM, Patricia; ANJOS, Fernanda. *Vulnerability context of Jardim Gramacho: an exploration of the livelihood opportunities for children and families*. Rio de Janeiro: Casa Semente, Served, University of East London, 2017.

EM Caxias despejo ameaça 3 mil famílias faveladas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 jun. 1979. p. 15.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

TETO. Relatório enquetes Jardim Gramacho 2013. [S. l.]: Teto, 2013.

Data de Submissão: 15/06/2019

Data da Avaliação: 13/07/2019

AS FRATURAS SOCIOAMBIENTAIS DE SÃO JOÃO DE MERITI, RJ: UMA ESPACIALIZAÇÃO DA CALAMIDADE

Diego de Castro Souza⁵⁰

139

Resumo. O estudo em tela dá continuidade ao trabalho de conclusão de curso “Aqui é tudo Valão, Esgoto e Lixão: uma análise da Vulnerabilidade Socioambiental no município de São João de Meriti, Rio de Janeiro”. Nosso trabalho se debruça acerca da metodologia de confecção e na análise dos resultados obtidos através da geração do “Mapa das Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental do Município de São João de Meriti”, realizado a partir da caracterização e sobreposição dos aspectos: sociais, bióticos e geomorfológicos - com ênfase às condições de saneamento da cidade - através da função “*Raster Calculator*” presente no Software *ArcGis*. Gerando como resultado um mapeamento que localiza espacialmente as populações mais vulneráveis do município de São João de Meriti do ponto de vista socioambiental.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Socioambiental; Saneamento; São João de Meriti; Ocupação; ArcGis.

THE SOCIOENVIRONMENTAL FRACTURES OF SÃO JOÃO DE MERITI, RJ: AN IDENTIFICATION OF THE CRITICAL AREAS

Abstract. This study continues the undergraduate thesis called: “Aqui é tudo Valão, Esgoto e Lixão: uma análise da Vulnerabilidade Socioambiental no município de São João de Meriti, RJ”. This Our work focuses on the preparation methodology and the analysis of the results obtained through the generation of the “Map of Socioenvironmental Vulnerability Areas of the Municipality of São João de Meriti”, based on the characterization and overlapping of social, biotic and geomorphological aspects - with emphasis on the city's sanitation conditions - through the “*Raster Calculator*” feature in ArcGIS Software. Generating as a result a mapping that locates spatially the most vulnerable populations of the municipality of São João de Meriti from the socioenvironmental analysis.

Keywords: Socioenvironmental Vulnerability; Sanitation; São João de Meriti; Occupation; ArcGis.

⁵⁰ Graduando em Geografia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.  <https://orcid.org/0000-0002-0140-0044>. E-mail: diegodecastrosouza@gmail.com.

LAS FRATURAS SOCIOAMBIENTALES DE SÃO JOÃO DE MERITI, RIO DE JANEIRO: UNA IDENTIFICACIÓN DE LAS AREAS DE CALAMIDAD

Resumen. Este estudio da continuidade al trabajo de finalización de curso: "Aqui é tudo Valão, Esgoto e Lixão: uma análise da Vulnerabilidade Socioambiental no município de São João de Meriti, RJ". Nuestro trabajo se centra en la metodología de confección y en el análisis de los resultados obtenidos a través de la generación del "Mapa de las Áreas de Vulnerabilidad Socioambiental del Municipio de São João de Meriti", realizado a partir de la caracterización y superposición de los aspectos: sociales, bióticos y geomorfológicos - con énfasis en las condiciones de saneamiento de la ciudad - a través de la función "Raster Calculator" presente en el software ArcGis. Generando como resultado un mapeamiento que localiza a las poblaciones más vulnerables del municipio de São João de Meriti a partir del análisis socioambiental.

Palabras clave: Vulnerabilidad Socioambiental; Saneamiento; São João de Meriti; Ocupación; ArcGis.

Introdução: a importância do saneamento

Tema que detém importância central em nossa discussão é o saneamento ambiental, ele ganha notoriedade em nossa discussão devido ao seu papel relevante no que diz respeito à garantia de condições de vida adequadas e salubridade nos ambientes urbanos e rurais. Essa notabilidade se expressa em dados disponibilizados pelo ministério da saúde que apontam que para cada R\$ 1,00 (um real) investido no setor, economizam-se R\$ 4,00 (quatro reais) na área de medicina curativa (FUNASA, 2007).

Moura et al. (2016) versando em seu trabalho sobre a relação existente entre saneamento e saúde pública, aponta que no Brasil morrem cerca de sete crianças por dia vitimadas pela diarreia, construindo um cenário que poderia ser revertido com medidas de investimento em saneamento básico⁵¹. Nesse sentido, o efeito prático da aplicação de recursos no setor além de melhorar as condições de vida da população de maneira geral, levaria a uma economia anual de até 300 milhões de reais no tratamento de doenças associadas à falta de higiene.

51 Coleta e tratamento adequado de esgoto, recolhimento e descarte adequado de resíduos sólidos e acesso à água potável.

Segundo o trabalho realizado pela ONG Trata Brasil (2018)⁵², cerca de 35 milhões de brasileiros ainda não contam com abastecimento de água potável, 100 milhões não contam com coleta de esgotos e somente 45% dos esgotos que foram gerados, foram tratados (TRATA BRASIL, 2018). Esses fatos demonstram o grande déficit de saneamento ainda existente no país em que milhões de brasileiros carecem ainda de acesso à infraestrutura básica no setor.

Ainda segundo o ranking, o estado do Rio de Janeiro tem em sua região metropolitana e, notadamente, na região da Baixada Fluminense⁵³ que nela se insere, cidades com indicadores de saneamento muito distantes do ideal, tendo 5 (cinco) de seus municípios figurando entre as 20 piores cidades do país⁵⁴ no que diz respeito aos serviços de saneamento. São eles: Belford Roxo (86º), São João de Meriti (88º), Duque de Caxias (92º), Nova Iguaçu (93º) e São Gonçalo (94º) (TRATA BRASIL, 2018). Com exceção da cidade de São Gonçalo, as demais cidades do estado identificadas entre as 20 maiores deficitárias do país no que diz respeito ao saneamento se localizam na região da Baixada Fluminense.

O saneamento e seu papel na transformação da Paisagem da Baixada Fluminense:

É importante que se destaque que o saneamento possui relação com a história e geografia da região. Por conta de seu sítio composto originalmente por planícies inundáveis de seus rios, brejos, manguezais e áreas alagadas, a Baixada Fluminense conviveu historicamente com um quadro de abandono por parte da Metrópole do Rio de Janeiro, por conta das dificuldades de se estabelecerem empreendimentos na

⁵² Baseado nos indicadores de saneamento do ano de 2016 oriundos do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS).

⁵³ Em 2005, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana, considerava como da Baixada Fluminense os seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. (TCE, 2017. p.30)

⁵⁴ O ranking leva em consideração as 100 maiores cidades brasileiras. Categorizando cada uma da 1ª a 100ª posição. Dentre as 20 piores grandes cidades brasileiras, temos 5 cidades da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

região, que eram perdidos a cada evento de chuvas mais intensas. Esse quadro só veio a ser alterado a partir do Século XX, momento o qual a região passou por importantes intervenções de caráter sanitário. Foram elas a Primeira e a Segunda Comissões Federais de Saneamento (SOUTO, 2016).

Adriana Souto (2016) aponta que após o saneamento da região, as áreas dessecadas com o objetivo inicial de tornar a Baixada Fluminense o grande celeiro agrícola da cidade do Rio de Janeiro favorecendo a fixação da agricultura, foram pouco a pouco se conformando em uma região não tomada por ela (a agricultura), mas sim pela ocupação humana, conformando o território da Baixada Fluminense como o destino das populações mais pobres, construindo este espaço mais próximo da capital, como um espaço periférico da cidade do Rio (SIMÕES, 2011 apud SOUTO, 2016). Esse período foi caracterizado como o momento de expansão e ocupação de novos espaços para abrigar os pobres pois quanto mais distante dos “olhos” da capital federal, menor era o nível de respeito às leis habitacionais vigentes. (SIMÕES, 2011, p. 106 apud SOUTO, 2016).

A autora (2016) em sua releitura do trabalho de Alves (2003), demonstra que o último obstáculo a ser superado no que diz respeito à ocupação da região foi o declínio da citricultura de Nova Iguaçu, no qual a terra já saneada e sem produzir, apesar de não contar com infraestrutura urbana (rede de esgotos, água, energia elétrica) pôde ser efetivamente ocupada, tornando a região da Baixada Fluminense paulatinamente em um espaço ocupado e transformada em “Lugar dos de baixo” (ALVES, 2003 apud SOUTO, 2016).

O geógrafo Edson Fialho (2004), traz contribuições importantes sobre o quadro de degradação ambiental da região, segundo o autor, uma das marcas do processo de ocupação da Baixada Fluminense foi o marcante descompasso entre os ciclos humanos e os ciclos naturais, no qual seus brejos e regiões alagadas acabaram por ser encarados como um desafio a ser vencido pelo homem e não como um meio de garantia de uma qualidade de vida adequada, essa relação materializa uma paisagem nos dias de hoje marcada por uma permanente crise socioambiental.

Na cidade de São João de Meriti, recorte do trabalho em tela, o processo de ocupação se deu de maneira tão intensa e desordenada, que nos dias de hoje o município detém dentro de seus limites a maior densidade demográfica de toda a América Latina (IBGE, 2010). O alto adensamento populacional do município ocorre sobre um ambiente extremamente degradado ambientalmente, marcado pela deterioração do seu meio físico e pela acentuada carência de serviços públicos, principalmente no que diz respeito aos serviços de saneamento, o que pode explicar em partes a 88ª oitava posição ocupada pelo município no ranking do setor.

Foram essas diferentes variáveis supracitadas que serviram de motivação para analisar a Vulnerabilidade Socioambiental do município de São João de Meriti.

Não foi nosso objetivo traçar uma ampla discussão conceitual sobre as noções de Risco e Vulnerabilidade visto a polissemia de sentidos que podem ser empregados em sua discussão. Nesse contexto, buscamos discutir a Vulnerabilidade Socioambiental a partir do conceito trazido pelo Geógrafo Cláudio Esteves (2011), que integra em sua discussão as dimensões ambientais e sociais na identificação e análise da vulnerabilidade defendendo a pertinência do uso da terminologia de “Vulnerabilidade Socioambiental”:

Ao integrar as dimensões sociais e ambientais na identificação e análise da vulnerabilidade, é pertinente a adoção da terminologia vulnerabilidade socioambiental. Essa premissa se justifica porque a vulnerabilidade aos riscos ambientais depende de fatores sociais, econômicos, tecnológicos, culturais, ambientais e a relação destes com o ambiente físico-natural, envolvendo, portanto, a dinâmica social e a dinâmica ambiental, esta última, inclusive, quando em estado de degradação (ESTEVES, 2011, p.75).

O conceito da maneira que é trazido pelo autor, em nossa concepção é pertinente para discutirmos a Vulnerabilidade existente em São João de Meriti. Compreendemos que a Vulnerabilidade Socioambiental do município é resultante da interconexão de todas estas variáveis – sociais, ambientais, geomorfológicas – materializadas em sua paisagem.

Nosso trabalho objetiva analisar as áreas de Vulnerabilidade Socioambiental do município de São João de Meriti a partir do “Mapa das Áreas de Vulnerabilidade

Socioambiental”. O mapeamento, que enfatiza o impacto do saneamento na materialização da vulnerabilidade, demonstra sobre quais áreas da cidade se localizam os moradores em maior nível de perigo, carentes de atenção por parte do poder público. O realce sobre as questões associadas ao saneamento em nosso trabalho se dá pelo fato de que o saneamento ambiental acaba por compreender tanto a gestão do meio biogeofísico, quanto detém relação direta com a qualidade de vida dos grupos humanos (FUNASA, 2007), portanto entendemos que infraestruturas adequadas de saneamento seriam capazes de mitigar os efeitos adversos gerados crise socioambiental no município.

Localização da Área de Estudo:

São João de Meriti é uma cidade localizada na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, alçada à condição de município em 11 de agosto de 1947.

O município detém uma localização privilegiada ao fazer limite tanto com a cidade do Rio de Janeiro (capital do estado) quanto com cidades importantes da Baixada Fluminense, como Duque de Caxias, Nilópolis, Belford Roxo e Mesquita.

Segundo o Censo Demográfico do ano de 2010 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o município é composto por 16 bairros distribuídos em 3 distritos. Como pode ser melhor compreendido no mapa da **Figura 1** que sintetiza as informações até agora abordadas:

LIMITES POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI, RIO DE JANEIRO

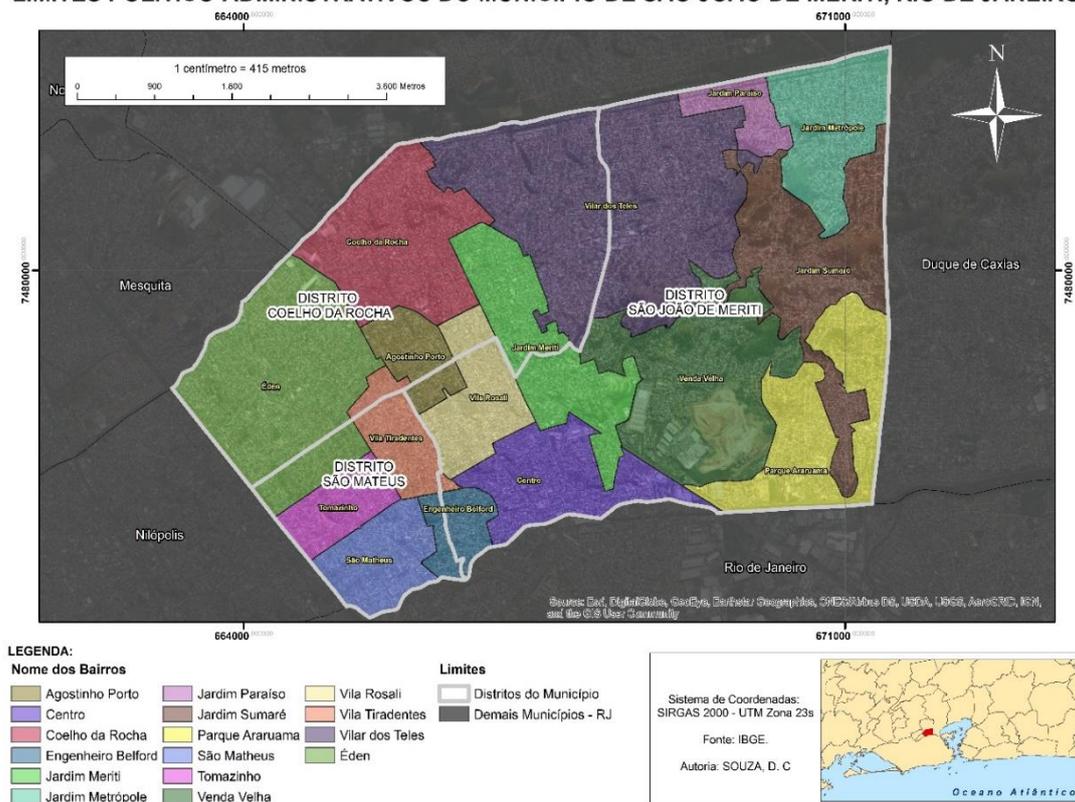


Figura 13. Divisão Político-Administrativa do município de São João de Meriti, Rio de Janeiro.

Fonte: IBGE, 2010. Mapeamento Realizado pelo autor.

A cidade é conhecida como o “Formigueiro das Américas”⁵⁵ por abrigar dentro de sua área de 35.216 km² uma população de 458.673 mil pessoas, totalizando a densidade demográfica de 13.024,56 habitantes por km², a maior da América Latina (IBGE, 2010). Vale apontar que segundo projeções disponibilizadas pelo próprio IBGE em sua plataforma IBGE Cidades (2018), a estimativa de habitantes de São João de Meriti para o ano de 2018 é ainda maior, totalizando cerca de 471.888 mil habitantes.

O elevado adensamento populacional presente no município pode ser compreendido ao analisarmos o mapa de **Uso e Cobertura do Solo**, representado na imagem a seguir (Figura 2):

⁵⁵ Como aponta o site da prefeitura de São João de Meriti. Disponível em: <http://www.meriti.rj.gov.br/semtracite1/a-cidade/> Acesso em: 10/10/2018.

MAPA DE USO E COBERTURA DA TERRA DO MUNICÍPIO SÃO JOÃO DE MERITI, RIO DE JANEIRO

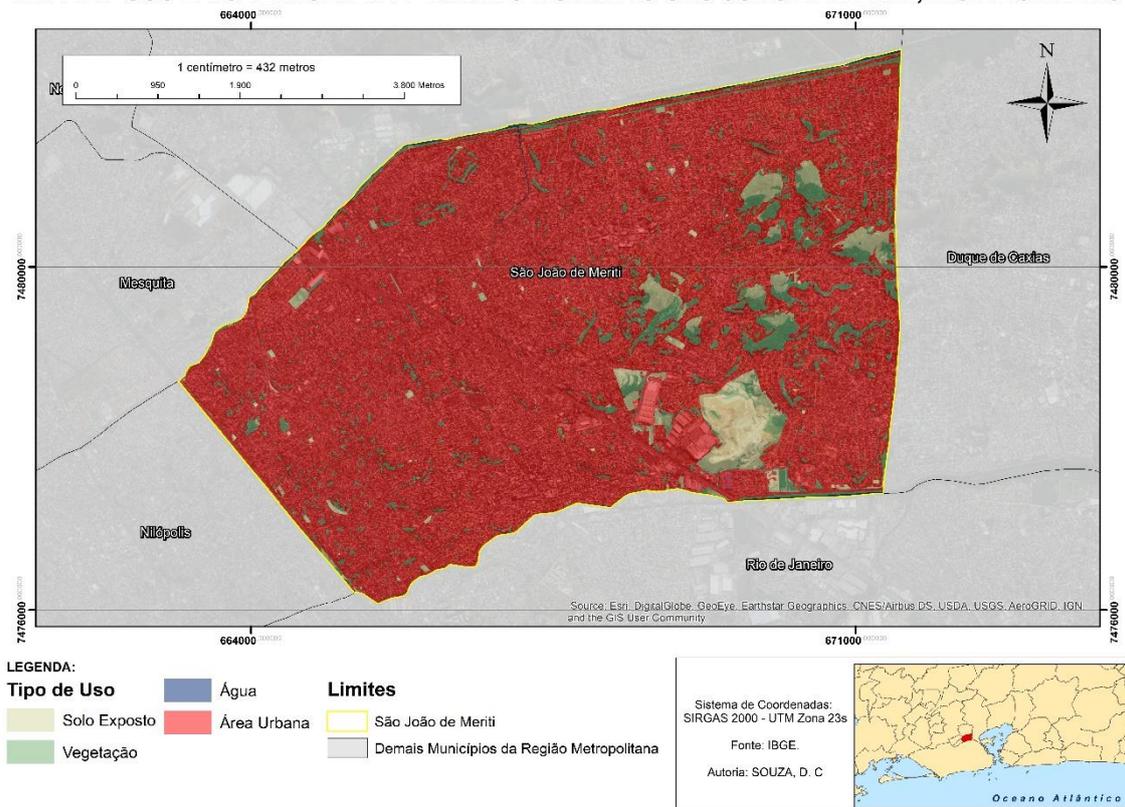


Figura 14. Mapa de Uso e Cobertura da Terra do município de São João de Meriti, Rio de Janeiro.

Fonte: Mapeamento realizado pelo autor a partir de classificação visual.

No mapeamento realizado a partir de classificação visual a partir de imagens de satélite disponibilizadas pelo software *ArcGis*, é notável a predominância da Área Urbana frente aos demais Usos da Terra, possuindo uma extensão considerável da cor vermelha em boa parte da extensão do município. Encontramos também áreas de Solo Exposto, na cor amarela - classe que integra as áreas de campo aberto e áreas de vegetação rasteira perceptíveis na escala de 1:25.000 – seguido pelas áreas de vegetação, que ocorrem de maneira predominante na porção leste do mapa, em conjunto das áreas de solo exposto. Os pontos que contemplam a categoria “Água”, ou seja, rios, canais e lagos, acabam sendo quase imperceptíveis no mapeamento na escala realizada (1:25.000), ocupando predominantemente a porção mais ao norte e nordeste do município, precisamente na divisa entre São João de Meriti e Belford Roxo, faixa onde se localiza o Rio Sarapuí.

SOUZA, D.C., *As fraturas socioambientais de São João de Meriti, RJ: uma espacialização da calamidade*

O mapeamento evidencia que o processo de urbanização em São João de Meriti foi tão intenso que a ocupação se deu em toda porção do município em que era possível seu estabelecimento, sem levar em consideração a relevância dos recursos naturais ou dos problemas ambientais que poderiam nascer deste processo, fato que pode ser exemplificado nas pouquíssimas áreas verdes restantes no município.

Procedimentos Metodológicos:

O mapa das áreas de Vulnerabilidade Socioambiental do município de São João de Meriti foi confeccionado a partir do cruzamento de diversos mapeamentos realizados tanto a partir de dados oficiais, quanto através de levantamentos realizados pelo autor por meio de classificação visual, como no caso da classificação do Uso e Cobertura da Terra do município de São João de Meriti realizada por meio de imagens de satélite disponíveis no software *ArcGis*.

Ao todo, foram gerados 13 produtos cartográficos que buscaram realizar uma caracterização socioambiental do município, a partir de suas condições sociais, seu meio biótico e de suas condicionantes físicas, gerando ao fim, uma caracterização socioambiental do município de São João de Meriti. Nos mapas, a variação entre as classes foi obtida a partir da metodologia de “Quebras Naturais”⁵⁶ existente no software *ArcGis*.

A tabela a seguir compila a relação de mapas confeccionados pelo autor nesta etapa da pesquisa:

56 As classes de Quebras Naturais são baseadas em agrupamentos naturais inerentes aos dados. As quebras de classe que agrupam valores semelhantes e que maximizam as diferenças entre classes — por exemplo, altura da árvore em uma floresta nacional — são identificadas. As feições são divididas em classes cujos limites são configurados onde existem diferenças relativamente grandes nos valores de dados. Disponível em: <https://doc.arcgis.com/pt-br/maps-for-office/design-and-use/classification-methods.htm#ESRI_SECTION1_976A24FBBF0648E18463A8097EE79B55> Acesso em 11 dez. 2018.

Tabela 1 – Relação de mapeamentos realizados na primeira etapa da pesquisa

TIPO DE CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL:	TÍTULO DOS MAPAS E SUAS RESPECTIVAS FONTES:
Caracterização Social (IBGE, 2010)	<p>Caracterização Social (IBGE, 2010):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Renda per capita de até um salário mínimo por domicílio <ul style="list-style-type: none"> • Densidade demográfica por hectare • Caracterização dos serviços de Saneamento Básico (IBGE,2010): <ul style="list-style-type: none"> • Domicílios com coleta de lixo regular • Domicílios com abastecimento de água por rede geral <ul style="list-style-type: none"> • Domicílios com de esgoto por rede geral • Domicílios com a presença de esgoto a céu aberto nas proximidades • Domicílios com a presença de lixo acumulado nas proximidades • Domicílios com pavimentação adequada (existem bueiros e bocas-de-lobo)
Meio Biótico (Elaboração própria via classificação visual)	<ul style="list-style-type: none"> • Mapa de Uso e Cobertura da Terra

Meio Físico:

Geomorfologia (IBGE, 2018):

- Mapa Hipsométrico do município de São João de Meriti
- Áreas de Declividade de São João de Meriti

Áreas de Risco (Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 2015):

- Áreas com de Risco de Inundações
- Áreas com Risco de deslizamentos

Fonte: Material elaborado pelo autor.

Metodologia de conversão dos mapeamentos:

A segunda etapa de nossa pesquisa, consistiu na conversão dos 13 mapas temáticos realizados inicialmente do ambiente vetorial de representação para o ambiente matricial.

O modelo vetorial é composto por objetos em ambiente digital que têm ocupação definida no espaço, com sua própria geometria e forma. Podendo ser representados de três formas: polígono, ponto ou linha.

Quando utilizamos o modelo vetorial para análise de um caso real, podemos a partir dele espacializar⁵⁷ os diferentes objetos que se associam em diferentes camadas de informação, compondo uma série de relações que se entrelaçam, permitindo ao manipulador destas informações ações como: superposição, diferença, interseção entre as camadas, etc (REGO, 2007).

Enquanto o ambiente vetorial é composto por linhas, pontos e polígonos, o ambiente matricial é composto por um único atributo associado a uma única resolução espacial. Assim, quando convertemos por exemplo uma informação de polígonos para o formato matricial, seus atributos passarão a conter células de um determinado tamanho, com atributos que passariam a ser categorizados por exemplo, como A ou B, não tendo outras características. No exemplo da conversão de um polígono de bairros,

⁵⁷ Como exemplo, temos os mapas das Figuras 1 e 2, ambos são representações do ambiente vetorial.

quando convertido para o formato matricial, o bairro passará a ser representado por vários pixels do mesmo tamanho e atributo (REGO, 2007).

A imagem a seguir, visa exemplificar como uma mesma representação espacial pode ser visualizada nos formatos vetor e matriz:

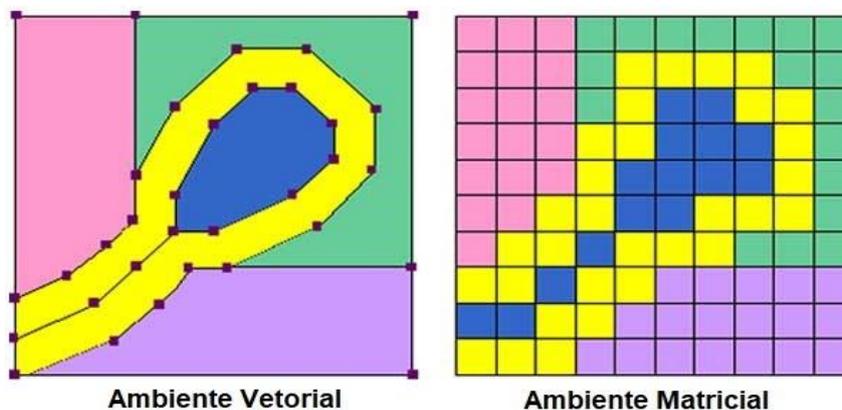


Figura 15. Representação de uma mesma informação nos ambientes vetorial (linhas, pontos e polígonos) e matricial (*pixels*)

Fonte: Imagem adaptada do site: <https://www.fastprint.co.uk/blog>.

Em nosso trabalho, através da função “Raster Classify” do software *ArcGis* os vetores e seus atributos nos mapas temáticos foram convertidos para *pixels* com células compostas por caracteres numéricos distribuídos de 1 (um) a 5 (cinco).

Na conversão das classes obtidas nos mapeamentos, os dados quantitativos como os oriundos do IBGE, por permitirem sua manipulação matemática, tiveram suas 5 (cinco) classes transformadas em valores na análise matricial. Os mapeamentos ao serem convertidos para o formato matricial foram quantificados em 5 (cinco) classes convertidas em valores que variaram de 1 (um) contendo as áreas com melhores condições, compostas nos mapas pelas classes categorizadas como “Muito Bom”, seguido pelas classes de número 2 (dois) categorizadas anteriormente nos mapas como “Bom”, número 3 (três) representando a classe “Regular”, 4 (quatro) representando a classe “Ruim” e 5 (cinco) visto como o pior cenário possível, classificadas nos mapas como “Muito Ruim”. O mesmo ocorreu com os mapas que abordavam o meio físico do

município. Sua Hipsometria e declividade também foram divididos em 5 (cinco) valores diferentes a partir da metodologia de Quebras Naturais. Mesmo o município não contando com um perfil altimétrico relevante, sua divisão em classes a partir da metodologia de Quebras Naturais foi convertida para o ambiente matricial da seguinte maneira : de 10 a 15 metros de elevação convertidas como 1 (um), a faixa de 15 a 27 metros foi categorizada como 2 (dois), de 27 a 45 como 3 (três), 45 a 75 categorizadas como 4 (quatro) e as áreas de 75 a 160 metros de altitude categorizadas como 5 (cinco). Quanto a declividade, deu-se o seguinte processo: as áreas de 0 a 2,9 graus de inclinação foram classificadas como 1 (um), de 2,9° a 13,5° classificadas como 2 (dois), de 13° a 27° como 3 (três), de 27,1 a 40° como 4 (quatro) e as áreas acima de 45° foram convertidas como 5 (cinco).

Os dados qualitativos, como os mapas que representavam as áreas vulneráveis a inundações e deslizamentos do município (CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2015), por não terem informações matematicamente manipuláveis, tiveram a categoria “classe” dividida segundo os critérios do órgão nas seguintes categorias: Áreas de Alto Risco, Áreas de Médio e Risco e Áreas de Baixo Risco (de enchentes e deslizamentos).

As variáveis definidas pelo CPRM - Serviço Geológico do Brasil, pelo fato de serem categorizadas em apenas três classes, tiveram suas variáveis numéricas definidas a partir dos seguintes critérios: as áreas consideradas de Baixo Risco nos mapas foram classificadas como “1 (um)” representando a baixa vulnerabilidade a incidentes de enchentes e deslizamentos nestes pontos. As classes consideradas com Médio Risco receberam o número “3 (três)” durante a conversão por requererem um nível intermediário de atenção, pela possibilidade de existência de eventos de enchentes e deslizamentos nesses locais. E as áreas de Alto Risco receberam o número 5 (cinco), pelo fato de comporem as áreas em maior gravidade no município, sendo consideradas áreas de alta vulnerabilidade a eventos de enchentes e deslizamentos.

O semelhante foi realizado com o mapa de “Uso e Cobertura da Terra” (**Figura 2**) também classificado a partir de informações qualitativas (localização dos usos) e não atributos matemáticos.

O critério para a conversão das camadas do mapa de “Uso e Cobertura da Terra” segundo os valores escolhidos foi: a classe “Vegetação” foi classificada como “1 (um)” por estar associada a pontos com algum nível de preservação ambiental. É importante apontar que de maneira geral, áreas onde há a presença de vegetação têm um importante papel na quebra de energia das chuvas, que quando interceptadas pela copa das árvores são capazes de diminuir a energia do escoamento, minimizando assim, o potencial erosivo causado pelo contato direto da precipitação no solo. Neste sentido, estas foram consideradas áreas em melhor condição em nossa análise, recebendo o menor valor.

A classe “Solo Exposto” foi classificada como “2 (dois)” dada a inexistência de grandes áreas de declive acentuado no município fruto da sua característica de Baixada.

De maneira geral, as áreas de solo exposto oferecem maior risco de deslizamentos e movimentos de massa, porém no município de São João de Meriti, o mapa de Uso e Cobertura do Solo (**Figura 2**) demonstra que nas áreas onde ocorrem pontos de Solo Exposto não se localizam um grande número de moradores (Classe Área Urbana) para estarem sob risco. Outro apontamento se associa à classe citada anteriormente, as classes de Solo Exposto e vegetação acabam se localizando de maneira contígua em boa parte da paisagem e como supracitado, áreas preservadas têm um importante papel na prevenção de deslizamentos de terra.

As áreas Urbanas ganham certo protagonismo. Essa variável foi classificada como 3 (três) dado o intenso processo de ocupação ocorrido no município, que como já sabemos, se deu sem o acompanhamento de infraestruturas adequadas.

Já as áreas onde ocorre a presença de “Água” que contempla de maneira geral os cursos hídricos do município, como rios e canais, foi classificada como 4 (quatro). Pois falamos aqui de um município composto por diversas áreas suscetíveis a eventos de inundação, neste sentido, os cursos hídricos do município acabam ganhando protagonismo na geração de maiores infortúnios em eventos de chuva quando em comparação com os demais Usos.

Além de possibilitar a soma de diferentes variáveis permitindo a visualização dos resultados em um único *pixel* que sobreponha todas essas informações a função “Raster Calculator” do software ArcGis permite ao usuário atribuir diferentes pesos a cada uma das informações somadas pelo usuário.

Em nosso trabalho, como buscamos dar ênfase às condições de saneamento do município, essa variável recebeu um peso maior que as demais em nossa soma, para que seus efeitos na paisagem possam ser melhor quantificados. Isso se explica pelo fato de que a presença de condições adequadas de saneamento, acabam por ter impacto atenuante nas demais variáveis socioambientais. Nesse sentido, as variáveis associadas ao saneamento receberam todas peso 3 (três) em nossa discussão, fato que as torna capazes de delimitar de maneira importante os resultados de nosso mapeamento.

Encabeçando as variáveis que receberam peso 2 (dois), temos a densidade demográfica. Esta será somada duas vezes pelo fato de em si não representar um problema. Compreendemos que mesmo que exista um alto adensamento populacional em uma porção do território, a presença ou não de infraestruturas adequadas para esta população é o que vai tornar a densidade problemática ou não. No caso de São João de Meriti, a densidade demográfica acaba sendo um agravante pelo fato de estarmos falando de uma cidade que a reboque do que ocorreu na Baixada Fluminense, sofreu um processo de ocupação vertiginoso, desacompanhado de toda sorte de infraestruturas que seriam capazes de mitigar os problemas socioambientais do município.

Outra que será somada por duas vezes em nossa discussão é a paisagem do município de São João de Meriti, representada pelo mapeamento de Uso e Cobertura da Terra. No mapa de Uso e Cobertura da Terra (**Figura 2**) a grande ocorrência das “Áreas Urbanas” frente as demais categorias espaciais acrescenta a necessidade de soma por 2 vezes desta variável. Pois assim como no caso da densidade demográfica, a urbanização em si não é um fato negativo, essa categoria ganha importância em nosso mapeamento a partir de seu cruzamento com as demais variáveis associadas ao saneamento.

As áreas de Risco do município (Serviço Geológico do Brasil – CPRM) receberam ambas peso 2 (dois).

Áreas que apresentam Alto Risco de Deslizamentos se distribuem de maneira muito pontual no município, visto que o mesmo não conta com um gradiente altimétrico elevado. Já as áreas suscetíveis à inundação se dão em quase toda sua paisagem devido as características geomorfológicas de seu sítio, originado como planície de inundação dos rios Pavuna-Meriti e Sarapuí.

As variáveis de declividade e hipsometria receberam ambas peso 1 (um) pelo fato de que, com a construção do mapeamento ficou perceptível que o município não oferece áreas de declive acentuado e nem mesmo regiões pertencentes a cotas altimétricas dignas de grande atenção. Além delas, outra variável que recebeu peso 1 (um) foi a renda das famílias.

Quando avaliamos a relação entre renda e múltiplas vulnerabilidades, Esteves (2011) aponta para o fato de que famílias inseridas nas melhores faixas de renda contam com uma maior capacidade em lidar com as adversidades impostas pela materialização dos riscos, por contarem de maneira geral, com melhores condições de obterem tratamentos médicos, ou até mesmo por pela capacidade de deslocamento para outras regiões onde não ocorra a materialização do perigo. Diferente de famílias que não disponham das mesmas possibilidades econômicas que, pelos poucos recursos, tendem a depender ainda mais de uma infraestrutura capaz de mitigar os riscos. Novamente e assim como nas outras variáveis, entendemos que a presença de infraestruturas adequadas de saneamento solucionaria a vulnerabilidade socioambiental que as populações mais pobres poderiam ser expostas, servindo de contrapeso ao peso 1 (um) aferido a esta categoria.

A tabela a seguir (Tabela 4) sintetiza quais foram os pesos associados para as diferentes variáveis presentes em nosso trabalho para a geração mapeamento:

Tabela 4 - Delimitação do peso das variáveis selecionadas para a confecção do mapa das áreas de Vulnerabilidade Socioambiental no município de São João de Meriti

NOME DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NO MAPEAMENTO:	PESO ATRIBUÍDO NA SOMA DAS VARIÁVEIS:
Domicílios com coleta de lixo	3
Domicílios com abastecimento de água por rede geral	3
Domicílios com de esgoto por rede geral	3
Domicílios com a presença de esgoto a céu aberto nas proximidades	3
Domicílios com a presença de lixo acumulado nas proximidades	3
Domicílios com pavimentação adequada (existem bueiros e bocas-de-lobo)	3
Renda per capita de até um salário mínimo por domicílio	1
Densidade demográfica por hectare	2
Uso e Cobertura da Terra	2
Hipsometria	1
Declividade	1
Áreas com risco de inundações	2
Áreas com risco de deslizamentos	2

Fonte: Elaboração própria.

Após a conversão dos diferentes atributos expostos (**Tabela 4**) a soma de todas as diferentes variáveis sobrepostas e com seus respectivos pesos imputados gerou como resultado um novo *pixel* (matriz) que contempla as áreas mais vulneráveis do ponto de vista socioambiental do município. A imagem a seguir de um exemplo do uso da função “Raster Calculator” busca sintetizar a realização deste procedimento:

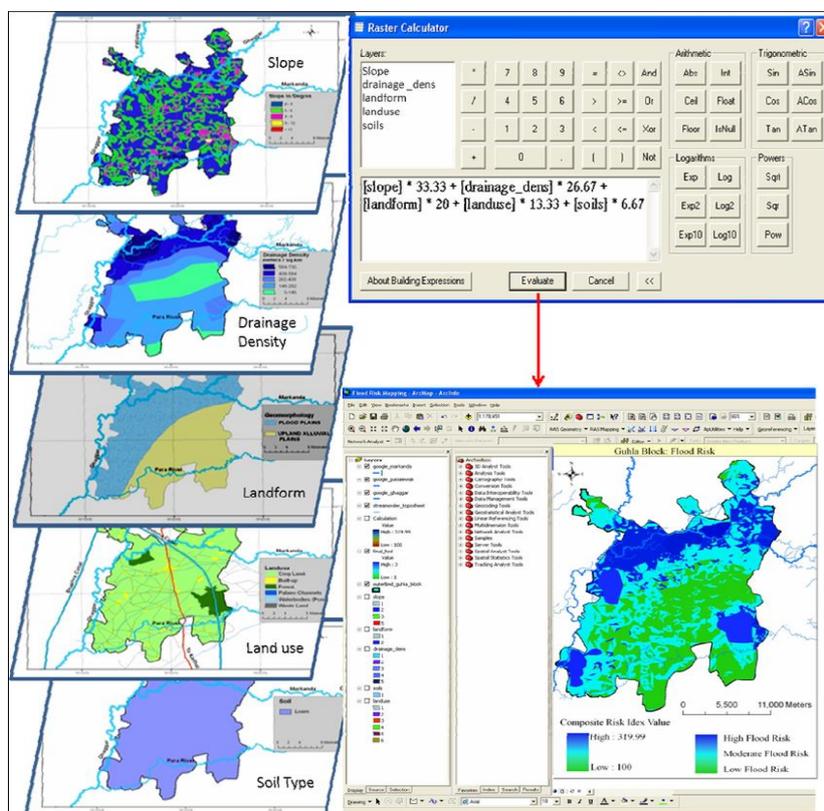


Figura 16. Exemplo de geração de um mapa síntese através da ferramenta *Raster Calculator* no software *ArcGis*.

Fonte: Imagem Adaptada de: <https://www.researchgate.net/>

Na imagem, o autor realiza a soma dos diferentes mapas posicionados à esquerda da imagem, são eles em tradução livre: Declividade, Densidade de chuvas, Forma da Terra, Uso da Terra e Tipo de Solo. Ao sobrepor estas diferentes informações com a função *Raster Calculator* é gerado um novo mapa à direita da tela, que contém o

resultado da operação matemática realizada pelo autor que pode quantificar a informação obtida.

No caso do mapa das áreas de Vulnerabilidade Socioambiental de São João de Meriti, a soma das variáveis com seus respectivos pesos gerou um resultado que partia de 32 a até 119. Sobre este resultado foram aplicadas novamente as “Quebras Naturais” para no máximo 3 valores, gerando como resultado áreas em tons de amarelo que foram consideradas áreas de Baixa Vulnerabilidade Socioambiental entre as faixas localizadas entre os números 32 e 54, em tons de verde se localizaram as áreas de Média Vulnerabilidade Socioambiental contidas entre 41,1 e 72 e áreas em vermelho consideradas como áreas de Alta Vulnerabilidade Socioambiental entre 72,1 e 119.

Resultados e Discussão

Com a soma e interconexão das múltiplas variáveis socioespaciais temos como resultado o **Mapa das áreas de Vulnerabilidade Socioambiental do Município de São João de Meriti (Figura 4)**:

MAPA DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI, RJ

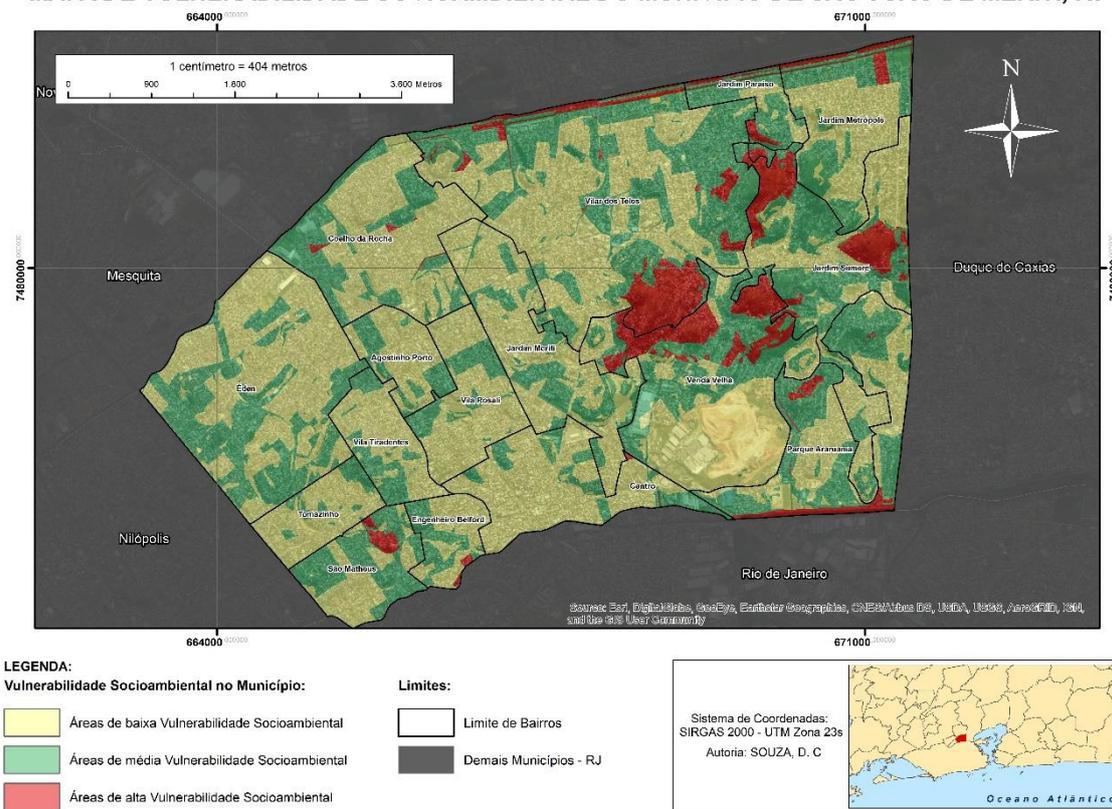


Figura 17. Mapa das áreas de Vulnerabilidade Socioambiental no município de São João de Meriti, Rio de Janeiro.

Fonte: Mapeamento realizado pelo autor.

O Mapa das Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental do município de São João de Meriti localiza espacialmente em suas mais diferentes cores a calamidade socioambiental vivida por boa parte dos moradores do município, coadunando entre seus limites as contradições de sua paisagem.

Ao analisar o mapa, notamos uma diferença sensível entre sua porção oeste em comparação à sua porção leste.

Entre os bairros localizados à Oeste do município (Centro, Jardim Meriti, Coelho da Rocha, Vila Rosali, Agostinho Porto, Vila Tiradentes, Engenheiro Belford, São Matheus, Tomazinho e Éden) são poucas as áreas identificadas como áreas de Alta Vulnerabilidade Socioambiental, estando esses focos de vulnerabilidade diluídos de maneira muito esparsa entre estes bairros, confinados em pequenos pontos localizados

SOUZA, D.C., *As fraturas socioambientais de São João de Meriti, RJ: uma espacialização da calamidade*

nos bairros do Centro, Coelho da Rocha, Engenheiro Belford e São Matheus. Apesar disso, vale apontar que nenhum dos bairros do município é composto apenas por Áreas de Baixa Vulnerabilidade Socioambiental, mesmo nos trechos onde a vulnerabilidade se dá de maneira menos intensa, seus impactos ainda assim parecem se materializar no cotidiano da população.

Enquanto à Oeste a calamidade se dá em uma escala menor, nos bairros à Leste a relação muda (Vilar dos Teles, Jardim Sumaré, Jardim Metr pole, Jardim Paraíso, Venda Velha e Parque Araruama), os bairros nessa porão do território coadunam diversas áreas inseridas entre as faixas de M dia e Alta Vulnerabilidade Socioambiental, com destaque negativo para os bairros de Vilar dos Teles, Venda Velha e Jardim Sumaré, que compartilham entre si diversas manchas que expressam extrema dificuldade.

Dentre os bairros tidos como mais vulneráveis, Vilar dos Teles se apresenta como aquele que det m maior carência na compara o com os demais. Suas áreas de Alta Vulnerabilidade Socioambiental se distribuem por diferentes áreas do bairro, inclusive em seus limites nas áreas de contato com os demais, como em suas divisas com o bairro da Venda Velha e também em seus limites com os bairros de Jardim Sumaré e Jardim Paraíso. Além disso, também ocorrem áreas de vulnerabilidade na fronteira do bairro com a cidade vizinha de Belford Roxo, nas áreas banhadas pelo Rio Sarapuí.

A Vulnerabilidade Socioambiental no bairro de Vilar dos Teles é um dos testemunhos da multiescalaridade da ocorrência deste processo no município, visto que a mesma ocorre tanto nas áreas menos elevadas do bairro região na planície retilinizada do Rio Sarapuí em seu contato com a cidade de Belford Roxo. Quanto nas porões mais elevadas, em sua divisa com o bairro da Venda Velha, na faixa entre 75 e 160 metros de altitude. Fato que pode estar associado tanto pela ausência das infraestruturas adequadas de saneamento quanto pelo fato de ser o bairro mais densamente ocupado do município, com pouquíssimas áreas vegetadas.

De acordo com nosso mapeamento (**Figura 5**) no trecho que se estende pelos bairros de Jardim Metr pole, Jardim Paraíso e Vilar dos Teles, temos a presença de uma faixa retilínea de Alta Vulnerabilidade, que dada sua forma, representa a localiza o do

próprio curso d'água. Junto das demais dinâmicas socioambientais aqui expostas é possível relacionar a presença do Rio Sarapuí na intensificação da vulnerabilidade existente no trecho, que somada as outras variáveis, como o alto déficit de coleta de esgoto e o fato da região estar situada em uma área de Alto Risco de Inundações (Serviço Geológico do Brasil – 2015), temos a materialização de uma faixa altamente vulnerável que resulta em eventos como os exemplificados nas imagens a seguir (Figuras 6 e 7) realizadas em um trabalho de campo no bairro e exemplificam nossa discussão:



Figura 18. Áreas com depósito inadequado de lixo no bairro de Vilar dos Teles em São João de Meriti, RJ.

Fonte: Acervo do autor (Foto retirada em: 28/10/2018).



Figura 19. Depósito inadequado de lixo nas margens do Canal Sarapuí em Vilar dos Teles.

Fonte: Acervo do autor (Foto retirada em: 28/10/2018).

As Figuras 6 e 7 foram retiradas nas margens do Rio Sarapuí em Vilar dos Teles. No local, o depósito irregular e queimada do lixo são práticas corriqueiras fato que acaba atraindo toda sorte de animais, como cães, pombos e até mesmo urubus, na busca pelos resíduos.

Como vemos nas imagens, o canal extremamente retelinizado e poluído tanto pelos esgotos lançados diretamente pelas residências, quanto pelo lixo jogado diretamente no corpo hídrico pelos moradores, acaba agravando a propensão dessa área para a ocorrência de enchentes, gerando eventos de alta gravidade como apontam as imagens a seguir:



Figura 20. Acidente de trânsito causado por uma enchente em Vilar dos Teles, São João de Meriti, RJ.

Fonte: Acervo do autor (Foto retirada em: 08/11/2018).

A imagem retrata a ocorrência de um acidente após a ocorrência de fortes chuvas. Relatos de páginas da rede social **Facebook**⁵⁸ que reúnem moradores do município, apontam para o fato de que o motorista não conseguiu visualizar a continuidade da estrada devido ao alagamento gerado pela cheia do Rio. No acidente que terminou sem

⁵⁸ <https://www.facebook.com/uimeritioficial/> Acesso em: 10/11/2018.

feridos, os passageiros precisaram ser resgatados por outros moradores através de uma escada, relato de um cotidiano onde nem mesmo as autoridades têm acesso às áreas afetadas em momentos da materialização dos riscos.

Outro local onde a Vulnerabilidade é intensificada pelo papel dos Rios, se localiza na porção sudeste do município, na divisa com a cidade do Rio de Janeiro. Nessa região vemos a materialização de uma faixa de Alta Vulnerabilidade no bairro de Parque Araruama, banhada pelo Rio Pavuna-Meriti. No local, acreditamos que ocorra um processo similar ao ocorrido no trecho do Bairro de Vilar dos Teles banhado pelo Rio Sarapuí, no qual a presença do curso hídrico em integração com as dinâmicas sociais, acaba tendo papel potencializador na criação de uma área de Alta Vulnerabilidade. O mesmo explica a presença das áreas vulneráveis no bairro de Agostinho Porto, que se localizam justamente no trecho banhado pelo Rio, no contato com a cidade do Rio de Janeiro e também no bairro Centro, como aponta a imagem a seguir (**Figura 9**):



Figura 21. Trecho do Rio Pavuna-Meriti, localizado no bairro Centro em São João de Meriti, RJ.

Fonte: Acervo do autor (retirada em 01/12/2019).

A **Figura 9**, diz respeito à uma das áreas consideradas como Altamente Vulneráveis banhadas pelo rio Pavuna-Meriti, nas proximidades com a cidade do Rio de Janeiro. A imagem retirada no Centro de São João de Meriti apresenta a degradação do curso hídrico e a alta ocupação de suas margens, neste trecho ocorre o lançamento de toda

sorte de resíduos por parte da população vizinha ao Rio e pelos comércios que o circundam. Nesse ponto do bairro a ocorrência de enchentes é comum, principalmente no verão.

Para além do papel dos cursos hídricos na delimitação das áreas de Vulnerabilidade, outras áreas que merecem atenção são aquelas localizadas nas porções mais elevadas do relevo do município, principalmente nas áreas onde ocorre a presença de favelas.

No contato entre os bairros de Vilar dos Teles, Jardim Sumaré e Venda Velha se estabelecem múltiplas áreas de Alta Vulnerabilidade Socioambiental, talvez isso ocorra devido as dificuldades de acesso a esses trechos do município pelo poder público. Nestes pontos localizam-se moradores carentes de toda sorte de infraestruturas (IBGE,2010). As imagens 10 e 11 apontam algumas dessas áreas:



Figura 22. Acúmulo de lixo em uma encosta localizada no bairro de Jardim Sumaré em São João de Meriti, RJ.

Fonte: Acervo do Autor (Foto retirada em: 01/12/2019).

A Figura 10 corresponde a uma das áreas de Alta Vulnerabilidade Socioambiental delimitadas em nossa análise, a área localizada no bairro Jardim Sumaré aponta a ausência de planejamento no que diz respeito a ocupação do solo, por parte do poder público, visto que na imagem observamos as residências ocupando os limites do barranco, além de apontar a ineficiência dos serviços de coleta de lixo, dada a presença

SOUZA, D.C., *As fraturas socioambientais de São João de Meriti, RJ: uma espacialização da calamidade*

de uma avalanche de resíduos sólidos despejados nas cicatrizes da encosta. Estes resíduos em eventos de chuva podem atuar como agente potencializador da ocorrência de deslizamentos, fato que torna as famílias localizadas nesta porção do município como merecedoras de grande atenção por parte dos órgãos de Defesa Civil de São João de Meriti, visto que as mesmas se encontram em uma das áreas mais elevadas do município e vulneráveis a deslizamentos.

Já o bairro da Venda Velha apresenta áreas consideráveis em cada uma das categorias expressadas no mapa, tendo em sua porção ao norte (**Figura 5**) - principalmente no contato entre os bairros de Vilar dos Teles e Jardim Sumaré - grandes porções de Alta e Média Vulnerabilidade Socioambiental, enquanto que a partir de sua região central em direção ao Sul ocorrem áreas de Baixa Vulnerabilidade, o que pode se explicar pela baixa ocupação deste trecho, padrão que pode ser melhor compreendido na imagem à seguir:



Figura 23. Imagem de parte do bairro da Venda Velha, São João de Meriti, RJ.

Fonte: Acervo do autor (Retirada em: 01/12/2019).

Na Figura 11, sua porção esquerda e em parte do centro da imagem há a ocorrência de moradias, na porção superior da foto onde há a existência de um morrote com vegetação gramínea existe uma localização muito esparsa de moradias. Nessa região se localiza a comunidade da Vila Ruth, uma das principais comunidades de São João de Meriti e com alguns dos piores índices do município segundo o Censo (IBGE, 2010).

Infelizmente, as fotos tiradas nos bairros de Jardim Sumaré (Figura 10) e Venda Velha (Figura 11) foram retiradas à uma distância considerável pelo fato de não ser possível realizar trabalhos de campos nestas áreas durante nossa pesquisa, este fato se deu pela ausência de condições de segurança adequadas para visita a estas áreas.

Considerações Finais

Buscamos ao longo do nosso trabalho, construir uma discussão que ao fim dela contemplasse o objetivo de identificar sobre quais áreas do município de São João de Meriti se estabeleciam as populações mais vulneráveis do ponto de vista socioambiental.

Ao fim de nossa pesquisa, ficou evidente que a calamidade existente no município de São João de Meriti tem origens históricas, fruto do abandono por parte do Estado e dos demais atores que permitiram a materialização do quadro vislumbrado nos dias de hoje, resultado de um processo de ocupação estabelecido em condições muito distantes daquelas apropriadas às peculiaridades do ambientais da cidade.

Nossa análise apontou que os corpos hídricos extremamente degradados que cortam o município (notadamente os Rios Sarapuí e Pavuna-Meriti), surgem como o grande testemunho da calamidade socioambiental meritiense. A população na ausência de serviços adequados de coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos, acaba por lançar seus rejeitos diretamente nos corpos hídricos e em suas margens retroalimentando um ciclo em que os rios se tornam os maiores potencializadores da Vulnerabilidade Socioambiental, pois em eventos de chuvas os resíduos antes lançados pelos moradores acabam por retornar para as residências, criando uma situação de grande calamidade aumentando o risco de geração de doenças, perdas econômicas e afins.

Apesar de nos basearmos em grande parte nos dados oriundos do Censo de 2010, fato que pode indicar uma aparente defasagem em algumas das informações

apresentadas, se compararmos os dados do Censo de 2010 com os do ranking do INSTITUTO TRATA BRASIL de 2012, que traz os dados de 2010 (mesmo ano do Censo). Nota-se uma piora das condições de saneamento do município, em 2010 a cidade de São João de Meriti ocupava a 73ª posição entre as 100 maiores cidades brasileiras (TRATA BRASIL, 2012) e no ano de 2018 a cidade ocupa a 88ª colocação, caindo 15 posições desde então. Esta situação indica a possibilidade de agravamento ou estagnação das condições de vulnerabilidade Socioambiental do município perante as demais cidades brasileiras.

Apesar das limitações apontadas pelo estágio de nossa pesquisa, no contexto de um trabalho de conclusão de curso, o mesmo demonstra potencialidades diversas de caminhos que podem ser exploradas tanto em novas pesquisas, que validem a ocorrência da vulnerabilidade destas áreas a partir novas de visitas de campo e entrevistas com os moradores das regiões tidas como vulneráveis, até inclusão de outras variáveis, que levem em consideração perspectivas não imaginadas neste momento da pesquisa. Ainda assim, nosso levantamento busca oferecer perspectivas que, se apropriadas adequadamente pelo poder público, podem auxiliar na proposição de intervenções sanitárias capazes de solucionar ou mitigar a Vulnerabilidade Socioambiental presente no município, melhorando as condições de vida de sua população historicamente tão carente.

Referências Bibliográficas

DO BRASIL, CPRM-SERVIÇO GEOLÓGICO. "*Carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundação: São João de Meriti, RJ.*" (2015).

ESTEVES CJO. Risco e vulnerabilidade socioambiental: Aspectos conceituais. *Caderno Ipardes. Estudos e pesquisas* 2011; 62-79. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/view/421/353>>

Aceso em: 15 jun. 2018.

SOUZA, D.C., *As fraturas socioambientais de São João de Meriti, RJ: uma espacialização da calamidade*

FIALHO, E. S. (2004). Enchente, meio ambiente e planejamento: um estudo de caso no município de Duque de Caxias. Em R. d. Oliveira, *Baixada Fluminense: novos estudos e desafios* (pp. 133-148). Rio de Janeiro: Paradigma.

GREGÓRIO, L. d., & BRANDÃO, A. M. (2010). O sistema clima urbano em São João de Meriti: uma abordagem em busca da qualidade ambiental. *Revista Brasileira de Climatologia*, 1-14. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Climatologia/20.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados do universo por setor censitário." (2011).

INSTITUTO TRATA BRASIL. *Ranking do Saneamento 2018*. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking-2018/realatorio-completo.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.

INSTITUTO TRATA BRASIL. *Ranking TRATA BRASIL*. São Paulo. Instituto Trata Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/pdfs/relatorio-ranking.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

JÚNIOR A. C. (2013). A Paisagem da Baixada Fluminense: Uma análise na perspectiva Geoecológica. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 195-210. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/232836/26831>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

MARQUES, E. C. Da higiene à construção da cidade: a constituição do setor saneamento no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 2, n.2, 1995. Disponível em: www.scielo.br/pdf/%0D/hcsm/v2n2/a04v2n2.pdf Acesso em: 04 jun. 2018.

MANUAL de saneamento: orientações técnicas. 3. ed. rev. Brasília, DF: *Fundação Nacional de Saúde*, 2007. 409 p. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ccz/files/2016/03/FUNASA-MANUAL-SANEAMENTO.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

MOURA, L.; LANDAU, E. C.; FERREIRA, A. de M. Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado no Brasil. In: LANDAU, E. C.; MOURA, L. (Ed.). *Variação geográfica*

do saneamento básico no Brasil em 2010: domicílios urbanos e rurais. Brasília, DF: Embrapa, 2016. cap. 8, p. 189-211.

REGO, L. F. G. O uso de sistemas de informações geográficas para o estudo do espaço geográfico. In: RUA, J. et al. (org.). *Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2007.

SEA & IBGE (2018). *Base Cartográfica Vetorial Contínua do Estado do Rio de Janeiro*.

Disponível

em:<http://www.metadados.inde.gov.br/geonetwork/srv/br/metadata.show?uuid=39f096b7-02d1-4670-bea6-0bfd9c64c305>. Acesso em: 14. Jun. 2019

SOUTO, Adriana Branco Correia. *As Comissões Federais de Saneamento da Baixada Fluminense (1910/1933)*. 2016. 135p Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial). Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2016.

TCE/RJ. *Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – São João de Meriti*. Rio de Janeiro: TCE, 2017. 130 p.

Data de Submissão: 14/06/2019

Data da Avaliação: 13/07/2019

RESISTÊNCIA CAMPONESA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ) - UMA PROPOSTA

Bruno Milan Carneiro de Albuquerque¹

Jacob Binsztok²

169

Resumo. Projeto procura mitigar os impactos socioambientais enfrentados pela Comunidade Tradicional do Faraó no município de Cachoeiras de Macacu, entorno do Parque Ecológico dos Três Picos, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pela reestruturação espacial na construção do COMPERJ, e sua paralisação, inviabilizando investimentos locais, expulsando força de trabalho, alterando o cotidiano de 100 famílias por problemas sócioambientais. Há articulações entre a Comunidade e atores envolvidos com o COMPERJ, contrariando a terminalidade do segmento em função do avanço da industrialização e urbanização, transformando o campesinato em proletários. Através de metodologia recomendada por diversos autores, queremos diminuir os entraves à inserção econômica e social da Comunidade do Faraó à dinâmica imposta pelo COMPERJ, articulando o conhecimento científico com o senso comum das práticas sócio-espaciais locais, objetivando resultados que possam ser reaplicados em outras realidades semelhantes.

Palavras-chave: Faraó; COMPERJ; Agroecologia; Água; Campesinato.

CAMPONESE RESISTANCE IN THE AREA OF INFLUENCE OF THE PETROCHEMICAL COMPLEX OF RIO DE JANEIRO (COMPERJ) - A PROPOSAL

Abstract.

The Project seeks to mitigate the socio-environmental impacts faced by the Traditional Community of Faraó in the municipality of Cachoeiras de Macacu, in the vicinity of the Ecological Park of the Three Peaks, Metropolitan Region of Rio de Janeiro, for the spatial restructuring in the construction of COMPERJ, and its paralysis, making local investments unfeasible, expelling workforce, changing the daily

¹ Doutorando do POSGEO, Universidade Federal Fluminense.  geobrunoalbuquerque@gmail.com.

² Docente do POSGEO, Bolsista de Produtividade do CNPQ, e Cientista do nosso Estado – Faperj (2015-2017), Universidade Federal Fluminense.  <https://orcid.org/0000-0003-0578-0918> .E-mail: jacobbinsztok@gmail.com.

lives of 100 families due to socio-environmental problems. There are articulations between the Community and actors involved with COMPERJ, contradicting the terminality of the segment as a result of the advance of industrialization and urbanization, transforming the peasantry into proletarians. Through a methodology recommended by several authors, we want to reduce the obstacles to the economic and social insertion of the Faraó Community to the dynamics imposed by COMPERJ, articulating scientific knowledge with the common sense of local socio-spatial practices, aiming at results that can be reapplied in similar realities.

Keywords: Faraó; COMPERJ; Agroecology; Water; Peasantry.

RESISTENCIA CAMPONESA EN EL ÁREA DE INFLUENCIA DEL COMPLEJO PETROQUÍMICO DEL RIO DE JANEIRO (COMPERJ) - UNA PROPUESTA

Resumen.

El proyecto busca mitigar los impactos socioambientales enfrentados por la Comunidad Tradicional del Faraó en el municipio de Cachoeiras de Macacu, en torno al Parque Ecológico de los Tres Picos, Región Metropolitana de Río de Janeiro, por la reestructuración espacial en la construcción del COMPERJ, y su paralización, inviabilizando inversiones locales, expulsando fuerza de trabajo, alterando el cotidiano de 100 familias por problemas socioambientales. Hay articulaciones entre la Comunidad y actores involucrados con el COMPERJ, contrariando la terminalidad del segmento en función del avance de la industrialización y urbanización, transformando el campesinado en proletarios. A través de metodología recomendada por diversos autores, queremos disminuir los obstáculos a la inserción económica y social de la Comunidad del Faraó a la dinámica impuesta por el COMPERJ, articulando el conocimiento científico con el sentido común de las prácticas socio-espaciales locales, objetivando resultados que puedan ser replicados en otras realidades similares.

Palabras clave: Faraó; COMPERJ; agroecología; agua; Campesinado.

Introdução: O projeto e a Comunidade do Faraó.

Trata-se de um projeto sobre os impactos socioambientais enfrentados pela Comunidade Tradicional do Faraó (CTF), no distrito de Japuíba, município de Cachoeiras de Macacu, no entorno do Parque Ecológico dos Três Picos (PETP), na Bacia Hidrográfica do Guapi-Macacu (BHGM), inserida na Bacia da Baía de Guanabara, Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), decorrentes da reestruturação espacial promovida pela construção do COMPERJ, agravados pela sua paralisação em 2015, inviabilizando uma série de pequenos estabelecimentos comerciais locais, liberando significativo contingente da força de trabalho utilizada direta e indiretamente em atividades de apoio ao empreendimento petrolífero. Cerca de 100 famílias tiveram o cotidiano alterado e sua permanência em risco por problemas como: grande número de ocupações irregulares na faixa marginal dos cursos fluviais, principalmente no balneário do Baixo Faraó; cultivo da banana em áreas de encostas sem curvas de nível no Alto Faraó; caça predatória e comércio ilegal de animais aumentando o número de espécies em extinção; proliferação de queimadas nos fragmentos florestais; turismo predatório de fins de semana; invasão de espécies exóticas de peixes e moluscos; uso inadequado de agrotóxicos nos sítios e áreas de propriedades de especuladores imobiliários para a construção de haras e expansão de pastagens para eqüinos e aumento das tensões envolvendo camponeses e funcionários do PETP, em relação ao uso da terra na área de amortecimento da unidade de preservação ambiental; extração de areia provocando alterações nos cursos fluviais; juventude rural ociosa; invisibilidade sobre trabalho feminino típico das comunidades camponesas; ausência de iniciativas agroecológicas e agroflorestais e de saneamento ambiental. A CTF está localizada na Microbacia Hidrográfica do Faraó (MHF), em Cachoeiras de Macacu, município fluminense situado a 22°27'45" de latitude sul e 42°39'11" de longitude oeste, com área territorial de 956 km², fazendo limites com a Baixada Litorânea e a Região Serrana, a 75 km de distância da capital fluminense e sendo parte da RMRJ. Possui estreitas relações socioeconômicas com municípios no entorno como Guapimirim, Magé e Itaboraí apresentando em 2019 uma população de cerca de 60 mil habitantes. Destes, 86% concentrados na área urbana e 14% no campo, constituindo-se uma relevante diferenciação socioespacial na

distribuição de sua população em relação aos demais núcleos da RMRJ. O clima é caracterizado como Tropical Úmido, com amplitude térmica variando entre 13°C e 35°C, onde constatamos significativa policultura camponesa, representada pelos cultivos de inhame, aipim, abobrinha, abóbora, berinjela, quiabo, milho, jiló, predominando a banana nas encostas. O município possui 40% de sua área total protegida pelas Unidades de Conservação como o PETP, a Estação Ecológica do Paraíso, da APA do Macacu e ainda pelo Corredor Ecológico Sambê-Santa Fé, cobertas pela Floresta Ombrófila Densa, que se encontra muito fragmentada, caracterizada como mata sempre verde, cujo dossel é de até 50 metros e com árvores emergentes atingindo até 40 metros de altura. A MHF é caracterizada como contribuinte relevante da BHGM, sendo fundamental para o abastecimento de água de importantes centros urbanos fluminenses, como Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, sob a gestão das empresas de abastecimento CEDAE e Águas de Niterói.

Problematização: dos impactos ambientais às tentativas de mitigação das suas consequências.

Constatamos a presença de articulações entre a CTF e atores envolvidos na construção do COMPERJ, contrariando pressupostos teóricos de autores como DOLLFUS (1972), SANTOS (1997), SOJA (1993), LEFEBVRE (1999) e BAUMAN (1999), que apontaram para a terminalidade do segmento em função do avanço da industrialização e da urbanização do campo, retirando o campesinato da terra e transformando-os em proletários rurais ou urbanos. Assim, fundamentados nas recomendações de MACHADO (2013), CAVALIN & MONTEIRO (2010), FIDALGO et al (2008) e TRINDADE NETTO (2006) sobre as possibilidades do fortalecimento de comunidades tradicionais temos como objetivos específicos a realização de ações de fomento e formativas ancoradas em práticas agroecológicas e agroflorestais, biomonitoramento dos recursos hídricos, equidade de gênero, mobilização da juventude rural e expansão do turismo ecológico e comunitário, mitigando a exclusão social e econômica da CFT, que encontra-se relativamente isolada

em relação a outras áreas rurais do município, com o acesso limitado a uma estrada de terra, em precário estado de conservação. O isolamento, embora possa contribuir para a preservação de características identitárias territoriais (HAESBAERT, 2004), reforçando laços de parentela e afetividade, típicos do campesinato e observadas nas relações da CFT, acarreta dificuldades para o desenvolvimento local, bloqueando o funcionamento do sistema de trocas, responsável pelo intercâmbio, complementaridade e estabelecimento de redes de inovação (SANTOS, 1997), justificando as ações de ampliação e aperfeiçoamento dos canais de comercialização da produção rural local.

A metodologia elaborada na pesquisa está prevista no projeto através da execução dos seguintes procedimentos: trabalho de campo exploratório para apurar a atual situação social, ambiental e econômica da população, traçando estratégias conjuntas para resolução de conflitos, vulnerabilidades e potencialidades da CFT através de questionários, observações participantes e técnicas de cartografia social; monitoramento dos serviços ecossistêmicos de polinização e de controle biológico realizado em áreas convencionais e no interior do PETP, avaliadas através de métodos participativos (MARCONI & LAKATOS, 2008) e acadêmicos com a geração de conhecimento e sensibilização das comunidades; fundamentação empírica e teórica das informações disponíveis e revisão da literatura pertinente analisando autores como SINGER (1973) que ressalta as deseconomias de escala decorrentes dos processos de industrialização e urbanização nas áreas metropolitanas; CORREIA (1992) que destaca as estratégias espaciais utilizadas pelas grandes corporações industriais; PIQUET (2012) que analisa a dimensão regional da cadeia produtiva de petróleo no nosso Estado; BINSZTOK e MONIÉ (2012) enfatizando os impactos territoriais e ambientais da implantação do COMPERJ e suas repercussões na RMRJ; TRINDADE NETO (2003) difundindo a experiência de recuperação de áreas degradadas implantadas, corroborando observações feitas por DIAMOND (2006) sobre os procedimentos flexíveis adotados pelas empresas da cadeia produtiva de petróleo, em relação ao entorno dos seus empreendimentos, realçando a importância dessa indústria extrativista, em comparação com outros setores minerais, igualmente agressivos ao ambiente, que no entanto, participam da recuperação de áreas degradadas. No âmbito global,

MILAN & BINSZTOK, Resistência Camponesa na Área de Influência do Complexo Petroquímico do Rio De Janeiro (Comperj) - Uma Proposta

mencionamos o estudo de ROSS (2015), na linha de DIAMOND (2006), recomendando revisão do conceito de enclave na cadeia produtiva de petróleo, pois, esta configuração espacial pode ser relativizada pelas ações de fortalecimento das redes de fornecedores locais, tentando reduzir isolamentos formados pelo segmento petrolífero. O incentivo ao desenvolvimento local (SOUZA, 2013) ressalta a construção de laboratórios de autonomia, atuando como suportes experimentais, diluindo os efeitos de um planejamento concebido de cima para baixo e criando desigualdade das apropriações territoriais feitas pelos enclaves, conforme o modelo de desenvolvimento ditado pelos padrões da modernização conservadora, recomendados parcialmente por MERCADANTE (2010) e adotado pelas iniciativas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), onde foi ancorado o COMPERJ; analisamos as contribuições de MACHADO (2013), CAVALIN e MONTEIRO (2010) e FIDALGO et al (2008) que recomendam procedimentos agroecológicos e agroflorestais fortalecendo os agricultores locais, diante do agravamento dos problemas socioambientais enfrentados pela comunidade, cerceada pelas restrições impostas pela fiscalização ambiental e atingida pela expansão de pastagens dos haras de propriedade de capitalistas urbanos, atraídos pelas perspectivas de valorização do preço da terra na região do COMPERJ; Planejamento Participativo junto aos agricultores da comunidade, visando estratégias conjuntas que implementem as ações previstas na pesquisa, referenciadas pelas orientações conceituais das contribuições de GUSMÃO (2009), MARCONI & LAKATOS (2008) e SOUZA (2015), enfatizando a necessidade de articulação entre o conhecimento científico e o senso comum das práticas sócio-espaciais locais.

Os resultados serão amplamente divulgados e debatidos em seminários e encontros realizados com a CFT e eventos previstos, contando com o apoio das organizações parceiras. As contribuições serão encaminhadas às instituições responsáveis pelo aperfeiçoamento das políticas públicas locais e dos municípios do entorno do COMPERJ, ampliadas pelas redes de intercâmbio, para difusão em instituições e comunidades localizadas na Área de Influência Direta de empreendimentos da Petrobras distribuídos pelo país. Assim, esperamos que além de adotada no Faraó, a proposta apresente condições de ser reaplicada em outras comunidades localizadas no entorno do

COMPERJ e em áreas influenciadas diretamente pelos empreendimentos da Petrobras, que estejam vivenciando transformações sociais, econômicas e ambientais similares. A difusão das ações para outras comunidades do entorno do COMPERJ e demais empreendimentos da Petrobras, seria realizada com a participação das instituições parceiras, representadas pela UFF e EMBRAPA e as respectivas redes apontadas por essas organizações dotadas de excelente capilaridade no país e no exterior.

Referências Bibliográficas:

- BAUMAN, Z., Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1999.
- BINSZTOK, J. Petróleo e desenvolvimento regional no Brasil. In: Binsztok, & Monié (Orgs). Geografia e Geopolítica do petróleo. Manaud X. Rio de Janeiro. 2012.
- CAVALIM, M.O. e MONTEIRO, J.M.G. Boas práticas agrícolas recomendadas para o cultivo de banana na Comunidade do Faraó em Cachoeiras de Macacu, RJ. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 210. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2012.
- CORRÊA, L. R. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. Revista Brasileira de Geografia, nº 54. 1992. pp. 115 – 121.
- DIAMOND, J., Colapso: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2006
- DOLLFUS, O. O Espaço Geográfico. São Paulo. Difel, 1972.
- FIDALGO, E. C. C.; THOMPSON, D.; TORRES, F. E. N. de; MENDONÇA, R. N. A, Análise comparativa entre estimativa de perda de solos e ocorrências de erosão: estudo de caso na Bacia Hidrográfica do Rio Guapi-Macacu, RJ, in II Seminário da Rede AgroHidro Impactos da agricultura e das mudanças climáticas nos recursos hídricos, Brasília: EMBRAPA, 2014.
- GUSMÃO, P. P. Gestão ambiental do território e capacidade de resposta dos governos locais na área metropolitana do Rio de Janeiro. In: Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica. Orgs: Bicalho & Gomes. Rio de Janeiro. Publit. 2009. pp. 163 – 184. HAESBAERT, R. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. Terra Livre Goiânia Ano 20, v. 2, n. 23 p. 35-52 Jul-Dez/2004.
- LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999
- MACHADO, F.S. Agricultura e Reestruturação Espacial na Interface Rural-Urbana: O Exemplo do Município de Cachoeiras de Macacu (RJ), Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ: Rio de Janeiro, 2013.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2008.

- MERCADANTE, A. As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010) Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- SANTOS, M.A. Técnica espaço tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional. 3a. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOJA, E. W. Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- TRINDADE NETO, I.Q., Reintegrando a floresta a natureza humana -Um estudo sobre conservação florestal em consórcio com agricultura e produção de petróleo, Carmópolis/Japaratuba, Sergipe. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, SE:2003.

Data de Submissão: 13/06/2019

Data da Avaliação: 15/07/2019

ARTIGOS

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E O “MOTE” DA SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES EMPREGADAS NO PARQUE MADUREIRA (RIO DE JANEIRO-RJ)

Marcos Antônio Silvestre Gomes¹

Resumo. Nas últimas décadas, a produção de parques urbanos é, por vezes, vinculada às ideias, noções de sustentabilidade, como pregadas pela ONU, redundando em propostas consideradas inovadoras por agregar elevada tecnologia em suas estruturas, apresentar preocupação com qualidade de vida e lazer, e demonstrar ações que visam menor impacto sobre o meio ambiente. O Parque Madureira, no Rio de Janeiro, foi implantado na década de 2010, e tem ostentado a certificação de espaço público “sustentável” por ter executado uma proposta definida com base em critérios presentes na literatura, que os vinculam às boas práticas socioambientais. Esta análise demonstrou estes critérios, bem como os avanços e as fragilidades desta proposta.

Palavras-chave: parques urbanos; Parque Madureira; sustentabilidade; Rio de Janeiro-RJ.

PUBLIC SPACE PLANNING AND SUSTAINABILITY PRACTICES: AN ANALYSIS OF THE ACTIONS IMPLEMENTED IN THE MADUREIRA PARK (RIO DE JANEIRO-RJ)

Abstract. In the last decades, the implementation of urban parks is often linked to ideas, notions of sustainability, as addressed by the UN. This has resulted in proposals considered innovative for aggregating high technology to their structures, presenting concern for quality of life and leisure, and demonstrating actions that have less impact on the environment. Madureira Park, in Rio de Janeiro, was implemented in the decade of 2010, and has been certified as a "sustainable" public space. In this park, a proposal was executed following literature-based criteria, which link them to good socio-environmental practices. This analysis has demonstrated these criteria, as well as the progress and weaknesses of this proposal.

Keywords: urban parks; Madureira Park; sustainability; Rio de Janeiro - RJ.

¹ Professor Associado do Departamento de Geografia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro.  <https://orcid.org/0000-0002-1182-3884>. E-mail: gomesmas@yahoo.com.br

LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO PÚBLICO Y EL "LEMA" DE LA SUSTENTABILIDAD: UN ANÁLISIS DE LAS ACCIONES EMPLEADAS EN EL PARQUE MADUREIRA (RIO DE JANEIRO-RJ)

Resumen. En las últimas décadas, la producción de parques urbanos está vinculada a las ideas, nociones de sustentabilidad, como clavadas por la ONU, redundante en propuestas consideradas innovadoras por agregar alta tecnología en sus estructuras, presentar preocupación por la calidad de vida y el ocio, demostrando acciones que apuntan a un menor impacto sobre el medio ambiente. El Parque Madureira, en Río de Janeiro, fue implantado en la década de 2010, y ha ostentado la certificación de espacio público "sostenible" por haber ejecutado una propuesta definida con base a criterios presentes en la literatura, que los vinculan a las buenas prácticas socio ambientales. Este análisis demostró estos criterios, así como los avances y las fragilidades de esta propuesta.

Palabras clave: parques urbanos; Parque Madureira; sustentabilidad; Rio de Janeiro.

Introdução

Em parte, as ideias propostas para análise nesta pesquisa surgiram com a finalização da tese de doutorado do autor, na qual se discutiu os parques como equipamentos que contribuem para a valorização diferencial do solo urbano e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, alterando a dinâmica da produção e apropriação dos lugares (GOMES, 2009). No referido estudo, que centrou-se na análise da cidade de Ribeirão Preto-SP, foi observado que aos parques relacionava-se um discurso sobre sustentabilidade que norteava decisões públicas e privadas na implantação destes, no entanto, sem apresentar bases conceituais e técnicas que justificassem tais discursos. A motivação deste artigo partiu desta constatação e constitui uma parte da pesquisa de pós-doutorado do autor cuja discussão teórica consta em Gomes (2019).

Conforme a ONU (Organização das Nações Unidas), o desenvolvimento sustentável é aquele que “procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro” (COMISSÃO MUNDIAL[...], 1991). No entanto, neste trabalho, compreende-se a sustentabilidade como uma categoria que tem servido para as sociedades problematizarem “as condições materiais da reprodução

social, discutindo os princípios éticos e políticos que regulam o acesso e a distribuição dos recursos ambientais – ou, num sentido mais amplo, os princípios que legitimam a reprodutibilidade das práticas espaciais” (ACSERALD, 2009, p. 19).

O planejamento urbano tem incorporado algumas práticas que são colocadas por diversos agentes como sustentáveis: desenvolvimento territorial policêntrico, mobilidade não motorizada, controle da expansão urbana, reabilitação de certas parcelas da cidade, mistura de funções e grupos sociais, espaço público como fator de integração, diminuição da perda de biodiversidade etc. Porém, é comum a utilização dessas práticas espaciais como meio de neutralizar a crítica ambientalista e ocultar os conflitos inerentes à produção e apropriação do espaço, nas quais os parques têm ocupado um papel de destaque nestes processos por possibilitar agregar fontes alternativas de energia renovável, técnicas de reuso de água, reaproveitamento de resíduos, bem como do dito consumo consciente, como observado no Parque Madureira, objeto desta análise em específico.

O objetivo deste artigo é demonstrar as práticas, ações consideradas sustentáveis no planejamento, execução e gestão do Parque Madureira, desvelando suas fragilidades no âmbito dos processos de produção e apropriação do espaço urbano no Rio de Janeiro. A metodologia envolveu análises teóricas, consultas em documentos públicos, entrevistas semiestruturadas com diferentes atores sociais públicos e privados, levantamentos empíricos, entre outros.

O Parque, cujas obras totalizaram mais de 390 milhões de reais, teve seu nome oficial normatizado pelo Decreto 35.953/2012, que o denomina Parque Madureira Rio+20, apropriando-se, portanto, do discurso da sustentabilidade em curso na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Neste Decreto constam a regulamentação do uso e gestão do Parque, de competência da Secretaria Municipal da Casa Civil.

O referido Parque constituiu um dos projetos do Rio Cidade Olímpica, sendo sua primeira etapa inaugurada em 2012 e as demais em anos subsequentes. A área territorial que ocupa, outrora pertencente à Cia Light, foi utilizada ao longo de décadas

para fins de horticultura pelos moradores da antiga Favela Vila das Torres, assentada sobre parte do local, e como lugar de passagem das torres de transmissão de energia elétrica².

O Parque Madureira compõe a Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, parte integrante da Área de Planejamento 3 (AP3), especificamente a XV Região Administrativa do município (XV RA)³, que engloba além de Madureira, outros dez bairros: Bento Ribeiro, Campinho, Cascadura, Honório Gurgel, Marechal Hermes, Oswaldo Cruz, Rocha Miranda, Vaz Lobo e Turiaçu.

A RA de Madureira apresentou população de 372.555 hab. dos 6.320.446 do município do Rio de Janeiro, em 2010, de acordo com dados do Censo 2010 do IBGE. Especificamente o bairro Madureira, sua população foi de 50.106 hab. Trata-se de um efetivo populacional significativo que, congregando os bairros de Turiaçu, que absorve territorialmente a maior parte do Parque, e Oswaldo Cruz, que o margeia, soma 101.392 mil hab. Este fato, agregado à elevada taxa de urbanização de Madureira de 99,93%, ao percentual de menos de 1 metro quadrado de área verde por habitante na AP3, bem como ao histórico papel sociocultural e econômico de Madureira na cidade do Rio de Janeiro, contribuiu para justificar a implantação de uma grande área de lazer naquela localidade, o Parque (GOMES, 2017).

O discurso que envolveu a sua concepção foi propalado com base em noções sobre sustentabilidade, sendo reafirmado por diferentes agentes sociais, destacadamente a empresa de Arquitetura (RRA, 2017), que o projetou, e o poder público, que o executou. Difundiram-se o Parque como “um grande laboratório de práticas sustentáveis”, com destaque para a economia de energia e reaproveitamento de recursos naturais⁴. Ressaltaram-se com frequência o fato da Fundação Vanzolini ter conferido a certificação AQUA sustentabilidade, constituindo-se no primeiro parque urbano no Brasil a receber este selo.

² As discussões que envolvem a remoção da comunidade e o processo de implantação do Parque podem ser consultadas em Gomes e Pereira (2018) e Arruda et al (2016).

³ O município é composto por 33 Regiões Administrativas e 161 bairros.

⁴ Fala de Mauro Bonelli, engenheiro da secretaria Municipal de Obras. Disponível: <http://www.cidadeolimpica.com.br/obras-de-expansao-parque-madureira-tem-inicio>. Acesso: outubro de 2015.

Estudo realizado pelo Centro Português de Design (URBAN II LISBOA, s/d) aponta entre as ações consideradas sustentáveis em projetos de espaços públicos aquelas que promovem:

- Utilização racional e integrada dos recursos naturais (por ex. sistemas de rega automáticos, sistemas de iluminação que diminuam os consumos de energia, canalização das águas pluviais para a rega etc.);
- Utilização de fontes energéticas alternativas - solar, eólica – na alimentação de equipamentos e serviços urbanos (iluminação, rega);
- Utilização de materiais endógenos e “amigos do ambiente” (recicláveis, não poluentes) na construção dos espaços públicos e equipamentos, quando contribuam para a dinamização das economias regionais e reforcem a identidade local;
- Escolha de mobiliário urbano e equipamentos em quantidade e qualidade adequada (em relação às necessidades da comunidade, ao tipo e intensidade de utilização, e da capacidade de carga do território, e da relação qualidade/preço/durabilidade);
- Boa acessibilidade pedonal e dos transportes públicos aos novos espaços;
- Optimização da utilização dos novos espaços em condições de conforto e segurança, pelos diferentes estratos da população, ao longo de todo o ano, prosseguindo objetivos de socialização e de inclusão social;
- Manutenção dos novos espaços de forma simples e que não acarrete custos inoportáveis.

As ações elencadas acima servem como elementos problematizadores da questão, mas não significa que certo espaço público seja mais ou menos sustentável, pois no âmbito deste trabalho não se acredita em sustentabilidade urbana, mas no desenvolvimento de práticas que socioambientalmente sejam mais adequadas a determinados fins, como os Parques.

Há uma diversidade de elementos encontrada na literatura que trata desta questão, sobretudo no Projeto Greenpeys (COSTA 2010; 2008) Marques (2009, apud Azevedo,

2012) e Urban II Lisboa (s/d), como especificado. A conjugação destes aspectos foi utilizada na problematização do Parque Madureira como um espaço dito “sustentável”.

O Parque Madureira e sua proposta “sustentável”

- a) Valorização e aproveitamento da base natural e social sobre a qual se implantou o parque

A área onde se implantou o Parque era considerada de risco pelos órgãos públicos, onde havia um curso d’água principal com predominância de horticultura, sendo as famílias permitidas trabalhar a terra em regime de comodato. Tratava-se de uma área ao longo de uma linha férrea, sob linhas de transmissão de energia, onde ao longo de anos centenas de famílias estabeleceram também suas moradias. Tanto as atividades de agricultura urbana foram extintas quanto as famílias expropriadas para ceder lugar ao Parque, num processo conflituoso como destacaram Gomes e Pereira (2018). Não houve aproveitamento de quaisquer aspectos referentes a esta base pré-estabelecida. O curso d’água não sofreu nenhum processo de despoluição, sendo o Parque implantado em faixa de terreno paralela ao mesmo (Figuras 1 e 2).



Figura 1: Área onde foi implantado o Parque Madureira. Início de 2011. À direita, Favela Vila das Torres junto à linha férrea. À esquerda, Shopping Center. Fonte: Bonelli (2013).



Figura 2: Parque Madureira (sem data). O curso de água pode ser visto entre as torres de transmissão, canalizado. Fonte: http://www.operacaourban.com.br/parque_de_madureira.php. Acesso: setembro/2017.

Não houve um processo direto de envolvimento da comunidade na definição do projeto executado. No entanto, reuniões foram realizadas com pessoas e lideranças locais para tratar de aspectos do projeto proposto e ouvir opiniões. A tomada de decisão coube ao poder público municipal, que logrou um projeto diferente do proposto inicialmente por entidade representativa de segmento da comunidade, a Associação dos Comerciantes, que previa espaço para um parque mas também a continuidade dos moradores no local bem como ampliação e diversificação das suas atividades para obter renda⁵.

A incorporação do aspecto cultural voltado às tradicionais escolas de samba da localidade, Portela e Império Serrano, foi o elemento central que caracterizou o Parque no tocante a um espaço definido para apresentações culturais, denominado Praça do Samba (Ver Figura 2, em primeiro plano). Além de apresentações realizadas pelas agremiações, há espetáculos de orquestras e artistas diversos etc. Um outro aspecto

⁵ Não se teve acesso a quaisquer documentos que se especificasse o projeto pretendido. Relatos de diferentes agentes sociais e o trabalho de Carneiro (2015) respaldaram estas afirmações.

cultural local considerado foram os bares, implantados ao longo do Parque, permitindo a utilização de som e shows de música ao vivo.

O samba, enquanto ritmo musical que simboliza aquela localidade, marca fortemente o aspecto cultural a que os órgãos públicos fazem referência quando justificam o Parque no contexto do bairro de Madureira.

b) Integração do projeto ao tecido urbano, estruturas de lazer e promoção de usos democráticos

O projeto do Parque foi definido em linhas modernas, com design arrojado e equipamentos diferenciados. Como se trata de uma localidade cuja população em sua maioria pertence aos extratos de renda média e baixa, o Parque se sobressai na paisagem onde predominam habitações e estabelecimentos comerciais de construções bastante simples. Nas imediações foram realizados alguns trabalhos como reasfaltamento e adequações nas ruas de acesso ao Parque, mas não houve qualquer investimento em esgotamento sanitário ou outros serviços básicos. Também foram construídas passarelas que cruzam a linha férrea, possibilitando o acesso da população que habita o lado oposto.

Pelo volume da obra e complexidade do projeto executado, as pretensões do poder público municipal poderiam ter sido ampliadas, garantindo parcerias com as esferas estaduais e federais para promover esgotamento sanitário nos bairros daquela localidade, contribuindo para a saúde e bem-estar social e reduzindo custos com a rede hospitalar. Quanto às estruturas de lazer, no interior do Parque há uma ampla variedade de espaços, equipamentos e modalidades esportivas que atende a todas as faixas etárias e grupos sociais. Desde esportes radicais como *skate* até pista para caminhada, de academia pra terceira idade até *playground* infantil, de gramados e sombras para o descanso até cascatas para banhos, o usuário dispõe de muita opção de lazer em atividades noturnas e diurnas. O parque apresenta-se robusto neste aspecto possibilitando à população local e também de outras localidades o uso público de equipamentos até então inexistentes para uso gratuito em Madureira. Pode-se afirmar que este Parque constitui-se no mais equipado e diversificado da cidade do Rio de

Janeiro, permitindo usos distintos que asseguram a participação de amplos estratos societários.

De maneira geral, o mobiliário adequa-se ao perfil do público que é bastante variado. As estruturas apresentam-se em quantidade suficiente e bem distribuídas ao longo do Parque e foram construídas com materiais adequados ao conforto térmico e visual. Por exemplo, sobre as áreas de descanso foram implantadas telas para redução da insolação e incidência de raios ultravioletas, os bancos estão bem distribuídos e diversificam-se conforme a área, tendo ou não encostos. Há um permanente uso de todos os espaços e equipamentos presentes, inclusive pela alta frequência de usuários ao longo da semana. Na complexidade do desenho do Parque embute-se uma gama de infraestruturas e equipamentos de lazer ativo e contemplativo, possibilitando a agregação de usuários de diferentes perfis. A diversidade de atividades estimula a permanência do público.

Os caminhos serpenteiam o Parque possibilitando o acesso e a contemplação das suas estruturas. Apresentam-se bem dimensionados e se constituem de piso de concreto ou tijolos permeáveis intertravados. A pista na lateral do Parque oferece usos diversificados, sendo comum a sua utilização para caminhadas e corridas, sobretudo, no início e fim do dia.

Há quadras esportivas em diversas modalidades, como vôlei, basquete, futebol e tênis. Os usos são livres ou mediante agendamento, quando se trata de escolas e grupos com horários determinados. Para a terceira idade foi implantada uma academia de ginástica que dispõe de apoio profissional ligado às escolas ou à Prefeitura e para as crianças existe *playground* com brinquedos lúdicos. Além disso, há cascatas em complexas estruturas que permitem banhos, com reaproveitamento da água em sistema de filtragem (Figura 3).

As pistas de *skates* foram consideradas entre as mais modernas do país e tornaram-se referências para campeonatos em nível nacional. Este fato foi bastante positivo por motivar crianças e jovens a praticarem esta modalidade esportiva mas também por atrair um público de outras localidades da cidade que até então não frequentava Madureira (Figura 4).

Algumas edificações institucionais foram implantadas e oferecem serviços à comunidade, como a Nave do Conhecimento, de responsabilidade da Secretaria do Trabalho e Renda, que desenvolve projetos de informática e inclusão digital; a Arena Cultural, ligada à Secretaria de Cultura, com projetos relacionados à música, teatro, etc; e o Centro de Educação Ambiental, ligado à Secretaria de Meio Ambiente, que oferece espaço para reuniões, palestras, mostras e prevê projetos permanentes. Além destes, têm-se o Prédio Multiuso, com salões adequados para seminários, exposições e que abrigará a administração do Parque. Ou seja, trata-se de um conjunto de estruturas de uso público que, ao se instalarem no Parque, agregaram usuários e oportunizaram a jovens e adolescentes, sobretudo, atividades socioeducativas que fortalecem a cidadania e podem contribuir também para o direcionamento e inserção profissional dos mesmos.

Além das estruturas e equipamentos de uso público são oferecidos no Parque serviços privados, como aqueles relacionados aos quiosques e ao aluguel de bicicletas. Estão disponíveis ainda camas elásticas (pula-pula), bicicletas com estruturas acopladas para mais de um passageiro, entre outros brinquedos e equipamentos destinados sobretudo ao público infantil. Isto tem tornado mais dinâmicas e diversificadas as atividades, contribuindo para a ampliação do número de usuários que está estimado em mais de 2 mil pessoas por dia, segundo informações da gestão do Parque. No entanto, em dias de eventos, como na Praça do Samba, já se registrou público superior a 50 mil pessoas.



Figura 3: Parque Madureira: cascatas para banho (2017).

Autor: Marcos Antônio Silvestre Gomes.



Figura 4: Parque Madureira: pista de skate em recinto coberto (2017).

Autor: Marcos Antônio Silvestre Gomes.

c) Infraestruturas de mobilidade e meios e custos de acessibilidade ao Parque
Como forma de acesso ao Parque, o usuário dispõe de dois modais públicos mais usuais, o transporte rodoviário e o ferroviário. A Supervia Trens Urbanos⁶ oferece ligações a localidades mais distantes como Deodoro, Santa Cruz, Belford Roxo e Central do Brasil, disponibilizando duas estações próximas ao Parque: a Estação Madureira e Mercado de Madureira. O Sistema BRT⁷ Transcarioca conecta esta localidade ao Fundão, Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) e Barra da Tijuca, onde conexões podem ser feitas para outras localidades. Além disso, há dezenas de paradas de ônibus municipais e intermunicipais em sistema convencional em ruas nas imediações do Parque. Ou seja, as possibilidades de acesso são variadas, no entanto, para a população de baixa renda o deslocamento de uma família pode se tornar oneroso uma vez que pode ser necessário utilizar mais de um modal.

⁶ Empresa que opera o serviço de trens urbanos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Duque de Caixas, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Queimados, São João de Meriti, Belford Roxo, Japeri, Magé, Paracambi e Guapimirim), em uma malha de 270km, envolvendo cinco ramais, três extensões e cento e duas estações. Disponível: <http://www.supervia.com.br/pt-br/empresa/quem-somos>. Acesso: setembro/2017.

⁷ Sistema de Transporte Rápido por Ônibus que congrega três corredores: Transoeste, Transcarioca e Transolímpica. É considerado um dos legados dos Jogos Olímpicos 2016.

Conforme Carneiro (2015), para além do público que reside nas adjacências, o Parque congrega usuários de muitas localidades, destacando-se Tijuca, Jacarepaguá, Campo Grande etc.

Um sistema de ciclovias nos bairros ao entorno bem como o estabelecimento de uma política que aos finais de semana os transportes públicos isentassem ou reduzissem os preços das tarifas em toda a cidade, possibilitaria a ampliação e diversificação dos usuários, democratizando o acesso aos espaços públicos, às atividades culturais, entre outros, como ocorre em Salvador-BA, por exemplo, cuja tarifa de ônibus é reduzida aos domingos.

Basicamente as infraestruturas de mobilidade não-motorizadas no interior do Parque se restringem aos caminhos para pedestres e às ciclovias. Os caminhos apresentam-se bem dimensionados, percorrem todo o espaço do Parque, e constituem-se, em boa parte, de piso em concreto intertravado, de maior permeabilidade. As ciclovias, em piso de concreto e sinalizado na cor vermelha, servem a todo o Parque e há bicicletários distribuídos nas principais entradas com disponibilização do serviço de aluguel de bicicletas da Bike Rio⁸ e também há uma loja de serviços e peças para bicicletas no Parque (Figuras 5 e 6).

Segundo Bonelli (2013), um dos idealizadores do Parque, o bicicletário público foi construído com características sustentáveis, pois o material é proveniente de reciclado, permeável e preenchido por grama natural. Mais bicicletários públicos são necessários como também uma estrutura de ciclovias ou ciclofaixas que permita a usuários dos bairros próximos um acesso mais rápido, barato e seguro ao Parque.

⁸ “Bike Rio é um projeto de sustentabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro executado através de Termo de Concessão de Uso da Tembici em parceria com o banco Itaú. As Bicicletas do Bike Rio estão disponíveis em estações distribuídas em pontos estratégicos da cidade, caracterizando-se como uma solução de meio de transporte de pequeno percurso para facilitar o deslocamento das pessoas nos centros urbanos”. Disponível: <https://bikerio.tembici.com.br/> Acesso: agosto/2017.



Figura 5: Parque Madureira: aspecto dos caminhos e paisagismo (2016).
Autor: Marcos Antônio Silvestre Gomes



Figura 6: Parque Madureira: aspecto dos caminhos e faixa para ciclistas (2016).
Autor: Marcos Antônio Silvestre Gomes

d) Infraestruturas e programas de educação ambiental

O projeto do Parque que teve como mote central a questão da sustentabilidade e sensibilização socioambiental, contemplou um Centro de Educação Ambiental (CEA) para desenvolvimento de atividades socioeducativas. O CEA congrega as atividades de monitoramento das câmeras de segurança, de irrigação, entre outros, e prevê o desenvolvimento de projetos de educação ambiental especialmente voltados para a rede municipal de ensino, com visitas diárias e palestras.

O edifício do CEA tem teto e paredes verdes, formando jardim vertical e horizontal, composto por espécies como *Liliopolis*, *Iris*, *Russelia*, *Aspargos Alfinete*, *Guaimbe*

GOMES, A Produção do Espaço Público e o “Mote” da sustentabilidade: uma análise das ações empregadas no Parque Madureira (Rio de Janeiro-RJ)

Ondulatum, *Abacaxi Roxo* e *Agapanto Branco*. Tal característica contribui para o conforto térmico e acústico da edificação (Figura 7). No entanto, não foram identificados programas vinculados a este Centro, nem profissionais designados para realizar quaisquer atividades. No Parque, receberam paredes e tetos verdes os quiosques comerciais, sanitários, pontos de atendimento aos usuários, posto médico de apoio, quiosque da bicicleta, quiosque de esportes e o prédio denominado Nave do Conhecimento.

No CEA não há mobiliários instalados de forma suficiente e acervo bibliográfico ou visual, o que sinaliza que as pretensões ficaram no discurso, não conjecturando com a realidade apresentada. Outras estruturas que podem auxiliar no desenvolvimento de práticas e atividades educativas foram implantadas ao longo do Parque, como o jardim sensorial, composto de ervas aromáticas, e o jardim botânico, um pequeno espaço com espécies arbustivas e herbáceas, além de placas explicativas.

Conclui-se, portanto, que o projeto de um parque como símbolo e estrutura de uma proposta de educação socioambiental não foi alcançado em termos de programas e atividades vinculadas a este fim, sendo necessária a mobilização da gestão para, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, potencializar e desenvolver efetivamente a diversidade de atividades possíveis. Também, apesar da largura exígua do Parque, 70 metros, a implantação de um bosque poderia agregar no quesito analisado.



Figura 7: Prédio do Centro de Educação Ambiental (CEA) - 2017
Autor: Marcos Antônio Silvestre Gomes

e) Energia, água e lixo: produção e reaproveitamentos

Todo o sistema de iluminação foi projetado em estrutura com cabeamentos subterrâneos, com postes e luminárias que variam em altura conforme o ambiente, favorecendo esteticamente o projeto. A tecnologia utilizada é em LED, com identificador de presença de pessoas nos postes, proporcionando a redução da iluminação caso não haja usuários no local. Esta medida garante uma economia significativa no consumo de energia em relação ao sistema comum de iluminação. Calçadas, vias públicas, quadras esportivas e pontos de iluminação em árvores e palmeiras tiveram iluminação específica e durante o período de fechamento do Parque, das 22h às 5h, há redução da iluminação geral em cerca de 40%. Em resumo, o sistema de iluminação ao longo de todo o Parque mostra-se altamente eficiente.

A energia consumida no Parque é proveniente de fonte comum de distribuição pública como também de fonte alternativa. Neste segundo caso foram instalados painéis fotovoltaicos e estruturas necessárias (baterias, equipamentos eletrônicos, etc) à produção de energia solar em pontos estratégicos situados em algumas edificações, a exemplo do Prédio Multiuso (Figura 8). Estima-se que esta produção seja responsável por cerca de 45% da energia consumida no Parque, o que se constitui numa medida importante para a economia de recursos financeiros e também para potencializar o caráter educativo de um espaço que tem esta finalidade.



Figura 8: Painéis fotovoltaicos no Prédio Multiuso - Parque Madureira.
Fonte: <http://ciclovivo.com.br/noticia/edificio-em-parque-no-rioganha-264-paineis-solares-fotovoltaicos/>. Acesso: setembro/2017.

A água utilizada no Parque é proveniente da rede geral de distribuição, de poços artesianos no interior do Parque e de captação das chuvas. Existem duas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) que fazem a coleta e tratamento do esgoto produzido no Parque através do processo denominado de aeração prolongada⁹. No entanto, os bairros do entorno não dispõem de sistema de esgotamento sanitário ligado à rede geral, sendo comum a utilização de fossas. Como se trata de um projeto dito sustentável este fato poderia ter sido levado em consideração na proposta executada, uma vez que um equipamento público não está isento da realidade onde se insere. O provimento desse serviço público básico redundaria em melhorias na saúde pública e agregaria melhores condições de vida à população, como já salientado. Além disso, os córregos que cruzam ou margeiam o Parque não sofreram qualquer processo de intervenção, continuando com suas águas extremamente poluídas (Figura 9).

⁹ “Os sistemas de tratamento de esgotos denominados *lodos ativados convencional e aeração prolongada*, são exemplos de sistemas de tratamento que apresentam fluxo contínuo. Em outras palavras, à medida que o esgoto bruto alimenta o sistema, o tratamento está sendo realizado. Há sempre fluxo (movimento) no sistema – esgoto bruto alimentando e esgoto tratado deixando o sistema”. Para detalhes, disponível: <http://www.comusa.rs.gov.br/index.php/saneamento/tratamentoesgoto>. Acesso: agosto/2017.



Figura 9: Córrego em trecho que atravessa o Parque recebendo esgoto das residências (2017).

Autor: Marcos Antônio Silvestre Gomes

A rede de captação de águas pluviais na área do Parque é independente do entorno de modo a não poluir as águas que são de reuso em vasos sanitários e irrigação. Ao serem captadas, depositam-se em reservatórios, mas como se trata de poucas áreas com telhado, o volume é pequeno. O sistema de irrigação é controlado por sensores meteorológicos, potencializando a sua eficiência. No caso das águas dos lagos e cascatas há integração à rede de reaproveitamento, sendo os lagos compostos de fontes aeradoras, contribuindo para a umidificação do local.

O serviço de coleta de lixo é realizado em duplas de coletores padrões de 120 litros, em cor laranja, designados “recicláveis” e “não-recicláveis”, distribuídos ao longo do Parque em quantidade adequada, sobretudo ao longo dos passeios (Ver figuras 5 e 6). A Comlurb¹⁰ é a responsável pelo serviço, cuidando da logística de varrição, coleta e

¹⁰ A Companhia Municipal de Limpeza Urbana – Comlurb – é a maior organização de limpeza pública na América latina. Sociedade anônima de economia mista, tem a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro como acionista majoritária. Ela resulta da transformação da CELURB – Companhia Estadual de Limpeza Urbana, conforme os termos do Decreto-lei Nº 102 – de 15 de maio de 1975. Seu principal objetivo é a limpeza urbana no município do Rio de Janeiro, tendo como principais atribuições os serviços de coleta domiciliar, limpeza dos logradouros públicos, das areias das praias, de parques públicos, do mobiliário urbano, dos túneis, viadutos, e, em especial, a limpeza e higienização de hospitais municipais. Coleta e destinação adequada de todos os resíduos produzidos em unidades de saúde localizadas no município do Rio de Janeiro. Transferência, tratamento e disposição final do lixo. A empresa também dispõe de um Centro de Pesquisas Aplicadas, em Jacarepaguá e o Galpão de Artes Urbanas Hélio G. Pellegrino, na Gávea. Disponível: <http://www.rio.rj.gov.br/web/comlurb/conheca-a-comlurb>. Acesso: agosto/2017.

destinação. Há uma Central de Resíduos onde são armazenados e classificados o material coletado, incluindo os provenientes de podas que passam pelo processo de compostagem. O lixo reciclável é encaminhado para cooperativas. Em suma, há um esforço de reaproveitamento adequado do lixo produzido no Parque, de modo a compor uma cadeia importante que vai desde a limpeza permanente do recinto até a reinserção socioeconômica do material.

f) Aspectos da cobertura vegetal, limpeza e qualidade paisagística

Apesar da área do Parque não favorecer um intenso programa de arborização, por se tratar de 3.500 por 70 metros, houve tentativa de trabalhar um paisagismo de modo a proporcionar conforto ambiental e os usos dos seus subespaços.

Como salientado, não foi implantado nenhum bosque, mas árvores e palmeiras já bem desenvolvidas, em geral, esparsas ou em blocos de algumas unidades, provocando algum sombreamento. As árvores em sua totalidade foram compostas de espécies nativas da Mata Atlântica e no caso das palmeiras, arbustos e herbáceas admitiu-se exóticas, desde que adaptadas ao clima. Do mesmo modo, estruturas de pergolados foram instaladas para favorecer o sombreamento com telas de proteção dos raios Ultravioletas (Figura 10).



Figura 10: Pergolado com telas de proteção (2017).
Autor: Marcos Antônio Silvestre Gomes.

No projeto de paisagismo assumem destaque grandes áreas de gramado, servindo como locais de piqueniques ou de estar ao ar livre. Também, foram consideradas espécies arbóreas de grande valor estético, mas também prioritariamente nativas ou bem adaptadas às condições climáticas daquela zona urbana, que é mais seca e quente que a faixa litorânea; que promovessem sombras e atraíssem, sobretudo, a avifauna; espécies de baixo consumo de água e adequadas ao tipo de solo e; que requeressem pouca manutenção, como é o caso de certos arbustos e herbáceas.

Compõem ainda o paisagismo do Parque, um jardim sensorial, composto de ervas aromáticas, e um pequeno jardim botânico, composto de espécies arbustivas e herbáceas de regiões tropicais do mundo. Foram instaladas placas explicativas sobre as espécies e estrutura para acessibilidade de cadeirantes e pessoas com necessidades visuais, de modo que possam experimentar texturas e aromas variados.

Em síntese, o paisagismo encontra-se adequado à proposta do Parque, sobretudo, como lugar de lazer ativo, porém há carência de arborização intensa que promova sombreamento (Figuras 11 e 12). As condições de limpeza e qualidade paisagística do Parque apresentam-se adequadas, estando sempre limpo e com a cobertura vegetal tratada. As podas são frequentes como também o sistema de irrigação permanente. Há disponibilização de lixeiras ao longo do Parque, o que contribui para a sua limpeza.



Figura 11: Aspecto do Parque Madureira (2017).
Autor: Marcos Antônio Silvestre Gomes.



Figura 12: Jardim sensorial no Parque Madureira (2017).
Autor: Marcos Antônio Silvestre Gomes.

g) Segurança, orçamento financeiro e gestão

A segurança é realizada por um aparato de guardas municipais num total de 300, em escala de trabalho alternada, equipados com veículos motorizados, bicicletas e a pé. Distribuem-se ao longo de todo o recinto e dispõem de uma base de apoio na parte mais antiga do Parque, de maior movimentação de pessoas. Existem também câmeras de segurança que monitoram todo o espaço, com uma central de controle instalada no Centro de Educação Ambiental e todas as 11 portarias dispõem de dois guardas. Além disso, a presença de policiamento militar em alguns dias e horários contribui para a segurança no local. Porém, apesar desse amplo aparato disponível, há ocasionalmente ocorrências de pichações, furtos e pequenos delitos a usuários e equipamentos instalados. Como medida preventiva, alguns equipamentos foram planejados de modo a evitar episódios dessa natureza, com sistema antifurto e antivandalismo, a exemplo das válvulas de descargas nos sanitários e dos arejadores dos banheiros. Ou seja, considera-se eficiente o sistema de segurança no Parque, fato assegurado sobretudo pela presença constante da Guarda Municipal, do efetivo que cuida da limpeza, inclusive com presença de 2 funcionários em cada prédio de banheiro (feminino e masculino), e da massa de usuário que frequenta constantemente o local.

A administração do Parque pertence à Secretaria Municipal da Casa Civil do Gabinete do Prefeito. Portanto, não compete a nenhuma secretaria em específico a responsabilidade da gestão. Estas atuam no interior do Parque através de programas oferecidos nas edificações institucionais, como destacado. Não há um orçamento específico designado para a gestão do Parque. Em geral, os serviços são vinculados a empresas públicas, como a poda, limpeza, varrição e recolhimento do lixo à Comlurb, a manutenção e reposição de equipamentos à Seconserva¹¹ e, a segurança à Guarda Municipal. Sabe-se, portanto, que por se tratar de um espaço de grandes dimensões, com uma complexidade de equipamentos e um público elevado frequente, os custos de manutenção são altos, inclusive se se considerar o efetivo de pessoal que trabalha no Parque. Ou seja, além dos guardas, são centenas de funcionários da Comlurb, dezenas da Seconserva e outros distribuídos nos edifícios institucionais. Trabalham no Parque também muitos profissionais inseridos nas atividades privadas, como os quiosques. Acredita-se que parcerias com a iniciativa privada poderiam redundar em redução dos custos aos cofres públicos e envolver mais atores em projetos sociais.

Considerações Finais

O Parque Madureira incorporou em seu projeto medidas importantes que favorecem uma proposta com preocupações socioambientais, utilizando-se, entre outros, de alta tecnologia nos materiais usados e diversidade nos usos dos seus equipamentos. No entanto, não se considera essas medidas “sustentáveis” uma vez que neste trabalho não se deposita crença na sustentabilidade de uma sociedade em bases capitalistas, como se apresenta nos organismos oficiais.

¹¹ “A Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SECONSERVA) foi criada em 23 de fevereiro de 2010 para centralizar e coordenar o trabalho dos órgãos, autarquias e empresas municipais, responsáveis pela conservação da cidade e pelos principais serviços públicos prestados ao cidadão. É de responsabilidade da SECONSERVA a conservação e manutenção da infraestrutura urbana da cidade, incluindo suas praças e parques naturais, além da prestação dos serviços de limpeza urbana e iluminação pública”. Disponível: <http://prefeitura.rio/web/seconserva/conheca-a-secretaria>. Acesso: agosto/2017

A análise demonstrou que houveram avanços na incorporação de estudos técnicos da área e preocupação com algumas questões ecológicas, de mobilidade, acessibilidade, materiais, coleta e reciclagem, produção e consumo de energia de fonte renovável etc. Por outro lado, os avanços menos significativos foram constatados na exígua relação com a população nas fases de concepção e execução do projeto.

Do ponto de vista econômico, os custos de implantação do Parque foram muito elevados, embora sua estrutura seja considerada adequada e de boa qualidade. Sua manutenção exige mobilização de elevado corpo profissional e de recursos financeiros, o que a torna onerosa para o poder público. No entanto, o fato de produzir a energia que consome e reutilizar a água constitui medida importante.

Em questão ambiental, apresenta reduzido impacto por ter coleta seletiva, reaproveitamento de águas, produção de energia solar, iluminação eficiente etc. O fato do projeto não ter considerado as necessidades de saneamento básico da comunidade ao entorno e a despoluição dos córregos que margeiam e cruzam o Parque contribui negativamente no aspecto ambiental. Do mesmo modo, a exígua arborização compromete certas funções ambientais.

Nos aspectos socioculturais, apesar de não ter envolvido diretamente a comunidade na concepção do projeto, seus equipamentos e espaços de lazer e cultura se adequam às necessidades da população. Possibilita usos diversificados por faixa etária, gênero e renda. O desenho do parque bem como seu aproveitamento para infraestrutura de lazer ativo e contemplativo é moderno e complexo. Apesar de não oferecer harmonia com seu entorno imediato, apresenta elementos e práticas culturais importantes para a comunidade, como as festividades que envolvem o samba, quiosques, bares e estruturas para banhistas.

Referências Bibliográficas

- ACSERALD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. ACSERALD, Henri. (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. P. 43-70.
- ARRUDA, Juliana; SOUZA, Raphaella Santos; MARY, Wellington. Espaço e comunidade em face de grandes projetos públicos: conflitos e resistências em face da ação governamental. *Revista de Direito da Cidade*. V. 8, N. 1. 2016, p. 158-192.
- AZEVEDO, Andre Felipe Quintão. *Parques urbanos sustentáveis: uma proposta para o Parque Urbano de Geão, Santo Tirso*. Relatório de Estágio – Mestrado em Arquitetura Paisagista. Faculdade de Ciências - Universidade do Porto. Porto, 2012.
- BONELLI, Mauro Chagas. *Sustentabilidade em obras públicas: o caso do Parque Madureira*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental). Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- CARNEIRO, Pablo de Oliveira. *O Parque Madureira na transformação da paisagem carioca*. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- COSTA, Carlos Smaniotto. *Áreas verdes: um elemento chave para a sustentabilidade urbana – A abordagem do projeto GreenKeys*. Arqutextos, ano 11, nov. 2010.
- COSTA, Carlos Smaniotto; ALLAN, Graham; KASPERIDUS, Hans; SUKLJE-ERJAVEC Ina; MATHEY, Juliane. *Greenkeys @ your city – a guide for urban green quality*. IOER Leibniz Institute of Ecological and Regional Development. Dresden: Geenkeys, 2008.
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre Gomes. *Parques urbanos de Ribeirão Preto-SP: na produção do espaço, o espetáculo da natureza*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre; PEREIRA, Stella Márcia de Mesquita. Quando a favela vira parque: conflito, remoção e produção de espaço de lazer em Madureira, Rio de Janeiro/RJ. *Anais*. III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – URBFAVELAS, UCSAL. Salvador, 2018.
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre. Cidades sustentáveis e parques: reflexões teórico-conceituais.** *Confins* [Online], 40 | 2019, Disponível: <http://journals.openedition.org/confins/19428> ; DOI : 10.4000/confins.19428.

GOMES, A Produção do Espaço Público e o “Mote” da sustentabilidade: uma análise das ações empregadas no Parque Madureira (Rio de Janeiro-RJ)

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. Análise dos critérios técnicos “indicadores de sustentabilidade” em projetos de grandes parques urbanos (Rio de Janeiro/Brasil e Lisboa/Portugal). *Relatório de Estágio Pós-Doutoral*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: 2017.

RRA. *Parque Madureira Rio+20*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível: <http://www.rra.com.br>. Acesso: agosto/2017.

TRIGUEIRO, André. *Cidades e soluções: como construir uma sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

URBAN II LISBOA – *Programa de Iniciativa Comunitária: Fazer com as populações*. Critérios de avaliação de projectos de desenho de espaço público. Lisboa: Urban II/União Européia (FEDER). s/d.

Data de Submissão: 07/02/2019

Data da Avaliação: 13/06/2019

MERCANTILIZAÇÃO DA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO E A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS ESPETACULARIZADOS

Milena Paula de MELO¹
Wedson Felipe Cabral PACHECO²

Resumo: O presente artigo tem como princípio um ensaio dialogando o processo de produção do espaço urbano de uma cidade empreendedorista. Nesse sentido, abordam-se os pressupostos teóricos que trazem análises para o terreno das políticas urbanas a partir da crise dos anos 1970 e indaga-se a reorientação do papel do Estado. Logo, o recorte espacial privilegiado é a zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, que vem passando por grandes transformações em seu espaço urbano, a fim de atender uma demanda hegemônica. Com o objetivo de mostrar os efeitos desse processo, esse estudo mostra que, para além de uma ideia equívoca de desenvolvimento, a privatização do espaço público e a seletividade das ações rompem com os princípios básicos da cidade democrática, acirrando a segregação socioespacial.

Palavras-chave: produção do espaço urbano, governança empreendedorista, cidade-mercadoria, Zona Portuária, Rio de Janeiro.

COMMODIFICATION OF THE PORT ZONE OF RIO DE JANEIRO AND THE PRODUCTION OF SPETACULAR SPACES.

Abstract: The present article has as principle an essay dialoguing the process of production of the urban space of an entrepreneurial city. In this sense, we approach the theoretical assumptions that bring analyzes to the terrain of the urban policies from the crisis of the 1970s and we question the reorientation of the role of the State. Therefore, the privileged space is the port area of the city of Rio de Janeiro, which has undergone major transformations in its urban space in order to meet a hegemonic demand. In order to show the effects of this process, this study shows that, in addition to an equivocal idea of development, the privatization of public space and the selectivity of actions break with the basic principles of the democratic city, stimulating socio-spatial segregation.

Keywords: urban space production, entrepreneurial governance, city-merchandise, portuary zone, Rio de Janeiro.

¹ Geógrafa pela UFF, mestra em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE) e doutoranda em Geografia pelo PPGEU/UERJ.  <http://orcid.org/0000-0002-4688-7431> . E-mail: milenapmelo@gmail.com.

² Geógrafo pelo IFF, mestre e doutorando em Geografia pelo PPGEU/UERJ.  <https://orcid.org/0000-0002-1966-7310> . E-mail: wfelipecp@yahoo.com.br

MARCHANDISATION DE LA ZONE PORTUAIRE DE RIO DE JANEIRO ET A PRODUCTION D'ESPACES TRANSFORMÉ EN UN SPECTACLE

Résumé: Le présent article a pour principe un essai dialoguant sur le processus de production de l'espace urbain d'une ville entrepreneuriale. En ce sens, nous abordons les hypothèses théoriques qui amènent les analyses du terrain des politiques urbaines à partir de la crise des années 1970 et nous questionnons la réorientation du rôle de l'État. Par conséquent, l'espace privilégié est la zone portuaire de la ville de Rio de Janeiro, qui a subi de profondes transformations dans son espace urbain afin de répondre à une demande hégémonique. Afin de montrer les effets de ce processus, cette étude montre que, outre une idée équivoque du développement, la privatisation de l'espace public et la sélectivité des actions sont en contradiction avec les principes fondamentaux de la ville démocratique, stimulant la ségrégation socio-spatiale.

Mots-clés: production d'espace urbain, gouvernance d'entreprise, ville-marchandise, zone portuaire, Rio de Janeiro.

Introdução

Carlos (2007) destacou que “o espaço geográfico é social, produto de trabalho geral da sociedade em cada momento histórico. (...) Nesse contexto, o sentido do espaço produzido é aquele marcado por diferentes modos de produção, consequentemente, de apropriação”. Logo, os homens, ao produzirem sua existência, produzem não só sua história, seu conhecimento, mas também o espaço. Todavia, estudar o espaço pelo espaço é uma veleidade. É necessário um recorte analítico.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é trazer análises para o terreno das políticas urbanas a partir da crise dos anos 1970, políticas essas inseridas em um contexto de reestruturação produtiva do capital e que apontam para a materialização desta guinada social, política e econômica na produção do espaço urbano. O Estado reorienta o seu papel, que passa a adotar um receituário [estratégico] neoliberal³, caracterizando-se como o principal facilitador do processo de reprodução do capital, para evidenciar que os mais recentes projetos de intervenção urbana podem ser compreendidos como uma das principais estratégias desta facilitação.

³ Parte do momento histórico embasado na doutrina político-econômica, formulada logo após a Segunda Guerra Mundial, por Hayek e Friedman, entre outros - a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo e por meio de uma atualização regressiva do liberalismo (Anderson, 1995).

Diante do exposto, Maricato (2015) aponta que:

Os Estados não foram diminuídos como fez crer o ideário neoliberal, mas adaptaram-se às exigências das grandes corporações e do capital financeiro. Enfraqueceram-se apenas em relação às políticas sociais. Naquilo que interessa a estes agentes hegemônicos, os Estados foram fortalecidos com a ajuda midiática. (MARICATO, 2015, p. 73)

O foco central estará, assim, no modo com o qual se dá a produção do espaço em meio a esta conjuntura. A passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro resulta no acirramento das contradições que se produzem no processo de (re)produção, uma vez que ressignifica a dialética valor de uso/valor de troca, apresenta novas estratégias para a extração da renda da terra e configura verdadeiras tensões entre ordem próxima/ordem distante, espaço vivido/espaço concebido, apropriação/dominação, táticas/estratégias etc.

Como aponta Harvey (2006), acima de tudo, a cidade precisa parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir. (HARVEY, 2006, p. 176). E a Zona Portuária do Rio de Janeiro, espaço objetivo deste trabalho, constitui um rico laboratório para a observação das intervenções na produção capitalista do espaço e da sua configuração atual.

Acreditamos que só é possível entender o patamar que as cidades empreendedoras alcançaram atualmente, resgatando o contexto histórico em que suas bases foram ancoradas e os discursos que legitimam (ou legitimaram) certas estratégias, ações e modelos de governança. Dessa maneira, faremos inicialmente uma análise da ascensão das cidades como atores políticos no contexto da reestruturação produtiva, perpassando pela produção do espaço urbano em tempos de espetáculo sob a luz da financeirização da economia. Em seguida, abordaremos o empreendedorismo urbano por meio das suas estratégias e de seus instrumentos, tais como as parcerias público-privadas, o planejamento estratégico e o *city marketing* em tempos de espetáculo. Por fim, discutiremos a questão da cultura nos processos de empresariamento urbano, em que destacamos seu papel simbólico e imagético, com vistas à valorização territorial e à criação de estereótipos das imagens-produto. Assim, poderemos compreender os efeitos desse processo que, no caso de áreas de ocupação mais antiga da cidade,

pressupomos a existência de particularidades que atestam a complexidade do fenômeno no recorte espacial em questão.

A ascensão das cidades como atores políticos

Pensar em intervenções urbanas é pensar nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas que ocorrem no espaço no tempo histórico. Dissecando, são processos condicionados e fertilizados por ideais dispersos numa arena política e efetivados pelas decisões levadas a cabo, no limite, pelo Estado.

As formas de intervenção no espaço urbano obedecem a interesses. Credo ser o Estado a entidade que emana da sociedade, seria óbvio supor que os desejos da sociedade são representados pelo Estado. Todavia, a vontade da maioria não se reflete necessariamente nos rumos orientados pelo Estado. E essa contradição de base teórico-política é informada incisivamente por motivos econômicos, fomentando um vigoroso debate sobre a supremacia da lógica do capital na (re)produção do espaço urbano. Para Harvey (1982), “os capitais, em cada momento histórico, buscam moldar as cidades aos seus interesses, ou melhor, aos interesses de um conjunto articulado de diferentes forças que podem compor uma aliança” (p. 9).

A reestruturação produtiva engendrou-se a partir da década de 1970, sob o advento da revolução tecnológica. No entanto, para se entender esse período de transformações ocorridas no mundo e os novos parâmetros de dominação e de acumulação, é necessário compreender que houve mudança no modo de produção capitalista, do Estado fordista para o Estado da acumulação flexível.

A atuação estatal vigente do pós-guerra à década de 1970, o chamado Estado de Bem-Estar Social, atrelado aos interesses produtivos do sistema capitalista-fordista, se caracterizava pela intervenção na dinâmica social através da garantia de acesso da população aos serviços sociais, aos salários indiretos, possibilitando ao trabalhador mais dinheiro para consumo em massa, paradigma do sistema de produção fordista. Conforme Harvey (2005):

[...] o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. - vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 2005, p. 129).

O pacto fordista e o Estado de Bem-Estar Social, que se configurou nos 30 anos gloriosos (do pós-guerra à década de 1970), deram sinais de crise como manifestação da crise estrutural do capital, principalmente no que diz respeito à taxa decrescente de lucros. Essa crise ganhou combustível com o ressurgimento da luta de classes dos anos 60, pondo fim ao “compromisso” estabelecido pelo *Welfare State* (Estado providência)⁴.

É importante entender que o Estado-Nação não foi solapado pela economia e pelas inovações tecnológicas e que, levado a reboque, teve que se adequar aos seus ditames. Compans (2005) afirma que o Estado e as empresas estavam conscientes e tomaram ações para direcionar a transição do sistema de acumulação fordista para o sistema de acumulação flexível⁵.

O capitalismo flexível, que emergiu como resposta à crise estrutural do capital e do sistema fordista, se afirma pela prática da retirada de capitais do setor produtivo e do seu investimento no mercado financeiro, pela associação à informatização, pela enorme redução da mão de obra empregada, que fez aumentar o exercício de reserva, além da retirada sistemática de direitos sociais, pondo em destaque o ideário neoliberal cuja dupla Margaret Thatcher, eleita na Inglaterra em 1979, e Ronald Reagan, eleito nos Estados Unidos em 1980, são os primeiros experimentadores.

Para Castells (2007), os principais objetivos da reestruturação foram

[...] aprofundar a lógica capitalista de maximização do lucro nas relações capital/trabalho, aumentar a produtividade do trabalho e do capital, globalizar a produção, o comércio e os mercados buscando as condições mais vantajosas; e, finalmente, assegurar que o Estado favorecesse os ganhos de

⁴ Maiores informações em SANTOS, B. S. (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.

⁵ Preferimos compreender que os processos constituem-se de forma sistêmica, simultânea e inter-relacionada e não num encadeamento linear.

produtividade e competitividade das economias nacionais em detrimento da proteção social. (CASTELLS apud COMPANS, 2007, p. 40).

Neste contexto em que a crise haveria de ser superada pela adesão ao neoliberalismo, a retórica da falência do Estado e de sua rigidez burocrática, que estaria na origem de todos os problemas, encontrou eco em muitos autores que passaram a deslegitimar os poderes do Estado provedor, porque “suas competências não são suficientes para controlar os fluxos globais e sua organização costuma ser demasiado rígida para adaptar-se aos câmbios constantes do mercado mundial” (Borja e Castells, 1997, p. 31)⁶. Esses mesmo argumentos têm sido utilizados para defender as cidades contemporâneas como atores políticos e sociais face à atuação de um Estado coordenador e facilitador ao estimular oportunidades no mercado competitivo de cidades, o que se traduz, na maioria dos casos, em produzir o urbano baseado na espetacularização.

A produção do espaço urbano em tempos de espetáculo

A atividade financeira se sobrepôs não apenas à atividade produtiva, mas passou a ter centralidade⁷ na atuação estatal e na própria vida cotidiana. O empreendedorismo urbano, conforme verificaremos adiante, trata da materialidade desse processo de financeirização na produção do espaço, que se constitui como um espaço financeirizado. Harvey (1982) associa as mudanças no mundo ocidental à necessidade de reversão do quadro de crise do sistema capitalista e ao surgimento de novas maneiras de experimentar as noções de tempo e espaço, no mundo globalizado/fragmentado.

O entendimento da compressão espaço-tempo perpassa pelo processo de reestruturação do capitalismo, pela emergência e difusão das inovações tecnológicas

⁶ Vale registrar que o sociólogo catalão Manuel Castells, nos anos 1990, passou a atuar como consultor, ao lado de Jordi Borja e em parceria com agências multilaterais de cooperação tais como a ONU (ONU-Habitat e PNUD) e o Banco Mundial –, para auxiliar a implantação do planejamento estratégico em diversas administrações locais em todo o globo, incluindo o Rio de Janeiro com o Plano Estratégico de 1993.

⁷ Segundo Lefebvre, “O que é centralidade (urbana, social)? Uma forma, aquela da reunião, do encontro, da simultaneidade. De quê? De tudo o que pode **se reunir, se encontrar, se acumular.**” (LEVEBVRE, 2008, p.124, grifo nosso).

nas redes de transporte e de telecomunicações, pela dispersão da estrutura produtiva pelo território e pela mudança no papel do estado com seu esvaziamento na garantia dos direitos sociais universais. No entanto, o impacto dessas transformações reverbera de modo distinto na realidade desses novos atores hegemônicos, atuando de forma particular como os indivíduos, corporações, cidades, países, enfim, se relacionam entre si e como interagem e dialogam com esta compressão do espaço-tempo que David Harvey (2005) definiu. Conforme salienta Maricato (2015):

Faz muita diferença iniciar o processo de reestruturação produtiva a partir de uma base de pleno emprego ou de direitos universais relativamente extensivos, em vez de uma base na qual os direitos são privilégios de alguns. Para os PCCs, a globalização⁸ significou a quebra do contrato social, e para os PCPs significa uma nova relação de dominação e exploração. (MARICATO, 2015, pg. 74)⁹

Outra autora que destaca o papel do capital financeiro e do setor de serviços na reconfiguração da cidade no contexto da globalização é Saskia Sassen (1993). As análises de Sassen afirmam que o colapso da economia mundial na década de 1970 forçou mudanças, sem, contudo, despedaçar a economia que, em resposta à crise, produziu uma complexa dualidade, uma organização da atividade econômica dispersa, porém ainda mundialmente integrada.

Esse contexto do novo arranjo de um processo produtivo flexível, somado a um Estado desregulamentado, à emergência de um meio técnico-científico-informacional globalizado, à mundialização do sistema de fluxos financeiros e comercial, encontrou nas *cidades*, agora denominadas *globais*, “os lugares-chaves para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais” (SASSEN, 1998, p. 35).

O alinhamento entre o conjunto de práticas de controle do trabalho organizado, a atuação do Estado regulador e o grande capital corporativo, que teria experimentado um longo período de expansão no pós Segunda Guerra Mundial, começa a ser

⁸ A autora especifica a escolha pelo conceito de globalização que se refere ao conjunto das mudanças ocorridas no mundo, a partir do que Harvey chama de reestruturação produtiva do capitalismo, que tem início nos anos 1970 (Maricato, 2015, p. 19).

⁹ Maricato (2015, p. 70) define PCCs e PCPs, respectivamente: países centrais capitalistas e países centrais periféricos.

questionado e, dessa maneira, a própria manutenção do fordismo. Nessa perspectiva, Maricato (2015) afirma que:

Muitas críticas ao modelo fordista keynesiano somaram-se às determinações que estão na esfera da produção e da acumulação de capitais (crise de fundos, de mercados, de lucratividade e fiscal, que se somaram à crise do petróleo), para definir seu *declínio* (MARICATO, 2015, p. 71, grifo nosso).

O compromisso fordista com a negociação salarial estaria confinado a determinados setores da economia e os demais estariam sujeitos a baixos salários e fraca garantia de emprego, o que levou a desigualdades e a insatisfações difíceis de serem controladas diante do aumento progressivo de expectativas da sociedade de consumo.

Para além de uma crítica a pouca qualidade de vida num regime de consumo em massa padronizado, Maricato¹⁰ (*ibidem*) destaca que “os padrões do urbanismo modernista foram aplicados a uma parte das cidades, formando verdadeiras “ilhas da de primeiro mundo” cercadas de ocupações ilegais, promovidas pelas favelas, cortiços e loteamentos clandestinos” (p. 70). Para Harvey (2005), esse “gerencialismo estatal fordista e keynesiano passou a ser associado a uma austera estética funcionalista (alto modernismo) no campo dos projetos racionalizados” e que também recebeu críticas pesadas, como as de Jane Jacobs (1961).

Outras¹¹ frentes de oposição também se uniram e passaram a criticar a rigidez do modelo fordista que caracteriza esse período de relativo bem-estar social. Emerge, assim, o modelo da acumulação flexível do capital que pauta seu receituário visando à aceleração do tempo de giro do capital na produção e no consumo. Flexibiliza, dessa forma, não só a estrutura da produção sobre o território, mas também a organização da produção para zonas de controle mais fácil do trabalho além das relações de trabalho, elevando as taxas de exploração. Outrossim, flexibiliza e diversifica os produtos e os mercados, buscando novos nichos. Tudo isso alimentado por significativos avanços tecnológicos.

¹⁰ A autora referia-se à atuação do fordismo periférico.

¹¹ Harvey lembra-se da convergência da luta das mulheres: o movimento contracultural e o anticonsumo (Harvey apud Maricato, 2015, p. 71).

Harvey (2005) caracteriza esse momento “pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (p. 140). No entanto, essas rápidas mudanças envolvem padrões de desenvolvimento desigual “tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]” (p. 140). Ainda segundo Maricato (2015), a globalização nos Países Capitalistas Periféricos significou uma nova relação de dominação e de exploração.

O processo de centralização do capital sob a forma financeira estaria assentado na produção de novas tecnologias que reajusta as relações de trabalho e de sistemas sociais, impondo a desregulamentação do mercado, a privatização dos serviços públicos, a intensificação do controle do trabalho, muitas vezes, superando, ou cooptando o poder sindical e os altos níveis de desemprego estrutural. Assim, a desindustrialização reflete no fechamento de empresas que não conseguem se manter na concorrência com a abertura comercial, o que redundará na redução dos postos de trabalho; no desemprego, na intensificação do trabalho daqueles que permanecem no mercado; na ampliação das jornadas de trabalho; da clandestinidade e da invisibilidade do trabalho não formalizado, entre outros aspectos.

Iamamoto (2013) ressalta que os dois braços em que se apoiam as finanças – as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas – só sobrevivem com a decisão política dos estados e o suporte das políticas fiscais e monetárias. Por um lado, há a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas e a mercantilização dos serviços, a chamada “flexibilização” da legislação protetora do trabalho e, por outro, existe a imposição da redução dos custos empresariais para salvaguardar as taxas de lucratividade e, com elas, a reestruturação produtiva centrada menos no avanço tecnológico e predominantemente na redução dos custos do chamado “fator trabalho” com elevação das taxas de exploração.

As políticas governamentais favorecem a esfera financeira e o grande capital produtivo – das instituições, dos mercados financeiros e das empresas multinacionais, enquanto um conjunto de forças que captura o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e dos grupos sociais, os quais passam a assumir os ônus das chamadas “exigências dos mercados”. Existe uma estreita relação entre a responsabilidade dos governos nos campos monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos do capital transnacional para atuar, no país, sem regulamentações e sem controles, transferindo lucros e salários provenientes da produção para se valorizarem na esfera financeira.

A internacionalização do capital tem, portanto, profundas repercussões nas conhecidas diretrizes de privatização, descentralização, desfinanciamento e recrudescimento dos direitos do trabalho. O propósito é liberar recursos financeiros para a obtenção de superávits fiscais e para o pagamento da dívida pública. A busca de equacionar a relação entre dívida pública e gasto público, sob a hegemonia das finanças, reflete em um redimensionamento da atuação do Estado:

A hegemonia-financeira redefine a estrutura, forma de funcionamento e conteúdo da intervenção do Estado – e da política social –, em função da necessidade da dívida pública funcionar como elo crucial de valorização financeira (e fictícia) do capital e, como consequência à política de ajuste fiscal permanente, enquanto fiador e viabilizador dessa valorização (FILGUEIRA; GONÇALVES, 2009, p.2 apud IAMAMOTO, 2013, p.333).

O Estado também se reestruturou, redefinindo-se enquanto expressão das disputas entre as diversas classes. No Brasil, o processo de desregulamentação, juntamente ao processo de privatização das empresas públicas, reduziu bastante a presença do Estado nas atividades diretamente produtivas. Grupos privados nacionais e estrangeiros se fortaleceram, dando origem a oligopólios privados, redefinindo a força relativa dos diversos grupos econômicos e enfraquecendo grupos políticos regionais tradicionais; além de permitir demissões em massa e de enfraquecer os sindicatos.

Assistimos, assim, à retirada do Estado de setores estratégicos da atividade econômica, juntamente ao agravamento de sua fragilidade financeira, à redução de sua capacidade de investimento e à perda de autonomia da política econômica. Reduziu-se, dessa forma, a possibilidade de planejar, regular e induzir o sistema econômico. O

Melo & Pacheco, Mercantilização da Zona Portuária do Rio de Janeiro e a produção de espaços espetacularizados.

crescimento acelerado da dívida pública – com encargos financeiros elevadíssimos–, juntamente à livre mobilidade dos fluxos de capitais, é parte central da subordinação da política macroeconômica aos interesses do capital financeiro, ao mesmo tempo em que redefiniu a presença dos interesses das distintas classes e das frações de classe no interior do Estado.

Iasi (2010) destaca que, no seio da mais recente crise do capitalismo, o mercado receberia de volta seu protagonismo e os indivíduos deveriam buscar o acesso aos bens essenciais à vida na forma da compra de bens e serviços mercantis, mas o Estado se manteria supletivamente como garantidor de mínimos necessários à população mais pobre. Mas, para poder focar na população mais necessitada e nas áreas que realmente demandassem a atenção do Estado, este deveria se livrar das ações que não lhe diziam respeito, casualmente as áreas que interessavam ao capital monopolista. O referido autor ainda lembra que “crise será sempre vista como uma carência, seja de crédito, consumo insuficiente, falta de investimento” (idem, p.28).

O mercado financeiro viria, assim, para supostamente solucionar a crise do capitalismo por meio da oferta de crédito para os trabalhadores que agora têm os seus salários reprimidos, bem como por meio de empréstimos maciços do FMI aos países periféricos, que exigiam contrapartidas, ou seja, tratava-se de “fazer a cabeça”¹² dos quadros locais. Já o Estado, assume uma postura atrelado ao nexos Estado-finanças com o poder de crédito centralizado na privilegiada classe financeira. No tocante à produção do espaço urbano, Harvey (2011, p. 137) aponta que “a produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital. (...) As conexões entre a urbanização, a acumulação do capital e a formação de crises merecem análise cuidadosa”.

As condições de crescimento lento no contexto da acumulação flexível não só geraram um aumento da competição internacional mas também forçaram os Estados a se tornarem mais empreendedores e mais atentos em manter um clima favorável aos negócios. Observa-se, então, o desenvolvimento de um modo específico de se conceber a cidade, pautado na circulação de capital na esfera financeira e na escala global. Iremos

¹² MARICATO (2015, p.76)

abordar, no próximo ponto, o empreendedorismo urbano e suas nuances, entendido como um novo modo de gestão e planejamento urbanos.

O papel das cidades no contexto neoliberal: o empreendedorismo urbano

A mudança no regime de acumulação engendrou transformações nas relações e nas práticas culturais, políticas, econômicas e espaciais. De acordo com Harvey (1996), pode-se verificar que, desde a redução nas barreiras espaciais à circulação de bens, pessoas, dinheiro e informação, no último terço do século XX, a qualidade do espaço ganha importância para a inserção das cidades nos espaços econômicos globais. Sánchez (2010, p.106) ainda afirma que “não é o espaço como palco da sociedade em transformação, mas, propriamente, o espaço como fator propulsor e organizador desta transformação”.

Em um contexto de competição interurbana, essa qualidade passa a ser decisiva na atração do capital com vistas à inserção das cidades nos circuitos espaciais da economia internacional. Na relação dialética entre poder local e capital financeiro mundializado, a cidade entra como o sujeito central por excelência. Harvey (2005) afirma que houve uma reorientação das posturas das governanças urbanas, em que a abordagem “administrativa”, tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e “empreendedoras” nas décadas de 1970 e 1980.

Assim, a lógica corporativa é transferida às cidades, que assumem, então, a condição de empresas, estruturando-se como tais. É por esse motivo que alguns autores, como Harvey, denominam esse momento como aquele do empresariamento urbano, e outros, como Compans (2005), falam em empreendedorismo urbano.

A atividade empreendedora surge em decorrência da explicitação das características que compõem o complexo movente e movido do *capital*, manifestando-se historicamente via diferentes modos de produção. Ganham uma importância ímpar com o desenvolvimento do neoliberalismo e a expansão do processo de globalização. A noção de empreender surge no bojo do desenvolvimento do *capital* com diferentes entendimentos, segundo o desenvolvimento das relações de produção de cada país.

Autores como Borja (1996) e Borja e Castells (1996, 1997) estiveram diretamente envolvidos na renovação urbana implementada em Barcelona e defendem essa convergência de fatores como um momento único para as cidades, onde apenas elas teriam capacidade de dar respostas à crise mediante uma nova experiência administrativa, integrando e representando interesses e coletividades sob um projeto de cidades que seria *[supostamente]*¹³ benéfico para todos.

Com os apontamentos de HARVEY (1996), o empresariamento urbano se apoia em um quadro de competição interurbana por recursos, por empregos e por capital de somatória zero, então mesmo os socialistas municipais mais decididos e mais vanguardistas estariam, no final, jogando o jogo capitalista e atuando como agentes disciplinadores dos próprios processos aos quais tentam resistir.

Assim, verifica-se que o ato em idealizar e efetivamente colocar em prática o empresariamento urbano é o fato de fazer com a cidade (como espaço das relações e das classes sociais) uma organização totalmente estruturada com o simples objetivo de receber investimentos, acréscimos econômicos e desenvolvimento voltados apenas para a lucratividade e para o bem do capital. Quebra-se, dessa forma, o conceito de cidade como ambiente de produção das relações sociais, que está devidamente espacializada para o convívio dos seres que, neste lugar, habitam, trabalham, estudam e praticam seus encontros.

Conforme afirma Carlos (2011, p. 120), “os lugares da cidade aparecem como lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade, em particular de modo a entrever uma equação favorável à realização do lucro”.

Na esteira desse processo, do final dos anos 1970 em diante, sob condições de intensa competição, difundiram-se políticas urbanas com o perfil de ações de inserção das cidades nos circuitos espaciais da economia internacional. Acompanhando a constituição do discurso da globalização neoliberal, técnicas do planejamento empresarial, principalmente do denominado planejamento estratégico, foram introduzidas nos campos da gestão e do planejamento urbanos. A noção de parceria público-privada e o empreendedorismo dos governos locais tornaram-se referências das

¹³ Grifo da autora.

políticas urbanas hegemônicas (COMPANS, 2005; DEL RIO, 2001; LIMA JUNIOR, 2010; SÁNCHEZ, 2010; VAINER, 2013). Del Rio (2010) endossa essa perspectiva, ao afirmar que:

Nesse paradigma, é fundamental que as intervenções urbanísticas arquitetônicas sejam de grande qualidade e que estejam inseridas em um planejamento estratégico de programas e de ações que se desenvolvam a curto, médio e longo prazo. Também é preciso considerar que, numa era de sérias limitações de recursos públicos e de mercados cada vez mais globalizados e competitivos, as cidades buscam modelos de gestão mais flexíveis, como as iniciativas público-privadas e práticas participativas, por meio das quais ações menos centralizadas possam responder tanto às necessidades das comunidades quanto às oportunidades e vantagens competitivas. [...] E, dentro desse pensamento, a revitalização sustentável de centros urbanos, particularmente de suas áreas portuárias e *waterfronts*, transformou-se num símbolo da cidade pós-industrial, facilitando sua inserção no competitivo mercado global (p. 26).

Instrumentos do empreendedorismo urbano: o planejamento estratégico e as parcerias público-privadas (PPP's)

A lógica do empreendedorismo urbano viabiliza a produção e a gestão do espaço citadino para o negócio, por meio da adoção de um planejamento estratégico¹⁴ pautado em parcerias público-privadas. Tal modalidade de planejamento vem supostamente para substituir o planejamento tido como centralizado e autoritário do período modernista e que há muito vem sendo questionado, criticado e problematizado.

Nesse cenário, a cidade fica circunscrita às orientações empresariais e especulativas para a sua inserção no mercado global. Ela é ainda conformada a partir da retórica ideológica “configura uma agenda para os governos de cidade, tornada dominante, com pautas definidas que contêm prioridades para as políticas, ações e programas, assim como indicações para a operacionalização dos mesmos”. (SÁNCHEZ, 2010, p. 265).

Desse modo, a cidade é desregulada, privatizada e fragmentada para dar ao mercado um espaço absoluto, reforçando a ideia da cidade autônoma, a qual necessita

¹⁴ De acordo com MARICATO (2015, p.88-89), esse planejamento estratégico inspirou-se no urbanismo da Barcelona dos Jogos Olímpicos e foi comprada na América Latina como grande salvadora das cidades.

instrumentar-se para competir com as demais, na disputa por investimentos, tornando-se uma “máquina de produzir riquezas”¹⁵. Como reforça Lima Junior (2010), “quando experimentado nas cidades, agir estrategicamente significava conceber ações para o ambiente interno de modo a minimizar pontos fracos e maximizar pontos fortes”.

Para Castells e Borja (1996, p. 160), o governo local deve ser capaz de promover a cidade tanto para o exterior na busca de oportunidades, “desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestrutura e de serviços” e nas parcerias público-privadas quanto internamente para desenvolver mecanismos de cooperação e de participação social, na busca de consensos, por meio do fortalecimento do “patriotismo cívico” e da realização de “obras e serviços visíveis”.

Nesse contexto, afirma-se que as cidades, para competir pelos investimentos do capital, deve ser ela própria uma mercadoria, uma vez que vender seus atributos locais se tornou a principal função dos seus governantes. Nas palavras de Vainer (2013):

A venda da cidade é, necessariamente, a venda daqueles atributos específicos que constituem insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança. (p.79)

Para Harvey (2011), a adequação ao modelo empresarial e especulativo aponta para a necessidade dos governos urbanos locais serem mais inovadores e mais empreendedores em um mundo competitivo. Ainda conforme o autor, além da noção de parceria público-privada, o empreendedorismo também se caracteriza, em que ao público cabe, costumeiramente, assumir os riscos do investimento, ao contrário da ideia difundida, de bônus e de ônus partilhados; e o privilégio da economia política do lugar, com investimentos pontuais e impactos localizados, em detrimento de problemas mais importantes e que envolvem a região ou o território como um todo. Nesse aspecto, Maricato (2015) ressalta que a publicidade insistente e a mídia, de um modo geral, têm um papel essencial na construção da representação ideológica da cidade, destacando os espaços de distinção (p.85).

¹⁵ Expressão cunhada por Peter Hall (1995).

Os investimentos nas cidades deixam transparecer o verdadeiro caráter do direcionamento das ações do setor público a partir das necessidades do setor privado, que investe apenas onde a lucratividade esteja garantida. O que se observa, nesse sentido, é a reorganização e a rearticulação entre interesses privados e as formas de favorecimento público, nas quais, de acordo com Harvey (2006), os custos locais para o capital privado podem ser reduzidos por subsídios (renúncias fiscais, crédito barato, aquisição de terrenos), por um pacote substancial de ajuda e de assistência.

Por detrás desse discurso da construção de um projeto de cidade que encara um novo papel estratégico no mundo globalizado, existe uma profunda transformação dos mecanismos de gestão urbana que, na maioria das vezes, significa a supressão de toda e qualquer regulação social de partes do território em prol de lógica do mercado empresarial especulativo. Essa lógica transforma em rotina e aprofunda uma lógica urbana excludente e antidemocrática.

Nota-se, dessa forma, que as reações inovadoras e competitivas de muitas alianças urbanas da classe dirigente engendraram mais incerteza e, no fim, tornaram o sistema urbano mais vulnerável às incertezas da mudança acelerada (Harvey, 2006, p.180). O autor ainda destaca que como, atualmente, o capital tende a ter mais mobilidade, provavelmente, crescerão os subsídios locais ao capital, enquanto diminuirá a provisão local para os desprivilegiados, criando uma maior polarização na distribuição social da renda real (idem, p.182).

Cidade-mercadoria e o papel da cultura no empreendedorismo urbano

A cidade, enquanto um produto, uma mercadoria que possui um valor, é consumida por um público específico e qualificado. Para atrair esses consumidores, entretanto, Vainer (2013) destaca que “não são visitantes e usuários em geral, são seletivos, visitantes e usuários solventes”. A promoção das cidades competitivas, ágeis e flexíveis no circuito econômico global perpassa não só pela comercialização dos seus espaços urbanos para além do seu aspecto físico, mas também pelo seu aspecto simbólico e discursivo. Este se ancora na venda de uma imagem favorável de cidades,

agregando maior valor a seus moradores, aos consumidores exigentes e, especialmente, aos investidores de capital externo. Para Harvey (2005, p. 91),

ao que parece, as cidades e lugares hoje tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e têm procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade (HARVEY, 2005, p. 91).

Para a ocorrência desse projeto de cidade, contudo, Vainer (2013) elenca dois elementos que, nesse contexto, se destacam: a necessidade (percepção) da consciência de uma crise e o patriotismo à cidade. No primeiro elemento, as propostas de intervenções urbanas de áreas históricas e portuárias encontram ecos nos planos discursivos [políticos¹⁶ e midiáticos¹⁷] de abandono, esvaziamento, precariedade. NO segundo, por sua vez, as cidades deveriam ser amadas e idolatradas por suas massas orgulhosas. Campanhas publicitárias, por exemplo, atuam intensamente como mecanismos de convencimento e de adesão às intervenções.

Por essa perspectiva, torna-se estrategicamente relevante à cidade manter-se coesa com o que almeja, assim como uma empresa (HARVEY, 2006), e como cidade-empresa, despolitizar-se (VAINER, 2013). Consensos, portanto, necessitam ser criados, objetivando a mobilização [aceitação] da sua população quanto ao seu êxito, uma vez que as intervenções engendradas nas cidades seriam redentoras. De acordo com Harvey (1996, p. 80),

a produção orquestrada de uma imagem urbana pode, se bem sucedida, ajudar também a criar um sentido de solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar e mesmo permitir que a imagem urbana forneça um refúgio mental em um mundo no qual o capital alija cada vez mais o senso de lugar.

Nesse sentido, a ideia de cidade-espetáculo, por meio da infraestrutura inovadora, da imagem e da gestão urbana próprias, busca resgatar elementos ligados ao patrimônio histórico e cultural para inseri-los nas relações e nos fluxos econômicos.

¹⁶ No Rio de Janeiro, o então prefeito Eduardo Paes torna-se um ator político engajado no desenvolvimento das intervenções implementadas na zona portuária carioca que, nos termos de Borja e Castells, é denominado como “geração da liderança local”. (CASTELLS & BORJA, 1996, p.156).

¹⁷ “Um bairro abandonado que volta a ter vida”. Frase inúmeras vezes repetida pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, sobre as mudanças que a região portuária passaria. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1898829-abandono-e-ruas-vazias-compoem-retrato-da-crise-pela-qual-passa-o-rio.shtml> Acesso em: 06/07/2017.

Cabe ainda salientar a importância adquirida pela cultura na contemporaneidade na construção do consenso enquanto condição e resultado dos discursos e das ideias como de atrativos do local, assim como para o papel de seu principal provedor e financiador, o capital, via empresários e fontes internacionais de financiamento: “o cultural como ‘animação’, sem alma por certo, tornou-se o grande fetiche dos nossos dias. [...] O que se consome é um estilo de vida e nada escapa a essa imaterialização que tomou conta do social.” (ARANTES, 2001, p. 143, *grifos da autora*)

A inserção das cidades no circuito global da reprodução do capital alia-se ao *city marketing* para tornar os espaços citadinos competitivos e atraentes aos interesses dos seus consumidores, e uma das principais estratégias do empreendedorismo urbano e, conseqüentemente, do *city marketing* é usar da cultura como um indutor de consenso e de mudança. Nas palavras de Arantes (2013), ocorre uma culturalização do mercado¹⁸.

O mercado atua para extrair renda, ganho, lucro no contexto capitalista e, no processo contemporâneo de globalização, a renda busca cada vez mais se tornar monopolista por meio da cultura entendida como mercadoria. Harvey (2006, p.222) afirma que “a renda monopolista surge, porque os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item, direta ou indiretamente, comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável”. No caso direto, os atores extraem a renda monopolista de algum recurso natural, mercadoria ou local de qualidade singular. No caso da renda monopolista indireta, “não se comercializa a terra, o recurso natural ou o local de qualidade singular, mas a mercadoria ou serviço produzido por meio do seu uso” (HARVEY, 2006, p. 222). Neste caso, “a escassez se cria pela retenção da terra ou do recurso para uso presente, especulando-se sobre valores futuros”.

Nessa perspectiva, Harvey (idem, p.223) ainda destaca que, no contexto da globalização, o poder monopolista é diminuído, estimulando o capitalismo a buscar cada vez mais novas formas de exercício deste poder, e “a ideia de cultura “ está cada vez mais enredada com as tentativas de reassegurar tal poder monopolista, exatamente

¹⁸ ARANTES, Otilia, Uma Estratégia Fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser melhor articuladas enquanto alegações culturais distintas e irreplicáveis” (HARVEY, 2006, p. 227).

As intervenções urbanas são permeadas por uma produção de imagens-síntese das cidades que são priorizadas no intuito de criar vantagens comparativas e exibir e divulgar as cidades-modelo no mercado competitivo internacional. Museus, aquários, shopping centers, monumentos, ambientes reformados e renovados, complexos hoteleiros, prédios corporativos, grandes obras viárias são exemplos de imagens e de símbolos comuns que permeiam o imaginário e a concretude em si desse novo planejamento estratégico aliado à arquitetura de grife ou ao urbanismo décor, conforme salienta Barbosa (2005, p.128).

Para que essas imagens circulem e convençam, a mídia tem desempenhado um papel de destaque nas suas divulgações constantes dos *marcos especiais de distinção*¹⁹ e, por essa razão, se constitui como uma forte aliada nas coalizões gestoras. A grande imprensa e a mídia em geral tornam-se predominantes porta-vozes na veiculação da virtuosidade das intervenções para toda a população.

Nessa lógica, a fabricação do consenso é condição e resultado dos discursos e das ideias que produzem imagens que em um processo cíclico são usadas para justificá-los. É como se os indivíduos estivessem atados em uma trama gestada pelas coalizões que administram as cidades empreendedoras e nas quais a realidade é frequentemente espetacularizada em imagens que nada são além de representações, mas que, na sociedade do espetáculo, são alçadas à condição de verdade. Nas considerações de Debord (1997 [2013], p. 30, *grifos do autor*), “o espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo”.

Souza (2011) salienta que “as representações são um campo de disputa simbólica, e as ‘significações imaginárias sociais’ que, tão amiúde, nelas se acham reificadas ou diluídas, são, simultaneamente, também, as ‘armas’ simbólico-discursivas dessas contendidas.” (p.160) É pela repetição constante que certas representações aderem à memória coletiva, incorporando valores simbólicos ao espaço de tal modo que

¹⁹ HARVEY, D. *produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006 (p. 233).

algumas cidades ficam marcadas por slogans, como, por exemplo, “Paris sempre foi ligada ao amor, ao romance, Sicília é máfia, Rio é carnaval, é música, alegria, Barcelona é cultura”. (SIMAS, 2009, p. 116).

Vale ressaltar que projetos de “revitalização” no urbano, tanto com obras físicas quanto por operações simbólicas, é legitimado por uma construção imagética que, ao mesmo tempo reinventa a história local e afirma um novo modo de vida no espaço regenerado. Além de reescrever a história, ora apagando registros e modos de vida considerados inconvenientes, ora acentuando a importância de determinados fatos históricos e formas culturais, projetos como o emblemático Porto Maravilha incorporam frequentemente grandes equipamentos culturais como catalisadores para a desejada mudança do perfil sociocultural e econômico dos públicos do espaço regenerado.

Outro aspecto presente no desenrolar desse projeto de cidade, refere-se à prática em ignorar a demanda local em sua historicidade e heterogeneidade. Assim, eventos culturais são organizados [e equipamentos culturais instalados] com o patrocínio das instituições que conduzem essas intervenções onde somente uma pequena parcela da população local participa ativamente ao mesmo tempo em que a demanda hegemônica frequentadora desses eventos vai pouco a pouco se interessando pela porção do espaço que está sendo revitalizada. Conforme corrobora (SERPA, 2007, p.115), “são as classes médias cultivadas os ‘clientes’ privilegiados dos equipamentos socioculturais, concebidos por elas e para elas, que são, ao mesmo tempo, os criadores, os gestores e os usuários dos espaços públicos urbanos”.

A produção do espaço, como sabemos, pressupõe a contradição ao significar a própria reprodução do capital e a produção de relações de poder desde a escala do cotidiano até a escala global. Nesse sentido, por mais que se criem representações e que se espetacularizem as cidades, tornando-as verdadeiros cenários e palcos da ação humana desinteressada, o espaço não se produz sem contradição e existem momentos específicos em que a contradição fundamental entre valor de uso e valor de troca, entre apropriação e dominação, grita e salta aos nossos olhos hipnotizados pelo espetáculo. É nesse caminho que a Zona Portuária do Rio de Janeiro se manifesta como objeto de análise deste trabalho. Nas palavras de Videira (2007, p. 153-154), “[...] a investigação

histórica consistiria não na procura da construção de um relato, o qual almeja atingir a objetividade máxima. Na investigação histórica, seria imprescindível mediar o presente com o passado”.

Projeto Porto Maravilha e a revitalização seletiva da Zona Portuária

A Zona Portuária do Rio de Janeiro foi objeto de uma parceria público-privada licitada em 2010. Desde então, a região é administrada pelo Consórcio Porto Novo (composto pelas construtoras Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia), responsável pela execução do projeto Porto Maravilha, que tem por missão promover a “ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área”²⁰. Conforme aponta Albinati (2016, p. 114), trata-se de um projeto elaborado e conduzido nos moldes de tantas outras revitalizações de centros antigos, inclusive zonas portuárias, como as de Barcelona e de Buenos Aires, que são apontadas como modelo pela propaganda do próprio Porto Maravilha.

A exaltação de aspectos simbólicos, forjando um tipo específico de discurso sobre a memória e a vida cultural que apoia os objetivos comerciais do projeto também não é uma novidade. Em especial, a construção de grandes equipamentos culturais tem sido uma marca comum aos projetos gentrificadores²¹.

Nesse sentido, a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro - Porto Maravilha tem, em sua ação, privilegiado o caráter da cultura como mercadoria, voltando-se para um modelo padrão de consumidor de cultura que não comporta a população que hoje luta para permanecer na região. Paradoxalmente, a cultura que se busca “ressemantizar” para promover a cidade e os espaços redesenhados aproveita-se do “autêntico” e do “singular” dessa mesma população: aproveita-se do seu “patrimônio cultural”, mas dispensa-se a sua presença. A cultura é substituída pela fantasmagoria do simulacro – pela imagem

²⁰ Do site do projeto Porto Maravilha. Disponível em <<http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>>. Acesso em 20/01/2018.

²¹ “Vale salientar que essa mudança em geral não prioriza a formação dos públicos locais e sim a atração de novos públicos, já “formados””. (ALBINATI, 2016. p. 14)

autorreferente, que se cria pela livre arbitrariedade do mercado, em um “jogo aleatório dos significantes” (DEBORD, 1997).

Ao analisarmos detalhadamente esta região, observamos situações importantes para a análise do processo de revitalização da região da portuária: com o intuito de promover uma nova imagem e identidade para o Rio de Janeiro, o projeto Porto Maravilha apresentou propostas para resgatar e para valorizar a história e a diversidade cultural da região. Dentre elas, tornaram-se reais na atualidade: a celebração das tradições Afro-Brasileiras na Pedra do Sal (considerado o local do nascimento do samba) e nas adjacências; a revalorização do patrimônio cultural africano e das ruínas arqueológicas locais; a renovação e o restauro do patrimônio edificado na zona portuária, e a criação de um Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana – um roteiro que inclui marcos históricos importantes como a referida Pedra do Sal, o Cais do Valongo, o Largo do Depósito (onde escravos eram vendidos), o Instituto dos Pretos Novos e o Centro Cultural José Bonifácio.

Salientamos que esses locais constituem a construção de um espaço, a zona Portuária, e é marcado por sua história e por seus atores na cidade do Rio de Janeiro, pois, ao longo do processo de construção da configuração espacial da cidade do Rio de Janeiro, muitos espaços foram construídos e destruídos. Apagados da materialidade ou dos presentes, alguns espaços só podem ser entendidos se articulados às práticas dos grupos sociais naqueles lugares; dito de outra forma, os territórios só ganham inteligibilidade por meio da prática da população que ali vive. Ocupando uma área central da cidade, é uma região que guarda todos os sinais de uma batalha ocorrida há muito tempo entre uma população com um determinado modo de vida e um Estado omissivo e, talvez por conta disso, ao mesmo tempo, opressor (SILVA, 2015).

Além disso, notamos a presença no entorno da Praça Mauá de hoje, juntamente ao Museu de Arte do Rio, o Museu do Amanhã e o AquaRio Marinho do Rio como equipamentos culturais suntuosos e arrojados que se encaixam no receituário de cenários pensados e colocados em práticas a fim de prevalecer a cidade como mercadoria do espetáculo.

A cidade-empreendimento assumida como valor de troca, como máquina de produzir riquezas é, sobretudo, sob uma renda exclusiva, onde poucos, de fato, “ganham”. Um nem tão novo ator empreendedor envolvido na emergência desses cenários-vitrines é a Fundação Roberto Marinho Globo, assim como as empreiteiras responsáveis pela construção dos museus, Carioca Engenharia e OAS. Em especial, chamam à atenção as vultosas cifras recebidas pela ONG ligada à TV Globo na gestão do Museu do Amanhã ainda antes da sua inauguração. Segundo o Portal da Transparência da prefeitura do Rio, R\$ 56.003.994 já foram pagos à Fundação Roberto Marinho pelo "Programa Porto Maravilha" desde 2010²². Além disso, a construção do Museu foi assinada pelo famoso arquiteto espanhol Santiago Calatrava²³ a um custo de R\$ 215 milhões. Nota-se, portanto, a inversão de papéis do planejador, pensando a cidade para o uso, para o novo ator/empreendedor, que se volta para uma urbanização empresarial, pensando e articulando a cidade para a troca, criando cenários com formas repetitivas, voltados para o urbanismo décor através do apelo estético. São as paisagens-fetice.

Observa-se, assim, que o Estado está longe de ser um agente social autônomo e soberano, representando o conjunto da sociedade civil. A atuação do Estado faz-se, todavia, principalmente, visando à criação de condições para a produção e para a reprodução do capital, viabilizando a produção e o controle do espaço urbano para as elites sob a forma da privatização da Praça Mauá e da revitalização seletiva com a construção dos Museus de Arte do Rio e do Amanhã que, juntos, constituem os grandes marcos arquitetônicos e referenciais do programa Porto Maravilha, em detrimento de diversos outros espaços culturais no Rio de Janeiro estrategicamente precarizados, como é o caso do Instituto dos Pretos Novos, equipamento cultural ligado à memória e resistência negra na região que não obtém um apoio de forma efetiva do poder público municipal já há algum tempo²⁴.

²² Fonte: www.redebrasilatual.com.br/blogs/helena/2015/12/fundacao-roberto-marinho-ganha-r-56-mi-da-prefeitura-para-gerir-museus-que-estavam-em-construcao-4022.html. Acesso em: 11/08/2018.

²³ Arquiteto responsável pelo projeto de famosas construções em diversos países no mundo, a saber: França, Itália, Espanha, Portugal, Suíça, EUA, Grécia e Argentina.

²⁴ <https://oglobo.globo.com/rio/sem-dinheiro-para-manutencao-instituto-dos-pretos-novos-lanca-curso-para-arrecadar-material-de-limpeza-22645563>. Acesso em: 12/08/2018.

Constatamos esse fato também com o Cais do Valongo, considerado o maior porto escravagista da América e desenterrado em função das obras do ambicioso projeto do Porto Maravilha. Estima-se que por ele desembarcaram, no período em fins do século XVIII e início do XIX, cerca de um milhão de africanos escravizados²⁵. As reportagens constantemente veiculadas nas grandes mídias abordam que o sítio arqueológico do Cais do Valongo passa por um processo de abandono por parte dos agentes públicos municipal a ponto de existir o risco da perda do seu título como patrimônio da humanidade²⁶.

Otilia Arantes (2013) salienta que os processos de renovação urbana acabam por atrair novos usos e novas rendas superiores às dos moradores e/ou frequentadores tradicionais, elevando os preços imobiliários e provocando um arrastão gentrificador de grandes proporções. Sendo assim, a retomada da posse do centro das cidades significa a reconquista das elites ao coração das cidades.

Tais ações têm gerado um intenso debate sobre os reais benefícios urbanos trazidos para a coletividade. Ao atingirem os objetivos de ganhos de capital, com base em processos altamente especulativos, as avaliações dessas iniciativas assinalam que nem sempre as intervenções promovem benfeitorias duradouras para os lugares, assim como estão desconectados da memória afrodescendente historicamente presente na localidade. Questiona-se, dessa forma, a legitimidade cultural desses equipamentos e as atividades ao observar que a monumentalidade dos novos edifícios e a estetização da paisagem dos espaços públicos podem contribuir com a fragmentação dessa importante área com o restante da região portuária e, sobretudo, transformar os usos tradicionais e alterar a representação simbólica de todo o patrimônio ali existente. Tal questão revela que as intencionalidades e os interesses de diversos grupos nas apropriações da região portuária são voltadas para oportunidades de negócios, ao encarar o Cais do Valongo como um patrimônio mercantilizado, ordenador, disciplinador e até como para uma certa “folclorização” de suas expressões culturais, e não o valorizando com

²⁵ Conforme Dossiê Do Sítio Arqueológico Cais Do Valongo Proposta De Inscrição Na Lista Do Patrimônio Mundial. p.141.

²⁶ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/cais-do-valongo-pode-perder-titulo-de-patrimonio-historico-da-humanidade.ghtml>. Acesso em: 12/08/ 2018.

narrativas de resistência, na medida em que ele daria visibilidade e afirmação da memória, trazendo reconhecimento social de camadas da sociedade que historicamente sofreram e sofrem um processo ativo de esquecimento.

Considerações Finais

No contexto territorial, observa-se que a zona portuária do Rio de Janeiro, com sua modernização ocorrida, teve sua viabilização pela aprovação da Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto do Rio, conhecida como projeto Porto Maravilha, em implantação em 2010, mas perguntamos: maravilha, para quem? Legitimada por vários projetos de recuperação econômica da região e pela realização de grandes eventos esportivos, viabilizaram-se muitas intervenções urbanas que visaram à valorização simbólica e econômica da região. Como é recorrente nos projetos desse caráter, todavia, promoveu-se uma reinvenção dos lugares inseridos na área OUC, construindo uma imagem sem conflitos, homogênea, midiática, de uma região historicamente marginalizada, também intitulada de “Pequena África”. Ocorre-se uma estratégia de nova modernização aos modos do desenvolvimento urbano com uma valorização econômica da terra e com uma reconfiguração da imagem da cidade no âmbito global, apresentando de forma internacionalizada o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã, que são circuitos espaciais produtivos da região.

Nesse sentido, a área da Praça Mauá passou por uma mercantilização do espaço público com a construção dos referidos museus, e consiste em uma apropriação seletiva do lugar enquanto processo social histórico. É interessante observar a coisificação do espaço e de seus elementos quando encarado como mercadoria, destituindo-se de seus valores simbólicos e culturais, de sua importância em sua origem e o que ele representa para cada um. No caso da Praça Mauá e de seu entorno, o espaço local em toda a sua complexidade se subjugou aos interesses e aos “mandamentos” do capital.

Pensar a cidade e a urbanização significa enfrentar desafios que se colocam tanto no campo metodológico quanto no campo da ação prática e, em especial, na formulação de políticas que não tenham a perspectiva apenas reforçadora dos processos que

tendem a reproduzir padrões de segregação socioespacial, da convivência e no ocultamento de um passado de dor e de sofrimento.

A organização interna da cidade é a chave para chegarmos aos processos sociais que animam o espaço urbano e que estão envolvidos na dinâmica da produção do espaço (SOUZA, 2003, p. 63). É, ao mesmo tempo, uma chave privilegiada para observarmos e para decifrarmos a sua complexidade enquanto produto social.

Evidenciou-se, na perspectiva do patrimônio cultural relacionado à memória local, que o Cais do Valongo se encaixa na circunstância de um espaço criado na refuncionalização do patrimônio e funciona, segundo Arantes (1995, p. 143), como grandes vitrines publicitárias. Tais cenários despertariam, segundo a autora, um “espírito cívico”, um “orgulho nacional”, e ainda o senso de pertencimento da população, mas não necessariamente uma “vida pública integradora, democrática e identitária”. Assim, alguns lugares e algumas ruínas revestem-se de significados e integram a construção de patrimônios e de memórias passíveis de contribuir para a alteração simbólica da cidade, compondo sua singularidade como adequada ao interesse turístico, à especulação imobiliária e à obtenção de recursos (Gonçalves, 2013; Leite, 2007).

No entanto, vale considerarmos o Valongo, devido ao seu forte caráter simbólico, como lugar de memória e celebração das heranças africanas, conferindo ao lugar legitimidade cultural, resistência e luta. Portanto, as intencionalidades associadas ao processo de patrimonialização desse bem arqueológico podem ser observadas por diversos olhares.

Desse modo, é importante frisar que o favorecimento do privado em detrimento do público e a emergência e o enaltecimento das paisagens voltadas para o seu consumo estético deve ser enfrentada com políticas de intervenção por meio de uma perspectiva integral, vinculando as dimensões histórica, econômica, social e urbana. As políticas públicas, desse modo, devem ser de inclusão urbana e de combate às desigualdades e às diferenciações socioespaciais em seus diversos níveis e dimensões, e não o inverso, conforme verificamos em nossa análise, ou seja, o papel fundamental do poder público municipal, formulando e acirrando a partir do financiamento das construções, bem

como dos promotores imobiliários, reforçando a segregação socioespacial ao converter a paisagem em um capital móvel do consumo seletivo e de massa na construção de equipamentos culturais sem vinculação histórica concreta com a cidade.

Referências Bibliográficas

- ALBINATI, M. L. *A produção de espaços culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro: entre isotopias e heterotopias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. 216 p. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Políticas e Planejamento Urbano – IPPUR/UFRJ, 2016.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo” In: SADER, Emir e GENTILE, Pablo (org.) *Pós-neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARANTES, Otilia, Uma Estratégia Fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petropolis, RJ: Vozes, 2013. 192p.
- _____, O. *O Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 2001.
- BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, M. [et al.]. *Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- BORJA, Jordi. *As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão européia e latino-americana*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BORJA, Jordi & CASTELLS, Manuel. *Local y global*. La gestión de las ciudades en la era de la información, Taurus, 1997.
- CARLOS, A. F. A. *A Condição Espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. *As cidades como atores políticos*. In: Novos Estudos CEBRAP, nº. 45, julho/1996, p. 152-166.
- COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- Melo & Pacheco, *Mercantilização da Zona Portuária do Rio de Janeiro e a produção de espaços espetacularizados*.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013 [1997].

DEL RIO, Vicente. *Voltando às origens: a revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos*. *Arquitextos*, n. 15, ago. 2001

_____, V. Baltimore e o Inner Harbor. In: ANDREATTA, Verena (Org.). *Porto Maravilha e o Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo S. *The dark side of the moon: heritage, memory and place in Rio de Janeiro, Brazil*. *Vibrant*, Brasília, n. 10, v. 1, 2013. Disponível em: http://www.vibrant.org.br/downloads/v10n1_goncalves.pdf.

HARVEY, D. "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas". *Revista Espaço e Debates*. São Paulo: Cortez, n.6, jun./set. 1982.

_____, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo, *Espaço e Debates*, nº 39, 1996, p. 48-64.

_____, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011

IAMAMOTO, M. V. *O Brasil das desigualdades: "questão social", trabalho e relações sociais*. *Revista SER social*, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul./dez. 2013.

IASI, Mauro Luis. *A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada*. *Revista PRAIA VERMELHA /Rio de Janeiro /v. 19 nº 1 /p. 25-40 /Jan-Jun 2010*.

JACOBS, Jane. *The death and life of great american cities*. New York: Vintage Books, 1961.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007.

LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. *Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”*: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Santa Catarina: Argos, 2010.

SANTOS, B. S., *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974/1988)*, Porto: Edições Afrontamento, 1990.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SASSEN, Saskia. A cidade global. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Lina Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993 [1991]. p. 187- 202.

_____. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel. 1998

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Lucia. *Freguesia de Santana na cidade do Rio de Janeiro*: Territórios e etnia no último quartel do século XIX. Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. v. 7, n. 10, jan /ago (2015).

SIMAS, Sonia Cristina de Oliveira. *A criatividade urbana como estratégia de competitividade*. 2009. 160 p. Dissertação (mestrado). Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Universidade de Aveiro, Portugal. 2009. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1655/1/2009000943.pdf>

SOUZA, M. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo. Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013 [2000], p. 75-104.

Melo & Pacheco, *Mercantilização da Zona Portuária do Rio de Janeiro e a produção de espaços espetacularizados*.

_____. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013 [2000], p. 105-120.

VIDEIRA, A.A. Historiografia e história da ciência. *Escritos*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 1, n. 1, p. 111-158. 2007.

Data de Submissão: 19/08/2018

Data de Aceite: 21/05/2019

A produção da natureza na teoria do desenvolvimento geográfico desigual: notas introdutórias.

Guilherme Chalo ¹

Resumo: O pensamento geográfico sempre esteve na interseção das reflexões entre sociedade e natureza. A teoria de Neil Smith sobre o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo nos ajuda a refletir sobre essa relação. Portanto, nosso objetivo neste trabalho é pensar o conceito de produção da natureza em Neil Smith e como este se tornou fundamental para pensar o desenvolvimento e as contradições do capitalismo, principalmente seu caráter desigual. Com isso pretendemos refletir brevemente sobre uma lacuna fundamental na teoria crítica contemporânea.

Palavras-chave: Produção da natureza; Desenvolvimento Geográfico Desigual; Produção do Espaço; Neil Smith.

The production of nature in the theory of uneven geographical development: introductory notes.

Abstract: Geographic thought has always been in the interception of the reflections between society and nature. Neil Smith's theory on the uneven geography development of capitalism helps us to reflect on this relationship. Therefore, our purpose in this paper is to think about the concept of the production of nature in Neil Smith and how it became fundamental to think about the development and contradictions of capitalism, especially its unequal character. With this we intend to briefly reflect on a fundamental gap in contemporary critical theory.

Keywords: Production of nature; Desigual Geographic Development; Production of Space; Neil Smith.

La producción de la naturaleza en la teoría del desarrollo geográfico desigual: notas introductorias.

Resumen: El pensamiento geográfico siempre estuvo en la interceptación de las reflexiones entre sociedad y naturaleza. La teoría de Neil Smith sobre el desarrollo geográfico desigual del capitalismo nos ayuda a reflexionar sobre esta relación. Por lo tanto, nuestro objetivo en este trabajo es pensar el concepto de producción de la naturaleza en Neil Smith y cómo se hizo fundamental para pensar el

¹ Mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ).  <https://orcid.org/0000-0001-7423-0720>. E-mail: guilhermechalo@gmail.com

desarrollo y las contradicciones del capitalismo, principalmente su carácter desigual. Con ello pretendemos reflexionar brevemente sobre una brecha fundamental en la teoría crítica contemporánea.

Palabras-claves: Producción de la naturaleza; Desarrollo Geográfico Desigual; Producción del espacio; Neil Smith.

Introdução

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual é um dos pensamentos mais originais da segunda metade do século XX. Atualizando lacunas do pensamento marxiano para compreender a crise do capitalismo e suas raízes e consequências urbanas, a teoria desenvolvida por David Harvey, na esteira da obra de Henri Lefebvre (2006), busca a relação entre o movimento do capital e a produção do espaço.

O livro que talvez seja o ponto culminante desta teoria é *Os limites do capital* (2013a), publicado originalmente em 1982 nos Estados Unidos. Nele, Harvey apresenta uma interpretação do desenvolvimento do capital centralizando a reflexão na categoria espaço e em como o ambiente construído das cidades produz e é produzido pelas contradições do capital. Ao apresentar os três cortes da crise do capital, Harvey inova ao refletir sobre a teoria do valor de Marx (2013) sob um novo prisma.

Entretanto, como o próprio autor deixa claro, sua reflexão no célebre livro está aberta e apresenta algumas lacunas que ele mesmo identificou na introdução à edição inglesa de 2006. É o que queremos destacar aqui: o autor chama atenção para a necessidade de um pensamento sobre o chamado “mundo natural” “em que vivemos e [que] está sendo selvagemmente reestruturado e precisamos saber como, porque e o que pode ser feito a respeito dele” (HARVEY, 2013a, p. 18).

Em reflexões mais recentes no livro *17 contradições e o fim do capitalismo*, David Harvey (2016) encara essa questão discutindo o conceito de produção da natureza. Segundo o geógrafo, “o capital é um sistema ecológico em constante funcionamento e evolução, no qual natureza e capital são constantemente produzidos e reproduzidos. Essa é a maneira correta de refletir sobre ele” (2016, p.230). Harvey ilumina esta lacuna

pensando a natureza como um elemento da vida coletiva, socialmente produzido, remetendo a um conceito de *produção da natureza* que Neil Smith desenvolve em seu livro *Desenvolvimento desigual* (1988).

Portanto, nosso objetivo neste trabalho é pensar o conceito de produção da natureza em Neil Smith e como se tornou fundamental para pensar o desenvolvimento e as contradições do capitalismo, principalmente seu caráter desigual. Com isso pretendemos refletir brevemente sobre uma lacuna fundamental na teoria crítica contemporânea e contribuir com um problema que acompanha a história do pensamento geográfico.

Natureza e modernidade

Em sua obra, Neil Smith inicia a argumentação questionando a experiência social com a natureza, ou seja, como no decorrer da história construímos diferentes concepções sobre esta e como um amálgama de concepções engendrou a nossa ideia moderna de natureza.

Apesar dos diferentes conceitos de natureza presentes em grandes pensadores, segundo Neil Smith, “a realidade da dominação social sobre a natureza é incontestável, ainda que a magnitude do processo seja objeto de debate e que sua moralidade seja objeto de acirradas polêmicas” (1988, p.27). Ou seja, uma das características da moderna relação entre sociedade e natureza é a dominação. Mas podemos observar a complexidade das formas que o conceito de natureza possuiu ao longo dos anos, assumindo em alguns momentos ideias contraditórias como “natureza material e espiritual”, “divina e resultado do processo evolutivo”, “dominada e vitoriosa”, “romântica e um objeto mecânico”. Todas essas concepções circulam em nossa sociedade, mas são operadas a partir de um dualismo que Neil Smith traduz na dicotomia entre uma natureza externa e uma natureza interna ou universal.

Para o autor, a natureza externa são os objetos, aquilo que existe fora da sociedade, o primitivo, a matéria-prima, o que foi criado pela divindade. Já a natureza interna ou universal é a natureza humana, um tratamento ontológico da sociedade, a essência. Segundo Smith, “a natureza exterior e a universal não são inteiramente conciliáveis, pois ao mesmo tempo que a natureza é considerada exterior à existência humana, ela é simultaneamente tanto exterior quanto interior” (1988, p.28).

A partir deste primeiro diagnóstico das concepções correntes de natureza, o autor busca investigar as origens deste dualismo e nos remete a Kant – apesar de não esquecer a tradição, que mesmo antes de Kant já trazia consigo a reflexão sobre a natureza.¹ Segundo o autor, é neste momento que a “contemporânea ideologia burguesa da natureza está constituída sobre essas dicotomias filosóficas” (1988, p. 29), portanto, é no pensamento de Kant que podemos marcar a aurora da dicotomia entre a natureza exterior e a universal.

Para compreender esta dicotomia ao longo da história, Neil Smith pensa a partir de dois principais paradigmas que traduzem as múltiplas concepções, pois seria um trabalho gigantesco pensar a complexidade das ideias sobre a natureza desde a Antiguidade até as reflexões contemporâneas. Assim, o autor apresenta as concepções de natureza a partir do método científico do pensamento moderno e o que ele denominou de “modo poético”, uma visão romântica da natureza. Ele pensa esses dois paradigmas como fundamentos para o que denominou de ideologia de natureza.

A natureza no pensamento científico moderno tem suas origens no pensamento de Francis Bacon (1973). Sua concepção de natureza é construída a partir de uma visão de dominação, pois os homens – segundo o filósofo inglês - têm a tarefa divina de dominar a natureza. Em Bacon já temos uma oposição ao pensamento escolástico da Idade

¹ Diversos autores discutem o conceito de natureza na história, desde os pré-socráticos até a modernidade, mas como o autor está preocupado eminentemente com a geografia do capitalismo, não nos aponta tal empreitada histórica. Podemos aqui citar alguns trabalhos que podem nos ajudar a construir essa teia de concepções ao longo da história, particularmente “*Os (des) caminhos do meio ambiente*” de Carlos Walter Porto Gonçalves (2011) e *Marx e a natureza em O Capital* de Rodrigo Antônio de Paiva Duarte (1986).

Média e sem dúvida é um momento de mudança de paradigma, pois em seu pensamento o método empirista surge como meio para a dominação da natureza.

Alguns autores nos mostram que as origens do pensamento moderno não estão somente em Francis Bacon. Como Alexandre Koyré (1991) apresenta, a história não se movimenta por rupturas e suas fronteiras não são tão claras como os manuais nos apresentam. Alguns filósofos que são considerados como neomodernos apresentam traços em suas obras que marcam o que ele chamou de “lenta mas profunda [...] morte da Idade Média” (1991, p.17), marcando essa ruptura gradual de pensamento. Mas é em Bacon que se constitui uma força de método para a dominação da natureza: segundo Neil Smith (1998, p.30), “a concepção de natureza trazida por Bacon é explicitamente exterior à sociedade humana; ela é um objeto a ser dominado e manipulado”.

É no pensamento de Bacon que nasce uma profunda abstração da conjuntura social: a partir do método científico moderno empirista se constitui uma profunda separação entre sujeito e objeto, que marcará todo o pensamento moderno.

Em seu *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza* (1973), Bacon, no primeiro aforismo, já mostra a separação entre sujeito e objeto e a primazia do método empírico. Assim ele escreve: “O homem, ministro e intérprete da natureza, faz e entende tanto quanto constata pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente, sobre a ordem da natureza; não sabe nem pode mais” (1973, p. 20).

Toda esta tradição de pensamento não opera fora do contexto social que a engendra. A forma empirista do método científico moderno que trabalha a todo tempo com uma concepção de natureza exterior, com o sujeito apartado do objeto, tem nas máquinas da indústria um campo fértil de desenvolvimento, a história da indústria moderna caminha ao lado das descobertas científicas. O que é importante é a relação entre ciência moderna e a indústria que opera sob este paradigma de natureza exterior. Um paradigma de conquista da natureza, que marca todo o pensamento moderno desde Bacon.

Compreender como a natureza aparece na ciência moderna desde sua gênese até as descobertas contemporâneas é fundamental para tratarmos conceitualmente aquilo que Neil Smith chamou de Ideologia da Natureza, reflexão que funda sua teoria para o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo.

A segunda interpretação fundamental que cerca as nossas concepções de natureza e produzem uma ideologia é a da natureza poética, e para tal Smith utilizou como referência a expansão americana para o Oeste. A “marcha para o Oeste” construiu uma visão sobre a natureza dos EUA à época, uma natureza selvagem, mítica, hostil², que necessita ser conquistada, uma natureza que se opõe aos ideários de civilização.

Em 1831, Alexis de Toqueville apresentava uma concepção do povo americano sobre a natureza,

Prontamente admito que os americanos não têm nenhum poeta; mas não posso aceitar que não tenham ideias poéticas. Na Europa as pessoas falam bastante das florestas da América, mas os próprios americanos nunca falam a respeito delas; eles são insensíveis às maravilhas da natureza inanimada e pode-se dizer que eles não percebem as portentosas florestas que os circundam até que elas caiam sob o machado. Seus olhos estão voltados para outra direção: o povo americano vê sua própria marcha através dessas selvas, drenando pântanos, mudando o curso de rios, povoando ermos e subjugando a natureza. Essa imagem grandiosa deles mesmos não chega aos olhos dos americanos somente de vez em quando; pode-se dizer que ela empolga a cada um deles em suas menores e em suas mais importantes ações e que está sempre presente diante de sua mente (TOCQUEVILLE Apud SMITH, 1988, p.36)

A frase de Tocqueville demonstra como a expansão territorial dos EUA para o Oeste construiu essa imagem da natureza, uma imagem onde “o natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização” (SMITH, 1988, p.37). Essa marcha civilizatória molda uma identidade cultural americana que está marcada pelo processo de conquista.

² Neil Smith busca nas raízes literárias estadunidenses traços que demarcam esta concepção de natureza utilizando o que ele intitulou “literatura de conquista”.

Entretanto, como apontamos no início, as concepções sobre o conceito de natureza são múltiplas e sustentam uma gama de olhares e contradições. Essa visão de oposição entre natureza e civilização ganha um novo contorno, também no século XIX surge um movimento que Neil Smith denomina de “movimento de volta à natureza”, agora sintetizados não pelo colono da conquista territorial, mas do intelectual habitante urbano. Já no final do século XIX se iniciava uma cultura que dura até os dias de hoje, que é a da fuga da cidade, das férias no campo. Assim se construiu, por uma pequena elite intelectual, uma visão idealista de volta à natureza, que na atualidade se espalha como uma necessidade de fuga para o verde.

Este movimento de volta da natureza tem como referência a literatura romântica do início do século que operava sob a “trindade de Deus, Homem e Natureza”. Essa concepção de natureza divina nos remete a uma universalidade, a um espírito universal, que foi fundamental para compreender a natureza de forma poética, transcendendo seus movimentos e leis para a forma divina. Nessa concepção o homem é visto como parte de uma natureza com que deve ser reconciliar.

Aqui podemos observar uma visão de natureza em um duplo movimento: uma visão divina e universal e ao mesmo tempo uma visão exterior, pois “não se afaga uma cascavel até que lhe arranquem as presas; somente então pode-se levá-la para lugares onde todos possam se maravilhar com a sua beleza natural” (SMITH, 1988, p.42). Entre “o utilitarismo grosseiro dos pioneiros para o idealismo refinado dos defensores da volta a natureza” (SMITH, 1988, p.39) é fundamental notarmos as funções sociais desses discursos e a construção do que o autor denominou de ideologia da natureza.

Ideologia da natureza

A ideia de uma natureza hostil e selvagem que necessita ser conquistada interessava à expansão territorial dos EUA e essa concepção de natureza serviu para legitimar a tomada de territórios de povos tradicionais. Assim como a natureza poética foi fundamental para legitimar uma ideia de Nação, de espírito e liberdade americanos, ou

CHALO, *A Produção da Natureza na Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual: notas introdutórias*

seja, uma identidade cultural, a expansão para o Oeste foi fundamental para constituir uma cultura de fronteira, que subentende que há colonos e colonizados, um processo de formação territorial legitimado por uma ideia de civilização³.

Aqui temos em nossa frente um problema fundamental: como tratar essa dicotomia da natureza, este dualismo entre a natureza exterior e a natureza universal? Por mais que o processo produtivo e científico defina a natureza como algo externo, ainda assim as concepções universalizantes estão a todo momento presente. Por mais que o conceito de natureza carregue consigo este dualismo essencial, é primordial pensarmos as funções sociais por trás desses conceitos de natureza historicamente determinados. Nas palavras de Neil Smith:

A ideologia não é simplesmente um conjunto de ideias erradas da sociedade, mas sim um conjunto de ideias radicadas na experiência prática, embora seja a experiência prática de uma dada classe social que vê a realidade através de sua própria perspectiva e, ainda assim, de forma parcial. Embora seja, dessa forma, uma reflexão parcial da realidade, a classe tenta universalizar sua própria percepção de mundo (1988, p. 45).

Hoje é fundamental pensarmos as configurações das nossas concepções de natureza e como naturalizamos alguns processos constituídos historicamente pela forma social do capitalismo; como nossa concepção de natureza se transforma em ideologia e configura diferentes formas espaciais, transformando-se em verdadeiras ideológicas geográficas; como o processo “civilizador” e a expansão para o oeste americano se transformaram em um processo “civilizador” de expansão do capitalismo no pós-guerra e como atualmente engendramos um processo “civilizador” em áreas urbanas como novas fronteiras para a valorização de capital (SOUZA, 2013).

³ Podemos observar isto em nosso caso no Brasil, como a poesia, música e o discurso religioso, sobre a natureza foram fundamentais para a formação territorial nacional funcionando como uma ideologia, geográfica, de formação territorial, identidade cultural e de formação do discurso de nação (CHAUI, 2000).

Isto posto, refletiremos adiante como nossa concepção de natureza desenvolvida historicamente como ideologia tem implicações espaciais profundas desde a aurora da modernidade.

A natureza e o pensamento marxista

É fundamental pensarmos uma concepção que ultrapasse essa visão contraditória de natureza desenvolvida a partir da modernidade. Neil Smith enxerga na obra do Marx, uma possibilidade, ou melhor, uma alternativa à visão dualista de natureza, apesar de sua complexidade e de apresentar em diferentes momentos concepções de natureza.

240

Sobre esta complexidade Neil Smith apresenta,

Em seu trabalho inicial, onde ele [Marx] discute intensamente a relação com a natureza, toda a ênfase é dada à unidade com a natureza, mas em seu trabalho posterior, que é menos filosófico, mais analítico e concreto e também mais conciso, a natureza parece entrar mais frequentemente como um objeto do trabalho no processo de produção. A promessa de uma natureza e de uma história unificadas é feita claramente no trabalho inicial, mas na época em que escreveu seus últimos trabalhos, ele não estava mais tão preocupado em elaborar uma concepção de natureza (1988, p. 48)

Na obra de Marx podemos observar uma concepção de natureza inovadora, que até então não aparecia na história do pensamento como um paradigma e que pode nos oferecer pistas para compreendermos as dinâmicas da relação capital – natureza – sociedade, trazendo subsídios para uma concepção de espaço fundada em uma teoria sobre a natureza.

É claro que na evolução do pensamento marxiano existem diferentes concepções de natureza que o acompanham. No pensamento do jovem Marx temos um idealismo marcante com uma ideia de reconciliação absoluta com a natureza e, no Marx maduro, já com os escritos para *O capital*, uma ideia de natureza marcada pelo materialismo crítico (DUARTE, 1986).

Sobre a concepção marxiana de natureza Rodrigo Duarte, em seu livro *Marx e a Natureza em O capital (1986)* aponta

a concepção marxiana se apresenta como uma forma privilegiada de compreender a natureza, pois, por um lado, extirpa simultaneamente a ingenuidade do pensamento mítico e a presunção do mecanicismo, na

medida em que é dialética; por outro lado preserva a especificidade do mundo físico, na medida em que é materialista. (1986, p.105)

Porém, antes de discutir na obra de Marx a concepção de natureza precisamente, Neil Smith parte de uma leitura que a teoria marxista fez sobre a relação capital e natureza, a partir da Escola de Frankfurt e discutindo principalmente a obra de Alfred Schmidt intitulada *O conceito de natureza em Marx* (1976). Um dos pontos da obra de A. Schmidt é a concepção de natureza em Marx como uma relação, marcada por um processo de abstração filosófica que pensa sujeito (sociedade) e objeto (natureza). No pensamento de Marx, essa relação aparece como uma interação metabólica – a sociedade produzindo um metabolismo com a natureza – nas palavras de Neil Smith a “força motivadora” desta relação metabólica seria o processo de trabalho. Neil Smith observa “nessa interação metabólica, a natureza fornece ao trabalho tanto seu sujeito quanto o seu objeto – o trabalhador (com suas capacidades naturais e uma intenção) de um lado, o objeto de trabalho (o material a ser transformado), de outro” (1988, p.51).

Essa frase nos coloca a questão sobre a dialética na natureza, pois a dialética exerceu um papel fundamental na epistemologia marxiana, assim A. Schmidt faz uma crítica ao texto de Engels sobre *A dialética da Natureza*⁴ (1991). Os escritos deste texto (manuscritos entre 1870 e 1880) tem como objetivo demonstrar que as leis da dialética são leis da natureza. Recorrendo a vários trabalhos acadêmicos sobre física, química e biologia, o pensador escreve uma série de textos reunidos neste livro, que promovem uma concepção global sobre as ciências e coloca a dialética “como a ciência da concatenação total”.

Maurilio Botelho (2011) criticou o livro de Engels apresentando o processo histórico por trás da produção obra. Segundo o autor,

a questão principal da proposta da dialética da natureza de Engels, relativo à integração do universo natural e social, está na exteriorização das categorias e na emancipação do método – o problema que se pode verificar a partir daí é a transformação da dialética em método formal, lógica contrária a sua própria natureza de encarar conceitos e objetos como momentos integrantes de um mesmo processo em constante e mútua síntese. [...] o fundamental seria determinar a natureza da forma social que produz essas ciências

⁴ Para ver uma sistematização das ideias do “último” Engels e também uma crítica a este movimento percorrido pelo pensador ver Musse (1999).

naturais, suas teorias, suas categorias, seus métodos e, portanto, seus resultados práticos e objetivos (2011, p.41).

Apresentar uma dialética da natureza é ao mesmo tempo colocar a natureza em uma posição exterior à sociedade e, portanto, um impeditivo de pensarmos essa relação como dialética. O trabalho de Engels é criticado por Alfred Schmidt (1976),

A natureza se torna dialética produzindo os homens, tanto como sujeitos transformadores que agem conscientemente em confronto com a própria natureza, quanto como forças da natureza. O homem constitui-se no elo de ligação entre o instrumento do trabalho e o objeto de trabalho. A natureza é o sujeito - objeto do trabalho. Sua dialética consiste nisso: que os homens modificam sua própria natureza à medida em que eles progressivamente eliminam a natureza exterior do seu e de sua exterioridade, à medida em que mediatizam a natureza através de si próprios e à medida em que fazem a própria natureza trabalhar para os seus próprios objetivos (SCHMIDT apud SMITH, 1988 p.52).

242

A partir deste olhar sobre a obra de Alfred Schmidt (1976) com uma ideia geral de relação metabólica entre sociedade – natureza, Neil Smith aprofunda sua crítica ao texto do filósofo alemão apontando a mesma dualidade sobre a concepção de natureza que ele observa na história do pensamento moderno.

Também há uma concepção exterior de natureza (a natureza como o objeto do trabalho, exterior a sociedade) e uma concepção universal (a natureza como unidade entre a sociedade e a natureza). Apesar de todas as tentativas de demonstrar uma “dialética” entre esses conceitos, e apesar de todas as argumentações filosóficas de Schmidt quanto a sua unidade, tais conceitos permanecem praticamente separados em seu estudo (1988, p.56).

Neil Smith sustenta sua crítica observando a periodização que o filósofo alemão faz sobre a relação sociedade - natureza a partir de dois pontos, o que o autor denominou de “era pré-burguesa” e “era burguesa”,

Na era pré-burguesa “a natureza é apropriada através da agricultura é, assim, absolutamente independente dos homens”, afirma Schmidt, e “os homens” são, portanto teoricamente idênticos à natureza. Eles “escorregam”, por assim dizer, na existência natural. “Mas na era burguesa, prossegue Schmidt, “quando os homens foram bem-sucedidos em dominar universalmente a natureza, técnica, econômica e cientificamente, transformando-a num mundo de máquinas, a natureza se congela numa abstração, exterior em si mesma aos homens”. Isto é, a concepção universal de natureza é apropriada à era pré-burguesa, enquanto a concepção exterior caracteriza melhor a “era burguesa” (1988, p.57)

Assim, Alfred Schmidt apresenta a concepção de natureza a partir de um momento pré-burguês onde não haveria uma separação entre o sujeito e o objeto e no capitalismo, onde essa separação é produzida, ou seja a concepção universal mora na era pré-burguesa enquanto a concepção exterior se encontra no capitalismo. É a partir desta conclusão que Neil Smith observa que a pretensa concepção dialética de Alfred Schmidt (1976) apresenta na verdade um profundo dualismo, inspirado ora nas concepções de Kant ora em Hegel para discutir a natureza a partir de Marx.

Sendo assim, Neil Smith tenta identificar a dimensão política desse dualismo e recorre a outro filósofo marxista Alfred Sohn-Rehtel, para compreender as raízes deste dualismo. Segundo Sohn-Rehtel

o obstinado dualismo desta Filosofia é certamente uma reflexão mais fiel das realidades do capitalismo do que aquela que pode ser encontrada nos esforços dos pós-kantianos ilustres que tentam se livrar delas.... Como pode a verdade do mundo burguês apresentar-se de outra maneira senão como dualismo? (SOHN-REHTEL, 1978, p. 15 apud SMITH, 1988, p.59)

Depois de identificar as estruturas de pensamento dualistas na obra de Schmidt, Neil Smith compreende que esse dualismo enseja uma visão de natureza marcada pela ideologia burguesa de dominação sobre a natureza. Com isso, Neil Smith avança em mais um debate de fundamentação da sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual, precisamente sobre sua teoria da produção da natureza, e apresenta

Como o triunfalismo, o triunfalismo negativo da ideia de “dominação da natureza” começa com a natureza e a sociedade sendo dois domínios separados e tenta unificá-los. Em Marx, vemos o procedimento oposto. Ele começa considerando a relação com a natureza como sendo uma unidade e considera qualquer separação que exista entre elas como resultado simultaneamente histórico e lógico (SMITH, 1988, p.65).

Assim, a ideia vinculada pelo debate marxista de dominação da natureza carrega consigo o profundo dualismo apresentado até o momento, nossa tarefa agora é compreender não como a natureza é dominada, mas como ela é produzida. O que está em análise é a concepção da natureza como um produto da sociedade que a engendra, as concepções até então debatidas - a ideologia burguesa de natureza - não dão conta dessa perspectiva, deixando as concepções de natureza em um profundo dualismo.

Entretanto, o próprio Marx não tem em um só texto sintetizado suas contribuições sobre as relações sociais e a natureza, podemos encontrar pistas e referências em diversas obras em vários momentos de sua vida - da sua juventude a sua obra prima *O capital* - “No final, nós não estamos frente a um conceito plenamente construído, mas temos uma estrutura esquemática do conceito de natureza, implicada pela análise e crítica de Marx sobre o modo capitalista de produção” (SMITH, 1988, p.68).

Assim, Neil Smith apresenta sua concepção de natureza a partir de Marx fundamentando sua exposição no método de “caminhar do abstrato para o concreto”, do lógico ao histórico, o método da crítica da economia política. Marx escreve nos *Grundrisse*, “o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto” (2011, p.54).

David Harvey (2013) em seu guia para a leitura de *O Capital* escreve

O método de investigação de Marx começa com tudo o que existe - a realidade tal como é experimentada, assim como todas as descrições disponíveis dessa experiência na obra de economistas políticos, filósofos, romancistas etc. Ele submete esse material a uma crítica rigorosa a fim de descobrir conceitos simples, porém poderosos, que iluminem o modo com a realidade funciona. É isso que ele chama de método de descenso - partimos da realidade imediata ao nosso redor e buscamos, cada vez mais profundamente os conceitos fundamentais dessa realidade. Uma vez equipados com esses conceitos fundamentais, podemos fazer o caminho inverso de retorno a superfície - o método do ascenso - e descobrir quão enganador o mundo das aparências pode ser (2013, p.18).

Marx desenvolve sua crítica a partir dos teóricos da economia política clássica, da investigação filosófica e dos socialistas utópicos, reformulando conceitos como trabalho e valor, transformando-as em categorias que desvendem as relações abstratas/lógicas do capitalismo para assim atingir o concreto, as relações históricas⁵.

David Harvey apresenta uma metáfora para a compreensão da teoria de Marx,

⁵ Sobre o método de Marx ver Renault, Duménil e Löwy (2011), principalmente o capítulo escrito por Gérard Duménil intitulado “o projeto e o método”, no qual o autor desenvolve o projeto da obra prima de Marx *O Capital*. A introdução do guia ao *Capital* de David Harvey (2013) “*Para entender o capital – livro 1*” demonstra também o projeto e o método de Marx, e principalmente suas variadas referências.

o método crítico toma o que outros disseram e vislumbraram e trabalha com esse material a fim de transformar o pensamento – e o mundo que ele descreve – em algo novo. Para Marx, um conhecimento novo surge do ato de tomar blocos conceituais radicalmente diferentes, friccioná-los uns contra os outros e fazer arder o fogo revolucionário” (2013, p.14).

Portanto, Neil Smith fundamenta sua concepção a partir do método marxiano e apresenta sua ideia de produção da natureza a partir de três momentos históricos abstratos, a produção em geral, a produção para troca e a produção capitalista, desenvolvendo seu pensamento em diferentes momentos e mostrando assim o que “se torna a natureza sobre as condições do capitalismo” (1988, p.69).

Considerações finais: a produção da Natureza na teoria do desenvolvimento geográfico desigual

Desde as primeiras formações sociais, o ser humano se relaciona com a natureza para produzir a sua vida (alimentação, abrigo, segurança e interação social), assim a relação mais universal construída em sociedade é a transformação da natureza para sua subsistência, por meio da produção humana. Constituindo uma relação onde a natureza é transformada a partir da sua utilidade imediata, uma produção material da vida marcada pelo valor de uso.

Neste momento da história, a natureza é simplesmente valor de uso, uma relação para a sobrevivência, mas é fundamental compreender que ao modificar essa “natureza externa” para a sua sobrevivência, os seres humanos se modificam, construindo uma relação metabólica com a natureza, portanto essa relação também afeta os seres humanos produzindo uma nova vida material e intelectual,

produzindo os meios para satisfazer as suas necessidades, os seres humanos coletivamente produzem a sua própria vida material, e no processo produzem novas necessidades humanas cuja satisfação requer outras atividades produtivas. [...] a consciência como tal é o produto natural da atividade humana produtiva e das relações sociais nas quais seres humanos interagem uns com os outros a fim de produzir (SMITH, 1988, p.72).

Aqui cabe uma crítica à ideia de produção em geral para Neil Smith, o pensamento do autor transcende a lógica da mercadoria, do valor de uso e conseqüentemente da mercadoria, para toda a história. Os escritos de Marx em *O Capital* deixam claros que sua análise está fundamentada na sociedade que aparece sintetizada na forma da

mercadoria. “Em outras palavras, não podemos falar de nenhum desses conceitos sem falar dos outros (valor de uso, de troca e valor na mercadoria). Eles são mutuamente dependentes, são relações numa totalidade” (HARVEY, 2013, p.33).

“Marx está preocupado exclusivamente com o modo de produção capitalista. Ele não se ocupa com os modos antigos de produção, com os modos socialistas de produção ou mesmo com os modos híbridos, apenas com o modo de produção capitalista em forma pura” (HARVEY, 2013 p.26), ou seja, a forma da mercadoria não é uma relação em geral, é uma relação determinada historicamente, pelo movimento transformador do capital.

Portanto, uma leitura da produção das sociedades antigas não pode ser lida a partir da forma mercadoria, desenvolvida pelo capitalismo. Assim não podemos falar em uma produção em geral a partir da lei do valor desenvolvida por Marx, isto é uma retroprojeção histórica da lei do valor e das contradições da mercadoria que são próprias da revolução que é/foi o capitalismo.

Essa leitura da produção geral com a natureza sugere uma visão sobre a natureza baseada em sua unidade com a sociedade,

não é a unidade da natureza que preocupa o físico, nem àquele que é idolatrado pelo alarido da “volta à natureza” do movimento ecológico. Para o físico, a unidade da natureza é um produto de severas abstrações conceituais; para o aficionado da “volta à natureza”, a natureza é um produto da racionalização do desejo. Ambas são abstrações ideais. A unidade da natureza que está implicada nos trabalhos de Marx se origina da atividade concreta dos seres naturais, e na prática é produzida através do trabalho. O trabalho dos seres naturais impulsiona as facetas diferentes da natureza, encadeando-as em uma totalidade (SMITH, 1988, p.73)

Mas esta unidade não pode ser observada como uma unidade ideal como descrita acima, temos que compreender como a atividade humana desenvolveu historicamente um papel de diferenciação na natureza. Essa diferenciação da atividade produtiva se fundamenta principalmente na divisão do trabalho e neste momento da história em uma divisão fundamentalmente pelo sexo e pelas condições naturais de força física e cuidado.

É neste momento que se começa a produzir a partir de técnicas rudimentares e de novos entendimentos sobre o funcionamento da natureza, uma produção em abundância e a

divisão social da produção já formada, são as bases para a constituição de classes sociais. A produção em excedente é o pilar histórico para uma economia das trocas. É a partir dos excedentes que valores de uso podem ser trocados por outros valores de uso em um princípio da lógica da mercadoria como forma simples do valor.

Neste momento de aurora de uma economia baseada na troca, as sociedades se complexificam de maneira generalizada e agora temos instituições que começam a regular a troca, como o Mercado e o Estado. Já constituída numa divisão do trabalho clara, a troca cria uma nova relação com a natureza, a produção não se enquadra somente na subsistência imediata, a troca de valores de uso específicos engendra o valor de troca.

Um dos pressupostos para esta economia das trocas nascente é a ampliação da divisão do trabalho que tem como seu fundamento a divisão entre cidade e campo - o espaço da produção, o campo, e o espaço do mercado, a cidade - essa relação mediada pelo valor de troca fundamental que é o dinheiro.

A questão é que com o aparecimento de classes sociais, o acesso à natureza não é distribuído de forma equânime (qualitativa e quantitativamente) entre as classes. A classe dominante, que controla diretamente ou não os meios de produção sociais, certamente controla o excedente apropriado da natureza pelo trabalho humano de terceiros, enquanto a classe trabalhadora opera os meios de produção. Com a propriedade mobiliária, evidencia-se o acesso desigual à natureza, que assume uma dimensão espacial facilmente visível com a separação cidade-campo (1988, p.78).

A partir de toda esta teia complexa que se constitui de divisões sociais, Neil Smith apresenta uma transformação fundamental para a experiência humana sobre a natureza, pois é neste momento histórico que se amplifica um processo de divisão social entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Esse momento da economia para a troca no mercado engendra um processo de alienação fundamental sobre o produto do trabalho e conseqüentemente sobre a natureza, “com o desenvolvimento da produção para troca, o indivíduo humano torna-se um produto social” (SMITH, 1998 p. 81).

Com a produção para troca, a produção da natureza não ocorre somente no nível do indivíduo e da sua pequena comunidade para subsistência, agora a produção da natureza ocorre de “maneira ampliada”

CHALO, *A Produção da Natureza na Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual: notas introdutórias*

Com a produção para a troca, a produção da natureza “ocorre em escala ampliada”. Os seres humanos não produzem somente a natureza imediata de sua existência, mas produzem toda a textura social de sua existência. Desenvolvem uma diferenciação complexa na relação com a natureza, uma natureza social diferenciada, obedecendo o gênero e classe de atividade manual e mental, atividades de produção e distribuição, e assim por diante. (SMITH, 1988 p. 82)

A partir desta reflexão Neil Smith sintetiza um ponto importante para pensarmos a produção da natureza, o autor apresenta o seu conceito de segunda natureza, aquela natureza produzida em sociedade a partir da economia de troca fundamentalmente marcada pelo valor de troca, “O valor-de-troca se enquadra no âmbito da natureza quando a segunda natureza, pela produção de bens, é produzida a partir da primeira. A relação com a natureza é medida pelo valor-de-troca, bem como pelas determinações do valor-uso” (SMITH, 1988 p.84).

Sobre a produção da natureza na economia de troca e a constituição de um complexo tecido social que envolve esta relação, que Neil Smith denomina de Segunda Natureza, ele escreve

Elementos de primeira natureza, antes inalterados pela atividade humana, estão sujeitos ao processo de trabalho e ressurgem como essência social da segunda natureza\ Nesta, todavia, sua forma foi modificada pela atividade humana, não deixaram de ser naturais, no sentido em que agora estão de certa forma imunes contra os processos e forças não humanas — gravidade, pressão física, transformação química, interação biológica. Mas também ficaram sujeitas a um novo conjunto de forças e processos de origem social. Assim, a relação com a natureza acompanha o desenvolvimento das relações sociais e, na medida em que estas são contraditórias, também o é a relação com a natureza (1988, p. 85).

Todo este processo da produção para troca são os fundamentos históricos para a ascensão da economia capitalista como modelo dominante de produção e que conseqüentemente engendra uma nova forma específica de produção da natureza⁶. Neste momento da história, o capitalismo revoluciona a sociedade ocidental com a sua

⁶ A lógica da determinação social não é a simples racionalização, que emerge imediatamente da necessidade de produção e consumo de valores de uso, nem mesmo na racionalização da produção para troca. Ao contrário, é uma abstração lógica que se junta à criação e acumulação do valor social, o qual determina a relação com a natureza no capitalismo. Então, o movimento do abstrato para o concreto não é simplesmente uma idealização conceitual sonhada por Marx, mas é uma contínua e real transferência obtida na relação com a natureza no capitalismo; determinações abstratas no grau do valor são continuamente transferidas para a atividade social concreta na relação com a natureza (SMITH, 1988 p.87).

organização de forma mais complexa, baseada em uma divisão clara da sociedade em classes sociais, trabalhador livre dos meios de produção, uma divisão técnica do trabalho na produção, relações familiares que são o núcleo da reprodução do capital e o Estado capitalista - presente fundamentalmente a partir das revoluções burguesas na Europa - como ente fundamental para a reprodução ampliada da economia capitalista.

Mas neste momento histórico profundamente revolucionário, a natureza se transforma em objeto da produção, “ela [a natureza] e em sua totalidade um acessório para o processo de produção” (SMITH, 1988, p.88), a relação com a natureza está profundamente mediada a partir das relações de produção para o lucro. “A primeira natureza é destituída do fato de sua primitividade, sua originalidade. A causa desta troca qualitativa nesta relação com a natureza repousa na relação alterada entre o valor-de-uso e o valor-de-troca” (SMITH, 1988, p.94).

No capitalismo, a produção da natureza se configura com características universalizantes, configurando uma verdadeira unidade na natureza, “mas essa unidade não deve ser mostrada como significando uma indiferenciada natureza” (SMITH, 1988 p.97).

Neil Smith sintetiza essa discussão sobre a produção da natureza e sua unidade

a diferença entre gravidade e lei do valor não preocupa o que pode e o que não pode ser produzido desde que o efeito da gravidade possa ser facilmente oposto e alterado completamente, e resultados contrários obtidos, simplesmente pela identificação e aplicação social de outras leis da natureza. Nós fazemos isto todo tempo, nós fazemos uma aeronave voar, por exemplo. A distinção fundamental que precisa ser feita é, entretanto, entre o que pode e o que não pode ser destruído para ser substituído. Esta distinção é realizada no processo prático da história social, não como um processo de especulação filosófica. Olhando para o passado histórico, as indicações são de que a lei de gravidade não pode ser destruída, mas, entretanto, pode ser contrariada em sua forma atual, como operação socialmente determinada, contudo a lei do valor pode ser destruída (1988, p. 99).

Assim nos demonstra que produção capitalista historicamente tem sido produzida como uma lei natural produzida socialmente.

O processo de produção capitalista em sua busca continua e exponencial para se revalorizar e absorver excedentes de capital, coloca a natureza em um ponto

fundamental deste processo, “A meta do capital é a produção na natureza na escala global e não somente um crescente manejo habilidoso sobre a natureza” (SMITH, 1988 p. 103)⁷.

Entretanto a produção da natureza não é só fenômeno da escala da produção de mercadorias, a produção da natureza é uma totalidade que extravasa o território da produção das mercadorias, portanto a natureza é produzida nem sempre como mercadoria, mas como consequência do processo de (re)produção do capital.

250

Neil Smith sintetiza esta ideia no seguinte trecho

mais completa e elaborada das produções humanas, o sistema capitalista, é, ao mesmo tempo, a mais anárquica. Assim como poluentes são produtos integrativos do processo de produção, embora não sejam seu objetivo imediato, a maior parte da produção da natureza não é a meta deliberada da produção. O processo de produção é quase deliberado, mas seu objetivo imediato, lucro, é considerado em termos do valor de troca, não valor de uso. Este tipo de controle é de importância vital, mas somente quando é considerado dentro do contexto. A primeira questão não é se ou em que extensão a natureza é controlada; esta é uma questão colocada na linguagem dicotômica da primeira e segunda naturezas, do domínio ou não domínio pré-capitalista sobre a natureza. A questão realmente é como produzimos a natureza e quem controla esta produção da natureza (1988, p. 93).

O autor nos ajuda a compreender melhor as implicações sociais da produção da natureza é,

Mais comumente, alguns aspectos da natureza podem ter sido alterados dramaticamente em sua forma física, pela atividade humana, sem que houvesse de alguma maneira um investimento de tempo de trabalho socialmente necessário. A produção da síndrome do choque tóxico, câncer, e outras doenças humanas produzidas são muitos exemplos, assim como as alterações climáticas oriundas da atividade humana. Como elementos de primeira natureza eles são produzidos, embora não como mercadorias (1988, p. 96).

⁷ Essa reflexão pode sugerir uma ideia de dominação/controla da natureza, entretanto “matéria não é, de qualquer forma, dominada ou controlada por um mundo de abstração - isto rapidamente desembocaria no idealismo, mas partes específicas da matéria no mundo são produzidas (isto é, sua forma é alterada) de acordo com leis abstratas, necessidades, forças e acidentes da sociedade capitalista” (SMITH, 1988 p. 103)

A produção da natureza causa impactos incontroláveis às classes sociais em diferentes lugares em diferentes espaços e tempos. Neste sentido, temos que compreender a produção da natureza e suas implicações, que são processos fundamentais para a produção do espaço no capitalismo. Só assim, conseguiremos desvendar a geografia do capitalismo a partir uma base conceitual que compreenda a relação entre produção da natureza e a produção do espaço na teoria do desenvolvimento geográfico desigual.

Referências Bibliográficas

- BACON, Francis. *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza – Nova Atlântida*. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- CHAUI, Marilena. *Brasil - mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DUARTE, R. A. P. *Marx e a Natureza em O Capital*. São Paulo: Loyla, 1986.
- ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- _____. *Para entender O Capital. Volume 1*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2006.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da Crítica da Economia Política*, São Paulo: Boitempo, 2011.
- MUSSE, Ricardo. *Sistema e Método no Último Engels. Discurso*. Departamento de Filosofia da FFLCH da USP, São Paulo, v. 30, p. 87-100, 1999.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Os (Des)caminhos do Meio Ambiente*. 15ª. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- SCHMIDT, Alfred. *El concepto de naturaleza en Marx*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1976.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Semântica urbana e segregação: Disputa simbólica e embates políticos na cidade "empresarialista"*. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana. (Org.). *A cidade contemporânea: Segregação espacial*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Data de Submissão: 28/05/2018

Data da Avaliação: Data da Avaliação: 01/08/2018

RELATOS

A RESSIGNIFICAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: Um Relato Sobre o Curso de Extensão “Meio Ambiente e Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável”

Letícia Mello de Mendonça¹

253

Resumo: Este trabalho apresenta um relato sobre as discussões realizadas no âmbito do curso “Meio Ambiente e Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável”, coordenado pelo Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira e ministrado pelos professores da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Os encontros abordaram temas técnicos e sociológicos, incluindo questões políticas, sociais, econômicas, espaciais e ambientais, à luz da geografia.

Palavras-chave: meio ambiente; desenvolvimento sustentável; geografia; geopolítica; sustentabilidade.

THE SIGNIFICANCE OF THE ENVIRONMENT:

A Report on the Extension Course "Environment and Geopolitics of Sustainable Development"

Abstract: This paper presents an account of the discussions held within the framework of the course "Environment and Geopolitics of Sustainable Development", coordinated by Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira and taught by the professors of the Postgraduate in Geography of the Federal Rural University of Rio de Janeiro. The meetings covered technical and sociological issues, including political,

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista de Iniciação Científica [PIBIC-CNPq, 2016-2017 e 2017-2018], desenvolvendo a pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Reestruturação Produtiva: Análise sobre a cidade de Seropédica. Membro do Grupo de Pesquisa Reestruturação Econômico-Espacial Contemporânea, vinculado ao LAGEP - Laboratório de Geografia Política e Econômica [DGG/UFRRJ]. Monitora do curso de extensão “Meio Ambiente e Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável”, coordenado pelo Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira (PPGGEO-UFRRJ).  <https://orcid.org/0000-0003-3320-6753>.

social, economic, spatial and environmental issues, in the light of geography.

Keywords: environment; sustainable development; geography; geopolitics; sustainability.

LA RESIGNIFICACIÓN DEL MEDIO AMBIENTE:

Un Relato Sobre el Curso de Extensión "Medio Ambiente y Geopolítica del Desarrollo Sostenible"

Resumen: Este trabajo presenta un relato sobre las discusiones realizadas en el marco del curso "Medio Ambiente y Geopolítica del Desarrollo Sostenible", coordinado por el Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira y ministrado por los profesores del Postgrado en Geografía de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro. Los encuentros abordaron temas técnicos y sociológicos, incluyendo cuestiones políticas, sociales, económicas, espaciales y ambientales, a la luz de la geografía.

Palabras Clave: medio ambiente; desenvolvimiento sustentable; geografía; geopolítico; sostenibilidad.

Introdução

O curso de extensão “Meio Ambiente e Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável”, promovido pelos docentes da Linha 1 – Espaço, Política e Planejamento, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [PPGGEO-UFRRJ], foi realizado em dez manhãs consecutivas das quintas-feiras no mini-auditório do Jardim Botânico, no campus-sede da UFRRJ, das 8:00 h às 12:00 h, entre os dias 06 de setembro e 8 de novembro de 2018, com a carga horária total de 40 horas. Tratou de uma reflexão coletiva – a partir especialmente da Geografia, mas sem abdicar da multidisciplinaridade – de tratar o meio ambiente em seus diversos matizes.

Afinal, o meio ambiente se tornou um tema de grande importância no último século. As bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki, ao passo que marcam o fim da Segunda Guerra Mundial, dão início a preocupações para além da guerra: a capacidade de destruição em massa da natureza e da própria humanidade. Este marco simbólico levanta questões históricas e atemporais – passado, presente e futuro são postos em

cena –, pois tamanha destruição nunca havia sido vista, e afetaria tanto a geração atual (entre mortos e sobreviventes) como as gerações futuras (OLIVEIRA, 2011).

O debate se intensifica a partir da década de 70, quando as Nações Unidas – organização criada após a guerra a fim de promover e manter a paz – assume a importância da questão ambiental no cenário internacional. Nesse sentido, o tema toma proporções para muito além das bombas nucleares: o uso de agrotóxicos, o desmatamento, o aumento do nível dos mares, o aquecimento global. Todos esses assuntos remetem à realidade do nosso tempo, da nossa história, e atingem um patamar onde não é mais possível medir escalas, pois o perigo é global. Mais uma vez, a humanidade atinge um ponto de atenção para a possibilidade da sua própria extinção.

Nos últimos 46 anos, tivemos três grandes conferências internacionais promovidas pelas Nações Unidas – as Conferências das Partes de Estocolmo (1972), a ECO-92 (1992) e a Rio+20 (2012) – e dois tratados internacionais de grande porte – o Protocolo de Kyoto (1997) e o Acordo de Paris (2015) – todos estes dedicados exclusivamente à temática ambiental. As nuances da discussão levantam também um ponto central acerca do cenário mundial: o sistema capitalista, edificado sobre a visão econômica do desenvolvimento, e sua influência na dicotomia destruição/conservação da natureza.

Tal dicotomia é observada na história do próprio sistema. O carvão, fonte de energia desbravada pela Primeira Revolução Industrial no final do século XVIII, garante o aumento da produção ao mesmo tempo em que se amplia a poluição atmosférica. O petróleo, concebido na Segunda Revolução Industrial, é o principal recurso natural utilizado na produção de quase tudo o que é consumido pela população ao redor de todo o mundo e carrega consigo um histórico de desgaste ambiental imensurável. O crescimento econômico dos países se constrói sobre uma industrialização que utiliza de forma inescrupulosa os recursos naturais necessários para a sua própria criação e manutenção. À medida que o capitalismo avança, há um retrocesso na preservação da natureza.

Foi com base na relevância e na atualidade do debate sobre a sustentabilidade ambiental desse sistema pautado no desenvolvimento industrial econômico que este curso de extensão foi proposto, e foi a partir de subtemas também relevantes e atuais que nos dez encontros foram abarcadas diferentes abordagens do olhar da geografia – ciência que une todos os meios que constroem o todo: o meio físico, espacial e natural com o meio político, social e econômico. Garantia-se, assim, uma discussão profunda e expressiva sobre a questão ambiental.

Encontros e discussões

A abertura foi realizada pelo coordenador do curso de extensão Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira, intitulada “A emergência da problemática ambiental contemporânea”. Leandro Oliveira foi o idealizador do curso, criado com base em discussões anteriores sobre a questão ambiental e a geopolítica do desenvolvimento sustentável, como em uma palestra homônima ministrada na própria UFRRJ para o curso de Relações Internacionais pelo professor. O professor possui vasto histórico de escrita sobre desenvolvimento sustentável, tendo tratado do tema desde a sua monografia até o doutorado.

O início do curso não poderia se dar de forma diferente: é necessário estruturar a discussão pelo seu contexto histórico, mostrando onde se iniciaram os debates da temática ambiental no cenário internacional, e definir os rumos tomados até o consenso do conceito de desenvolvimento sustentável. O professor remete a discussão à formação inicial do sistema capitalista, tratando da relação entre a sociedade e a natureza, evidenciando a perspectiva do homem como trabalhador – em que o contato com a natureza se coloca como um escape da rotina de produção das novas cidades capitalistas. É com a maturação da forma de produção capitalista, e, conseqüentemente, a hegemonia econômica e política dos Estados Unidos, que se observa uma redefinição da natureza como recurso – e, posteriormente, como mercadoria. A proteção ambiental toma então um viés mais econômico do que ecológico. Esta afirmação carrega um contexto de marcos históricos da geopolítica mundial, como os choques do petróleo em 1973 e 1979 – reafirmando a disputa pelos recursos naturais; como a teoria de Malthus reeditada na década de 70 sobre o crescimento populacional desproporcional à

produção de alimentos e conseqüentemente uso de recursos; e até mesmo do surgimento do conceito de globalização, que envolve o aumento do consumo e da circulação de mercadorias pelo mundo.

Referente à cronologia das grandes conferências internacionais, a primeira em Estocolmo (1972) propunha o congelamento do desenvolvimento para garantir a conservação ambiental, que não seria possível ou coerente com o próprio funcionamento do sistema capitalista, dando lugar ao conceito de desenvolvimento sustentável na ECO-92 (1992) – retomado com destaque durante a Rio+20 (2012) – que busca unificar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente.

No segundo encontro, “Epistemologias, Políticas e Economias da Natureza: Modernidade em Xeque”, ministrado pelo professor Guilherme Ribeiro, foi proposta uma revisão da formação científica da natureza pela ciência moderna. Aqui, a natureza é reinventada como externa ao homem, perdendo o seu sentido sagrado e mítico. A discussão remete ao olhar de Galileu, Newton, Darwin e demais cientistas do início da era moderna, passando pela Revolução Científica e pelo Iluminismo, onde a natureza é contemplada pela lógica e pela razão, dotada de leis próprias – estas não mais divinas. Esta natureza passa então a adentrar o imaginário do homem colonizador, fazendo parte das disputas territoriais e do processo civilizatório, em suma contado por um viés exclusivamente eurocêntrico. Este encontro trata também do nascimento da geografia enquanto ciência de descrição da natureza e da sua formação político-territorial. A geografia, nesse sentido, se apresenta como uma ciência que auxilia na conquista da natureza.

Em seguida, ainda no segundo encontro, tratamos das contradições do capitalismo por uma leitura marxista, observando a natureza como matéria-prima da produção e, por conseguinte, da acumulação de capital. Os recursos naturais se tornam escassos à medida que a indústria se desenvolve, tornando a crise do capitalismo essencialmente atrelada à crise ambiental, uma vez que toda produção depende da força motriz de recursos não-renováveis. Uma mudança estrutural para um caminho mais sustentável representaria o colapso da lógica capitalista e a necessidade da criação de um sistema

mais ecologicamente consciente. Dessa forma, um caminho teórico se apresenta: o pós-colonialismo, ressignificando a natureza novamente, considerando novos e antigos saberes, como o conhecimento de comunidades locais e do campo.

Após esta parte introdutória, composta por dois encontros, a segunda parte do curso se debruçou sobre uma visão mais pautada em conceitos físicos da geografia. A noção desses conceitos e as discussões levantadas são tão importantes quanto a questão político-social-econômica para o desenvolvimento sustentável. É impossível conceber o conhecimento do que tratamos como sustentabilidade ambiental e econômica sem compreender os pormenores da análise ambiental que determinam a realidade física que observamos hoje.

No terceiro encontro, tratando da climatologia, o professor Andrews Lucena apresentou a temática “Mudanças Climáticas e Aquecimento Global”. São identificadas as composições dos principais gases do efeito estufa e apresentados fenômenos naturais como *El Niño* e *La Niña*, com o fim de expor as diferenças entre as causas naturais e as causas antrópicas referentes às mudanças climáticas e os impactos consequentes. Entendemos as limitações dos modelos preventivos que são realizados em muitos trabalhos científicos e as diferentes argumentações sobre os dados dispostos pelos órgãos internacionais.

O quarto encontro foi realizado pelo professor Heitor Soares de Farias e denominado “Risco e Vulnerabilidade a Eventos Climáticos Extremos”. Esse debate incluiu a cronologia da evolução dos conceitos geográficos sobre a dinâmica dos ecossistemas. Desse modo, é possível identificar a inclusão do homem na análise do ecossistema ao longo das teorias e os diferentes níveis da sua atuação e interferência no meio ambiente. Foram expostos também diferentes conceitos, como potencialidade, suscetibilidade e fragilidade, por exemplo, para possibilitar o entendimento dos diferentes graus da ação humana no seu meio e a resposta ambiental a ela. É possível observar que a análise socioeconômica não se distancia da abordagem da geografia física: os conceitos de vulnerabilidade e risco são diretamente ligados à questão ambiental, determinando quais áreas são mais propensas a grandes impactos ambientais e auxiliando na

elaboração de um planejamento mais objetivo para garantir a proteção do meio ambiente e da população que reside em áreas de risco afetadas.

O quinto encontro intitulado “Modelagem Ambiental de Cenários dos Incêndios Florestais” pelo professor Gustavo Mota de Sousa exemplificou o planejamento feito para situações de risco que foi conceituado no encontro anterior. Utilizando-se de conhecimentos de geocologia e geocartografia, a exposição foi centrada no uso de tais ferramentas para mapeamento, compreensão e evidentemente prevenção de incêndios florestais. Assim, um trabalho extenso de edição de imagens, ortofotos e mapeamento ostensivo com base em algoritmos para construção de polígonos de pequenas classificações do solo foi demonstrado para os presentes. Com base em sua tese de doutoramento, professor Gustavo Mota apresentou o “mapa de potencialidade de incêndio”, fruto do diálogo entre os mapas de combustibilidade e de risco à deflagração de incêndios.

O sexto encontro “Desastres Ambientais e Planejamento Ambiental” seguiu a linha de exemplificação do planejamento ambiental, dessa vez abordando os Sistemas de Informações Geográficas (SIG), que garantem a reunião de dados para o planejamento de prevenção e resposta a desastres ambientais. São contribuições diretas da área de geoprocessamento e georreferenciamento para a construção de uma base de dados, com mapas temáticos e planos de informações que possibilitam uma análise geográfica e socioeconômica completa para planejamento da atuação direta em situações de emergência. O professor Tiago Badre Marino, responsável pela apresentação, trouxe a recente discussão sobre o incêndio ocorrido no Museu Nacional (2018), indicando como é feita a utilização de uma plataforma SIG para o manejo dos recursos hídricos pelo Corpo de Bombeiros Militares do Rio de Janeiro (CBMERJ) e como ocorreu o acidente, apontando as dificuldades da emergência. Vale ressaltar que a plataforma utilizada pelo CBMERJ é produto de uma parceria entre os laboratórios de geoprocessamento da UFRRJ e da UFRJ (representada pelo professor Jorge Vieira da Silva), desde a sua concepção até seu desenvolvimento e aplicação. A plataforma gratuita, cujo nome é Vicon Saga, foi utilizada também na ajuda brasileira concedida ao terremoto ocorrido

no Haiti (2010), da qual o professor também participou diretamente. O desastre ambiental definido pela ONU como um desastre internacional – pois foi necessária ajuda econômica direta de outros países para a reconstrução do país – acarretou cerca de 320 mil mortes e a destruição de grande parte da infraestrutura do Haiti. Esta ação específica colaborou com o mapeamento de pontos críticos do país para que fosse possível garantir uma resposta emergencial caso necessária.

Um outro ponto relevante é contribuição das universidades públicas em parceria para a ação direta do Estado em situações de emergência. O desenvolvimento de uma plataforma colaborativa como a Vicon Saga permite a participação da sociedade civil para a contribuição na solução de problemas como o acidente do Museu Nacional, assim como a possibilidade de planejamento do Estado para situações emergenciais do tipo. O acesso gratuito e o aprimoramento constante da plataforma também garantem o apoio a diversos estudos científicos e aplicados, ressaltando a importância dos produtos e da ciência praticada dentro das universidades brasileiras gratuitas e de qualidade.

A parte final do curso envolveu três encontros pautados nos questionamentos por uma abordagem mais teórica sobre a ordem mundial e a discussões importantes sobre a questão urbana – imprescindível para a análise do desenvolvimento sustentável como um todo.

Partindo da escala global, o professor André Santos da Rocha discutiu “A Ordem Internacional da Globalização”, utilizando como base geógrafos renomados como o brasileiro Milton Santos e o britânico David Harvey. A teoria do saudoso geógrafo Milton Santos sobre globalização consiste em um tripé da técnica, da informação e do dinheiro como aspectos essenciais. Harvey caracteriza a globalização como a diminuição das distâncias pelo aumento da velocidade de circulação dos aspectos do tripé concebido por Santos. Em ambas as teorias, a multipolaridade das relações econômicas internacionais, culminando historicamente com a hegemonia militar estadunidense, definem a realidade mundial atual. O conhecimento impacta diretamente a produção, uma vez que a intensa circulação de informações possibilita o desenvolvimento de novas tecnologias, e o arranjo da reestruturação produtiva-espacial já é visível a olho nu.

Conseqüentemente, também aumentam o consumo e o uso inescrupuloso dos recursos ambientais – não um uso ilimitado, pois os recursos são finitos e a crise do sistema capitalista é diretamente ligada à emergência da crise ambiental. A natureza não funciona mais sem a incorporação do homem, e vice-versa.

Nesse encontro, foi exibida uma apresentação da empresa multinacional de telecomunicações Nokia, que retrata bem a morfologia da tecnologia atual. O vídeo “*Nokia Morph Concept*”² exprime a relação homem-tecnologia como uma nova fase da relação homem-natureza: um aparelho de última geração que se adapta e supre (quase) todas as necessidades da vida cotidiana. É uma ilustração de como a lógica do capital se associa facilmente às necessidades sociais da população – assim como um *smartphone* pode cumprir boa parte das atividades de uma pessoa, o capital é capaz de absorver as funções do Estado em termos de políticas para o desenvolvimento. Um exemplo prático é como as ajudas humanitárias realizadas pela ONU em parceria com países desenvolvidos podem encobrir interesses econômicos na disputa geopolítica por recursos naturais, como acontece no Oriente Médio. Santos caracteriza a globalização como parte da realidade como ela é, perversa, não-solidária, desumana. Uma realidade em que o ser humano – assim como o meio ambiente – são postos em segundo plano, com o capital a sua frente. O professor André Rocha volta à ideia definida na ECO-92 e retomada na Rio+20, apresentadas no primeiro encontro pelo professor Leandro Dias, de como se consolida a noção de que o desenvolvimento é a prioridade – e a sustentabilidade, secundária. O teor do desenvolvimento sustentável é muito mais econômico e financeiro do que político e ecológico. Novamente, a natureza é definida como recurso, ainda que seja para a manutenção da vida, mas um recurso dotado de valor econômico.

O professor André demonstra, por meio de uma discussão sobre a Amazônia, como é possível que o meio ambiente seja retratado essencialmente na forma de mercadoria. A floresta é palco de disputas de controle geopolítico e estratégico. Grande parte da reserva potável de água mundial está presente na região, onde também se localizam

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IX-gTobCJHs>. Acesso em: 29 de março de 2019.

grandes reservas de fornecimento de oxigênio pelas árvores e a maior reserva de biodiversidade do planeta. Dessa forma, a região se torna os maiores mercados de água, de ar e da vida, respectivamente. O acesso à floresta tropical é interesse mundial, afinal, como já dissemos, os recursos são cada vez mais raros pela sua finitude.

O oitavo encontro tornou a discussão mais próxima da escala local-regional. A crise urbana do capitalismo é abordada pelo professor Maurílio Lima Botelho na apresentação “Insustentabilidade Urbana e Crise da Cidade”. Ele tratou especialmente da superação de aspectos do sistema capitalista que apoiavam o seu crescimento. São estes: a obsolescência das fronteiras estatais para a globalização, a geração de emprego por meio do avanço tecnológico, a produtividade do trabalho humano, o aumento do valor da moeda, a concorrência e a legitimidade do Estado. Todos estes aspectos, uma vez tidos como positivos para o desenvolvimento do capital, hoje são postos como contradições pela lógica econômica. A crise urbana é decorrente destes mesmos aspectos: ela é um produto da crise do próprio capitalismo. Sua principal expressão é a crise habitacional. O aumento da reprodução social que diminui o valor da força de trabalho, a unificação entre a moradia e o trabalho com o crescimento dos trabalhos informais e empreendedores, a destruição dos espaços públicos pela desigualdade social, o espraiamento desenfreado das áreas urbanas em detrimento do campo, a militarização da vigilância e a crescente favelização são importantes exemplos dessa crise. O aumento da área urbana requer o aumento nos investimentos de infraestrutura, que muitas vezes são limitados e acompanham a crise ambiental. A dependência da sociedade de condições materiais fabricadas com plástico, concreto e aço – a base de, possivelmente, todos os recursos manufaturados utilizados por toda a população mundial, ou pelo menos pela sua maioria – evidencia a dependência da indústria e do urbano, essências do capitalismo, e da sua conseqüente utilização irrestrita de recursos naturais. Nesse contexto, é exemplo da insaciável lógica da acumulação a produção de alimentos, que apesar de ultrapassar a necessidade de abastecimento de toda a população mundial, ainda reflete áreas sem acesso à comida assoladas pela fome e áreas em que há frequente desperdício dos alimentos pelo excesso de produção. A crise urbana do capitalismo revela rupturas espaciais, que não se restringem mais apenas a

determinadas regiões ou locais, como os impactos globais da mudança climática; rupturas temporais, como o manejo da energia nuclear, que impacta gerações atuais e futuras; e rupturas biológicas, como a manipulação de genes ou até mesmo materiais fabricados absorvidos pelo corpo humano e alteram seu funcionamento que alteram a dinâmica natural do meio ambiente.

O penúltimo encontro, “Crise Estrutural e Contradições Ecológicas”, tratou de uma análise da contradição entre a lógica do capital e suas aplicações práticas. O professor Márcio Rufino Silva iniciou o debate apresentando um planejamento de sustentabilidade urbana elaborado em 2011 para o ano de 2022 em São Paulo. No documento, consta o “Diário de um Paulistano”, uma narrativa da vida cotidiana pela percepção de um morador da cidade após as mudanças citadas no documento serem realizadas. As propostas garantem uma remodelação não apenas do espaço urbano, mas de toda a organização social, econômica, política e ambiental da cidade. São levantados aspectos como a descentralização das tomadas de decisões governamentais para uma escala mais local, aumentando a participação de toda a população; a adaptação do sistema público de transporte, garantindo um aumento da mobilidade urbana e diminuindo a quantidade de carros, e conseqüentemente, a poluição causada pelos mesmos; a diminuição do consumo exacerbado, onde haveria maior consciência do uso de recursos para as necessidades básicas da população e o aumento de práticas sustentáveis como a reciclagem; o acesso democrático à internet; mudanças na infraestrutura da cidade também se mostram essenciais, como saneamento básico acessível a toda população; e até mesmo mudanças estruturais de cunho social, com assistências e incentivos às mães trabalhadoras e à população marginalizada, diminuindo a incidência do machismo e do racismo.

A construção desse espaço e, por conseguinte, a transformação dessa sociedade parece utópica e inalcançável pela lógica de funcionamento do sistema que, por meio de uma produção insustentável, visa a acumulação de capital por si só. Nesse sentido, são postos de lado as necessidades sociais da população em função do grande consumo e seu lucro proveniente. David Harvey, como já tratamos neste artigo, diz que o sistema apresenta

contradições, causando desigualdades sociais, espaciais e econômicas. Considerando Neil Smith, que apresenta a dialética dessa lógica que desafia o meio ambiente, em que o desenvolvimento econômico se baseia na produção dependente dos recursos naturais para produção de energia e matérias-primas que estão se tornando escassos, o professor aponta que o controle da natureza pelo capital é uma utopia. Apesar desse paradoxo existir, o capitalismo tem o histórico de adaptação e manejo de suas crises. Nesse sentido, o capital segue seu ritmo de reinvenção independente dos obstáculos que surgem: Naomi Klein trata dessa questão em “*A Doutrina do Choque: a Ascensão do Capitalismo de Desastre*” (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008), sobre como a produção e acumulação são possíveis mesmo em situações de guerra, e exemplos como a privatização do ensino público após o furacão Katrina em 2005 nos Estados Unidos mostram que o capital segue seu fluxo apesar dos fluxos naturais que se contrapõem. Soluções paralelas como a exportação das crises pelo mercado financeiro e negociações políticas, inclusive de questões ambientais, também são observadas no cenário mundial.

Essa realidade é introduzida também na organização da sociedade. A alienação em relação à natureza, à produção e à própria humanidade – conceito abordado por Karl Marx em sua vasta obra (ver, por exemplo, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, 2004 [1944]) – são reflexos dessa mesma concepção. O individualismo dos homens, sua indiferença à proteção do meio ambiente, o consumo e o desperdício exacerbados de recursos mostram a sobreposição da propriedade privada sobre questões sociais e coletivas. Essa abstração dos aspectos comunitários e a desvalorização do mundo dos homens e da natureza pelo consumo ilimitado de mercadorias indica a dicotomia entre racionalidade e irracionalidade, e os principais pontos da crise estrutural do sistema, em que o desenvolvimento econômico pela acumulação de capital revela a sua própria insustentabilidade. O professor Marcio induz então um questionamento extremamente relevante: *é possível disciplinar o capital?* Pelas análises dos grandes geógrafos contemporâneos que utilizamos como base em todo o curso, essa pergunta se mantém, até o momento, com uma resposta negativa.

Chegamos então ao último encontro, ministrado pelo professor Leandro Dias de Oliveira, que retoma o diálogo iniciado por ele no início do curso. “Desenvolvimento Sustentável: Geopolítica e Ideologia” é o título desta conversa que encerra nosso debate sobre a questão ambiental contemporânea, em que tratamos do conceito como ideologia e analisamos a participação brasileira e as discussões internacionais, a fim de imaginar uma solução para a problemática ambiental hoje.

Como já discutimos, a geopolítica do desenvolvimento sustentável indica a atuação de uma espécie de novo imperialismo pelo domínio dos recursos naturais. O termo, vago e impreciso na sua concepção, reflete a ideia de um uso racional da natureza, que combina os preceitos da liberalização produtivo-econômica e a conservação do meio ambiente. Dessa forma, o conceito é passível de diversas interpretações e, em sua maioria, a economia se sobrepõe à ecologia. As contradições do espaço também fazem parte dessa análise: a proteção do meio ambiente precisa ser feita sem limites geográficos, em escala global, ainda que o cenário internacional mostre grandes desigualdades político-econômico-sociais entre países.

Sobre as conferências ambientais internacionais, é impossível relativizar a importância desses espaços de discussão. Ainda que a natureza seja o ponto central da existência da vida como um todo desde o Big Bang, só agora – há menos de 50 anos – que a preocupação com a sua proteção se tornou um assunto estratégico de interesse internacional. Apesar da criação de fóruns globais sobre o assunto, ainda há lacunas na sua efetividade: o vácuo temporal entre as conferências das Nações Unidas é um exemplo, acontecendo em longos períodos de 20 anos. Essa constatação nos permite refletir sobre como podemos resolver questões do nosso tempo se as discussões se realizam entre gerações. Postergamos as análises do presente para soluções futuras – que talvez nunca se realizem.

A escolha dos países-sede reflete a cronologia da apropriação da visão ecológica, como diversas vezes salientamos neste artigo: a primeira conferência foi realizada em Estocolmo (1972), na Suécia, um país europeu símbolo do desenvolvimento industrial e que carrega também um símbolo da sua crise, a poluição. A discussão passa a ter um

caráter mais enviesado quando o discurso da despoluição, ou seja, a conservação ambiental por si só, passa a dar lugar para uma preocupação maior: a proteção da biodiversidade, representada pelo Brasil nas duas conferências seguintes, a ECO-92 (1992) e a Rio+20 (2012). Nesse sentido, a biodiversidade surge como recurso, contemplada pelo nascimento de conceitos como “capital natural” e “economia verde”.

Os relatórios que constroem os discursos das conferências também evidenciam a transformação do pensamento: inicialmente, o Relatório Meadows, “Limites do Crescimento” (MEADOWS et. al., 1973) propõe o congelamento do desenvolvimento industrial mundial e interpreta a necessidade de ação para a conservação ambiental como única saída para a manutenção da vida humana. Mas o capitalismo depende da sua expansão constante, não havendo espaço para obstruções. Evoluímos então para o Relatório Brundtland, o “Nosso Futuro Comum” (1988), com uma visão mais otimista e que apresenta ao mundo o conceito de desenvolvimento sustentável, buscando combinar crescimento econômico com preservação ambiental. A *Agenda 21*, assinada durante a Eco-92, reitera os objetivos do desenvolvimento sustentável em todas as suas frentes: social, política, ambiental e, principalmente, econômica.

Analisando a participação do Brasil nas discussões ambientais internacionais, o professor Leandro apresenta o histórico fundamentado de um país em desenvolvimento: em Estocolmo, ainda sob o regime da ditadura civil-militar, o Brasil tomou a liderança dos países periféricos em busca do seu lugar à mesa. É inconcebível, a este ponto, retroceder o industrialismo em economias emergentes. Nos anos seguintes, de 1992 e 2012, respectivamente, o Brasil é país-sede e revela suas características políticas e econômicas em consonância com a ideologia do desenvolvimento sustentável: primeiro, temos um país essencialmente neoliberal; em segundo, um país com aspectos neoliberais, mas um Estado forte, que se compromete possuir maior protagonismo na conservação do meio ambiente. O Brasil é uma escolha-chave para sediar as conferências que tratam do desenvolvimento sustentável, uma vez que apresenta suas contradições à altura: possui uma das maiores reservas de biodiversidade mundial, mas sofre com o desmatamento e a grande emissão de

poluentes; é um dos principais fornecedores de matérias-primas, mas possui um vasto uso de agrotóxicos; entre outras questões.

Retomando a construção ideológica do desenvolvimento sustentável, é possível observar uma crescente desconfiança que envolve o conceito: a presença ativa de interesses de grupos específicos, sejam eles financeiros ou políticos; o descrédito nos acordos internacionais, que pautam mais sobre sua capacidade de influência e discursos do que deliberações efetivas; o desencanto com medidas simplistas de longo prazo realizadas em megaeventos que atribuem eufemismos a estes discursos sobre a realidade alarmante que se apresenta diante de nós. Vemos a apropriação direta do capital sobre o meio ambiente, a exemplo dos mercados de crédito de carbono, que precificam em último nível os impactos ambientais. Caminhamos para uma minimização da relevância dos problemas ambientais refletidas nos tratados internacionais, como metas não cumpridas, a não adesão do país mais poluente do mundo ao Protocolo de Kyoto (1997) e o estabelecimento de metas próprias e individuais no Acordo de Paris (2015) em detrimento de esforços conjuntos e globais na proteção ambiental.

Após a Rio+20, as discussões giram em torno da necessidade de um ajuste do sistema ao seu obstáculo, ao invés de simplesmente contorná-lo, como vimos com as crises ambientais que se sucederam até hoje. É necessária uma revisão do desenvolvimento sustentável em seu cerne. Os debates realizados no curso nos permitem pensar: *será possível um novo modelo de desenvolvimento pós-sustentável? Como esta reformulação ideológica poderia ser posta em prática?*

Definimos a morfologia dessa transformação elencando pontos centrais: a repolitização do meio ambiente, incluindo a ressignificação da relação sociedade-natureza, dessa vez concebendo a indissolubilidade de ambos; afastar as amarras empresariais e produtivas que visam mercantilizar a natureza, transformando-a em uma simples jogada de marketing em função do lucro e do uso de recursos; a relevância da produção teórica e científica sobre a problemática ambiental; e, por fim, a necessidade de revisitar conhecimentos que o sistema produtivo capitalista não foi capaz de dissolver, como

formas alternativas de uso dos recursos naturais para suprir as necessidades humanas de forma mais consciente e solidária.

Agradecimentos

A realização deste curso só foi possível pela contribuição dos professores e participação dos alunos. Tivemos inscritos da UFRRJ e da comunidade local, professores da rede pública, formações dos mais diversos níveis e áreas, incluindo alunos da graduação e do mestrado em Geografia, Relações Internacionais, Gestão Ambiental, Economia, Turismo e Educação do Campo, entre outras. Todos os presentes participaram ativamente dos debates, levantando questões e observações pertinentes a cada encontro, possibilitando uma junção de diferentes abordagens e visões que tornaram o curso como um todo coeso e agradável. A abertura para diálogos amplos como este é essencial para a formação de um ensino de qualidade, em que a imposição da autoridade e de limites à ciência se mantém do lado de fora, e a troca de conhecimento com diversas possibilidades de prática adentram o ambiente.

Deixo registrado o agradecimento pela possibilidade de fazer parte dessa iniciativa, ao professor Leandro que possibilitou a sua realização, ao colega André Herzog, que também atuou como monitor, aos professores que dividiram seus conhecimentos em diferentes áreas da Geografia e aos alunos que alimentaram esse debate tão importante para os dias atuais.

Referências Bibliográficas:

AGENDA 21. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. A Agenda 21. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – 1988. *Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988 [1987].

KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: a Ascensão do Capitalismo de Desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 [1944].

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. *Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973 [1972].

OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)*, 2011. 283 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, 2011b.

* * *

CURSO DE EXTENSÃO “MEIO AMBIENTE E GEOPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”

Coordenador: Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira [DGG/PPGGEO/UFRRJ]

Monitores: André Herzog de Almeida [Geografia-UFRRJ] e Letícia Mello de Mendonça [Relações Internacionais-UFRRJ]

ESTRUTURAÇÃO DO CURSO:

PRIMEIRA PARTE: O MEIO AMBIENTE COMO QUESTÃO GEOPOLÍTICA

Encontro I: A emergência da problemática ambiental contemporânea, Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 06 de setembro de 2018.

Encontro II: Epistemologias, Políticas e Economias da Natureza: Modernidade em Xequê, Prof. Dr. Guilherme Ribeiro [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 13 de setembro de 2018.

SEGUNDA PARTE: CENÁRIOS DA CRISE AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA

Encontro III: Mudanças Climáticas e Aquecimento Global, Prof. Dr. Andrews José de Lucena [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 20 de setembro de 2018.

Encontro IV: Risco e Vulnerabilidade a Eventos Climáticos Extremos, Prof. Dr. Heitor Soares de Farias [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 27 de setembro de 2018.

Encontro V: Modelagem Ambiental de Cenários dos Incêndios Florestais, Prof. Dr. Gustavo Mota de Sousa [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 04 de outubro de 2018.

Encontro VI: Desastres Ambientais e Planejamento Ambiental, Prof. Dr. Tiago Badre Marino [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 11 de outubro de 2018.

TERCEIRA PARTE: A GEOPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Encontro VII: A Ordem Internacional da Globalização, Prof. Dr. André Santos da Rocha [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 18 de outubro de 2018.

Encontro VIII: Insustentabilidade urbana e Crise da cidade, Prof. Dr. Maurilio Lima Botelho [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 25 de outubro de 2018.

Encontro IX: Capitalismo – Crise Estrutural e Contradições Ecológicas, Prof. Dr. Marcio Rufino Silva [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 01.º de novembro de 2018.

Encontro X: Desenvolvimento Sustentável: Geopolítica e Ideologia, Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira [DGG/PPGGEO/UFRRJ]. Data de realização: 08 de novembro de 2018.

PÚBLICO-ALVO, NÚMERO DE VAGAS, LOCAL DE REALIZAÇÃO E DIREITO A CERTIFICAÇÃO E METODOLOGIA:

Público-Alvo: Alunos de cursos de graduação e pós-graduação da UFRRJ, professores das redes pública e particular da região e todos os interessados na temática.

Número máximo de participantes: 25.

Forma e Período de Inscrição: preenchimento de formulário on-line, com breve carta de intenções, entre os dias 01º e 30 de agosto de 2018.

Carga horária: 40 horas.

Horário: Quintas-feiras, 8:00 h–12:00 h, entre 06 de setembro e 8 de outubro de 2018

Local de Realização: Mini-auditório do Jardim Botânico, *campus*-sede da UFRRJ.

Data de Submissão: 05/05/2019

Data da Avaliação: 06/05/2019

HOMENAGEM

POR UMA GEOGRAFIA URBANA DA RESISTÊNCIA: EM MEMÓRIA DE GILMAR MASCARENHAS

Leandro Dias de Oliveira ¹

Resumo. Este artigo-homenagem² não tem como objetivo fazer um debate pleno do trabalho de Gilmar Mascarenhas, mas apresentar uma pequena homenagem ao singular legado da sua obra, que é referência em diferentes estudos da geografia, do turismo e do lazer.

Palavras-chave: Gilmar Mascarenhas, geografia urbana, geografia dos esportes, urbanização turística, feira livre.

FOR AN URBAN GEOGRAPHY OF RESISTANCE: IN MEMORY OF GILMAR MASCARENHAS

Abstract. His article is not intended to make a full debate on the work of Gilmar Mascarenhas, but to present in small tribute to the special legacy of his work, which is a reference in different studies of geography, tourism and leisure.

Keywords: Gilmar Mascarenhas, urban geography, sports geography, tourist urbanization, street market.

PARA UNA GEOGRAFÍA URBANA DE RESISTENCIA: EN MEMORIA DE GILMAR MASCARENHAS

Resumen. Este artículo no pretende debatir por completo sobre el trabajo de Gilmar Mascarenhas, pero presentar un pequeño homenaje a lo legado único de su trabajo, que es una referencia en diferentes estudios de geografía, turismo y ocio.

Palabras clave: Gilmar Mascarenhas, geografía urbana, geografía deportiva, urbanización turística, feria libre.

¹ Licenciado (UERJ-FFP), Mestre (UERJ) e Doutor em Geografia (UNICAMP), e Pós-Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ-PPFH). Professor do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  <https://orcid.org/0000-0001-7257-0545>. E-mail: ldiasufrj@gmail.com.

² Agradeço as leituras generosas deste texto pelos profs. Demian Garcia Castro [Colégio Pedro II], que desenvolveu a tese de doutorado em geografia intitulada “‘O Maraca é Nosso!’: da ‘monumentalidade das massas’ ao ‘Padrão-FIFA’ – neoliberalização da cidade, elitização do futebol e lutas sociais em torno do Maracanã” (UERJ, 2016) sob orientação do Gilmar Mascarenhas, e André Santos da Rocha [PPGGEO-UFRRJ], que estimulou a escrita deste artigo-homenagem.

Introdução

Todos aqueles que conviveram com a escrita elegante, com a fala pausada, forçosamente cuidadosa e divertida e com o universo de pesquisa de Gilmar Mascarenhas, sabem que era essencial em seu vocabulário o uso da expressão legado. A rigor, quando investigava os incontáveis jogos esportivos transformados em megaeventos – pan-americanos, jogos olímpicos de inverno e de verão, copas do mundo de futebol e tantos outros – ou quando pensava, à luz da ciência geográfica, o urbanismo turístico ou as feiras livres cariocas, para ficarmos apenas nestes exemplos, sua preocupação era sempre presente-futura. Eis um grande diferencial de sua obra: a geografia praticada jamais era sectária e sempre vislumbrava o movimento – dos feirantes, dos consumidores, dos turistas, dos atletas, dos torcedores, dos ativistas, dos artífices da cidade, sempre vista como espaço tão complexo quanto inquietante.

Este é tão somente um artigo-homenagem. Não há aqui a intenção de fazer um pleno rastreamento da obra de Gilmar Mascarenhas, nem tampouco esgotar as questões teórico-analíticas de seu trabalho. O espólio teórico-conceitual de sua obra e o pioneirismo no trato de alguns temas à luz da geografia ainda serão merecedores de análises mais profícuas e aprofundadas. O intento central é apresentar, em linhas gerais, o singular legado da obra do autor, que ainda precisará de muitas releituras para a sua definitiva estruturação nos diferentes campos da geografia, do turismo e do lazer. Da mesma maneira, é interesse prestar uma singela homenagem, em nome do Departamento de Geografia [DGG] e do Programa de Pós-Graduação em Geografia [PPGGEO] da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ], instituição onde Gilmar Mascarenhas pode participar de palestras, mesas e banca de mestrado, além de contribuir com o periódico de Geografia da universidade, a Revista Continentes, como autor (ver: MASCARENHAS, 2013 e MASCARENHAS, OLIVEIRA, PONTES, 2017) e membro do Conselho Editorial.

Gilmar Mascarenhas era bacharel e licenciado em geografia pela Universidade Federal Fluminense, com especializações em Planejamento Ambiental pela mesma universidade e em Geografia en el Ordenamiento y Gestion Territorio, pelo Centro Panamericano de Estudios e Investigaciones Geograficas, CEPEIGE, Equador; também

OLIVEIRA, Leandro Dias de. *Por uma Geografia Urbana da Resistência: Homenagem a Gilmar Mascarenhas*

era mestre em geografia (1991) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ], desenvolvendo a dissertação *“O Lugar da Feira-Livre na Grande Cidade Capitalista: Conflito, Mudança e Persistência (Rio de Janeiro: 1964-1989)”*, com a orientação do Prof. Dr. Roberto Lobato Azevedo Correa, e doutor em geografia humana (2001) pela Universidade de São Paulo (USP), com a defesa da tese intitulada *“A Bola nas Redes e o Enredo do Lugar: uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul”*, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Odette Carvalho de Lima Seabra. Em 2013, realizou estágio de Pós-Doutorado em urbanismo de megaeventos na Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, na França.

Após lecionar na rede de ensino do estado do Rio de Janeiro e no conceituado Colégio Pedro II – há também uma experiência como professor voluntário numa escola comunitária do bairro Anaia, na periferia do município de São Gonçalo-RJ –, Gilmar Mascarenhas se tornou professor efetivo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [UERJ] em 1992 – portanto, com apenas 30 anos – onde lecionou em turmas de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Foram dezenas de orientações e supervisões nos diferentes níveis de ensino acadêmico, bem como mais de cento e cinquenta bancas de conclusão de curso nas mais diferentes universidades do Brasil. Como professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ, consolidou um reconhecido trabalho de formador de quadros acadêmicos, com orientandos especialmente dedicados à questão urbana, aos dilemas ambientais, à geografia do esporte e aos impactos do turismo e dos megaeventos esportivos. Em 21 de março deste ano, se tornou o primeiro Professor Titular do Departamento de Geografia da UERJ, perante uma banca que reuniu os renomados professores Rogério Haesbaert (UFF), Ana Fani Alessandri Carlos (USP), Fania Fridman (UFRJ) e Victor Andrade de Melo (UFRJ). Na defesa do memorial, que congregou uma espécie de celebração de sua carreira, pode homenagear seus mestres, exaltar suas referências espaciais pessoais – o subúrbio, a feira, o futebol “bricolado” (informal, improvisado, livre), a rua, a vida urbana – e apresentar sua descoberta da geografia e do mundo, sem abandonar suas raízes humildes.

Foram dezenas de trabalhos apresentados em eventos nas mais diferentes partes do mundo, 49 capítulos de livros e 59 artigos científicos – certamente, ainda há alguns no prelo junto aos seus parceiros de pesquisa. Os livros publicados revelam um pouco do seu trabalho como pesquisador: de início, a obra *Fundamentos Geográficos do Turismo*, volumes 1, 2 e 3 (o primeiro volume, com Marcello de Barros Tomé Machado, em 2010; o segundo, com Daniella Pereira de Souza Silva e Marcello de Barros Tomé Machado, também em 2010; e o terceiro, com Daniella Pereira de Souza Silva e Luiz Guilherme de Souza Xavier, em 2011), pela Fundação CECIERJ / Consórcio CEDERJ, era sempre destacada pelo autor por ter sido o primeiro livro de sua lavra, o despontar de um trabalho mais abrangente; da mesma maneira, o livro *Geografia Urbana*, em volume único, com Leandro Dias de Oliveira, em 2017, também publicado pela Fundação CECIERJ / Consórcio CEDERJ, revela a clareza explicativa que marca seu trabalho. Na condição de organizador, foram duas importantes coletâneas: *O Jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades*, com Glauco Bienenstein e Fernanda Sanchez (Rio de Janeiro: EDUERJ / FAPERJ, 2011), livro definitivo sobre a temática e que celebrou a parceria com pesquisadores muito caros em sua trajetória; *Geografia urbana: ciência e ação política*, junto a Floriano Godinho de Oliveira, Desirée Guichard Freire e Leandro Dias de Oliveira (Rio de Janeiro: Consequência, 2014), fruto da organização do Simpósio Nacional de Geografia Urbana, evento o qual sempre participou e que atuou na coorganização na edição de 2011, na UERJ; por fim, a obra *Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol* (Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014), que se revela uma leitura peremptória e obrigatória pois, à luz do esporte bretão, perfaz uma verdadeira exploração geográfica, histórica, social e política das realidades brasileira e mundial.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: em *A Cidade da Feira-Livre: persistência e sociabilidades urbanas*, apresentamos seus primeiros escritos calcados em sua experiência familiar como filho de feirante-migrante e que versaram sobre a sociabilidade da rua permitida por esta modalidade de comércio urbano; a seguir, é destacado o seu investimento conceitual na interpretação do fenômeno turístico em *A Urbanização Turística e a Geografia dos Lazeres*; em *Geografia dos Esportes: megaeventos, territorialidades e resistências*, apontamos alguns caminhos teóricos

desta área que com pioneirismo Gilmar Mascarenhas se notabilizou, nacional e internacionalmente; em *Entradas, Bandeiras e Geografia do Futebol: O desbravamento do Brasil*, por Gilmar Mascarenhas, destacamos a obra máxima de seu espólio, com base em resenha de nossa autoria publicada em 2015 (OLIVEIRA, 2015), onde destacamos que se trata de um livro que merece ser lido e relido não somente por aqueles que se interessem por futebol, mas por todos que estejam em busca de uma genuína e inovadora leitura geográfica do Brasil; por fim, nas *Considerações Finais: Gilmar presente!*, emitimos uma singela e carinhosa homenagem àquele que sempre destacou a importância da cidade em suas pesquisas e luta cotidiana.

A Cidade da Feira-Livre: persistência e sociabilidades urbanas

A feira livre sempre foi para Gilmar uma experiência peculiar de sociabilidade e de uso da rua (MASCARENHAS, DOLZANI, 2008) e de criação de territorialidades populares (MASCARENHAS, 1995), numa constante luta criativa contra as normatizações hegemônicas da cidade. Filho de feirante e conhecedor dos meandros das feiras que existem em várias partes do Brasil e do mundo, em suas interpretações esta forma de comércio urbano se tornou algo pujante de significados e possibilidades, pois propiciava a ocupação colorida da rua, a conversa informal, a negociação aberta, a escolha tátil do alimento, o contato visual, a paisagem lúdica e, por que não, a resistência ao espaço fechado, prisional e até claustrofóbico dos supermercados.

A sua obra não somente apresenta este universo da feira livre, como compõe um verdadeiro histórico das mudanças de perspectivas da mesma. Isto porque a feira livre por ele estudada foi uma iniciativa tomada por Pereira Passos, prefeito do então Distrito Federal do Brasil (atual município do Rio de Janeiro) entre 1902 e 1906, em conjunto com outras ações em relação ao uso e formatação dos espaços públicos da cidade na busca de compor um amplo projeto de pedagogia da civilização. Assim, por sua estética colorida e higiene – segundo leitura da época –, tornou-se um dos muitos espaços públicos festejados como triunfo da burguesia ascendente sobre a barbárie colonial. Afinal, nos parques, avenidas e feiras livres, o cidadão vivenciaria o triunfo da cidade

moderna, reeducando seu comportamento e repensando a própria sociedade em que vive (MASCARENHAS, 2005).

A feira é uma herança de tradição ibérica mesclada com práticas africanas, mas especificamente o que o autor denomina de *feira livre* foi o modelo instituído no início do século XX, mais precisamente em 13 de outubro de 1904, por meio do decreto 997, tratando de um modelo que designava as feiras semanais de bairro, bastante diferentes daquelas tradicionais feiras regionais que reúnem compradores e vendedores oriundos de áreas distantes (MASCARENHAS, 1991). Havia, neste sentido, uma certa democracia na distribuição espacial das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro, ocorrendo desde as áreas residenciais mais nobres e abastadas até os bairros mais pobres e afastados do centro da urbe.

Por outro lado, segundo o autor, o declínio da feira livre pode ser pensado a partir da emergência dos supermercados, com suas características irruptivas em relação à feira: homogeneidade, impessoalidade, autosserviço, previsibilidade, precificação inegociável dos produtos e adaptação aos tempos acelerados. O supermercado, rigorosamente, se tornou a antítese da feira livre, com a pressa e os atropelamentos dos carrinhos – talvez se aproxime o tempo em que haverá necessidade de se colocar sinais de trânsito nos cruzamentos dos corredores das grandes redes –, a frieza das relações de compra e venda, o confinamento espacial e, por que não, a rendição ao modelo de cidade automobilizada, com seus amplos estacionamentos. Se a feira traz características do lugar e permite ao visitante conhecer um pouco da cultura local, o supermercado é monótono, padronizado e repetitivo, uma espécie de não-lugar, como tão bem definiu Marc Augé (2012 [1992]).

Um marco simbólico nesta ruptura ocasionada pela emergência das redes de supermercados é o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972 - 1974), aprovado em 1970 pelo governo federal durante a presidência do general Emílio Garrastazu Médici, com o intento da plena expansão das redes de autosserviço nos grandes centros urbanos. Destarte, a feira livre, *“outrora símbolo da modernidade, implantada pelo próprio poder público, é agora seu filho bastardo, restando-lhe as áreas degradadas e miseráveis da ‘cidade maravilhosa’”* (MASCARENHAS, DOLZANI, 2008). Não, não era

somente a feira livre que se buscava descontinuar, mas a própria rua como espaço de vivência.

A derrocada do modelo não extinguiu, evidentemente, as feiras livres das cidades brasileiras e tampouco da capital fluminense. Para Gilmar Mascarenhas, as feiras permaneciam oferecendo uma verdadeira resistência no espaço urbano monopolizado pelo cerceamento governamental e empresarial e marcado pela violência e descrédito da sociabilidade da rua. Cada feira se tornaria, por assim dizer, uma resistência tripartite: *social*, pois geralmente é mantida por grupos mais pobres que insistem em desafiar a cidade com um tipo de comércio mais interativo e intuitivo; *cultural*, desprezando os cânones da velocidade e da previsibilidade em tempos de *shoppinização* do urbano, consumismo em massa e fetichização das mercadorias *in omne tempore*; e *urbana*, pois num modelo cidade, que é segregador, automobilizado e com poucas interações cotidianas com o outro, permanece propiciando o encontro, a conversa, a experimentação e a negociação tão rareadas em tempos de cliques na tela e busca virtual dos melhores preços.

A Urbanização Turística e a Geografia dos Lazer

Revisitando a obra de Gilmar Mascarenhas, emerge a impressão de que um estudioso da cidade à luz da geografia que valorizava profundamente o cotidiano urbano, com seus encontros, informalidades e tempos dissonantes do capital, jamais poderia abdicar de estudar as formas simuladas de lazer, as maquiagens da urbe, o divertimento pausterizado, a roteirização dos caminhos, a *shoppinização* das ruas e avenidas e a própria virtualização do prazer tão comuns no fenômeno turístico. A urbanização turística não significava, neste sentido, apenas o estabelecimento de uma administração empresarial econômico-urbana, mas também a ruptura de algo que ele tanto valorizava: a constante redescoberta da cidade. Tal redescoberta passava a ser trocada pela planejamento passo-a-passo do passeio turístico!

“O turismo, é, primeiramente, uma atividade humana, praticada por milhões de indivíduos em todo o planeta”, alertava Gilmar Mascarenhas (2010, p. 08), pois *“todos*

os dias, e durante o ano inteiro, muitas pessoas estão saindo de suas casas, com malas arrumadas, o local de destino definido e a expectativa de que gozarão momentos de alegria e repouso". Seja por simples prazer voluntário ou por motivos compulsórios, como negócios, para cuidar da saúde, estudos, a atividade turística indicava um movimento espacial que não poderia jamais ser ignorado. Neste sentido, a urbanização turística propugnava a mudança das práticas de "conhecer" e "desbravar" a cidade pelo passeio roteirizado, pela artificialidade urbana e pelo próprio consumo fugidio e hedonista. A partir desta expressão espacial do fenômeno, tornou-se objeto de suas pesquisas explorar os cenários de urbanização turística (MULLINS, 1991; MASCARENHAS, 2004), além de incorporar debates acerca dos lazeres contemporâneos e da própria transformação da cultura em *commodity*, como tão bem define David Harvey (2005).

Destarte, a referência central para suas investigações é o trabalho seminal intitulado "*Tourism urbanization*", de Patrick Mullins (1991), professor do Departamento de Antropologia e Sociologia da Universidade de Queensland, na Austrália. É Mullins quem propõe a concepção de "urbanização turística" como o processo de planejamento explícito das cidades para o turista, por meio da adoção de uma estética pós-moderna, busca do prazer consumista e efetivação de uma forma empresarial-empresendedora de gestão pública.

Gilmar Mascarenhas demonstra assim que a "urbanização turística" corresponderia à constatação da existência de formas específicas de produção do espaço urbano a partir da atividade turística, sobretudo quando esta se impõe como dominante na economia local, em uma modalidade peculiar de produzir e estruturar o espaço. As cidades turísticas dedicam-se quase exclusivamente ao consumo, especialmente de artigos e serviços de diversão, prazer, relaxamento e recreação, e subalternizam investimentos vinculados às necessidades básicas como moradia, serviços de saúde, abastecimento alimentar e educação.

O turismo se torna assim um álibi para transformar a cidade em mercadoria e a paisagem em vitrine, além de fazer com se direcionem os investimentos públicos para a criação de corredores, roteiros, *boulevards* e demais estruturas que dialeticamente

significam apreciação estética e segregação urbana. E embora muitas destas cidades possam apresentar maior dinamismo econômico que a média ou atraiam migrantes em busca de oportunidades de renda e trabalho, o subemprego, a precarização dos contratos, o baixo índice de sindicalização e a baixa remuneração consistem na tônica dominante das cidades turísticas.

Um exemplo eloquente de suas investigações na área que revela em sua plenitude os fundamentos da urbanização turística, sempre destacado em suas palestras, era o bairro de Penedo, em Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro: na localidade, houve amplificação de uma colonização finlandesa que historicamente teve dimensão e impacto bem mais modestos; se gestou o argumento de que se tratava de um espaço de resquício de Mata Atlântica, à revelia de estar situada em área reflorestada pós-derrocada da cultura do café; e se explorou com alarde as baixas temperaturas de um “friozinho de montanha” – ressalte-se que para a cultura carioca, os índices atendem o apelo, mas seu sítio está localizado antes da subida para Visconde de Mauá (distrito de Resende-RJ) e da cidade de Bocaina de Minas (MG), bem mais frias e que efetivamente correspondem ao clima alardeado. Assim, inventa-se o urbano com objetos de atração turística, amplia-se, aprimora-se, revisa-se, retoca-se ou mesmo forja-se a história e criam-se roteiros, pacotes e atrações diversas para o visitante. Da mesma maneira que a urbanização turística em Penedo (MASCARENHAS, 2005a), o restante do sul (MASCARENHAS, 2004) e o interior fluminense (MASCARENHAS, 2003) e mesmo a cidade de Cabo Frio (MASCARENHAS, OLIVEIRA, RAMÃO, 2019) receberam tratamento analítico semelhante por parte do autor.

Vale destacar: Gilmar Mascarenhas captou perfeitamente o espírito de nosso tempo! Quando fez suas críticas a este modelo de turistificação da forma urbana, ainda não existiam as redes virtuais de compartilhamento hedonista de simulacros de felicidade idealizada: a rede Orkut estava em seu início, sem versão em língua portuguesa; o Facebook ainda era uma aventura de Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes restrita aos estudantes da Universidade de Harvard; e o Instagram, a rede virtual que proporcionou a coroação definitiva da fotografia narcísica e dos simulacros de felicidades, sequer havia sido inventado. A urbanização

turística corresponde senão à cenarização perfeita do espaço geográfico em tempo de *selfies* em profusão e propaganda da felicidade constante em meio à barbárie da cidade contemporânea. É como se o *cyberspace* encontrasse uma materialidade ainda mais virtual que sua própria nuvem de dados, registros e curtidas.

É possível ir além desta forma de lazer que é escapismo, alienação e disciplinarização dos cidadãos-trabalhadores, algo oriundo da sociedade urbano-industrial e que carrega consigo um claro atributo de classe (MASCARENHAS, 2010a). Como lição de geografia, entendemos que o controle do tempo livre está articulado estrategicamente com o controle dos espaços livres. A partir do resgate histórico da temática no campo da geografia, a recolocação de debates sobre “lazer”, “ócio” e “tempo livre” por meio das reflexões de Gilmar Mascarenhas é um contributo imensurável à compreensão do tempo presente. As aventuras da geografia neste campo têm no autor um verdadeiro ponto de inflexão.

Geografia dos Esportes: megaeventos, territorialidades e resistências

Certamente, Gilmar Mascarenhas se tornou referência importante para os pesquisadores e demais interessados em investigações sobre feiras livres e urbanização turística; há, em sua obra, um pioneirismo em tais temáticas por ele desbravadas, seja com suas análises pertinentes sobre o tema, seja com a orientação de inúmeros trabalhos em formas de monografias de graduação e especialização, mestrado e doutorado. Contudo, no que se refere ao que denominava “Geografia dos Esportes”, Gilmar Mascarenhas é mais que pioneiro: tanto em terras brasileiras quanto estrangeiras, ele foi um importante predecessor na análise do tema, no qual constituiu um significativo arcabouço teórico-analítico, uma base metodológica-procedimental e abriu muitas frentes de investigação.

Além deste caráter precursor, Gilmar Mascarenhas foi um verdadeiro militante do rapto ideológico do esporte pelas estruturas dominantes e criou uma verdadeira escola científica de matriz crítica, onde seus orientandos trataram sempre com robustez teórica e empírica de diferentes modalidades esportivas, estádios de futebol, torcidas

organizadas, megaeventos esportivos e muitos outros assuntos. Escreveu para públicos mais abrangentes, em jornais e revistas, além de ter contribuído com a plataforma Ludopédio (<https://www.ludopedio.com.br/>), um portal acadêmico de futebol onde assinava uma série de contribuições que, segundo as suas próprias palavras, eram motivo de grande satisfação pessoal. Desde 2003, o oferecimento da disciplina optativa de graduação intitulada Geografia dos Esportes, na UERJ, foi algo não somente precursor, mas singular em todo o território nacional.

O autor partia do princípio que havia fortes vinculações do esporte com a base territorial; inspirado em Norbert Elias e Eric Dunning (1985), rememorava que as atividades esportivas eram herdeiras das tradições lúdicas que foram ocidentalmente civilizadas, assim como a própria relação da sociedade com a natureza e a forma de trabalho. Alpinismo, natação, regatas, surfe, hipismo, esgrima, arco e flecha, corrida, lutas corporais, enfim, uma miríade de modalidades esportivas estão baseadas no empenho individual em superar desafios da natureza, desde a gravidade e a pressão atmosférica até a dinâmica das águas e o domínio de animais. E neste sentido, a configuração territorial, o enlace com o econômico, os objetos geográficos, como os estádios, ginásios, pistas diversas, as condições climáticas propícias – diferentes, evidentemente, para ‘surf’ e ‘esqui’ –, a questão cultural – membro da rede NEER (Núcleo de Estudos em Espaço e Representações), sua contribuição à Geografia Cultural é marcante e está presente em inúmeros trabalhos do autor (Ver: MASCARENHAS, 2003a, 2005b, 2012, entre outros) – e mesmo a infraestrutura constituída para as diferentes modalidades, desde as vias de transporte aos alojamentos e hotéis, são merecedores da observação cuidadosa dos geógrafos (MASCARENHAS, 1999). O léxico conceitual de Milton Santos (1998 [1991] e 2002 [1996], entre outras obras) fornecia a necessária base para sua compreensão do impacto dos esportes no espaço geográfico.

Havia então uma agenda importante de investigações, apresentada por Gilmar Mascarenhas (1999 e 1999a) ainda no final do século XX, que envolvia desde estudar a dimensão "ecológica" de cada modalidade esportiva, a expansão recente dos chamados "esportes radicais" ou "de aventura" (*rafting*, vôo livre, mergulho, automobilismo *off-road*, alpinismo, *mountain bike*, etc.) em áreas de natureza praticamente intocada

(montanhas, alto curso de rios e mesmo desertos) até estudar estádios de futebol planejados de forma a facilitar o grande fluxo de espectadores em dias de importantes eventos, que, por sua imponência, circularidade física e temporal, funcionamento esporádico e monofuncional e ritualizações periódicas, poderiam ser entendidos como santuários para os mais fanáticos torcedores. Neste mesmo sentido, estudar o impacto dos objetos esportivos para a especulação imobiliária e dinâmica urbana, como o caso dos campos de golfe, que notavelmente valorizam os terrenos vizinhos por consumir extensas áreas que mantêm-se verdes e silenciosas – a referência é John Bale (1994) –, e questões de gênero, onde o rugby, por exemplo, atuou historicamente na construção da imagem de masculinidade na sociedade urbano-industrial, ou a expansão da presença feminina no futebol brasileiro já implicava naquele momento na necessidade de redefinições no uso do espaço cotidiano da rua e no comportamento no interior dos estádios – paulatinamente transformado num verdadeiro espaço disciplinar (MASCARENHAS, GAFFNEY, 2004, 2006 e 2014; MASCARENHAS, OLIVEIRA, 2006) –, no botequim e em outros tradicionais redutos machistas do espaço urbano. Por mais estupefaciente que pareça, Gilmar Mascarenhas publicou tais análises tão atuais e ainda incômodas há exatos 20 anos.

Com esta leitura tão profícua e abordagem de vanguarda da realidade esportiva, torna-se possível imaginar a expressão de Gilmar Mascarenhas quando o Brasil foi escolhido como sede de uma série de eventos esportivos; afinal, conhecedor de inúmeras experiências, como os Jogos Olímpicos de Barcelona (1992), Sidney (2000), Pequim (2008) e muitos outros (Ver, por exemplo, (MASCARENHAS, 2010 e 2013; MASCARENHAS, PONTES, NEVES, BRAZ, SIMEONE, 2008; etc.), ele, antes de todos, vislumbrava os desdobramentos políticos, urbanos, sociais, econômicos e ambientais frutos do ato de sediar jogos desta magnitude. Gilmar Mascarenhas já conhecia todo o *script* de um megaevento esportivo muito antes da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, ser realizada em estádios-arenas de futebol com arquibancadas inspiradas em salas de cinema e se tornar uma típica festa capitalista, em que cada jogo se transformava em *showroom* de jogadores, camisas, chuteiras e outras mercadorias do universo do futebol.

Os megaeventos esportivos confirmaram que os esportes se tornaram um negócio lucrativo e excludente, transformando o torcedor em consumidor e visando muito mais suas economias do que sua capacidade de tremular bandeiras ou ecoar gritos de incentivo e cânticos de exaltação. Tais eventos descortinaram algumas negociatas obscuras presentes no mundo esportivo, publicizaram a força do empresariamento urbano que reestruturou as cidades-sede (re)feticizando-as de acordo com os ditames do mercado global, e demonstrou as falácias contidas no amor ao esporte, à torcida e à nação por parte dos envolvidos. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística (MASCARENHAS, 2014a); empreendedorismo urbano e constituição da cidade esportiva sob hostes dominantes (MASCARENHAS, 2012a; MASCARENHAS; BORGES, 2008; MASCARENHAS, BIENENSTEIN, SANCHEZ, 2011); o horizonte turvo, os ideários e os limites do desenvolvimento sustentável nos megaeventos esportivos (BOYKOFF, MASCARENHAS, 2016 e 2016a; MASCARENHAS, 2018; MASCARENHAS, OLIVEIRA, PONTES, 2017; MASCARENHAS, OLIVEIRA, 2018), nada escapou à análise de Gilmar Mascarenhas, que esquadrinhou, para muito além da geografia, o quanto um megaevento esportivo tratava de tudo, inclusive de disputas esportivas.

Assim como outras percepções possíveis apenas para aqueles que vivem verdadeiramente a *cidade*, Gilmar Mascarenhas captou muito tempo antes das manifestações que tomaram as ruas do Brasil contra os gigantescos gastos dos megaeventos as mudanças que acometiam o mundo do esporte – em particular, do futebol – e suas implicações sobre a cidade, e por que não, sobre o mundo moderno. Pode contribuir em inúmeras frentes de resistência, com palestras, textos (Ver: MASCARENHAS, 2014b, por exemplo) manifestações e passeatas. O próprio grito “Não Vai Ter Copa”, um verdadeiro conjunto de manifestações ocorridas nas cidades-sede em que se clamavam por hospitais, escolas e transportes no lugar dos vultuosos investimentos em estádios “padrão-Fifa”, só revelava o quão Gilmar Mascarenhas tinha razão.

Com as denúncias de superfaturamento e a expectativa [posteriormente confirmadas] de que algumas das praças erguidas ou reconstruídas se tornarem praças

esportivas de pouca serventia – portanto, investimento de pouco retorno –, o “Não Vai Ter Copa” se tornou um grito pela gestão compartilhada da cidade, pela democratização de seus espaços e serviços e pela simples capacidade de se fazer ouvir dos grupos sociais urbanos. É possível apontar que estes megaeventos brasileiros tenham significado uma fratura no formato dispendioso, segregador, fraudulento e antiecológico do modelo. A copa e também a Olimpíadas aconteceram, mas Gilmar Mascarenhas pode observar que o legado destes megaeventos foi uma abrangente conscientização política.

Entradas, Bandeiras e a Geografia do Futebol: O desbravamento do Brasil, por Gilmar Mascarenhas

Entradas e Bandeiras: A conquista do Brasil pelo futebol (Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014) é, em nossa opinião, é uma obra que deve ser lida e relida: trata-se do escrito definitivo de um pesquisador maduro intelectualmente, mas que jamais abdicou de conciliar razão e emoção. Além disso, *Entradas e Bandeiras* é uma aula erudita dos desdobramentos históricos do mundo a partir dos últimos cento e cinquenta anos de existência oficial deste esporte, e, por este motivo, interessa a todo aquele que aprecie avaliar as pequenas conexões explicativas acerca da realidade que vivemos. Da mesma maneira, com a publicação deste livro estava liquidada uma antiga dívida: a escrita de uma obra que recuperasse as suas diversas análises teórico-metodológicas da “geografia do futebol”, subcampo no qual o autor é um dos nomes fundantes no cenário global (OLIVEIRA, 2015).

É interessante percorrer as páginas do livro e perceber que o léxico conceitual da geografia não foi utilizado apenas como um conjunto de palavras encaixadas para dar sentido às reflexões do autor, mas funcionou como uma lente espacial a serviço de sua análise em relação ao seu objeto de investigação. Gilmar Mascarenhas alicerça seu trabalho particularmente nas obras de Milton Santos, que oferece desde o cabedal a respeito da consolidação da rede urbana outrora fragmentária no Brasil até a complexidade contida no processo de metropolização, um movimento que é político, econômico, ideológico e cultural.

Com base na geografia, é possível apontar alguns tensionamentos teóricos importantes contidos em “Entradas e Bandeiras” : [1] a conexão entre a expansão do futebol e o imperialismo inglês do início do século XX, e sua entrada pelos portos marítimos, como na Bacia do Prata ou na cidade do Rio de Janeiro; [2] a relação entre o operariado urbano e a prática esportiva, que disciplinava as mentes e os corpos para além do chão-de-fábrica; [3] o estádio de futebol como objeto geográfico de fundamental importância na constituição do urbano, uma referência higienista, moderna ou neoliberal e que permite discussões sobre especulação e valorização imobiliária; [4] a manifestação de diferentes territorialidades, dentro dos estádios e nas torcidas e também na constituição dos próprios times de bairro; por fim, [5] a “metropolização do futebol”, responsável pelo gigantismo dos times das cidades economicamente mais importantes que monopolizam notícias e torcedores e conquistam os principais títulos nacionais e internacionais. As grandes metrópoles são as sedes dos grandes times do mundo, trazendo para a hierarquia urbana um vetor explicativo do atual sistema de castas existentes no mundo do futebol (OLIVEIRA, 2015).

“Entradas e Bandeiras” não é um livro acadêmico daqueles que o autor espanta os possíveis leitores, complicando a escrita e turvando as análises para parecer difícil. Ao contrário, desde o início, Gilmar Mascarenhas mantém uma narrativa emocional: ele vincula as origens de suas inquietações (ou paixões) à vivência com seu pai, tanto nos jogos do grande time do Botafogo como nas partidas do subúrbio carioca. Parte importante que confirma o argumento é o comovente o relato do autor ao andar pelas ruínas de um pequeno estádio em Itaperuna, no Noroeste Fluminense, e lembrar as partidas entre os times locais e lamentar o fim de uma era de futebol próximo, de talento genuíno não-robótico do “jogador tático”, de técnicos menos professorais e viciados na arte da defesa, de busca pelo gol com entusiasmo e não como um acordo protocolar, que agora ainda precisa ser validado após demorada e constrangedora consulta ao árbitro assistente de vídeo [VAR]. A saudade sentida é de um futebol praticado sem precisar dedilhar “tablets” ou o “i-smart-phones” para saberem das novidades, ou ter igual entusiasmo em relação ao certame em si e às contratações da próxima temporada. As ruínas do estádio Monte Líbano, do Unidos Futebol Clube da

cidade de Itaperuna, simbolizavam em sua visita o fim de uma era urbana, de uma cidade do encontro, das festividades, da sociabilidade, da vizinhança, das paixões não-virtuais (OLIVEIRA, 2015).

“Entradas e bandeiras” permanece como um apelo à sociabilidade urbana de um passado não muito remoto, onde cada partida de futebol se tornava um rico e prazeroso exercício coletivo. Entre o informal futebol de “matriz bricolada” e o de “matriz espetacularizada”, não há dúvidas: Gilmar Mascarenhas sempre optou pelo primeiro, que a despeito da origem aristocrática do próprio futebol traz consigo o signo do divertimento sincero dos praticantes.

Considerações Finais: Gilmar presente!

Gilmar Mascarenhas dedicou toda sua carreira acadêmica à geografia. Em sua trajetória, seus esforços sempre foram voltados especialmente à geografia urbana, com atenção especial aos processos de metropolização e constituição de redes de cidades e aos circuitos terciários da economia, nas esferas do esporte, lazer, comércio, turismo e serviços.

Mas é importante reforçar um alerta que fizemos anteriormente (Ver: OLIVEIRA, 2015): não é possível “purificar” cientificamente sua pesquisa, pois ela é feita, desde a gênese, de afetos diversos, de paixão eloquente, de luta familiar, de laços de amizade. As referências à feira livre, os jogos presenciados em diferentes partes do mundo, as amarrações intelectuais das formas urbanas e do próprio futebol com o imperialismo, com a cultura ocidental, com a migração para a cidade-grande, as visitas a estádios pelos mais diversos continentes, tudo isto foi investigado, estudado, relatado por meio de uma escrita fluída, convidativa e erudita e realizado como atividade que sempre envolveu sentimentos, cultura e saber. As suas aulas, seus escritos, suas palestras e demais atividades de trabalho sempre tinham como marca o convite à reflexão aberta e acessível, como numa feira livre despreziosa ou numa partida de futebol muito bem jogado.

Gilmar Mascarenhas teve sua vida interrompida bruscamente pela brutalidade da supremacia de carros e ônibus junto ao desrespeito ao ciclista urbano e ao simples caminhante. Para alguém como ele, que viveu a feira livre e o constante contato entre as pessoas, e não se furtava a assistir um futebol descompromissado em campinhos pelo mundo, deveria ser doloroso assistir o crepúsculo da cidade enquanto construção social e resultado de relações múltiplas de sentimentos, histórias e lutas. Afinal, como ele alertou,

nenhuma lei afirma que o automóvel é proprietário da rua, ou que seu uso deve ser exclusivo para veículos motorizados, mas o pensamento hegemônico nos impôs esse modelo, de forma que o ciclista é sempre desrespeitado quando trafega em via pública. O automóvel no Brasil, de forma distinta do que ocorre nos países de economia desenvolvida e com avanços civilizatórios, é tratado como o rei da rua. Certamente, desde 1998 houve avanços na legislação, com a ampliação de penalidades e restrição de abusos, mas o automóvel ainda prevalece na disputa pelo sentido da rua. O ciclista busca se apropriar deste espaço, a via pública, mas encontra poucas ciclovias. Esse embate está se acentuando progressivamente, pois a quantidade de ciclistas aumenta sem parar, desafiando a propriedade e o modelo hegemônico, lamentavelmente, ao custo de vidas humanas. (MASCARENHAS, 2018, p. 34)

Há que se recuperar a cidade como algo genuinamente humano, para além desta ordem estigmatizada pelo medo da violência, pelo asco ao trânsito interminável e pela velocidade dos cumprimentos de seus habitantes desinteressados pelo mundo próximo que o cerca. Sigamos todos, em sua memória, militando por uma cidade mais justa, democrática e humana!

Referências bibliográficas

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares** – introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa: Editora Letra Livre, 2012 (1992).

BALE, John. **Landscapes of Modern Sports**. Leicester: Leicester University Press (UK), 1994.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Quest of Excitement: Sport and Leisure in Civilizing Process**. Oxford: Blackwell, 1985.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. *Por uma Geografia Urbana da Resistência: Homenagem a Gilmar Mascarenhas*

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MASCARENHAS, Gilmar. **O Lugar da Feira Livre na Grande Cidade Capitalista: Conflito, Mudança e Persistência** (Rio de Janeiro: 1964-1989). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ, 1991.

_____. The Territoriality of the Street Markets in Rio de Janeiro. **The European Geographer**, Lisboa: Associação de Jovens Geógrafos, volume 9 / 1995, pp. 112-118.

_____. A Geografia dos Esportes: uma introdução. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 3, Nº 35, 1 de marzo de 1999. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-35.htm>. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

_____. A Geografia e os esportes: uma pequena agenda e amplos horizontes. **Conexões: Revista da faculdade de Educação Física da UNICAMP**, v. 1, n. 2, p. 47-61, Campinas, dez. 1999a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8638029/5716>. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

_____. **A bola nas redes e o enredo do lugar: uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul**. 2001. 268 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Redefinindo o urbano, produzindo lugares: a urbanização turística no interior fluminense. In: **VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Recife (PE), 2003.

_____. A cidade moderna e suas técnicas: uma nova espacialidade do tempo livre. **Anais do Encontro da Comissão de Geografia Cultural da União Geográfica Internacional (UGI)** (meio digital DC-ROM), Rio de Janeiro, 2003a.

_____. Cenários contemporâneos da urbanização turística. **Caderno Virtual de Turismo**, Vol. 4, Nº 4, 2004. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/65>. Acesso em: 08 de agosto de 2019.

_____. Feiras Livres: Informalidade e espaços de sociabilidade. In: **Anais do Colóquio Internacional Comércio, cultura e políticas públicas em tempos de globalização**, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Urbanização turística e a produção do lugar em Penedo. In: BARTHOLO, R., DELAMARO, M., BADIN, L. (Org.). **Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2005a.

_____. A mutante dimensão espacial do futebol: forma simbólica e identidade. **Espaço e cultura**, n. 19-20, p. 61-70, 2005b.

_____. Barcelona y Río de Janeiro: diálogo entre modelos y realidades del llamado Urbanismo Olímpico. **Biblio 3w (Barcelona)**, v. XV, 2010. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-895/b3w-895-12.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2019.

_____. Contribuições da Geografia para o estudo do lazer. In MELO, Victor Andrade de. (Org.). **Lazer: olhares multidisciplinares**. Campinas-SP: Alínea, 2010a.

_____. O futebol no Brasil: reflexões sobre paisagem e identidade através dos estádios. In: BARTHE-DELOIZY, F.; SERPA, A. (orgs). **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia** [online]. Salvador: EDUFBA, p. 67-85, 2012.

_____. Globalização e políticas territoriais: os megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro. In: PACHECO, Susana Mara Miranda; MACHADO, Mônica Sampaio (Orgs.). **Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012a.

_____. Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016. **Continentes: Revista do Departamento de Geografia [DGG] e do Programa de Pós-Graduação em Geografia [PPGGEO]** da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, n. 3, p. 52-72, jul. 2013. ISSN 2317-8825. Disponível em: <http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/29>. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

_____. **Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

_____. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. **Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)**, v. 14, p. 52-65, 2014a. Disponível em:

<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1021>. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

_____. Não vai ter arena?: Futebol e Direito à Cidade. **Advir (ASDUERJ)**, v. 32, p. 24-38, 2014.

_____. Justiça ambiental e produção do espaço nos Jogos Rio 2016: O paradoxo do golfe olímpico. **GEO UERJ (2007)**, n. 32, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/32541>. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

_____; BIENENSTEIN, Glauco; SANCHEZ, Fernanda (Orgs.). **O Jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: EDUERJ / FAPERJ, 2011.

_____; BORGES, F. C. Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória. **Esporte e Sociedade**, v. 4, p. 1-26, 2008.

_____; BOYKOFF, Jules. The Olympics, Sustainability, and Greenwashing: The Rio 2016 Summer Games. **Capitalism, Nature, Socialism: a journal of socialist ecology**, v. 1, p. 1-11, 2016.

_____; BOYKOFF, Jules. Rio 2016: Urban policies and environmental impacts. **IdeAs**, v. 1, p. 1-6, 2016a.

_____; DOLZANI, Miriam Cristina da Silva. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, v.2, n. 2 agosto / 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/4710/3971>. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

_____; GAFFNEY, Christopher. O estádio de futebol como espaço disciplinar. In: **Seminário Internacional Foucault Perspectivas**, Florianópolis, 2004.

_____; GAFFNEY, Christopher. The soccer stadium as a disciplinary space. In: **Esporte e Sociedade**, v. 1, p. 1, 2006.

_____; GAFFNEY, Christopher. O estádio de futebol como espaço disciplinar. In: HOLLANDA, Bernardo B. Buarque de; BURLAMAQUI, Luiz Guilherme; SOUZA, Marcos A. Pereira de (Orgs.). **Desvendando o jogo: nova luz sobre o futebol**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

_____ ; MACHADO, Marcello de Barros Tomé. **Fundamentos Geográficos do Turismo**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

_____ ; OLIVEIRA, Floriano Godinho de; FREIRE, Desirée Guichard; OLIVEIRA, Leandro Dias de (Orgs.). **Geografia urbana: ciência e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____ ; OLIVEIRA, Leandro Dias de. “Adeus ao proletariado”: A dimensão simbólica do estádio da cidadania (Volta Redonda – RJ / Brasil). **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v. 101, p. 1, Buenos Aires, Argentina, 2006. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd101/estadio.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

_____ ; OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Geografia Urbana** – Volume Único. Rio de Janeiro: CEDERJ, 2017.

_____ ; OLIVEIRA, Leandro Dias de. Olympic crisis, environmental crisis: the construction of sustainability in the contemporary olympic games. **Mercator** (FORTALEZA. ONLINE), v. 17, p. 1-15, 2018. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e17018>. Acesso em: 08 de agosto de 2019.

_____ ; OLIVEIRA, Leandro de Dias; PONTES, Jeferson Alexandre Pereira. “A Baía de Guanabara não é um Tema Olímpico”. **Continentes**: Revista do Departamento de Geografia [DGG] e do Programa de Pós-Graduação em Geografia [PPGGEO] da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, n. 10, p. 69-86, jul. 2017. ISSN 2317-8825. Disponível em: <http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/122>. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

_____ ; OLIVEIRA, Leandro Dias de; RAMÃO, Felipe de Souza. **Urbanização turística e produção do espaço na cidade de Cabo Frio – RJ**, 2019 [mimeo].

_____ ; PONTES, J. ; NEVES, J. C. Q. ; BRAZ, L. S. ; SIMEONE, L. M. . Pequim 2008: Uma primeira avaliação sobre o território, cidadania e legados. **Lecturas Educación Física y Deportes** (Buenos Aires), v. 124, p. 1, 2008.

_____ ; SILVA, Daniella Pereira de Souza; MACHADO, Marcello de Barros Tomé. **Fundamentos Geográficos do Turismo**. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. *Por uma Geografia Urbana da Resistência: Homenagem a Gilmar Mascarenhas*

_____ ; SILVA, Daniella Pereira de Souza; MACHADO, Marcello de Barros Tomé; XAVIER, Luiz Guilherme de Souza. **Fundamentos Geográficos do Turismo**. v. 3. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

_____ ; SILVA, Gustavo Junger da; Bruno, HENNING. Aspectos da urbanização turística no Sul Fluminense. In: *IX SOLAR (Sociedade Latino- Americana Sobre América Latina e Caribe)*, 2004, Rio de Janeiro. **Anais (CD-ROM) do Simpósio Fragmentação e integração no espaço urbano**, 2004.

MULLINS, Patrick. Tourism urbanization. **International Journal of Urban Regional Research**, 15 (3): 326-342, 1991.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Por uma Geografia Social do Futebol: Lições de Política, Economia, Cidade e Cultura. **Biblio 3w**: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales (Barcelona), vol. XX, núm. 1118, 2015. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1118.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2019.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998 [1991].

_____. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2002 [1996].